

Joana Maria Santos Matias

Identidade Cultural Europeia

Idealismo, projecto ou realidade?



FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

2009

Joana Maria Santos Matias

Identidade Cultural Europeia

Idealismo, projecto ou realidade?

Dissertação de Mestrado em Estudos Sobre a Europa, Europa - as Visões do “Outro”, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, sob a orientação da Professora Doutora Maria Manuela Tavares Ribeiro.

FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

2009

*“Eu não sou Eu nem sou o Outro
Sou qualquer coisa de intermédio
Pilar da ponte de tédio
Que vai de mim para o Outro”.*

Mário de Sá-Carneiro

Agradecimentos

Para se atingir um objectivo é necessário que os dados estejam alinhados a favor do sucesso. Neste meu desafio, percorri o meu caminho “caminhando”, procurando conhecer quais esses dados que me ajudariam a levar o meu barco a porto certo. O meu velejar foi enriquecedor e extremamente gratificante. Sou hoje uma marinheira com novas histórias para contar. Contudo, foi também um percurso esforçado e cansativo que levou o espírito animado muitas vezes à dúvida e à incerteza, mas restaurando de seguida a vontade de continuar, “enquanto houvesse estrada para andar”...

Assim, os meus agradecimentos vão directamente para essas presenças que me deram a força e a confiança para prosseguir. Em primeiro lugar, quero homenagear todos os autores que cito na minha dissertação. O conhecimento é uma cadeia e o meu saber do deles provem.

Dirijo uma palavra de extremo apreço, consideração e admiração à Professora Doutora Manuela Tavares Ribeiro, que pacientemente orientou a minha caminhada, com dedicação e disponibilidade.

Entre todos os que me são próximos, um obrigado sentido à minha família, em especial aos meus pais, Rui e Tina e ao meu irmão João, são a minha bússola e porto de abrigo. Ao meu primo Pedro, pelas horas de discussão frutífera. Às minhas companheiras de luta(s) que me deram palavras de incentivo e se disponibilizaram para me acompanhar. A distância nunca será suficiente para nos afastar.

A todas aquelas presenças que eu tenho a sorte de ter na minha vida e que remam para o mesmo lado que eu. A quem me ajudou. A quem me lembrou do que é importante e do que este passo significa para mim.

Por fim, dedico este trabalho ao meu tio Rui. Saudade e inspiração.

Obrigada.

ÍNDICE

Resumo.....	i)
Abstract.....	ii)
INTRODUÇÃO.....	2
CAP. I – EUROPA – IDENTIDADE CULTURAL OU MULTICULTURALISMO?.....	6
CAP.II – DIMENSÃO CULTURAL DA UNIÃO EUROPEIA.....	20
2.1. – DIVERSIDADE E IDENTIDADE EUROPEIA.....	20
2.1.1. – Necessidade de diálogo intercultural.....	26
2.2. – A CULTURA NA EUROPA E NUM MUNDO GLOBALIZADO...	30
2.2.1.– O diálogo cultural entre os povos mediterrânicos e as cidades atlânticas.....	31
2.3. – POLÍTICA CULTURAL DA UNIÃO EUROPEIA.....	35
2.4. – POLÍTICA EUROPEIA DE VIZINHANÇA.....	40
CAP.III – A EDUCAÇÃO INTERCULTURAL E IDENTIDADE CULTURAL.....	45
3.1. – A EDUCAÇÃO INTERCULTURAL.....	45
3.1.1. – A Educação Intercultural – agente dinamizador da tolerância.....	48
3.2. – LIBERDADE CULTURAL NUM MUNDO DIVERSIFICADO.....	51
3.3. – DIÁLOGO ENTRE CULTURAS.....	56
3.3.1. – O papel da diversidade linguística na formação da identidade cultural.....	57
3.4. – PROTECÇÃO E PROMOÇÃO DA DIVERSIDADE CULTURAL	73
CAP.IV – POLÍTICA DA CULTURA – UMA NOVA AGENDA CULTURAL PARA A EUROPA.....	76

4.1. – COMPETÊNCIAS DA UE NO ÂMBITO DA CULTURA.....	76
4.1.1. – Tratado de Maastricht.....	76
4.1.2. – Competências comunitárias culturais.....	79
4.2. – INDÚSTRIAS CULTURAIS.....	81
4.2.1. – O sector cultural como catalisador da identidade europeia	84
4.3. – A PRIMEIRA AGENDA CULTURAL PARA A EUROPA.....	87
4.3.1. – A Cultura na Europa.....	89
4.3.2. – Aprendizagem ao Longo da Vida.....	90
4.3.3. – Programas Culturais.....	93
4.3.3.1. – Programa “Cultura”.....	96
4.3.3.2. – Disposições Legais.....	100
4.3.3.3. – Capital Europeia da Cultura.....	101
4.3.3.4. – Ano Europeu do Diálogo Intercultural.....	103
4.3.3.5. – Programa “Próspero”.....	106
4.4. – MOBILIDADE DOS TRABALHADORES CULTURAIS.....	108
4.4.1. – Estudo da mobilidade dos artistas e bens culturais.....	109
4.5. – EXPORTAÇÃO/RESTITUIÇÃO DE BENS CULTURAIS.....	112
4.6. – MOBILIDADE ESTUDANTIL NA UE – O PROGRAMA ERASMUS.....	114
4.7. – CENTROS DE INFORMAÇÃO AOS CIDADÃOS EUROPEUS...	116

CAP.V – A CULTURA E VALORES CULTURAIS - O PONTO DE VISTA DOS EUROPEUS..... 120

5.1. – OS EUROPEUS E A CULTURA.....	120
5.1.1. – Os “novos europeus” e a cultura.....	120
5.1.2. – Os valores culturais dos europeus.....	124
5.1.3. – O consumo cultural.....	125
5.1.4. – A percepção da cultura europeia e seus componentes característicos.....	128
5.1.5. – Cultura e valores.....	130
5.1.6. – A diversidade cultural e interesse pela cultura dos outros europeus.....	131

5.1.7. – O papel da UE no campo da cultura.....	132
5.2. – A PARTICIPAÇÃO DOS EUROPEUS EM ACTIVIDADES CULTURAIS.....	134
CAP.VI – UMA EUROPA EM CONSTANTE MUDANÇA.....	137
CAP.VII – PRIORIDADES DE PORTUGAL PARA A CULTURA...	145
7.1. – A CULTURA EUROPEIA NO PORTUGAL DE HOJE.....	145
CONCLUSÃO.....	152
FONTES E BIBLIOGRAFIA.....	158
FONTES.....	160
WEBSITES CONSULTADOS.....	162
BIBLIOGRAFIA.....	166
ANEXOS.....	170

Resumo

Cada vez mais o espaço a que pertencemos se modifica e expande. Num período de tempo de pouco mais de 50 anos, o projecto europeu abriu os seus horizontes e fronteiras, inserindo no seu espaço novas convivências de realidades culturais. Neste contexto, urge que os cidadãos europeus questionem a forma como olham o Outro, o modo como acolhem os seus traços distintivos e se identificam com uma cultura de raiz comum mas progressivamente e irreversivelmente mais heterogénea.

Os conceitos de “multiculturalismo”, “diálogo intercultural”, “pluralismo cultural” ou “educação intercultural” tornaram-se constantes no quotidiano das comunicações europeias, numa tentativa notória de focar o quadrante cultural como sendo peça tão fundamental como a económica e a política. Pretende-se que a “identidade europeia” suscite nos cidadãos europeus um sentimento de pertença a um grupo, a um espaço, a um conjunto de valores, a um *modus vivendi* que sustente as relações humanas e abra caminho para a prosperidade diplomática e afirmação identitária num mundo globalizado mas política, social e economicamente instável.

Vários têm sido os esforços por parte da União Europeia, veiculados pelas suas várias instituições, de elaboração de uma Agenda Cultural para a Europa, com recurso a diversos programas e iniciativas, incidentes nas mais diversas áreas, de forma a incentivar a promoção cultural nos Estados-membros e o diálogo intercultural entre estes, com o recurso a trocas de experiências e resultados.

A presente dissertação, recorrendo a informação oficial da União Europeia à disposição do cidadão europeu, pretende abordar as modificações identitárias que germinam nos países membros, os vários programas e iniciativas que foram levados a cabo principalmente a partir do ano 2000, os seus objectivos gerais e específicos, a mobilidade dos bens e dos trabalhadores culturais e a importância da educação intercultural numa sociedade múltipla, que se pretende consensual mas que apresenta fracturas internas inegáveis.

As preocupações culturais são assunto recorrente na sociedade hodierna, numa era de confrontos, imposições e intolerância. Sendo a liberdade cultural parte integrante do desenvolvimento, permitindo ao indivíduo a escolha de uma identidade, urge incentivar a coexistência cultural no espaço europeu, com o respeito pela(s) escolha(s) identitária(s) do Outro, não esquecendo as culturas nacionais mas evidenciando uma herança cultural comum.

Abstract

The space we all belong to is progressively transformed and expanded. In little more than a period of fifty years, the European project has opened up its horizons and frontiers, by interweaving new cultural realities in its space. In this context, it becomes imperative that the European citizens question the way they face the other, and how they receive the distinctive traits and identify with a common root culture that is increasingly and irreversibly more heterogeneous.

The notions of “multiculturalism” and “intercultural dialogue”, “cultural pluralism” or “intercultural education” have become constant in everyday European communications, in a blatant attempt to approach the cultural quarter as an aspect as fundamental as the economic or political facets. The “European identity” is thus aimed at inculcating in the European citizens a sense of belonging to a group, to a place, to a set of values, to a *modus vivendi* that sustains the human relations and gives way to diplomatic prosperity and identity affirmation in a globalised world, which nevertheless remains politically, socially and economically stable.

The European Union has set forth various efforts, conveyed by its different institutions, in order to create an European cultural agenda, resorting to an assortment of programmes and initiatives. These seek to stimulate the cultural promotion among the member-states and the intercultural dialogue between them, by exchanging experiences and results.

The present dissertation draws on the official information of the European Union, available to its citizens, to focus on the identity modifications that stem from the member-states, the diverse programmes and initiatives that were adopted mainly from 2000 onwards, its overall and specific goals, the mobility of goods and cultural workforces and the significance of intercultural education in a plural society, which endeavours to reach consensus but still shows undeniable internal fractures.

These cultural concerns are a recurrent subject in today’s society, at a time of confrontations, impositions and intolerance. Bearing in mind that cultural freedom is an indissoluble part of development, allowing the individual to choose an identity, it becomes urgent to encourage the cultural coexistence in the European space, which necessarily implies respecting the identity choice of the other, not forgetting the several national cultures while disclosing a common cultural heritage.

Introdução

INTRODUÇÃO

Apresenta-se como premente, em tempos hodiernos, perguntar o que é a Europa. Será uma questão meramente geográfica? Um modelo recente de civilização moderna? Será uma estratégia de teor económico ou uma aliança política? Será uma nova etapa na história e cultura ou um ideal puramente filosófico? É mesmo possível o atingir de uma supranacionalidade que una os povos de um espaço geográfico e que os faça sentir como possuidores de uma identidade cultural europeia?

O presente estudo não comporta a presunção de adiantar respostas para as questões mais intemporais acerca da cultura europeia, que muito têm abalado os espíritos de muitos estudiosos e pensadores europeus. Procura, sim, aclarar algumas noções de como se pretende construir uma identidade cultural europeia, se tal projecto está a ser posto em marcha e se, por fim, será justo falar de uma cultura a nível europeu. Nunca este tema fez tanto sentido pois ao longo dos tempos as entidades políticas europeias – e os governos dos próprios Estados-Membros – têm-se vindo a aperceber do peso que representa a cultura para o entendimento dos povos, de como ajuda a diplomacia o entendimento do Outro, de como esta coexistência entre grupos pode ser mais que do conformada mas sim uma fonte de conhecimento sem par e germen de entendimento e crescimento.

Muitos novos termos vão surgindo quando tomamos conta do nosso presente ao nível cultural. Para além de “cultura” temos a “civilização”, o “multiculturalismo”, o “diálogo intercultural”, o “pluralismo cultural”, a “educação intercultural”. Percebemos que a noção da procura que uma cultura unificadora está em mudança e reclamando urgência. Para Max Weber, a União Europeia é a única organização política nascida na modernidade¹. Os Estados-Membros juntam os seus esforços para relevarem a sua vontade de viverem em conjunto. Torna-se imperativo que os programas escolares comecem a transmitir às novas gerações a ideia de uma identidade europeia, tendo em conta o papel da história e do seu ensino na definição de futuro das nações e, no caso

¹ Cit. in KASTORYANO, Riva, *Quelle Identité pour l'Europe?*, Paris, Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1998, p.11.

européu, do futuro de uma identidade que ainda falta definir. Estas preocupações surgem num contexto que testemunhamos, com muitas inseguranças em relação ao futuro e com uma necessidade de construir um espaço confortável, um espaço comum de entendimento, um meio-caminho em que faça sentido que os povos se encontrem para partilharem e aprenderem.

Procurou-se então, nesta nossa análise, distinguir identidade cultural de multiculturalismo, numa etapa introdutória, que lançasse o desafio para a tentativa de estudo da dimensão cultural da União Europeia no Mundo. A UE, com os seus sucessivos alargamentos, tem hoje 27 países a formar uma grande amálgama de identidades e sensibilidades mas, apesar de diferenças estruturais, esses Estados partilham uma herança histórica comum, que promove a união entre os países que se identificam de algum modo, seja essa identificação de índole cultural, social ou política. Essa identificação provém também de uma convivência de muitos séculos, que permite, graças à sua disposição geográfica, que os cidadãos usufruam de mobilidade e transportem consigo costumes e histórias de outros povos. A nova e alargada vaga de emigração com origens variadas transforma também totalmente as configurações dos espaços urbanos cosmopolitas europeus, tornando-se mesmo um imperativo social o apelo à tolerância e à não discriminação da cultura do desconhecido. Se tal exercício não for feito, cair-se-á na tentação da desconfiança, da aversão em relação ao diferente, originando guetos culturais ou mesmo violência. O papel da diversidade cultural europeia deverá ser o de abrir esse pressuposto, o de que somos todos diferentes, com culturas distantes e diferenciadas, mas que podemos partilhar um espaço saudável e, ainda por mais, beneficiar pessoalmente com as trocas de experiências e saberes, coisa tão natural ao português como o fazer-se ao mar desconhecido.

Por esta e outras razões referidas adiante se focará a necessidade de uma educação intercultural ao nível europeu, uma educação esclarecida e de cariz humanista, que transmita a importância de uma sociedade multicultural e pacífica, promovendo a integração, reconhecimento e valorização da diferença e das especificidades culturais dos povos que conosco se cruzam no nosso quotidiano “global”. Essas múltiplas identidades culturais congregam-se num sentimento único, o “ser europeu” ou, de uma forma mais universal, o “ser humano” que, graças a essas características diferentes, nos ajudam a percebermos quem realmente somos.

O Homem é um ser naturalmente curioso, que se questiona diariamente e que se impele rumo ao desconhecido. Esta característica faz dele uno e especial, capaz de

arranjar novas soluções para velhos problemas e novos problemas com novas resoluções. É também esta característica que faz com que o mundo dos Homens “pule e avance”, passe para novos estádios de descoberta e desenvolvimento e molde as mentalidades arcaicas às transformações que vão ocorrendo. Assim, também se torna necessário, no âmbito cultural, que o Homem tenha essa curiosidade de conhecer e de dar a conhecer, através de projectos e programas delineados e construídos em comum, para que se construam pontes entre as diferentes civilizações que temos no nosso espaço europeu, para que surja naturalmente um conhecimento mútuo que valorize o nosso presente e abra portas para um futuro mais pacífico e conciliador, em que as diferenças culturais sejam motivo de celebração, em que os povos europeus se apercebam que muito mais existe que os une do que o que os separa. Talvez desta forma, ultrapassando preconceitos e desconfianças culturais, seja possível falar de uma identidade cultural comum, que deixará de ser um puro ideal, tornando-se num projecto e concretizando-se numa realidade.

Capítulo I

Europa – Identidade Cultural ou Multiculturalismo?

CAP.I – EUROPA – IDENTIDADE CULTURAL OU MULTICULTURALISMO?

O que nos faz ter uma identidade? São os nossos gostos, valores, heranças, identificações múltiplas pessoais? É a pertença a um grupo? O que nos leva a quereremos pertencer a um grupo? Estará a nossa construção pessoal intrinsecamente relacionada com o sentido de pertença que nos faz chamar a um sítio “nosso”? E o espaço do “Outro”? É dele por ser diferente do “nosso”? Que diferenças são essas que nos fazem sentir como pertencentes a um círculo e rejeitando outros? Como construímos a nossa identidade? Será esta construção realizada sempre em relação ao “Outro”?

“Acima de divisões geográficas, religiosas ou políticas, as correntes artísticas, científicas ou filosóficas influenciaram-se e enriqueceram-se mutuamente ao longo dos séculos, constituindo o património de que hoje as podem reclamar as diversas culturas da União Europeia. Com efeito, por mais diferentes que sejam, os povos europeus partilham uma história que situa a Europa no mundo e na qual se funda a sua especificidade. (...) É aí que se inscreve o “modelo cultural europeu”, entre o respeito pela expressão cultural própria de cada povo e os intercâmbios, as acções de cooperação, que alimentam e enriquecem cada cultura.”².

A questão da dimensão cultural e espiritual de um espaço englobante que consideramos “nosso”, a Europa, tem sido amplamente discutida. Esta discussão tem sido levada a cabo por instituições, personalidades e grupos de trabalho de natureza diversa. Porque esta é uma questão sem premissas finais e/ou contornos definidos, dada a própria natureza subjectiva dos motivos que levam os cidadãos europeus a assumirem (ou não) um sentimento de pertença em relação a esse mesmo espaço, ele também de fronteiras ténues e identificações culturais múltiplas. Herança cultural pode ser definida como “o corpo de artefactos culturais existentes; produtos da alta cultura representada por grandes obras da literatura, pintura, escultura, música e arquitectura que constitui o

² COMISSÃO EUROPEIA, *Construir a Europa dos Povos – A União Europeia e a cultura*, Bruxelas, 2002, p.3.

geralmente conhecido cânone. (...) também inclui tradições, ideias e feitos característicos de uma comunidade cultural, continuados por um longo período de tempo e passados de geração em geração. Existem dois níveis de identidade cultural: o nacional e o europeu podem ser conjugados quando o sentimento de pertença a uma nação coexiste com o sentimento de pertença a uma comunidade cultural comum, unida pela aceitação de sistema de conceitos e valores partilhado. O reconhecimento de afinidades gera respeito por si mesmo; o reconhecimento das diferenças ensina o respeito por outras culturas.”³.

O termo “multiculturalismo” levanta algumas questões. Pode ser definido como uma situação relevante de uma diversidade cultural, de um pluralismo próprio a toda a sociedade industrial. De qualquer forma, desde as suas origens que a Europa consagra o seu pluralismo – diversidade linguística e cultural (nacionais, regionais, maioritárias e minoritárias), diversidade institucional, tradições culturais e políticas. O projecto político europeu não pode ignorar essa pluralidade no seio da qual se exprimem e impõem as diferenças culturais nacionais⁴. Se é verdade que o multiculturalismo é a base das divisões no centro dos Estados-nação, porque não poderá ser também a origem de uma identidade europeia?

O conceito de multiculturalismo refere-se antes de tudo ao Estado-nação que, nos seus princípios, tende à unificação territorial, linguística e cultural. É considerado uma resposta à gestão da diversidade cultural, de forma a incluí-la na dimensão política. Para alguns, o multiculturalismo corresponde ao respeito pelas identidades culturais, à igualdade de direitos e de oportunidades e constitui o fundamento da democracia. Para outros, pelo contrário, assemelha-se ao tribalismo e põe em causa a integridade e a unidade nacionais asseguradas pelo Estado. Para outros, serve o propósito de contrariar o nacionalismo e, ainda, para outros é a origem dos sentimentos e expressões nacionalistas⁵. Na Europa, o multiculturalismo corresponde a situações diversas consoante a estrutura do Estado e o reconhecimento de particularidades regionais e linguísticas. De facto, alguns países europeus institucionalizaram o pluralismo com a criação de regiões dotadas de poderes, como o caso de Espanha ou Itália, outros

³ BEYNON, John, *et al.*, *Civilisation of integrated Europe: studies in cultural perspectives*, Lodz, Lodz University Press, 2001, pp. 101, 161,174.

⁴ KASTORYANO, Riva, *op. cit.*, p.13.

⁵ *Idem*, p.15.

construíram o seu pluralismo linguístico como a Bélgica e a Suíça, com comunidades linguísticas e territórios dotados das suas próprias instituições. O termo “multiculturalismo” marca ainda a passagem de uma imigração económica temporária para uma presença permanente de populações imigrantes e para as estratégias políticas necessárias. É uma “identidade (que) se constitui de uma pluralidade de identidades em fluxo contínuo, rede comunicativa, teia de relações, num labirinto de referências cujo sentido mergulha em raízes dificilmente perceptíveis na pele da cultura que constitui a capa mais visível, superficial e tecnologicamente homogeneizada do mundo em que vivemos.(...) uma intersecção, feita muitas vezes de diálogos, mas construída também sobre rasuras, esquecimentos e destruições, do tempo e da história, dos tempos e das histórias.”⁶.

As reflexões levadas a cabo até à data baseiam-se maioritariamente nos valores espirituais, religiosos e culturais do espaço europeu e de que forma estes podem ser estudados e ligados para poderem servir de pilares fundamentais para uma possível futura unidade europeia. Reitera-se que a União Europeia não deverá ser apenas uma aliança entre Estados que partilham um certo número de interesses limitado mas que se deve constituir como uma entidade política com significados e pertenças próprios. “A Europa deve ser pluralista, consciente do que deve à cultura transmitida pelos Gregos e pelos Romanos, pelos Árabes e pelos Judeus, e de que deve tirar lições da sua própria experiência reconhecendo a força da tolerância e a miséria das ideologias fechadas e totalitárias que lançam sobre ela a sombra da vergonha.”⁷. Romano Prodi considera que a dimensão cultural da Europa e a sua interacção intrínseca com a evolução social, económica e política são merecedoras de um debate de alto nível, surgindo deste novos projectos de investigação inovadores⁸. Esforços como este são feitos diariamente e a um nível internacional, numa demonstração da preocupação premente de várias nacionalidades em aprofundar as raízes comuns culturais e espirituais que unem (ou não) um “povo europeu”.

⁶ ANDRÉ, João Maria, “Globalização, mestiçagens e diálogo intercultural”, *Revista da História das Ideias*, Vol.25, Coimbra, 2004, p.9.

⁷ GEREMEK, Bronislaw ; MAILA, Joseph ; MONGIN, Olivier, *Quelles valeurs pour quelle Europe?*, Paris, Altadis, La Republique des Idées, Le Mécénat, 2003, p.11.

⁸ http://ec.europa.eu/archives/commission_1999_2004/prodi/group/michalski_pt.htm (10/2007).

A questão da cultura ao nível europeu apresenta-se-nos, principalmente, sob duas formas de a encararmos: ou como a cultura do “génio europeu” que fundou o Velho Continente, focando-se numa civilização excepcional racionalista, democrática, humanista e que sintetizou as tradições judaico-cristãs; ou como uma cultura de problematização. Pois a Europa é origem de grandes conquistas como a da liberdade e dos direitos humanos mas é também precursora de grandes vicissitudes como a violência contra povos vizinhos, a homofobia e o racismo. Por isso se afirma amiúde que a cultura da Europa está repleta de dualismos, pois se em termos históricos os povos europeus partilharam os mesmos princípios, categorias conceptuais, padrões sociológicos, instituições sociais e até mesmo os problemas, a Europa é também um espaço de muitas diferenças de raiz que não são transponíveis, começando logo pela língua e percorrendo particularismos regionais que não se assemelham a nenhuns outros do mesmo continente.

As principais preocupações de grupos de investigação da mais variada natureza, sejam públicos ou privados, académicos ou económicos, defensores da diversidade ou da inclusão, tendem a convergir em pontos comuns. Considera-se de suma importância o fomentar de uma comunidade de valores semelhantes através de medidas políticas, passando pela possível adopção de uma Constituição. Procuram-se estudar os principais desafios à coesão social e à solidariedade na União Europeia, reconciliando valores comuns com a preservação da diversidade cultural. Estudam-se formas de a cultura, a religião e as tradições poderem promover a coesão social, ou outros factores que para tal contribuam numa Europa cada vez mais alargada... Segundo Charles Pentland, a integração europeia requer uma transformação na forma de pensar e agir da maior parte dos europeus⁹. A Europa não se pode abstrair da multiplicidade de línguas, de tradições, do pluralismo de culturas que questionam a integração política da Europa e a sua identidade. No domínio cultural, o princípio de cooperação entre os Estados, introduzido em 1983, teve como objectivo “europeizar a cultura”. Os programas padronizados de ensino e informação, que asseguram os fluxos culturais pelos meios técnicos de informação, contribuem para a emergência de uma “eurocultura” que faria da Europa uma unidade distinta. Este processo de padronização tem como objectivo

⁹ PENTLAND, Charles, *International Theory and European Integration*, Londres, Faber and Faber, 1973, p.242.

fazer do espaço europeu um espaço unificado como o espaço nacional¹⁰. A transnacionalidade, graças às interações obtidas entre os agentes portadores de diferentes tradições, pode tornar-se um meio de socialização e de aprendizagem de uma nova cultura política que se qualificaria como “europeia”.

Esta discussão contínua parece não ter fim, sendo esgrimidos argumentos múltiplos que levam a um consenso quase impossível. O que nos poderá levar a questionar se esta será mesmo uma pergunta sem resposta, se nunca conseguiremos delimitar claramente que matrizes culturais nos ligam ao “Outro”. Quais serão os motivos que levam a que nos sintamos Europeus, pertencentes a um grupo em determinado assunto e completamente distanciados, orgulhosamente fechados nos limites da nossa nacionalidade em relação a outros? Será possível, um dia, alcançar essa tão almejada “supranacionalidade”, que faça os povos tratarem-se realmente como vizinhos e alcancarem uma mobilidade geográfica tal que lhes permita evitar o sentido de estranheza quando passam as fronteiras do seu país? E que esforços têm, então, sido iniciados para que nos sintamos mais “nós” e menos “eu e o outro” dentro das fronteiras europeias?

Hoje em dia, podemos sentir uma onda de identificação europeia muito própria. Infelizmente, esta construção identitária tem sido feita não interiormente, com uma componente de aproximação ao vizinho, mas exteriormente, como modo de afastamento em relação ao “Outro”, neste caso o não europeu. Numa época em que se sente um temor em relação ao terrorismo islâmico, a Europa regue-se culturalmente em bloco contra um inimigo comum, fazendo sobressair esse perfil identitário. Constrói-se em relação a este “Outro” na medida em que sente que os seus pilares se baseiam em valores económicos, de civilização e dos Direitos do Homem, enquanto que o outro grupo se rege por imperativos religiosos. É um choque de valores que obriga a Europa a entender-se como una e a responder a uma só voz. Por outro lado, uma cultura política europeia só poderá nascer fruto das interações e dos confrontos entre as culturas nacionais que constituem a União Europeia. É o conjunto das relações entre a União, os Estados-Membros e os imigrantes, “estrangeiros” à identidade europeia, que conduz a uma redefinição de conceitos de universalidade, de particularidade, de nacionalidade e de cidadania, conceitos que estão na origem da formação de uma identidade europeia.

¹⁰ KASTORYANO, Riva, *op. cit.*, p.23.

A cultura e a civilização são dois dados que concorrem juntos para a tentativa de análise das populações. Cada civilização comporta um fermento da evolução, a cultura, e as culturas do mundo interseccionam-se e fecundam. Segundo René Lenoir, todas as civilizações seguem o mesmo rumo: nascem sob a forma de uma cultura, desenvolvem-se e decaem¹¹. As sociedades partilham afinidades culturais cooperantes. A circulação de ideias não funciona só no espaço mas também no tempo. Muitas vezes as civilizações referem-se à cultura que existia “antigamente” e as modificações que sofreu até ao momento do discurso. O domínio cultural é uma força que molda as civilizações. A cultura é, ao mesmo tempo, património e consciência. Um património feito de valores morais e estéticos, de história, de símbolos, de um código comportamental e de uma consciência da presença no mundo e na sociedade. A consciência cultural muitas vezes problematiza a própria civilização, fazendo-a evoluir, pois o Homem, embora pertencendo a um clã, a uma tribo, a uma sociedade, é uno e múltiplo, capaz de compreender os Homens de outras culturas. Todas as culturas vivas são, então, tradição e fermento de evolução¹². Dialogar com outras culturas não significa esquecer a sua, ou o diálogo não faria sentido. As culturas das diversas civilizações não têm de e não se devem sobrepor. A teoria de Huntington sobre o choque de civilizações é cada vez mais substituída pela tentativa de diálogo entre elas, como fonte de criação, de inovação e até mesmo de revoltas, que moldam o ser humano e o preparam para a tolerância para com o diferente, o Outro.

Jean Monnet, aquando dos seus primeiros esforços para pôr em marcha o processo de construção europeia, deu sempre primordial atenção às questões culturais. Esta preocupação é muitas vezes repetida por aqueles que estão convencidos de que os valores culturais serão aqueles que irão unificar os povos da Europa, estando sempre a ser postos em evidência e promovidos pela opinião pública europeia. O reforço desta opinião é feito devido à pouca importância atribuída inicialmente à política cultural. O Tratado de Roma de 1957 não previa qualquer capítulo ou parágrafo que tratasse este tema, apenas no Preâmbulo era referida a cultura como elemento promotor de união entre os povos e de desenvolvimento económico e social¹³. Apenas no final dos anos 60

¹¹ LENOIR, René; *Choc ou Dialogue des Civilizations?*, Barret-sur-Méouge, Editions Yves Michel, 2004, p.21.

¹² *Idem, ibidem*, p.102.

¹³ <http://www.historiasiglo20.org/> (11/2007).

se deu um ponto de viragem importante no tratamento da cultura europeia, que se estendeu a diversos sectores da Comunidade. Foi a partir desta época que várias Cimeiras de Chefes de Estado e de governos sublinharam a necessidade de uma acção comunitária ao nível cultural, levando a cabo acções significativas. O Parlamento Europeu, particularmente, assumiu um papel louvável no domínio das actividades culturais com tomadas de posição e resoluções oficiais. Mas foi apenas depois da entrada em vigor do Tratado de Maastricht que a política cultural europeia passou a ter a sua própria base jurídica, em particular o artigo nº 151¹⁴ que fornecia a base de acção para encorajar, apoiar e integrar a acção dos Estados-Membros, respeitando as diferenças nacionais e regionais e, ao mesmo tempo, focando a herança cultural comum. Este artigo pretendia, também, a participação da Comunidade a fim de melhorar o conhecimento e a difusão da cultura e da história dos diferentes povos europeus, assim como a colaboração com países terceiros e com organizações internacionais competentes no ramo da cultura, particularmente com o Conselho da Europa. Finalmente, ele estabelecia ainda que a intervenção da Comunidade no domínio cultural deveria ser feita e regrada pelos princípios da complementaridade e subsidiariedade.

Fundados os princípios, a União Europeia deu vida a um conjunto de programas, gerados principalmente pelo grupo de trabalho da Comissão Europeia. Dentro destas iniciativas conhecemos os programas Raphael, Ariane e Kaleidoscope, destinados a: encorajar a cooperação transnacional entre os Estados-membros no sector dos bens culturais; melhorar essa cooperação ao nível do livro e da leitura e promover um conhecimento abrangente de obras literárias e da história dos povos europeus pelas suas traduções; e, por fim, encorajar a criação artística e a difusão da cultura dos povos europeus, principalmente no domínio da arte, devido às trocas e cooperação culturais. Poderíamos ainda referir a primeira Capital Europeia da Cultura, iniciativa lançada em Atenas em 1985.

Várias foram, então, as iniciativas culturais que advieram desse “Primeiro programa quadro da Comunidade Europeia para a Cultura (2000-2004)”. Muitas destas iniciativas serão desenvolvidas com maior pormenor no decorrer do corrente estudo.

¹⁴ Veja-se Anexo I, p. II.

¹⁵ <http://www.europarl.europa.eu/meetdocs/committees/cult/20010529/438727PT.pdf>. (12/2007), p.9.

Podemos, assim, denotar aqui um ponto de mudança. Mudança na forma como a Cultura passou a ser encarada, com um peso comunitário que até então não adquirira. Tomou-se consciência de que o debate sobre o lugar que a Europa ocupa no mundo deixou de poder ser determinado simplesmente pela sua posição política, económica, social ou geográfica, ou pela sua política de relações internacionais, de segurança ou defesa. Começou a constatar-se que grande parte da força essencial europeia residia no resultado da natureza e dos elos dos seus valores culturais. É uma potência que se vê como “civilizada” e que consegue prevenir e apaziguar conflitos, que se apoia no diálogo político para adquirir influência. Obviamente que o diálogo intercultural tem um papel de suma importância nesta estratégia.

Mais recentemente, em 2001, o Parlamento Europeu reiterou a sua opinião acerca da cooperação cultural explicitando que “A afirmação da Europa enquanto unidade cultural, tanto diversa como distinta, representa um aspecto fundamental do projecto político da União Europeia. (...) a Europa tem uma identidade cultural própria, rica, específica, fundada sobre as diversidades complementares.”¹⁵. Esta consciência e os esforços empreendidos para a dinamização de uma política cultural europeia têm sofrido obstáculos. Obstáculos não apenas do foro económico mas sobretudo devido a uma interpretação administrativa do princípio da subsidiariedade, dificultando que a cooperação seja posta em prática. Estes limites estruturais terão de ser contornados para que deixem de existir razões para a ausência actual de uma cooperação sistemática entre as acções lançadas pela União Europeia no domínio da cultura e as políticas culturais nacionais.¹⁶ A maior parte dos países acabou, então, por concordar em incluir nas suas agendas políticas actividades culturais que correspondessem às directivas europeias de modo a tentar a conservação, a criação, produção, difusão, formação e comercialização de património artístico de países membros, quer fosse de origem histórica, do mundo das artes audiovisuais, da arquitectura, dos arquivos, bibliotecas, imprensa, teatro ou cinema.

Os objectivos destes esforços dos Estados-Membros ao nível cultural pautaram-se por uma notável convergência. Sendo o património a base de toda a criação artística, o direito à participação na cultura e a visão desta como um bem plural e não apenas ao

¹⁵ <http://www.europarl.europa.eu/meetdocs/committees/cult/20010529/438727PT.pdf>. (12/2007), p.9.

¹⁶ LANDUYT, Ariane, “L’Union européenne et le dialogue interculturel”, in RIBEIRO, Maria Manuela Tavares (coord.), *Identidade Europeia e Multiculturalismo*, Coimbra, Quarteto, 2002, p.43.

alcance de algumas elites beneficiadas permitiu a consagração da liberdade de expressão no domínio cultural e a abertura para uma possível internacionalização da cultura. Estes princípios foram-se tornando unânimes, apenas mudava a forma como estes objectivos eram relevados e seguidos em cada país, estando estas diferenças relacionadas com as tradições nacionais dos países, sejam elas históricas, políticas ou culturais. Assim, a noção de “unidade na diversidade” torna-se o traço dominante da política cultural europeia. Embora existam grandes diferenças nas prioridades de cada país – sendo que alguns países promovem a cultura nacional acima de qualquer outra e outros Estados têm um sentido de pertença cultural muito mais vincadamente europeia – começa-se a notar uma exigência ao nível da uniformização do discurso e da adopção de conceitos-chave comuns. Sentiu-se também a necessidade de desenvolver acções de cooperação de longa duração e com projectos culturais estratégicos, servindo para esse fim um estreitamento da cooperação entre políticas nacionais e a acção comunitária.

Assim, foi necessário um forte compromisso a favor da cultura para a marcação de itinerários e instrumentos culturais concretos para o desenvolvimento da cooperação. Não se tratava da emissão de normas culturais que se aplicam de forma autoritária por cima das políticas culturais nacionais, pois essa acção seria contrária a todo o espírito que presidiu à elaboração dos Tratados; pretendia-se, sim, criar uma interpretação positiva do princípio da subsidiariedade de modo a conceber um ambiente favorável ao diálogo entre as instituições e os agentes culturais, protegendo o património, assegurando a liberdade de expressão dos artistas e garantindo a todos os cidadãos o acesso a esta Cultura.

Com o contínuo jorrar de acontecimentos diários que ferem os princípios da tolerância, no meio de um infindável conflito Oeste/Leste que esquece direitos humanos e confunde economia com religião, continua a ser premente o compromisso das instituições comunitárias para a construção de uma Europa aberta a todas as tradições, a todas as religiões e a todos os valores culturais.

Numa sociedade que se depara cada vez mais com o multiculturalismo, produto de migrações constantes, os responsáveis da Comissão Europeia consideram que o diálogo entre as diferentes culturas deve implicar a participação dos cidadãos de forma a torná-los protagonistas. Assim, um dos instrumentos visto como eficaz e interessante para preparar os cidadãos para esse diálogo é o ensino de imigrantes na União Europeia. Esta é uma iniciativa integradora que tem a preocupação de integrar posteriormente

esses jovens no espaço comunitário, respeitando as diferenças culturais na aplicação das medidas europeias. É uma “educação intercultural” que promove não só a criatividade individual mas também a preparação para a participação na vida social, económica, política e social, pois o fenómeno educativo jamais se poderá separar do fenómeno social. A diversidade cultural resultante desta experiência contribui, assim, para o desenvolvimento do carácter inovador e dinâmico das sociedades contemporâneas europeias. A experiência educativa multicultural deverá englobar a aprendizagem de diferentes línguas nas sociedades multiculturais, deverá favorecer a integração de imigrantes que possuam uma herança cultural e étnica diferentes, deverá fortalecer a luta contra o racismo e a xenofobia e desenvolver a dimensão intercultural no acesso ao mercado de trabalho¹⁷.

Como toda a evidência, a Europa é um espaço de cidadania, de compromisso e de participação, de pertença tanto regional como nacional, étnica e religiosa, que adiciona um novo elemento à escolha identitária do indivíduo, a referência europeia¹⁸. O multiculturalismo, como base de negociação entre múltiplas identidades, precisa de precaver o perigo da sobreposição dessas várias identidades. O multiculturalismo apresenta-se, provavelmente, como a chave para o atingir do projecto europeu e “os fenómenos do multiculturalismo e da mestiçagem cultural passar-nos-ão completamente ao lado se não conseguirmos superar a tradicional concepção de cultura como sistema mais ou menos estável de traços, heranças, usos e objectos que definem a memória identitária de um grupo.”¹⁹.

A Europa sempre definiu a sua própria identidade através do confronto em relação ao Outro. É preciso dar um passo em frente para que se possa criar uma dimensão institucional do diálogo europeu, um diálogo intercultural levado a cabo pelos cidadãos de forma a ligar a Europa no plano social e cultural mas não a tornando uniforme, “de modo a construir não uma fortaleza mas uma realidade aberta e disponível à discussão.”²⁰.

¹⁷ Unione Europea, Comitato delle Regioni, *L'istruzione interculturale nell'Unione Europea. Attività locali, regionali e interregionali. Esempi di buona pratica*, Luxemburgo, Gabinete de Publicações Oficiais da Comunidade Europeia, 1999.

¹⁸ KASTORYANO, Riva, *op. cit.*, p.38.

¹⁹ ANDRÉ, João Maria, *op. cit.*, p.16.

²⁰ LANDUYT, Ariane, *op. cit.*, p.48.

Na Declaração sobre a identidade europeia da Cimeira de Copenhaga de 1973, definiu-se identidade como a “adesão a valores e princípios comuns”, “aproximação de concepções de vida” e pela preservação das civilizações e da cultura para a construção da Europa. A cultura torna-se, sob este prisma, um assunto também económico e político, invocando a defesa do patriotismo cultural como uma forma de alcançar o objectivo último da valorização cultural, transformando-se também num mercado a ser desenvolvido²¹.

Este debate sobre o pluralismo cultural remete obrigatoriamente para o factor identitário, pois é a própria cultura que une uma sociedade, um grupo, um indivíduo. Mas esta cultura é também sujeita a variadíssimas interpretações. Contogeorgis afirma que a cultura não se identifica ou depende unicamente da religião com que se relaciona e que as diferenças culturais, ainda que se reflectam na religião, acabam por ser avaliadas no final como o resultado global da realidade socioeconómica e política de uma época. Do seu ponto de vista, a discussão sobre o pluralismo cultural europeu abre o debate sobre os fundamentos cosmossistémicos da Europa²². Assim, a questão do pluralismo cultural europeu está intrinsecamente ligado aos fundamentos do despotismo no passado, à sua experiência antropocêntrica primária vivida até ao presente e à natureza das evoluções que anunciam os fenómenos inéditos do mundo contemporâneo. É importante a instituição de um diálogo aprofundado com o Outro, fundado na autonomia e não na integração homogeneizante, promovendo não a exclusão mas a coabitação. Esta nova abordagem do pluralismo cultural europeu necessita de um sistema de valores, social e político, capaz de suportar uma Europa em progresso. São necessárias novas formas de liberdade, para que a harmonização entre culturas diferentes seja um êxito. Segundo João Maria André, “uma análise crítica da forma de desenvolvimento tanto dos indivíduos como dos grupos mostra que a respectiva identidade e o que lhe dá visibilidade sob a forma de cultura é um processo de

²¹ STICHT, Pamela, *Culture Européenne ou Europe des cultures? Les enjeux actuels de la politique culturelle en Europe*, Paris, L’Harmattant, 2000, pp.46-47.

²² CONTOGEOGIS, Georges, “Les fondements et les limites du multiculturalisme européen”, in RIBEIRO, Maria Manuela Tavares (coord.), *Identidade Europeia e Multiculturalismo*, Coimbra, Quarteto, 2002, p.57.

interacções, permanentemente em devir, em que a diferença e a alteridade constituem sempre o pólo dialógico de constituição do eu e da sua autenticidade.”²³.

Sendo a tónica cultural um dos eixos em que poderemos encontrar a vontade de abraçar um projecto de cooperação sem reticências, teremos de a transformar num elemento unificador e não superador de identidades comuns. Terão de se pôr de lado divisões e rupturas para que a União reflecta um espaço de pátrias e povos com culturas identitárias que se conjuguem de forma transversal. Terão de existir esforços para tornar o que possam ser temas que suscitem receio e insegurança como a ameaça do terrorismo ou a crescente vaga de imigração em preocupações comuns, com projectos vizinhos para evitar que as nações voltem costas e adoptem uma atitude isolacionista, tentando tratar destes temas de uma forma individual. Edgar Morin referiu que “L’Europe multiculturelle será un retour aux sources, car l’Europe est née de l’appropriation du passé et de l’autre”²⁴. A pluralidade dos elementos constitutivos desta nossa aliança é inegável e histórica. Muitos são os factores de discordância, quer sejam culturais, regionais, nacionais, religiosos ou até mesmo políticos. Estes factores não podem ser relegados para segundo plano, como um obstáculo que se tenta fingir que não existe. Devem sim ser tomados em linha de conta como parte integrante de uma identidade multicultural, com orgulho nas diferenças e não desprezo por essa fonte de enriquecimento cultural. Será, aliás, impossível escamotear diferenças gritantes, pois o próprio multiculturalismo estendeu-se às instituições europeias, ou não fosse a diversidade linguística um atestado disso mesmo.

Temos, então, por fim, que analisar a forma horizontal com que se pretende que a diversidade cultural europeia seja construída para contribuir para uma identificação dos povos. Este projecto apenas alcançará sucesso se tiver uma implementação popular, pois é desta raiz dos povos que surgem as maiores identificações e distinções culturais. O multiculturalismo surgirá, por conseguinte, como a resposta para a falta de identificação cultural europeia se se conseguir transformar esta mais-valia europeia num manancial de tratamentos integradores e, assim, ultrapassar os obstáculos que, à primeira vista, poderiam parecer intransponíveis.

²³ ANDRÉ, João Maria, *op. cit.*, p.17.

²⁴ MORIN, Edgar, *Penser l’Europe*, Paris, Seuil, 1988, pp. 168-169.

É urgente rejeitar um centralismo cultural que indique que correntes seguir e também evitar que as ideias se repartam parcelarmente pelos territórios; é imperativo recusar uma cultura estandardizada mas também não fomentar as diferenças das minorias, como o culto elitista da língua ou preconceitos nacionalistas. A Europa tem de ser um projecto que problematize pois na sua génese estão presentes muitos factores em discordância. Enquanto os latinos encaram a cultura como um “conjunto de valores que pode comunicar-se de um povo para o outro em nome da razão universal”, a tradição anglo-germânica vê-a como “maneiras de ser, gostos, comportamentos, modos de vida que singularizam os grupos sociais”²⁵. Se os supranacionalistas e os nacionalistas levarem a extremos os seus argumentos acerca da identidade nacional e identidade europeia, então haverá muito espaço no meio consagrado ao pluralismo. O sentimento pluralista expressaria a aceitação da necessidade da integração europeia mas, ao mesmo tempo, ressaltaria a afiliação ao sistema de Estado-Nação e a necessidade de diversidade da expressão cultural. Este nível de aceitação difere largamente de país para país, desde o exemplo optimista da França, mais pragmático na Dinamarca e mais pessimista na Alemanha.

A cultura está na origem da Europa. Esta é uma unidade de cultura na diversidade, com muitas correntes civilizadoras a concorrerem para o mesmo fim, que se podem integrar ou divergir. O multiculturalismo está na base de qualquer tentativa de construção cultural europeia, tendo de se proceder à revalorização das diferenças culturais e à afirmação das identidades nacionais. Porque a Europa é construída numa matriz de diálogo entre culturas, devido à sua pluralidade inquestionável, de forças convergentes, centrífugas e díspares. Embora se sonhasse para a Europa um destino de paz total, as divergências culturais, entre outras, tornam esta realidade por vezes impossível. Veremos se é possível tornar esta rede complexa de origens e motivações num conjunto pacífico de harmonia integradora de cariz cultural, que faça com que os seus habitantes se identifiquem com a filosofia que lhe subjaz. Veremos se algum dia nos poderemos identificar como agentes de uma “cultura europeia” ou se tal realidade já existe no momento presente.

²⁵ RIBEIRO, Maria Manuela Tavares, “Multiculturalismo ou coabitação cultural?”, in RIBEIRO, Maria Manuela Tavares (coord.), *Identidade Europeia e Multiculturalismo*, Coimbra, Quarteto, 2002, pp. 286-287.

Capítulo II

Dimensão Cultural da União Europeia no Mundo

CAP. II – A DIMENSÃO CULTURAL DA UNIÃO EUROPEIA NO MUNDO

2.1 – DIVERSIDADE E IDENTIDADE EUROPEIA

A diversidade cultural da União Europeia é um facto inegável, existente como fruto indissociável da própria diversidade dos Estados-Membros. Os próprios Estados partilham uma herança histórica que promove a união entre países que se identificam de algum modo, seja a razão cultural, política ou económica. Para além da vertente cultural, a unidade da Europa resulta de uma convivência comum de muitos séculos. Existe “uma História partilhada, instituições políticas e sociais idênticas (o Estado-Nação é uma criação tipicamente europeia), sistemas jurídicos idênticos. No ensino, nas letras e artes, na ciência e até nos usos e costumes, a herança europeia é fundamentalmente uma herança múltipla e partilhada.”²⁶. É, então, de difícil entendimento quando surgem casos de xenofobia ou racismos entre povos dentro da União Europeia. Que argumentos são esgrimidos para a superioridade de pertença a uma nacionalidade em detrimento de outra? “Mais do que uma simples divisão geográfica do mundo, o continente europeu é uma realidade humana, cultural e política com uma identidade própria. Esta identidade resultou de um longo percurso histórico, em que os factores de unidade nem sempre foram mais fortes do que os factores de desunião.”²⁷. Se a Europa se unir poderá defender as culturas dos povos que a integram, pois sem esta união o poder económico acabará sempre por corresponder à predominância cultural, com a ameaça de domínio.

²⁶ ALMEIDA, Rui Lourenço Amaral de, *Portugal e a Europa – Ideias, factos e desafios*, Lisboa, Edições Sílabo, 2005, p.23.

²⁷ *Idem, ibidem*, p.21.

Ainda segundo Amaral de Almeida²⁸, “os factores que concorrem para a construção de uma unidade europeia existem. A identidade europeia, quer a nível cultural quer sobretudo a nível da vontade de convergência, é uma realidade que tem vindo a ser consciencializada por grande parte dos europeus. Identidade europeia que conta mais de dois mil anos, já que o núcleo inicial em que foi forjada se situa na antiguidade greco-romana. O percurso foi longo e sinuoso e o resultado é a realidade actual, em que muitos europeus se unem em torno de uma ideia: a unidade europeia.”.

Uma questão muito actual e que leva a novas formas de manifestações contra a presença de outros povos europeus no nosso território nacional é a da nova e alargada vaga de imigração com origens variadas que transformaram totalmente as configurações dos espaços urbanos cosmopolitas europeus. Pessoas vindas de todos os cantos do mundo agrupam-se dentro do mesmo espaço físico, a cidade, e têm de aprender a coexistir uns com os outros, apesar das suas inevitáveis diferenças estruturais e culturais. Neste contexto surge-nos o multiculturalismo, com a diversidade cultural. Este multiculturalismo “começa por ser um facto que se traduz na coexistência de várias culturas numa proximidade física e humana, mas facilmente evolui para um projecto de sociedade, que o conceito americano de *melting-pot* tão bem exprime com toda a sua fragilidade, dado que, ao postular, ainda que inconscientemente, um primado do grupo a que se pertence, uma espacialização das diferenças, uma jurisdição específica e complexa que garante os direitos de cada um, um reconhecimento do relativismo cultural e a expressão das diferenças no espaço público, pode dar origem a formas da vivência da diferença e da pluralidade que não ultrapassam a cultura de mosaico com que se pretendeu definir a cultura pós-moderna na sua fragmentação.”²⁹.

No entanto, infelizmente esta coexistência nem sempre é pacífica, surgindo conflitos entre povos diferentes que habitam dentro dos mesmos limites geográficos. Um dos factores para esses confrontos pode ser, como já foi referido, a imigração, que provoca a interacção, por vezes difícil e inconciliável, entre culturas dramaticamente opostas. Joga-se também ainda o jogo da medida do poder, do poder de quem chega a um país e quer estabelecer o seu lugar e o poder do povo que acolhe, que sente necessidade em afirmar a cultura dominante e mostrar aos povos que entram nas suas

²⁸ *Idem, ibidem.*

²⁹ ANDRÉ, João Maria, *op. cit.*, p.32.

fronteiras “quem manda”. Existe um certo sentimento de “estranheza” em relação ao Outro, não sendo possível a pacífica incorporação de elementos da cultura alheia.

Contudo, o papel da diversidade cultural europeia deverá ser outro. Deverá constituir-se como “uma mais-valia para a promoção do diálogo intercultural, para a hospedagem e a promoção tanto da política do reconhecimento da diferença como também para a promoção de uma cultura de paz com base no respeito pela diversidade e pela diferença”³⁰. Assim, esta incrível herança cultural, presente no tecido geográfico europeu, deverá ser aproveitada para o estreitamento de laços e não para uma guerra de trincheiras, em que as armas são as diferenças culturais e as matrizes religiosas de cada povo. A questão está em não fechar os olhos às diferenças culturais existentes nem tentar a sua homogeneização – tarefa que seria impossível e sem sentido – mas acarinhar o sentimento de hospedagem e de reconhecimento da diferença do Outro, como factor de riqueza no contacto com o Eu. O Outro pode e deve ser diferente, apenas porque o é e não por essa diferença assentar em qualquer juízo de valor em relação a outras culturas. O discurso deve ser adaptado a esta nova realidade de diversidade cultural, não condescendendo com as minorias nem sendo agressivo para com maiorias ideológicas.

A educação poderá constituir uma via para a implementação de uma política de tolerância, pois o seu papel de esclarecimento pleno poderá promover o sentimento de hospitalidade. Esta educação esclarecida, de cariz humanista e intercultural, transmitirá a importância de uma sociedade multicultural e pacífica, promovendo a integração, reconhecimento e valorização da diferença e das especificidades culturais dos povos que são acolhidos dentro das fronteiras nacionais³¹. Apenas desta forma se poderá obter um multiculturalismo assente na tolerância cultural, que desconstrua preconceitos e que promova a interacção cultural entre o Eu e o Outro.

Esta questão polémica que encontramos quando opomos diversidade cultural a xenofobia não é, de forma alguma, descontextualizada. É perfeitamente natural, e até de direito, numa sociedade como aquela a que pertencemos, com todas as vicissitudes e obrigações de um mundo globalizado, que os povos queiram encontrar o seu espaço e lutem por se encontrarem a eles próprios. Muitas vezes essa descoberta só se torna

³⁰ BARROS, Victor, “A Diversidade numa Europa em Construção: entre a Xenofobia e os Desafios Multiculturais da Hospedagem”, *Portugal e o Futuro da Europa: III Congresso Nacional*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 25 e 26 de Junho de 2007 (comunicação).

³¹ *Idem, ibidem.*

possível pela comparação com o Outro, com o que é de outra cultura, tornando os abismos entre eles cada vez mais inultrapassáveis e com as margens mais distantes entre si. O diálogo é um meio de transpor esta fissura cultural, evitando os discursos nacionalistas inflamados e construindo pontes de entendimento para que o acolhimento do Outro se torne um fenómeno usual e não de alterações ideológicas.

Já longe vai o tempo em que a Europa era terreno de combates bélicos de forças opositoras que culminaram em confrontos que tanto marcaram a história mundial. Hoje em dia, esses povos têm um elo entre si, uma união que junta a diversidade num espaço comum. É por isso que ter uma “Identidade Europeia” é sermos nós próprios aceitando que a nossa essência resulta também ela da mistura de muitas evoluções históricas de muitos povos e nações, de múltiplas identidades que se congregam num sentimento único que é o “ser europeu”. Os europeus têm a ligá-los uma longa história de cruzadas, de espírito de descoberta, de troca de informação e interligação de culturas e um jogo de equilíbrios hegemónicos que resultou no *patchwork* cultural que conhecemos hoje e que conseguimos identificar como pertencente ao nosso espaço. Temos orgulho em cada uma das nossas nacionalidades e pretendemos o diálogo e constante aceitação para a coexistência pacífica entre elas. O panorama actual seria impensável noutra contexto histórico. Quem imaginaria há apenas uma geração atrás que os Europeus iriam acordar em abdicar da sua moeda, factor identitário nacional, e optar por uma unidade europeia? O processo contínuo que é a construção europeia vai levantando questões acerca da capacidade de os povos, voluntariamente, adquirirem novas formas de identidade com novas instituições políticas³². Muitos poderiam afirmar que os hábitos que estão intrinsicamente ligados aos europeus, formados por contextos distintos, poderiam militar contra modificações significativas da afiliação pessoal às nações. As mudanças que vão ocorrendo são maioritariamente superficiais e relacionam-se com situações de manutenção de emprego ou a conveniência de fronteiras abertas, sem nunca comprometer a separação das línguas e das culturas. O nacionalismo, nestes domínios, é uma característica muito vincada e importante. O “nacionalismo” que refiro prende-se com “uma ligação forte do indivíduo ao Estado-Nação”³³. Este conceito apresenta-se como uma das forças mais poderosas na vida política contemporânea. Com a construção da identidade e do sentimento de pertença como uma reacção ao Outro, como foi já

³² ROBYN, Richard, *The Changing Face of European Identity*, New York, Routledge, 2005, p.2.

³³ *Idem, ibidem.*

referido, por toda a Europa podemos assistir a casos de países pobres e ricos em que partidos radicais de direita estão a subir ao poder, que parecem nada ter em comum para além do medo dos estrangeiros. O ideal americano de *blood ties* começa a fazer sentido para alguns países europeus, principalmente naqueles em que o sentido nacional sempre assentou explicitamente na etnicidade partilhada. Apenas no último século, com a formação da União Europeia, se tornou possível a ideia de uma entidade supranacional criada voluntariamente e não imposta aos países do mesmo perímetro geográfico. Com a Paz de Vestefália, no século XVII (1648), a Europa afastou-se das civilizações que lutam com base na fé e aplicou novos conceitos de organização estatal, dando continuidade a uma rede cada vez mais complexa e apertada de relações entre diferentes Estados e Nações distintas.

Muitos afirmam que as identidades nacionais são demasiado fortes para permitirem a mudança³⁴, que os europeus não se conseguem identificar com a Europa como um todo pois não existe o factor emocional que une cada indivíduo ao local onde nasceu. Outro argumento é que se os países estão divididos enquanto tal é porque existem razões fundamentais de pensamento e sentimento para isso acontecer. As diferenças culturais existem e não podem ser negadas. Se tal acontecer cair-se-á em extremismos nacionais que tentarão impor as suas culturas próprias em detrimento de uma identificação conjunta. As culturas nacionais são, sim, a matéria-prima a partir da qual as novas identidades estão a ser construídas na Europa. Devido a esta problemática, a questão da “identidade europeia” tem dominado a agenda política na Europa, assunto que anteriormente era visto quase como esotérico. A identidade tem várias vicissitudes que impedem que esta se estabeleça da mesma forma que uma cultura nacional pois não se pode basear numa língua como a maioria das culturas nacionais; também não tem fronteiras claras, uma capital ou um Estado pré-existente com símbolos e instituições.

Acima de tudo, considero que a Identidade Europeia é constituída, essencialmente, pelo abraçar do conceito de Liberdade. Existe entre os europeus uma liberdade de pensar inigualável, uma liberdade única de agir, de falar, de esgrimir argumentos, trocar conhecimentos e vivências, de discutir ideais. A Europa é em muito feita de ideias, de pessoas que pensam, que fazem avançar o mundo à custa da transformação das mentalidades. Penso que a Europa é pioneira neste aspecto e um

³⁴ *Idem, ibidem*, p.7.

modelo seguido por outros povos mundiais, valorizando a cooperação de forma equitativa com os países mais ricos e mais desfavorecidos do globo.

Claro que o “ser europeu”, o ter uma “identidade europeia” não é consensual. Dentro de um espaço tão vasto e heterogéneo como o europeu, é natural que existam várias “Europas”, uma de Estados extremamente nacionalistas e defensores da pátria, renunciando muitas vezes a esta partilha de uma identidade supranacional, e países mais liberais que primam mais pela visão moderna das relações e que não olham tanto para o passado num esforço de recuperação de tempos áureos. No entanto, estas diferenças de fundo em questões culturais e históricas não se têm apresentado como um obstáculo ao entendimento mas sim, muitas vezes, como um contributo precioso para a valorização da diversidade cultural europeia. Ao falar-se de “cultura europeia” ou “identidade cultural europeia” não significa a existência de uma única cultura na Europa, “o que existe é uma unidade entre diferentes, um conjunto muito vasto de elementos culturais comuns e, nalguns casos, estruturantes (...) Existe uma raiz ideológico-religiosa (o cristianismo), uma filosofia política europeia (a democracia), valores civilizacionais comuns (a herança greco-latina). É a este acervo cultural comum dos europeus que se chama “identidade cultural europeia”³⁵. Ora, a existência desta identidade não impede a existência das inúmeras culturas a nível nacional, devido à quantidade de povos habitantes na Europa. É necessário ponderação, discussão e reajustamentos para o desenvolvimento de uma plataforma de entendimento de forma a serem ultrapassados problemas à primeira vista tidos como insolúveis.

A identidade europeia é constituída por uma maneira de estar no mundo e encarar a história e a cultura muito próprias. Muitas vezes não se consegue explicar que sentimento é esse que nasceu de uma aliança política e económica e que hoje nos faz sentir como pertencendo a muito mais que isso. É uma forma de olhar para os outros que faz de nós especiais. É a presença de uma “alma europeia” que liga populações de raízes tão díspares que nunca se esperaria que se pudessem aliar. É um sentido de diplomacia militante, o combate incessante pela defesa dos direitos humanos e a defesa da democracia mundial. A Europa são várias e uma só: “a Europa dos cidadãos, a Europa dos povos, a Europa das culturas, a Europa social, a Europa motor do

³⁵ *Idem, ibidem*, p.23.

desenvolvimento económico”³⁶. Todas estas faces se conjugam para resultarem na Europa que é nossa individualmente e de todos ao mesmo tempo, que depende multilateralmente da presença de todos os Europeus, assim como os Europeus também necessitam da sua existência.

2.1.1. – Necessidade de Diálogo Intercultural

Num esforço de entendimento cultural, torna-se também necessária uma eficaz divulgação da informação no espaço europeu, pois as reacções à construção de uma identidade europeia variam consoante as diferentes culturas e de formas muito particulares. Grande parte desse esforço foi feita por parte dos governos nacionais interessados num entendimento. Poucas iniciativas deste género foram levadas a cabo em países como a Bulgária, República Checa, Estónia, Hungria ou Turquia. Ao nível de leis anti-discriminação, Chipre, a Lituânia, a Eslováquia e a Roménia produziram matérias nacionais, mas principalmente adereçados aos agentes da função pública e aos juristas. Muitos europeus estão predispostos a serem europeus mas não se vêem como europeus, o que sugere que os europeus são capazes de adquirir múltiplas identidades, embora muitas vezes tendam a separar, ainda que inconscientemente, a sua identidade cultural da sua identidade política.

Por outro lado, a Eslováquia promoveu um vasto número de actividades ao abrigo de um programa do Governo no âmbito da luta contra o racismo e a intolerância ao longo dos anos 2000 e 2001. A Polónia também encetou valiosos esforços na luta contra a discriminação, particularmente com uma parceria com a inspecção-geral dos direitos humanos. Assim, todos os meios foram postos ao dispor dos grupos que lutam contra a discriminação fundada em factores de sexo, raça, etnia ou nacionalidade, idade ou orientação sexual. Na Eslovénia, grande parte das iniciativas foram tomadas no domínio do ensino, em que certas escolas promoveram ciclos de debates diários tocando assuntos como a xenofobia, o racismo e a homofobia.

³⁶ AIRES, Rosana, “A Identidade Europeia”, in *Portugal e o Futuro da Europa: III Congresso Nacional*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 25 e 26 de Junho de 2007 (comunicação).

É obrigação dos Estados promover um diálogo com os seus parceiros sociais e organizações não-governamentais de forma a fomentar a igualdade de tratamento, se bem que o diálogo social seja de muito maior eficácia e importância nesta matéria. Os países com estruturas institucionais destinadas a assegurar o diálogo social existem actualmente na Bulgária, República Checa, Hungria, Lituânia, Letónia, Malta, Polónia, Roménia, Eslováquia, Eslovénia e na Turquia³⁷.

O diálogo com as ONGs é mais intermitente, por isso existem organismos específicos em muitos Estados para facilitar o diálogo neste domínio e, noutros casos, organismos mais específicos. Também se formaram diversos conselhos, parecidos aos existentes nas ONGs e de representantes dos governos nos domínios específicos. Estes conselhos existem na República Checa, Hungria, Lituânia, Letónia, Polónia e Turquia. Na Roménia foi fundada uma aliança contra a discriminação assim como um fórum de discussão juntamente com algumas ONGs. Estas ONGs são também muitas vezes consultadas por governos nacionais quando se discutem matérias deste teor.

O diálogo entre culturas é de extrema importância para que se possam evitar situações de discriminação e intolerância para com pessoas de outros povos. Devido a esta preocupação o Parlamento Europeu e o Conselho da União Europeia estabeleceram em Tratado que a Comunidade tem a “missão de criar uma união cada vez mais estreita entre os povos europeus e de contribuir para o desenvolvimento das culturas dos Estados-Membros, respeitando a sua diversidade nacional e regional e pondo simultaneamente em evidência o património cultural comum.”³⁸. Toda a nova paisagem de povos existente hoje em dia no espaço europeu beneficiou do efeito combinado de sucessivos alargamentos da União Europeia, da mobilidade acrescida provocada pelo mercado único, da conjugação de antigos e novos fluxos migratórios e do recente intercâmbio à escala global em matérias de educação, comércio, lazer e globalização em geral. Tudo isto gerou interacções entre diferentes culturas, línguas, etnias e religiões dentro do espaço da Europa. Todos os cidadãos pertencentes a este espaço têm o direito a participar num diálogo intercultural numa sociedade diversificada, pluralista, solidária e dinâmica.

³⁷ COMMISSION EUROPÉENNE, *Rapport sur l'égalité, la diversité et l'élargissement*, DG Emploi et affaires sociales, Unité D.4, Bruxelles, septembre 2003, p.32.

³⁸ PARLAMENTO EUROPEU, Decisão n.º 1983/2006/CE de 18 de Dezembro de 2006 relativa ao Ano Europeu do Diálogo Intercultural (2008).

Neste contexto, surge a necessidade de criação de um diálogo intercultural europeu que reforce o respeito pela diversidade cultural e ajude a compatibilizar as realidades complexas das sociedades onde coexistem diferentes crenças e identidades culturais. Apenas com esta valorização se poderá enriquecer o património e modo de vida dos Estados-Membros para que se possa atingir a harmonia. Elegeu-se, então, o ano de 2008 como o Ano Europeu do Diálogo Intercultural, tendo como objectivos estratégicos: respeitar e promover a diversidade cultural na Europa, melhorar a coexistência e incentivar uma cidadania europeia activa e aberta ao mundo, assente nos valores comuns da UE; contribuir para a igualdade de oportunidades e a não-discriminação na UE; acentuar a dimensão educativa contida na Estratégia de Lisboa renovada de modo a estimular uma economia cultural e criativa, geradora de crescimento e de emprego³⁹.

Lançado a 4 de Dezembro de 2007, o Ano Europeu do Diálogo Intercultural 2008 reconhece que a grande diversidade cultural europeia representa uma vantagem única, encorajando todos os europeus a tirarem vantagem dos benefícios dessa riqueza cultural e da oportunidade de conhecer e lidar com tradições culturais diferentes. Este Ano Europeu do Diálogo Intercultural irá contribuir para a materialização e visibilidade de um processo sustentado de diálogo intercultural que deverá prosseguir para além desse ano. Os seus objectivos gerais serão o de contribuir para a promoção do diálogo intercultural enquanto processo que permita a todas as pessoas residentes no espaço da UE melhorarem a sua capacidade de sujeição a um ambiente cultural mais aberto e complexo em que coexistam diversas identidades culturais e crenças nos diferentes Estados-Membros; o de realçar o diálogo intercultural enquanto oportunidade para contribuir para a edificação de uma sociedade diversificada e dinâmica e que dela possam beneficiar não só os cidadãos europeus mas também todos os cidadãos do mundo; o de sensibilização, principalmente das camadas mais jovens da sociedade, para a importância de desenvolver uma cidadania europeia e aberta ao mundo assente nos valores comuns da União Europeia mas que respeite a diversidade cultural; e o de salientar a contribuição das diferentes culturas e expressões da diversidade cultural para o património e modos de vida dos Estados-membros.

Para além destes objectivos estratégicos e gerais, esta iniciativa tem ainda como objectivos específicos o aumentar da sensibilização de todas as pessoas que vivem na

³⁹ *Ibidem.*

UE para a importância da participação individual neste diálogo na vida quotidiana; identificar, partilhar e reconhecer as melhores práticas na promoção do diálogo intercultural por toda a UE, principalmente entre as camadas jovens e infantis; reforçar o papel da educação enquanto instrumento-chave para a aprendizagem da diversidade, para um melhor conhecimento de outras culturas e para o desenvolvimento de competências e melhores práticas sociais, evidenciando o papel central da comunicação social na promoção do princípio da igualdade e da compreensão mútua; aumentar a visibilidade e a coerência do conjunto de acções e programas comunitários que contribuem para o diálogo intercultural, promovendo e assegurando a continuidade dessas acções; e contribuir para a exploração de novas abordagens do diálogo intercultural que envolvam a cooperação entre um vasto leque de partes interessadas de diversos sectores da sociedade⁴⁰. As medidas podem revestir-se de inúmeras formas como eventos e iniciativas à escala europeia, eventos e iniciativas à escala nacional e regional que apresentem uma forte dimensão europeia, campanhas de informação e de promoção, inquéritos e estudos à escala comunitária ou nacional e consultas a redes transnacionais e a partes interessadas da sociedade civil, entre outras.

O diálogo intercultural apresenta-se com uma dimensão de extrema importância nas políticas comunitárias, estreitando laços e melhorando relações diplomáticas. O diálogo tem de ter uma cooperação estruturada com a sociedade civil pois poderá contribuir para o aclarar da noção de “identidade europeia” devido a abarcar todas as diferenças e congregar os pontos de pertença a uma comunidade. O diálogo intercultural terá de desempenhar também acções no domínio externo de forma a reflectir o interesse mútuo em relação a trocas de experiências e valores com países terceiros e a promover o conhecimento, respeito e compreensão dessas culturas.

⁴⁰ *Ibidem.*

2.2. – A CULTURA NA EUROPA E NUM MUNDO GLOBALIZADO

A violência a que assistimos e somos sujeitos no mundo em que vivemos hoje em dia, em que se manifestam sentimentos de natureza racista, particularmente anti-semitas e anti-islâmicas, começa, infelizmente, a fazer parte do nosso quotidiano. Vai-se, de uma maneira de certa forma submissa e de atitude mais ou menos recatada, aprendendo a viver com a presença do medo no nosso dia-a-dia. Desenvolvem-se, até inconscientemente, preconceitos contra pessoas com outras culturas, identificando-as automática e erroneamente com ataques terroristas, violência urbana, assaltos e distúrbios públicos. O medo faz com que os povos tendam a isolar-se e a produzirem um escudo de preconceito que lhes permita sentirem-se mais Eles, em comparação a um Outro que não compreendem, com que não concordam e que não toleram. Apenas um diálogo fundado no respeito pela diversidade cultural, pela liberdade de consciência e pela neutralidade activa do espaço público poderá permitir controlar as forças de exclusão que se exprimem quer ao Norte quer ao Sul do Mediterrâneo. Em Maio de 2007, foi aprovada pela Comissão Europeia uma declaração política sobre o papel da cultura num mundo globalizado, propondo, pela primeira vez, uma estratégia europeia para a cultura centrada no entendimento intercultural num contexto global. Este documento foi fundado na abordagem renovada do papel da cultura no processo de construção europeia, sugere instrumentos e propõe novos procedimentos destinados ao debate do conteúdo de uma nova agenda cultural para a União Europeia. A dimensão cultural passa, então, também a desempenhar uma função social, económica e política. A Presidência Portuguesa da Comissão Europeia organizou a 26 e 27 de Setembro de 2007 o primeiro Fórum Cultural para a Europa⁴¹. Neste Fórum pretendeu-se aprofundar a reflexão sobre a importância do diálogo intercultural e do respeito pela diversidade, enquanto garantes de paz, coesão social e exercício dos direitos de cidadania em sociedades maioritariamente multiétnicas, multirraciais e de crenças diferenciadas. Pretendeu-se também debater a economia da cultura para que se desenvolva um sector

⁴¹ <http://culturalforum.net/lisboa07/index.html> (12/2008).

com potencial de crescimento económico, criação de emprego, competitividade e inovação, inscrevendo-se na Estratégia de Lisboa. Por fim, foi discutida a projecção da Europa nos outros Continentes, em forma de tributo ao relacionamento histórico e cultural estabelecido com outros povos. Em Dezembro de 2007, o Conselho da União Europeia aprovou uma agenda europeia para a cultura, que será analisada mais adiante⁴². O ano de 2008 foi escolhido para se assinalar o Ano Europeu do Diálogo Intercultural, como foi anteriormente referido. A cultura da Europa caracteriza-se por ser uma cultura aberta, quer a nível de culturas de todos os cantos do mundo quer pela sua contribuição para a cultura mundial e também pela tolerância e aceitação com que recebe outras culturas.

2.2.1. – O Diálogo Cultural entre os Povos Mediterrânicos e as Cidades Atlânticas

Não será de estranhar que os povos e as zonas da Europa também se repartam por vezes por vizinhanças e que essas tenham muitas das vezes o mar como elemento no seu nome. O mar foi um meio de atingir conhecimentos e trocas privilegiado dos povos europeus e ainda hoje é visto como um meio de mudança, uma força que impele para o desconhecido, continua a impelir à aventura, à descoberta, ao encontro do que não conhecemos, do Outro.

Os povos do Norte e do Sul do Mediterrâneo partilham o desejo de verem resolvidas, não separadamente mas em conjunto, com respeito pelas suas diferenças, as incertezas fruto de mutações internacionais que tiveram lugar nas últimas décadas. Esta preocupação é partilhada também pelo sentimento de “destino partilhado” que os povos desta zona da Europa têm entre si. Desta forma, o diálogo entre os povos destes países tem um papel preponderante na construção de um espaço de diálogo euromediterrânico. Para este efeito, o diálogo terá de ir bem para além dos mecanismos clássicos de cooperação e assistência internacional e regional. Terá de encontrar fundamento no conhecimento e compreensão mútuas, não apenas entre Estados e instituições mas

⁴² Cap. IV do presente estudo, p.93.

também e sobretudo entre as sociedades e as pessoas que habitam esse espaço comum. Esta aproximação corre vários riscos, o que pressupõe uma mudança na abordagem e de comportamento no Norte, no Sul e na relação Norte/Sul, pois várias forças, antigas e florescentes, actuam nesse espaço. São perigosas as memórias reavivadas, que podem ser exploradas para fins de domínio ou de vingança, exprimindo uma identificação cultural nacionalista e segregando as que são comuns. Pelo contrário, pode-se assistir à fragilização das identidades sob o efeito da mundialização e da interpenetração de culturas e de modos de vida, sobretudo nos países mais pobres, pelo comércio, turismo, meios de comunicação social, etc. A imigração detém também um grande poder nesta matéria e a expansão das migrações concorre para tal, com sociedades de acolhimento tanto no Norte como no Sul do mediterrâneo. Também o impacto dos conflitos não resolvidos coopera para esta situação de possível tensão, com um período demasiado longo de não resolução como o conflito israelo-palestiniano, criando a dúvida acerca da verdadeira vontade da comunidade internacional, favorecendo a desconfiança devido ao sentimento da existência de dois pesos e de duas medidas. Por outro lado, a população da Europa continua a envelhecer e a União continua a alargar-se para Leste, agregando países de fortes heranças culturais e religiosas mas também podendo potencialmente criar barreiras à convergência de interesses, valores e prioridades políticas, podendo também comprometer a abertura ao Outro. Finalmente, também as cidades do Norte e do Sul do Mediterrâneo têm diferenças entre si, diferenças de cariz demográfico, diferenças ao nível do desenvolvimento e do poder instituído, diferenças ao nível do lugar que a religião ocupa na relação entre a sociedade e o poder político e administrativo, ao nível das pessoas e da interpretação dos direitos fundamentais, da maleabilidade das sociedades nacionais para a criação de novas relações necessárias entre identidade cultural e cidadania, de capacidade de regulação das autoridades públicas nacionais, etc. É necessário que estas forças, próprias do espaço euromediterrânico, interajam em permanência e em conjunto com as grandes evoluções do mundo e da geopolítica, lidando com os novos riscos e ameaças como o terrorismo ou proliferação de armas de destruição massiva, a instabilidade financeira, a fragilização do sistema internacional e o medo da uniformização.

O objectivo será desenvolver uma relação que ultrapasse a parceria económica e comercial, que deverá prosseguir e desenvolver-se, uma relação de aliança política e de segurança com projectos para o futuro e que sirva de impulso para um processo poderoso e igualitário de construção de uma civilização comum atenta às diferenças e

respeitando as originalidades no espaço euromediterrânico. O diálogo entre os povos e as culturas deverá ser o vector principal deste processo e não apenas uma dimensão menor como tem sido até à data presente, um “parente pobre” das orientações da declaração de Barcelona⁴³. Esta deverá ser uma dimensão renovada, com um cariz transversal, conferindo a todos os aspectos da relação euromediterrânica a pretensão de uma civilização comum como referido anteriormente. O diálogo entre os povos e as culturas tem certos princípios fundadores para que a sua operacionalização seja eficaz e respeitada na prática. Primeiramente surge o princípio do respeito pelo outro, de forma inquestionável. De seguida, o princípio da igualdade a todos os níveis (entre Estados, entre povos, entre culturas, entre indivíduos, entre homens e mulheres, etc.). A liberdade de consciência deverá ser plena e sem restrições algumas, assim como a solidariedade deverá estar sempre em marcha em todos os domínios. Por fim, é muito importante o conhecimento, indispensável para o estreitamento do diálogo e da aprendizagem do outro.

Para que um diálogo intercultural renovado produza os efeitos esperados na relação euromediterrânica e constitua uma experiência piloto para que outras regiões do mundo dela possam tirar lições para o futuro, é necessário que seja continuado o trabalho que agora se inicia para que possamos ver os seus resultados ao longo dos tempos. Infelizmente, medidas desta envergadura, que se baseiam nas mentalidades dos povos em relação a outras culturas, não surtem efeito imediato. Assim, o factor tempo é muito importante pois é necessário alongar estas medidas no espaço temporal para que possam ter um resultado visível. O sucesso deste processo depende de três eixos igualmente importantes e indissociáveis. É necessário garantir as condições para o diálogo e conhecer as capacidades de diálogo dos intervenientes. Neste ponto, o instrumento que se valoriza é a educação. Depois, temos o decurso do diálogo e a sua tradução efectiva numa mudança através de meios de comunicação, de programas de mobilidade de pessoas e acções. No final, é necessário consolidar o processo, acompanhá-lo e difundi-lo a todos os escalões da sociedade civil. Estes eixos – a educação, os meios de comunicação social e os programas de mobilidade – são fundamentais mas só por si não bastam. Tem de surgir obrigatoriamente a acção, o dar

⁴³ COMMISSION EUROPÉENNE, *Le dialogue entre les peuples et les cultures dans l'espace euro-méditerranéen*, Luxembourg, Office des publications, 2004, p.28.

um passo em frente, a primeira frase para iniciar este diálogo entre culturas que tanto proveito poderá trazer ao nosso espaço comum.

Aquando da Conferência das Cidades do Arco Atlântico em 2005, reunida em Cork⁴⁴, os membros presentes afirmaram acreditar que políticas culturais ambiciosas irão sustentar a coesão económica, territorial e social da União. Estas iniciativas poderão ainda ter o papel de colmatar lacunas nas relações entre as nações e aproximar os cidadãos e comunidades de uma União Europeia cada vez mais alargada. As cidades do Arco Atlântico⁴⁵ reconhecem a importância das suas fortes tradições culturais, ligadas à história marítima e afirmam que a cultura é elemento preponderante para a construção e afirmação de novos centros urbanos. São as forças locais que têm o papel principal a desempenhar no desenvolvimento destes programas culturais, pois estas entidades são responsáveis pela promoção da cultura e do património no seu território e gozam já de experiência na gestão e desenvolvimento de diversos programas que celebram e protegem as tradições locais e introduzem projectos novos e inovadores que permitem o acesso de todos os cidadãos a essas novas práticas. Teme-se que, se os projectos culturais não forem devidamente apoiados pelas entidades locais, a coesão e desenvolvimento económico e social da Europa venham a ressentir-se. Procura-se, então, a criação de uma agenda cultural comum, em que as diferentes cidades possam promover a criação artística, o intercâmbio de experiências e garantir a mobilidade de artistas, exposições e artes criativas para a promoção do conhecimento da história e da cultura europeias e sua distribuição internacional, assim como o diálogo intercultural e a integração social. Nessa agenda comum figuram o estabelecimento de um programa “Cultura 2007”, a organização de seminários internacionais, o observatório da cultura e projectos que associam a arte criativa e a cultura de diferentes cidades, assim como diversos projectos na área da defesa e promoção do património cultural.

A Europa e, principalmente, o espaço mediterrânico é privilegiado – como o fora desde os primórdios das trocas entre povos – para a comunicação entre territórios, trocas

⁴⁴ Conferência das Cidades do Arco Atlântico, VI Assembleia-Geral, Declaração Final de Cork, 30 de Junho a 2 de Julho de 2005 *in* www.arcat.org/ (10/2007).

⁴⁵ Estas cidades são, em França, Angers, Bordeaux, Brest, Caen, Cap l’orient, Limoges, Nantes, Rennes, Saint-Nazaire; na Irlanda, Cork; em Portugal, Faro, Figueira da Foz, Lisboa, Porto, Viseu; em Espanha, Avilés, Burgos, Donostia, Dos Hermanas, Gijón, Jerez de la Frontera, La Coruña, Las Palmas de Gran Canaria, Santa Cruz de Tenerife, Santiago de Compostela, Sevilha e Vigo; no Reino Unido, Cardiff, Chester, Coventry.

de experiências, saberes e produtos. Desta forma, também hoje o espaço do *Mare Nostrum* é favorecido para o encetar desse diálogo entre culturas tão necessário para o evoluir das mentalidades dos Homens, para que se possa construir uma Europa unida culturalmente.

2.3. – POLÍTICA CULTURAL DA UNIÃO EUROPEIA

A integração europeia foi prevista, inicialmente, como tendo a sua tónica em questões económicas e comerciais e os aspectos culturais estavam remetidos para outro campo de acção mas sem ser abrangida por uma política específica. Este panorama mudou com a entrada em vigor do Tratado de Maastricht (1992), altura em que a União Europeia passou a realizar actividades culturais.

Mais tarde, em Maio de 2007, a Comissão Europeia aprovou uma declaração política sobre o papel da cultura num mundo globalizado⁴⁶ em que, pela primeira vez, se delineava uma estratégia para a cultura europeia com vários objectivos: o de promover a diversidade cultural e o diálogo intercultural, o de promover a cultura como catalisador para a criatividade no âmbito da Estratégia de Lisboa e o de promover a cultura como elemento vital nas relações internacionais da União⁴⁷. Neste âmbito cultural, os princípios para a intervenção comunitária eram os da complementaridade – que envolve uma estreita cooperação entre a Comissão Europeia e os Estados-Membros com o objectivo de fomentar a cooperação entre estes e apoiar e complementar a sua acção em determinados domínios – e da subsidiariedade – que visa assegurar que as decisões se tomem o mais próximo do cidadão possível, pois a União Europeia apenas deveria actuar se a acção desenvolvida a nível nacional, local ou regional não fosse eficaz. A União Europeia não tem legitimidade para impor qualquer acto de harmonização de disposições legais, jurídicas e regulamentares dos Estados-Membros no domínio da cultura. Por outro lado, os objectivos da sua acção procuram contribuir

⁴⁶ <http://europa.eu/scadplus/leg/pt/lvb/l29019.htm> (01/2008).

⁴⁷ Veja-se Anexo II, p. VI.

para que o desenvolvimento das culturas dos Estados-Membros seja efectivo, respeitando a herança nacional e regional e evidenciando o património cultural comum.

Os domínios de actuação seriam diferenciados como a melhoria do conhecimento e da divulgação da cultura e da história dos povos europeus; a conservação e salvaguarda do património cultural de importância europeia; intercâmbios culturais não comerciais; e criação artística e literária, incluindo o sector audiovisual. Estes domínios serviriam de base para acções concretas como programas culturais, a Capital Europeia da Cultura, bens culturais e direitos de autor.

Em termos de programas culturais, os primeiros a assinalarem este arranque das políticas culturais foram o Caleidoscópio, Ariane e Rafael. Em 2000 foi adoptado o primeiro programa-quadro da Comunidade Europeia para a cultura por um período de 5 anos – o “Cultura 2000” – que consistia num instrumento único de programação e financiamento de acções comunitárias no domínio da cultura. Hoje em dia já está a decorrer uma nova geração de programas da União Europeia nas áreas da educação, formação, cultura e juventude para 2007-2013. O programa Cultura 2007 pretendia favorecer a mobilidade transnacional de artistas e obras e incentivar o diálogo intercultural como complemento às acções dos Estados-membros.

A Capital Europeia da Cultura teve a sua estreia em Atenas em 1985, fruto de uma iniciativa intergovernamental e, desde 2005, a nomeação das cidades está englobada no âmbito comunitário. Ao nível dos bens culturais, e com a abolição de controlo nas fronteiras do espaço Shengen, foram introduzidas regras para protegê-los, nomeadamente no que se refere à exportação e restituição de tesouros nacionais de valor artístico, histórico ou arqueológico que tenham saído ilicitamente do território de um Estado-membro. Em 1991, foram também tomadas medidas para proteger a criatividade intelectual e artística. Em 2001, adoptou-se o direito de sequência em benefício do autor de uma obra de arte original que seja objecto de alienações sucessivas. Este direito permite que o autor de uma obra de arte gráfica ou plástica original beneficie de uma participação económica sobre o preço de cada transacção dessa obra.

Estas acções são geridas pela Direcção-Geral da Comissão Europeia que tutela a Cultura, a Direcção Geral da Educação e Cultura, apoiada pela Agência Executiva, Unidade da Cultura (EACEA) e outras Direcções-Gerais que implementem acções relacionadas com a Cultura. A União Europeia participa no co-financiamento da elaboração de projectos transnacionais em que intervêm diversos agentes como empresas, associações, administrações públicas, colectividades locais, universidades,

centros de investigação, etc., provindos de diferentes Estados-Membros ou mesmo países terceiros. Estes Estados-Membros gerem os financiamentos europeus, para que haja uma maior descentralização dos fundos. As acções culturais podem ainda ser encorajadas pela regulamentação das instituições europeias.

A União Europeia tem cerca de sete milhões de activos no sector cultural. A actual política cultural europeia é configurada pela livre circulação dos profissionais da cultura, a liberdade de estabelecimento, a liberdade de circulação de serviços e de bens. Os agentes culturais europeus podem beneficiar da possibilidade de se candidatarem a apoios financeiros para o desenvolvimento de actividades e projectos e beneficiam das mesmas políticas que visam assegurar o bom funcionamento do mercado único europeu e que facilitam as trocas económicas entre os Estados-membros e de todas as acções concretas levadas a cabo pela UE na matéria de cultura⁴⁸. Estes agentes culturais podem ainda constituir-se em agrupamentos privados, públicos ou não governamentais em grupos de interesse (lobbys) junto do Parlamento Europeu. Os que forem acreditados têm acesso a livres-trânsito nominativos para entrada frequente nas instalações do Parlamento Europeu e no sítio na Internet para melhor facultarem informações aos deputados⁴⁹.

O Tratado de Roma apenas se referia ao sector cultural no seu preâmbulo, como elemento unificador dos povos e promotor do desenvolvimento socioeconómico. Só mais tarde, em 1993, com a entrada em vigor do Tratado de Maastricht, é que a política da cultura na União Europeia obteve a sua base jurídica, com o objectivo de participar no “desenvolvimento das culturas dos Estados-membros” (Artigo 3º). Neste mesmo Tratado se autoriza os Estados-membros a conceder aos agentes económicos ajudas para promoção e conservação da cultura e do património, desde que compatíveis com o mercado comum, ou seja, desde que as normas comunitárias que regem a concorrência e as trocas comerciais não sejam alteradas. Estabelece uma base de acção para encorajar, apoiar e complementar as actividades dos Estados-membros, com respeito pela sua diversidade regional e nacional e evidenciando o património em comum culturalmente. Maastricht nomeou também os principais elementos constituintes da diversidade cultural europeia: a língua, a literatura, as artes do espectáculo, as artes plásticas, a

⁴⁸ http://ec.europa.eu/publications/booklets/move/31/txt_pt.pdf, p.10 (04/2008).

⁴⁹ http://www.eurocid.pt/pls/wsd/wsdwcot0.detalhe?p_cot_id=1451 (10/2007).

arquitectura, o artesanato, o cinema e a radiotelevisão. Foi desta forma que ficou reconhecida formalmente a dimensão cultural da integração europeia.

O nosso continente, a Europa, é composto de diversidade, tendo como lema *In uno plures*. Esta diversidade está ligada a muitos eixos em que se funda a União, a diversidade na estratégia, nas culturas, diversidade linguística, pluralismo religioso ou memórias da história. Ao formar uma União a partir de muitas nações, comunidades, culturas, etnias, religiões e grupos linguísticos diversos, os povos da Europa congregam-se num espaço único. A estratégia apresentada em 2007 definiu como objectivos promover a diversidade cultural e o diálogo intercultural e a cultura como elemento vital nas relações internacionais da União Europeia. Desta forma também é tratada pela primeira vez a dimensão externa da cultura europeia e reconhece-se a necessidade de uma estratégia concertada europeia para a cultura aberta à diversidade no espaço contextual europeu e também ao resto do mundo. Assim, é preciso tomar medidas para tornar a cultura uma componente mais marcante do diálogo político com regiões e países parceiros do mundo inteiro que integrem a cultura nos seus projectos e programas de desenvolvimento.

Como já foi largamente referido, a Europa é feita de diversidade e de multiculturalidade. E tal acontece também porque se integra num mundo vasto. Um mundo com quase 200 países e que abarcam cerca de 5000 grupos étnicos que falam 6000 línguas. Cidades como Toronto ou Los Angeles têm emigrantes que perfazem metade da sua população. Dois em cada três países têm pelo menos um grupo étnico ou religioso com um peso significativo, representando um décimo ou mais da população.⁵⁰ O número de migrantes para a União Europeia provenientes de fora da Europa subiu 75% desde 1980. O perfil demográfico do Ocidente continua envelhecido e precisaria de cerca de 3 milhões de imigrantes por ano para inverter esta tendência⁵¹.

A questão religiosa é também de extrema importância pois muitas vezes está intimamente relacionada com a cultura dos povos. Embora haja a tendência para a defesa do carácter secular da separação entre o Estado e a Igreja, não se devem marginalizar religiões e/ou movimentos que tenham desempenhado um papel na integração europeia e seu desenvolvimento cultural e que tenham demonstrado interesse em dialogar com as instituições europeias. Em termos de diversidade religiosa na

⁵⁰Relatório de Desenvolvimento Humano de 2004, in

http://www.eurocid.pt/pls/wsd/wsdwcot0.detalhe?p_cot_id=402&p_est_id=4154, 10/2007.

⁵¹ Veja-se Anexo III, p. X.

Europa, podemos verificar a sul uma tendência mais católica, a norte uma mais protestante e a oriente uma mais ortodoxa e muçulmana. Podemos, então, falar de multireligiosidade na Europa.

No ensino da História nos países europeus transparecem também noções de cultura. É esta disciplina, a História Universal, que introduz os jovens estudantes nas relações internacionais e nos conceitos e noções de “povos”. O ensino desta disciplina é um instrumento de sociabilização pela criação de valores e concorre para os direitos culturais dos povos⁵². Pode ser também muito perigoso se utilizado de forma errada. Define a personalidade do narrador, pela forma como veicula a mensagem e seu conteúdo. É descrita a interacção entre grupos sociais, nações, religiões e civilizações, revelando certas datas escolhidas como importantes e deixando no anonimato outros acontecimentos. A escola pode transmitir conhecimentos parciais, escolhidos por uma cultura dominante e alheia e ignorante em relação a outras culturas. “O estudo da história, por exemplo, deverá ser modificado, uma vez que se pretende que os alunos aprendam acerca de um mundo no qual todas as pessoas e países são considerados membros com igual legitimidade. A história nacional, especialmente nos seus aspectos políticos e militares, tenderá a receber uma menor atenção, enquanto as histórias regionais e mundiais se tornarão mais importantes. Por outro lado, ao mesmo tempo que a educação se torna globalizada, assiste-se também à identificação dos novos materiais e conteúdos de ensino que são considerados necessários para uma nova sociedade globalmente estruturada. Pode-se assim esperar encontrar a ênfase curricular nas instituições políticas de solidariedade global, nas actividades científicas que destaquem perspectivas que coloquem todos os seres humanos em comum e em todos os tipos de assuntos relacionados com os direitos humanos e as liberdades fundamentais.”⁵³. Por isso, o ensino da História da União Europeia deve formar cidadãos nacionais e europeus, que apresente todos os pontos de vista de todas as histórias de forma a facultar ao aluno as ferramentas para que este possa tirar ilações e formar o seu próprio ponto de vista, evitando os conceitos redutores de histórias nacionais colonialistas como a oposição dominador/dominado / civilizado/incivilizado / cristão/pagão / desenvolvido/subdesenvolvido, etc.

⁵² Anexo III, p. X.

⁵³ SERRANO, Clara, *A construção política da União Europeia, Uma leitura dos manuais de história*, Coimbra, Faculdade de Letras, 2007, pp.12 e 13 (dissertação policopiada).

2.4. – POLÍTICA EUROPEIA DE VIZINHANÇA

O compromisso dos países para com essa preocupação com a formação de cidadãos europeus e conscientes do seu lugar no mundo necessita de uma base comum. A Política Europeia de Vizinhança (PEV) surgiu como uma nova forma de política externa que a Comissão Europeia propôs entre 2003 e 2004. Esta é uma política-quadro para as relações externas a manter com os países vizinhos da União Europeia a Sul e a Leste. A PEV responde ao interesse da UE em estar rodeada por países estáveis e prósperos e em apoiar o desenvolvimento político e económico de países à sua volta, funcionando como uma forma de garantir a paz, a segurança e a prosperidade a longo prazo. A PEV permite decisivamente que os governos desses países vizinhos realizem os seus objectivos de reforma política e económica, podendo estes tirar vantagem de uma relação mais sólida com a UE. Por sua vez, esses países têm o máximo interesse nessa relação pois a UE pode oferecer-lhes estabilidade económica, mercados mais vastos, experiência política em termos de reformas, conhecimentos técnicos e contactos culturais, etc.

A Política Europeia de Vizinhança pretende promover um círculo de oportunidades ricas para que se possa incentivar a boa governação, o desenvolvimento económico e social, a modernização e a reforma com uma relação assente em valores e interesses comuns como a prosperidade, a estabilidade, a segurança, a democracia, os direitos humanos, o Estado de Direito, a economia de mercado, o desenvolvimento sustentável e a reforma dos principais sectores da sociedade. Para que tal seja possível é necessário que se fomente uma relação mais próxima, para uma integração política mais aprofundada. Esta situação implica o diálogo mais frequente e de mais alto nível, o apoio à consolidação das instituições que protegem a democracia e o Estado de Direito, a promoção de prioridades comuns em matéria de política externa como a cooperação regional, o desenvolvimento de instituições multilaterais mais eficientes e a procura de respostas para as ameaças comuns a nível de segurança⁵⁴.

⁵⁴ COMISSÃO EUROPEIA, *Trabalhar em Conjunto – Política Europeia de Vizinhança*, Luxemburgo, 2006, p.10.

Relativamente ao tema presentemente em análise, a PEV tem como bases políticas subjacentes os mesmos valores fundamentais preconizados pela UE como a liberdade, a democracia, a igualdade, o Estado de Direito e o respeito pelos direitos humanos, e procura promover uma adesão a estes princípios enquanto valores comuns de reconhecimento internacional como, por exemplo, a necessidade de eleições livres e democráticas em países parceiros. Apenas a concretização destes compromissos é condição e elemento essencial para as relações da UE com os países da PEV e determina a rapidez com que poderá evoluir a ligação com esses países.

No âmbito desta política, pretende-se igualmente que os países parceiros da UE se comprometam no respeito pelas principais prioridades da União em relação às suas relações externas, como o respeito pelo direito internacional, a prevenção e resolução de conflitos e o apoio a um multilateralismo efectivo e cooperação em matéria de luta contra o terrorismo e proliferação de armas de destruição maciça. Assim, é necessário intensificar o diálogo com esses países vizinhos, para que concordem em relação ao caminho que deve ser seguido por todos.

A pretensão da União Europeia é encorajar a protecção dos direitos humanos, como a liberdade de imprensa e de expressão, os direitos das minorias e das crianças, a igualdade de género, os direitos sindicais, a luta contra a tortura e a prevenção de maus tratos. Para tal, precisa de ser adoptada legislação adequada de aplicação das convenções internacionais de luta contra o ódio racial e a xenofobia e uma formação geral em matéria de direitos humanos.

Os Planos de Acção da PEV incluem um conjunto de prioridades para a promoção do empenhamento dos seus parceiros relativamente aos valores comuns, inclusivamente compromissos específicos no domínio dos direitos humanos e de reformas políticas e em matéria de governação. O respeito por esses compromissos irá ser verificado por estruturas conjuntas (subcomités) criadas quer pela UE quer pelos seus países parceiros⁵⁵.

A promoção do contacto entre os cidadãos europeus e os dos seus países vizinhos é um veículo primordial para realizar os objectivos da PEV. O estabelecimento de laços políticos e económicos entre os países, e que sejam produtivos, dependem em larga escala da compreensão mútua das respectivas culturas, história, atitudes e valores. Também o incremento do comércio e das actividades empresariais contribui para

⁵⁵ Veja-se Anexo IV, p. XII.

aproximar as pessoas mas, para além dessa mais-valia, a PEV ainda estabelece vínculos culturais, educativos e sociais, promovendo a coesão social interna nos países parceiros pelo desenvolvimento de recursos humanos, do reforço da inclusão social e da melhoria de condições de vida e de saúde.

Para que os objectivos possam ser atingidos na sua plenitude, a UE abrirá gradualmente certos programas à participação de países parceiros, designadamente programas de apoio à educação, à formação e aos jovens, à investigação, à cultura e ao audiovisual. Também as viagens e o turismo poderão ser incentivados por uma simplificação dos procedimentos de concessão de vistos às pessoas que desejem visitar a UE.

O sector de maior importância é o da educação. A UE colabora com os seus países vizinhos de modo a promover e incentivar a introdução de reformas. Isto porque os países parceiros apresentam um problema de défice de “sociedade de conhecimento”, especialmente na zona do Mediterrâneo. Só com a reforma e modernização dos sistemas de educação se poderá assegurar a competitividade económica e estabilidade social e política. O objectivo desta contribuição da PEV é tanto promover o acesso ao ensino como garantir que o sector da educação contribui para o desenvolvimento de uma sociedade democrática. A UE desenvolve uma série de programas como o *Tempus*, Juventude e *Erasmus Mundus*, que permitem criar oportunidades para os jovens, em particular para os estudantes, e desenvolver o ensino superior, que beneficiará também os países parceiros da PEV, com a criação de um sistema de bolsas de estudo.

A Política Europeia de Vizinhança deverá continuar a ser uma das grandes prioridades das relações externas da União Europeia, para a promoção da prosperidade, segurança e estabilidade das zonas fronteiriças da UE. Embora seja necessário decorrer um certo espaço de tempo até que os objectivos comecem a ser alcançados, a intensificação das relações externas poderá acelerar este processo. Devemos, pois, como referiu Benita Ferrero-Waldner⁵⁶ “aproveitar os laços históricos que nos ligam às nações do Sul e do Leste da Europa para alargar o alcance da família europeia, através de relações renovadas e aprofundadas com os nossos vizinhos. A Política Europeia de Vizinhança é o instrumento ideal para levar a bom termo este empreendimento.”⁵⁷

⁵⁶ Comissária Europeia responsável pelas Relações Externas e pela Política Europeia de Vizinhança, Outubro de 2005.

⁵⁷ COMISSÃO EUROPEIA, *Trabalhar em Conjunto – Política Europeia de Vizinhança*, Luxemburgo, 2006, p.55

Capítulo III

Educação Intercultural e Identidade Cultural

CAP. III – EDUCAÇÃO INTERCULTURAL E IDENTIDADE CULTURAL

3.1 – A EDUCAÇÃO INTERCULTURAL

Apesar dos vários estudos já elaborados e do muito que se tem estudado sobre o assunto estamos ainda longe de encontrar uma definição precisa e consensual para o conceito de “cultura”. É um termo complexo que pode ser abordado mediante diversas perspectivas, das quais resultam centenas de definições. As concepções do termo variam consoante variáveis como as épocas, as sociedades ou as ideologias vigentes. De um ponto de vista antropológico, uma das definições clássicas de Tylor citadas por Aguilera é que “Cultura é aquela totalidade complexa que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, direito, costumes e todas as demais capacidades e hábitos que o Homem adquire como elemento de uma sociedade.”⁵⁸. Neste sentido, a cultura identifica-se com o cultivado ou o adquirido, em oposição a “natureza”, pois inclui todo o tipo de aprendizagens realizadas para satisfação de necessidades, tanto individuais – integradas num sistema de conduta – como colectivas – experiências acumuladas ou transmitidas.

A palavra “cultura” é cada vez mais utilizada e difundida no discurso político dos tempos que correm, seja de uma forma institucional reservada aos chamados “eurocratas” seja numa nova forma de encarar os cruzamentos que têm lugar sucessivamente dentro de fronteiras europeias que não as políticas. Segundo as palavras de Kundera⁵⁹, é a forma como os povos se agrupam sempre de formas diferentes, dentro de fronteiras imaginárias e maleáveis, dentro das quais subsiste a mesma memória, a

⁵⁸ LÓPEZ DE AGUILETA, Inaki, *Cultura y Ciudad*, Gijón, Ediciones Trea, 2000, p.21.

⁵⁹ RIBEIRO, Maria Manuela Tavares, “Diferenças e proximidades culturais na Europa”, in RIBEIRO, Maria Manuela Tavares (coord.), *Identidade Europeia e Multiculturalismo*, Coimbra, Quarteto, 2002, p.287.

mesma experiência e a mesma comunidade de tradição⁶⁰. Mas a noção de cultura tem as suas vicissitudes. Tendo consciência da variedade que enriquece o seu património, os europeus arriscam-se a ceder ao chauvinismo ou ao relativismo cultural que coloca os produtos de artesanato num mesmo patamar cultural que uma catedral. Por outro lado, este pluralismo cultural funciona como uma arma contra o tecnicismo nivelador e a padronização globalizante que a ameaça todos os dias. A questão não é afirmar se a Europa é uma ou múltipla mas de aprender a vê-la como plural e uma ao mesmo tempo, aberta a outras culturas e multiforme na sua génese. A Europa viverá sempre da nostalgia do passado para construir a sua identidade mas hoje não com o espírito imperialista de outrora, de conquista contínua de novos povos e etnias, mas da procura de uma certa unidade política e cultural que dê sentido ao denominador comum dos povos: o serem europeus.

No contexto de um mundo cada vez mais globalizado é necessário pugnar por um sistema educativo que alerte para a diferença e que ensine a lidar com ela de forma natural e como fonte de riqueza cultural. A educação intercultural tem por objectivo desenvolver a compreensão mútua entre alunos e professores provenientes de diferentes meios culturais e de etnias diversas. Consiste também na integração das várias origens e culturas e não uma assimilação por parte de uma cultura uniforme. Assim pretende-se, com este tipo de ensino, promover o estudo de culturas diferentes assim como das suas estruturas e evoluções, desenvolver as capacidades de comunicação multilateral existente entre grupos diferentes e a capacidade de compreensão das diferenças culturais⁶¹.

Este tipo de educação apresenta-se-nos como muito exigente tendo em vista os esforços e investigações adequados que têm de ser tomados a nível académico para que resulte numa verdadeira aprendizagem e não numa “exaltação acrítica de outras culturas”⁶². Pretende-se que a União Europeia estenda as suas estratégias a este nível por todos os seus Estados-Membros, para que todos possam beneficiar desta iniciativa educativa e para que todos possam beneficiar dos seus resultados. Embora esta já seja uma preocupação antiga para a UE, foi a década de 90 a que conheceu duas importantes medidas neste domínio. Em 1991 o Parlamento Europeu apoiou a criação de uma nova

⁶⁰ Cit. in KASTORYANO, Riva, *op. cit.*, p.81.

⁶¹ COMISSÃO EUROPEIA, *Educação Intercultural na Europa*, “Introdução”, Luxemburgo, 1994, pp.4-6.

⁶² *Ibidem*, p.4.

rubrica no orçamento da UE para financiar os trabalhos no domínio da educação intercultural, reconhecendo a importância do incentivo financeiro neste domínio em progressão. Por conseguinte, a criação desta rubrica (B3-1003: Educação Intercultural) permitiu à UE a promoção do desenvolvimento da educação intercultural apoiando diversos projectos na área e o intercâmbio de informações e experiências entre os participantes, provenientes dos Estados-Membros.

A nova iniciativa do Parlamento Europeu tinha como objectivos principais dar uma nova dinâmica à política educativa face ao novo afluxo de imigrantes, prevenir os perigos que pudessem surgir de a nova política educativa formulada em resposta ao mercado único não contemplar os grupos minoritários e desfavorecidos (como os imigrantes, os ciganos, viajantes e profissionais itinerantes, etc.) e reforçar o contributo da política educativa para a prevenção do racismo e da xenofobia dentro do espaço europeu.

A importância destas medidas veio a ser confirmada pelo disposto no artigo 126.º do Tratado de Maastricht, que veio conferir uma base jurídica à cooperação no domínio da educação, atribuindo uma preponderância a ideias que até então eram consideradas secundárias ou de importância residual, apenas relevantes para alguns grupos populacionais. Estas ideias anteriores foram, então, incorporadas no projecto e representam um papel de relevo na política educativa europeia.

Através do artigo 126.º, ficaram atribuídas as funções da União Europeia no domínio educativo: desenvolver a dimensão europeia na educação, incentivar a mobilidade de estudantes e professores, promover a cooperação entre estabelecimentos de ensino, desenvolver o intercâmbio de informações e experiências sobre questões comuns aos sistemas educativos dos Estados-Membros, incentivar o intercâmbio da população mais jovem e estimular o desenvolvimento da educação à distância. Para além destas suas funções, está estabelecido que a UE e seus Estados-Membros devem incentivar a cooperação com países terceiros e organizações internacionais competentes⁶³.

O mecanismo mais competente para a cooperação e inovação é o Grupo *ad hoc* “Educação Intercultural”, constituído por representantes dos ministérios nacionais da educação, que se divide em dois subgrupos, um responsável pela educação dos filhos dos trabalhadores migrantes e outro pela educação dos filhos dos ciganos ou viajantes

⁶³ *Ibidem*, p.5.

ou profissionais itinerantes, sendo o ponto fulcral da coordenação e do intercâmbio de informações a nível europeu. Os membros deste grupo agendam as suas reuniões duas vezes por ano, de forma à auscultação, análise e discussão dos progressos obtidos e da possível ampliação dos projectos em vigor, problemas em comum e propostas para o futuro.

3.1.1. – A Educação Intercultural – agente dinamizador da tolerância

A identidade cultural de um povo ou de uma união de povos é definida por objectivos comuns, um sentimento de auto-identificação e de pertença que são da própria estrutura dos próprios povos, como produto de muitos séculos de uma mundividência à mercê de variados contextos históricos e atentados à identidade nacional. Com a queda da União Soviética, o espaço europeu atravessou uma nova fase, com o enfraquecimento das ideologias autoritárias e o desaparecimento de fronteiras estanques entre o Oriente e o Ocidente. Assistimos a uma vaga de migrações provenientes dos países de Leste que encurta as distâncias e torna a nossa “velha” Europa mais activa e com novas tonalidades. Este fenómeno actual tem duas vertentes. Ainda que estas migrações intensifiquem os contactos entre os povos e promovam uma consciência intercultural mais alargada, estes processos de mundialização também inserem as populações em níveis culturais mais abrangentes, fazendo-as desligar dos seus círculos locais com os quais se identificavam culturalmente. Deste modo, crê-se que as linhas de divisão entre civilizações no futuro serão as civilizacionais, marcando um equilíbrio entre as tendências globalizantes e a consciência cultural⁶⁴.

As diferenças não têm de gerar obrigatoriamente conflito embora, infelizmente, cada vez tenham mais lugar problemas de cariz étnico-cultural. A própria cultura impõe limites à globalização e à regionalização, como podemos ver em certos episódios na história europeia recente, como a relutância de certos países em avançarem para a integração europeia, os movimentos nacionalistas na ex-URSS, a oposição à imigração em alguns países, fundamentalismos vários, etc. É esta atitude perante o “Outro”,

⁶⁴ Cit. in René Lenoir, *Choc ou Dialogue des Civilizations?*, Barret-sur-Méouge, Editions Yves Michel, 2004, p.22.

influenciada por valores, identidades, preconceitos, que pode gerar tanto o conflito como a cooperação internacional, uma plataforma de entendimento a que Talcott Parsons chamou de *core system of shared meaning*, um sistema nuclear onde partilhamos significados comuns. Para que se chegue a este meio de entendimento, é necessário um relacionamento institucional, económico, político, social e interpessoal ao nível nacional e internacional, reforçando o peso da interculturalidade para a promoção da tolerância entre as culturas e a aceitação do “Outro” como um de “Nós”. A interculturalidade tem de ser fomentada em áreas-chave e a educação é a via mais favorável para que este objectivo seja alcançado, pela sua influência estrutural em jovens em contínua construção de identidades e valores.

Na área da Educação Intercultural, os esforços têm sido muitos para evitar conflitos e promover a interculturalidade, a tolerância, o combate ao racismo, à xenofobia e à exclusão social. Já Edgar Morin defendia que a tradição europeia assenta numa “identidade post-nacional”, baseada na capacidade de comunicação⁶⁵, tornando a cooperação indissociável da comunicação ao nível cultural em todas as actividades desenvolvidas no espaço da União Europeia na área educativa.

Com todas as transformações migratórias a ocorrerem presentemente no espaço europeu, o clima torna-se propício à manifestação de atitudes racistas e xenófobas, num contexto pouco favorável como a existência de pobreza, exclusão, falta de integração nos meios escolares, inexistência de políticas de integração de imigrantes, etc. A Educação Intercultural tem um papel fundamental nesta luta contra o racismo e a xenofobia, pois é próximo dos jovens que as medidas têm de ser implementadas, para a prevenção da criação de preconceitos, encorajamento da interculturalidade, respeito e compreensão mútua⁶⁶. A União Europeia decretou 1997 como o “Ano Europeu contra o Racismo”, em que desenvolveram iniciativas anti-racistas em muitos Estados-Membros, para promover trocas de experiências dentro do espaço da comunidade e a aprendizagem intercultural assim como para tal contribuíram os programas SOCRATES, Leonardo da Vinci ou Juventude para a Europa.

Os fenómenos de racismo, infelizmente recorrentes, estão muitas vezes condicionados por factores políticos, económicos e sociais. Esses factores aliam-se

⁶⁵ Cit. in SILVA, Sónia, “A Educação Intercultural como Antídoto do Racismo e da Xenofobia – A Acção da União Europeia”, Millenium Online, n.º11, Instituto Superior Politécnico de Viseu, , Julho de 1998, p.2.

⁶⁶ *Idem, ibidem*, p.6.

muitas vezes à ignorância e ao desconhecimento de outras culturas. Todos estes constrangimentos podem ser evitados e/ou combatidos com o desenvolvimento de políticas educativas que eliminem as situações de exclusão social e combatam os preconceitos que dão origem à intolerância. Embora um trabalho mais eficaz tenha de ser implementado nacionalmente pelos Estados-Membros, a União Europeia tem feito esforços com o intuito de sensibilizar e informar, apoiando práticas inovadoras através de uma cooperação europeia encorajada. A sua acção fundamental traduz-se na promoção da Educação para uma cidadania activa e responsável, para a tolerância e solidariedade, pontos comuns a todos os programas de acção no domínio da educação, formação e juventude. Nos programas supracitados procura-se lutar contra a xenofobia e o racismo, condena-se a discriminação racial no que diz respeito ao acesso à formação ao longo da vida, com uma preocupação constante em fomentar a igualdade de oportunidades para os filhos de trabalhadores imigrantes. Finalmente, procura-se reforçar a solidariedade e compreensão entre os povos europeus, promovendo a dimensão intercultural do ensino. Muitos projectos destes programas baseiam-se numa ideologia anti-racismo. Disso é exemplo um projecto desenvolvido por uma parceria coordenada por uma instituição alemã, o “Aprender a Viver numa Sociedade Multicultural”, que reúne diversas instituições especializadas em educação de adultos de 6 países europeus, fruto do qual foi criada uma rede destinada a facilitar e a promover intercâmbios de informação sobre as várias políticas existentes neste domínio. Como resultado temos um guia de informação traduzido em várias línguas. Também na Alemanha, o projecto “O Nacionalismo é a Guerra” teve um grande impacto no esclarecimento e educação de adultos acerca das problemáticas decorrentes dos nacionalismos de movimentos de extrema-direita, herança de um negro passado alemão em matérias de racismo e xenofobia⁶⁷. Este esforço nacional alemão é notório e louvável pois aproveita um período sombrio do seu passado para ensinar, tendo em vista um futuro de tolerância, não repetindo erros e favorecendo a integração europeia plena, com a conseqüente inserção numa sociedade multicultural.

⁶⁷ *Idem*, p.4.

3.2. – LIBERDADE CULTURAL NUM MUNDO DIVERSIFICADO

Vivemos actualmente numa sociedade em que se torna de extrema dificuldade gerir a diversidade cultural. A opção cultural da aceitação e reconhecimento das etnicidades, religiões, línguas e valores diferentes apresenta-se como uma característica política do século XXI. Muitas foram as vozes que se ergueram contra este reconhecimento cultural, situações essas que acabaram muitas vezes na supressão das identidades culturais como política dos próprios Estados, levada a cabo através de perseguições religiosas e limpezas étnicas ou mesmo da exclusão e discriminação económica, social e política. A novidade, nos dias que correm, é mesmo a ascensão das políticas de identidade. Na era da globalização que conhecemos, tendem a emergir novos tipos de reivindicações e exigências políticas por parte dos cidadãos que sentem as suas culturas nacionais em risco de desaparecimento, e que lutam pela manutenção da sua diversidade cultural num mundo globalizado.

Estes movimentos não estão isolados, fazem parte de um processo histórico de mudança social, de combate pela liberdade cultural de cada um, de novos limites daquele que é o progresso das liberdades do Homem e da democracia. Este sistema político confere aos indivíduos mais liberdade política para a reivindicação e o avanço da globalização está a resultar na formação de novas alianças e na criação de novos desafios. A liberdade cultural é, pois, parte fundamental do desenvolvimento humano, porque permite que as pessoas possam escolher uma identidade sem perder o respeito dos outros nem pela dos outros. Essa liberdade possibilita que as pessoas sejam livres de participar na sociedade sem terem de abrir mão das suas escolhas culturais.

O desafio dos Estados é a resposta célere a estas exigências dos povos. Com uma resolução esclarecedora e eficaz, um maior reconhecimento das identidades resultará numa maior diversidade cultural da sociedade, com o devido enriquecimento da vida dos cidadãos. Se este desafio for mal gerido, por outro lado, pode resultar num grande factor de instabilidade dentro e entre os Estados, com o desencadear de políticas de

identidade que polarizam os cidadãos e criam linhas de separação entre “eles” e “nós”⁶⁸. Estas lutas pelas questões identitárias podem também dar origem a lutas e políticas repressivas que são retardadoras do desenvolvimento humano. Gerir a diversidade e respeitar as diferentes etnias não é um desafio apenas para alguns Estados chamados “multiétnicos”. Todos os Estados deverão ter esta preocupação pois nenhum país é inteiramente homogéneo. Com todos os movimentos migratórios a que assistimos nos nossos territórios nacionais todos os países são, hoje em dia, sociedades multiculturais, com diferentes grupos étnicos, religiosos e/ou linguísticos embora com vínculos comuns às tradições, culturas, valores e modos de vida nacionais. Esta diversidade não é um factor passageiro e cada Estado deve tentar encontrar a melhor forma de lidar com este fenómeno contemporâneo, forjando a identidade nacional no meio da diversidade.

Ao contrário daquilo em que se acreditava no passado, os indivíduos podem ter múltiplas identidades que são complementares entre si, como a etnicidade, língua, religião, raça ou cidadania. Todos estes factores concorrem juntos para a formação da identidade e é errado pensar que se tem de escolher entre unidade do Estado e reconhecimento de diferenças culturais. Esta opção de identidade confere também um direito de escolha, pois o cidadão é livre de seleccionar a prioridade que dá a uma filiação em relação a outra na sua vida, hierarquizando para si os seus domínios de identidade.

Consequentemente, a questão do reconhecimento de identidades culturais dissolveu questões infundáveis. Os países não têm que escolher entre unidade nacional e diversidade cultural, existindo a possibilidade e desejo de uma coexistência saudável e de mútua compensação. As políticas multiculturais adoptadas pelos governos dos vários Estados são uma forma de construir Estados diversos, diferentes mas unidos.

Por outro lado, pode-se também argumentar que a diversidade cultural reduz o risco de conflito porque cria um sentimento de pertença em relação a um grupo maior, tornando mais difícil a mobilização de grupos minoritários. A identidade cultural desempenha um papel no conflito, não como causa mas como condutora de mobilização política e a falta de reconhecimento cultural pode desencadear a mobilização violenta. Como exemplo destes conflitos temos a questão das desigualdades subjacentes na

⁶⁸ PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO, *Relatório do Desenvolvimento Humano 2004 – Liberdade Cultural num Mundo Diversificado*, Lisboa, Mensagem, 2004, pp. 1 e 2.

África do Sul que estiveram na base dos distúrbios do Soweto em 1976, desencadeados por tentativas de impor o africânder nas escolas para negros.

A liberdade cultural e de distinguir uma identidade cultural num mundo global e cada vez mais diversificado relaciona-se com a expansão das escolhas individuais e não com a preservação e valores e práticas com um fim em si mesmo, com uma total submissão a uma religião, por exemplo. Muito pelo contrário. A cultura não existe como um conjunto cristalizado de valores e práticas, pauta-se sim pela evolução e constante movimento dentro das suas estruturas à medida que as pessoas questionam, adaptando e redefinindo os seus valores e práticas em função da mudança das realidades e trocas de ideias entre povos. Liberdade cultural é, assim, a “capacidade que as pessoas têm de viver e ser o que escolheram, com uma oportunidade adequada de considerar outras opções.”⁶⁹.

Entender as tradições culturais de outros povos pode fornecer uma nova perspectiva acerca do comportamento humano e da dinâmica das sociedades que podem influenciar os resultados do seu desenvolvimento, mas esta não é uma teoria geral da cultura e do desenvolvimento, pois não há ainda uma clara relação de causa-efeito. Temos também acautelar o determinismo cultural, pois pode remeter para implicações políticas perigosas, podendo alimentar o apoio a políticas nacionalistas que depreciem ou oprimam culturas vistas como inferiores, muitas vezes acusadas de impedirem a total unidade nacional e o desenvolvimento do país. Por outro lado, a identidade cultural dos povos deve ser reconhecida e aceite pelos Estados e os cidadãos devem ser livres em exprimir essa identidade sem perigo de discriminação em todos os aspectos das suas vidas. Resumindo, a liberdade cultural é um direito humano e um factor vital para o seu desenvolvimento, requerendo toda a atenção e incentivo pela parte do Estado.

Os Estados devem, a todo o custo, tentar impedir a exclusão cultural. Esta tem duas formas. Uma é a exclusão de modo de vida, negando o reconhecimento e aceitação de um *modus vivendi* que um grupo escolheria e que insiste que cada pessoa numa sociedade deve viver de forma igual a todos os outros. Deste tipo de exclusão são exemplos a opressão religiosa, a insistência com os imigrantes para que estes abandonem as práticas culturais dos seus países de origem ou a sua língua. Um espaço cultural comum deve ser definido tanto pelas tradições religiosas como pelas línguas, pela história, pelas trocas económicas ou os valores comuns. Esse espaço comum

⁶⁹ *Ibidem*, p.4.

cultural é, evidentemente, condição *sine qua non* a todo o projecto europeu. Outro tipo de exclusão é o de participação, sendo as pessoas discriminadas ou ficando em situações de desvantagem em questões de oportunidades sociais, políticas e económicas devido à sua identidade cultural. Na maior parte das vezes, estas exclusões vêm da simples falta de reconhecimento ou respeito pela cultura e heranças culturais dos outros povos, ou ainda pelo pensamento claramente retrógrado de algumas civilizações continuarem ainda hoje em dia a serem consideradas inferiores, primitivas ou incivilizadas.

A necessidade de expansão da liberdade cultural precisa de ser acompanhada por políticas culturais que resolvam os casos de negação de direitos, pois muitas vezes a exclusão cultural deve-se à falta de democracia ou negação de direitos políticos. Por isso, muitas vezes se apela internacionalmente a uma concepção “multicultural” da democracia. A acompanhar este desenvolvimento ao nível político, são necessárias também medidas para assegurar a liberdade religiosa, o pluralismo legal e que confirmem um grau de liberdade à escolha da língua nacional. A língua é, com frequência, a questão mais contestada nos Estados multiculturais. Existiu em alguns países a tentativa de eliminar línguas populares e a fonte mais frequente de exclusão generalizada é a política monolinguística. A escolha da língua oficial (a língua da instrução nas escolas, dos debates políticos, da participação cívica e das trocas comerciais) molda a vida das populações e ergue barreiras e facilidades aos habitantes dos diversos Estados. O reconhecimento da oficialidade de uma língua ultrapassa em muito o direito à utilização dessa mesma língua – representa também o respeito pelos seus falantes, pela sua cultura e pela sua inclusão na sociedade. Apenas através de uma comunicação eficaz os indivíduos têm o sentimento de pertença a uma comunidade e a escolha da língua oficial simboliza a identidade nacional. Em muitos países começaram-se a adoptar duas ou três línguas, como uma forma de encontrar objectivos comuns de unidade e diversidade, com uma língua nacional unificadora e línguas locais.

Em contrapartida, existem ainda muitos movimentos para a dominação cultural que ameaçam a liberdade cultural. As pessoas que fazem parte desses grupos acreditam que são culturalmente superiores, tanto dentro da sua sociedade como fora da sua comunidade. Estes movimentos muitas vezes coagem os cidadãos, por meio de campanhas políticas, ameaças ou perseguições. Tentam, através da intolerância, travar o progresso da liberdade cultural e da formação de uma identidade cultural supra-nacional. Se bem que a globalização possa ameaçar as identidades nacionais e locais, com muitas pessoas a recearem perder os seus valores e modos de vida, a solução não é

o refúgio no conservadorismo isolacionista. A resposta é conceber políticas multiculturais promotoras da diversidade e do pluralismo. Estas políticas têm de reconhecer e respeitar a diferença cultural de uma forma explícita, enfrentando os desequilíbrios do poder económico e político que levam à perda de culturas e identidades.

Um dos principais problemas da diversidade cultural num mundo diversificado é o fenómeno da imigração. Debate-se muitas vezes se estes devem ser assimilados pela cultura da sociedade que os acolhe ou se as suas próprias culturas devem ser reconhecidas. Como resposta a esta questão temos três princípios fundamentais: o do respeito pela diversidade, o do reconhecimento de múltiplas identidades e o da criação de laços comuns de pertença com as comunidades locais. Pois nenhum país conheceu desenvolvimento com o fecho das suas fronteiras, veja-se o exemplo do caso português com a política isolacionista do Estado-Novo do “Orgulhosamente sós”.

A expansão das liberdades culturais é um objectivo primordial para o desenvolvimento humano e que precisa de especial atenção no nosso século. Devido à crescente globalização, assistimos ao desencadear de interacções cada vez mais frequentes entre a população mundial. Para que esta interacção seja rica e fonte de progresso é necessário que o mundo abrace um maior respeito pelo Outro e se comprometa cada vez mais com a unidade na diversidade. Não deverão ser enaltecidas identidades rígidas se quisermos que a nossa União seja um conjunto de sociedades diversificadas e temos de defender os valores da tolerância e do respeito pelos direitos humanos universais.

A construção de sociedades justas e humanas exige um reconhecimento da importância das liberdades fundamentais, entre elas da liberdade cultural. Assim, têm de ser asseguradas condições de escolha para as populações, para que possam ter a oportunidade de escolher como hão-de viver e estilos de vida alternativos. É importante providenciar as condições para que todos possam eleger e desfrutar de uma ampla gama de opções culturais.

A democracia e o crescimento equitativo são muito importantes na promoção da inclusão cultural, mas não chegam por si só. São também necessárias políticas multiculturais de inclusão cultural, reconhecendo diferenças, apoiando a diversidade e mitigando assimetrias de poder, para de uma forma mais eficaz de poder construir um caminho para a liberdade cultural num mundo cada vez mais diversificado e, ao mesmo tempo, orgulhoso.

3.3. – DIÁLOGO ENTRE CULTURAS

Os Europeus muitas vezes consideram que a diversidade cultural é uma mais-valia para a União Europeia, pois a coexistência de diferentes línguas, referências culturais, modos de vida, valores e referências ético-comportamentais não constituem um problema para a harmonia comunitária, antes a enriquecem graças a uma curiosidade pelo Outro muito própria dos povos europeus. O espólio de referências comuns suscita nos povos europeus a vontade de conhecer os seus vizinhos, de dialogar com eles, trocar conhecimentos e experiências e até, muitas vezes, comparar tradições e maneiras de pensar e viver com cidadãos de outras nacionalidades. Esta curiosidade e aceitação levam ao enriquecimento do nosso conhecimento do Outro e também ao enriquecimento dos cidadãos como seres humanos e tolerantes em relação ao mundo exterior, inserido numa comunidade muito diversificada culturalmente.

Num mundo repleto de conflitos iminentes, como vimos anteriormente, cada vez mais se dá a importância devida ao diálogo entre países, civilizações, enfim, entre culturas. Este diálogo deve ultrapassar qualquer tipo de barreiras políticas ou económicas e deve estender-se às estruturas mais dinâmicas das sociedades, para que todo o cidadão participe nele. Muitas vezes este tipo de acções de mobilização não resulta pois não chega a tocar a vivência do cidadão “comum”. Guarda a tutela destes assuntos “políticos” para os governantes fazendo com que estes assuntos assumam uma imagem distante da realidade do indivíduo do dia-a-dia. É no nosso quotidiano individual que deve começar, continuar ou terminar este esforço de diálogo com o outro, a tentativa de uma descoberta que pode abrir precedentes para relações mais abertas e claras num futuro próximo. Está nas mãos do presente fazer tombar barreiras culturais e consciencializar o nosso espaço europeu dessa nossa diversidade tão rica e poderosa. Mas as fronteiras só podem ser ultrapassadas através do diálogo entre culturas, um diálogo consciente e inovador, num espaço cultural multipolar. A visão do Outro está impregnada de representações negativas e estereótipos que só o esclarecimento pode inverter. A palavra é a melhor arma contra a ignorância.

3.3.1. - O papel da diversidade linguística na formação da identidade cultural

Parece cada vez mais pertinente, nos dias que correm, questionar a construção das identidades nacionais ou, acima de tudo, se se terá partido da concepção nacionalista da identidade para uma visão mais global da mesma, hoje centrada na ideia europeia de uma identidade comum.

Este tema reveste-se de uma actualidade incontornável. Muitos estudos se têm realizado tendo em conta as problemáticas das identidades, multiculturalismo, diálogos entre culturas e diversidade das mesmas. Por vezes torna-se até equívoca a noção e clarificação de Identidade. Por um lado, certas “identidades” podem ter a concorrer para a sua formação factores que não são exactamente compatíveis com outras construções de “identidades”. Por outro lado, a noção hodierna de “Identidade” acaba por se demonstrar susceptível de mudança devido às ininterruptas trocas de ideias, histórias, crenças ou mesmo ideologias a que assistimos no nosso dia-a-dia enquanto cidadãos europeus. Assim, podemos verificar que as identidades individuais – neste contexto o termo refere-se a “nacionais” – evoluem, não são estáticas e podem concorrer quer para a aproximação quer para o afastamento entre as várias identidades nacionais⁷⁰.

Cada vez mais nos apercebemos e valorizamos o facto de a Europa ser constituída por uma multiplicidade fecunda de “identidades” e “culturas”, encontrando na sua diversidade o seu ponto de encontro. Podemos até questionar se não será dessa própria diversidade e troca de informações que nascerão as suas linhas criadoras⁷¹.

Mas esta troca de identidades não se poderia efectuar de uma forma fértil e inovadora se na base de países tão diferentes não subsistisse um denominador passível de solidificar esses laços e permitir a mútua compreensão. Não existe evolução numa cultura, não se forma uma identidade em relação ao *Outro*, sem a função básica do ser humano que é a comunicação. Essa comunicação socorre-se da língua. As línguas

⁷⁰ RIBEIRO, Maria Manuela Tavares (coord.), “Introdução”, *Europa em Mutação – Cidadania. Identidades. Diversidade Cultural*, Coleção Estudos Sobre a Europa, n.º4, Coimbra, Quarteto Editora, 2003, p.3.

⁷¹ *Idem, ibidem*, p.4.

nacionais, sejam elas comuns ou completamente díspares em relação às suas origens, concorrem sempre para a formação da identidade nacional dos diversos países que constituem a União Europeia. Mais uma vez, também a língua como factor de construção de identidade nacional pode concorrer para a identificação ou afastamento de uns países em relação a outros. Mas, acima de tudo, é através dela que podemos estudar origens, condicionantes e heranças de povos e trocar fonemas com significações que transmitam o nosso pensamento. Mesmo concordando ou discordando, precisamos sempre da língua e das suas estruturas, e da língua veiculada pela fala, para estabelecermos relações com o mundo. Sem as línguas os povos estariam completamente alheios aos seus vizinhos e, mesmo dentro da mesma comunidade, os conterrâneos não se compreenderiam.

Podemos, assim, acordar que a língua e a cultura por si veiculada são fenómenos centrais de Identidade. A língua e cultura permitem aos indivíduos identificarem-se com um determinado grupo, originando um sentimento de pertença. Em função de um contexto, um indivíduo pode identificar-se com vários grupos, mobilizando diferentes elementos da língua e de cultura. A Europa encerra nas suas fronteiras diversas línguas e retirar o valor individual de cada uma seria retirar o valor da diversidade da própria identidade europeia⁷². O projecto de confluência das diversas culturas que dão tons tão variados ao panorama cultural europeu deve continuar a encarar essa paleta como múltipla e, por isso, fértil na criação, possibilitando o aparecimento das mais belas obras de arte.

Todos sabemos que na convivência entre culturas tão variadas e diferentes, separadas por línguas e crenças religiosas, irão subsistir sempre conflitos étnico-culturais. A questão reside em fazer da sociedade europeia uma sociedade em que a unidade e a diversidade não sejam conceitos antagónicos⁷³, recolhendo um pouco de todas para se construir uma União mais rica e orgulhosa das suas diferenças internas.

A assembleia da União Europeia pauta-se pela coexistência de diversos idiomas, o que faz com que o pluralismo cultural esteja presente nas instituições. O Parlamento apresenta-se como um espaço público onde as diferenças linguísticas e culturais são

⁷² RIBEIRO, Maria Manuela Tavares (coord.), *Europa em Mutação – Cidadania. Identidades. Diversidade Cultural*, Coleção Estudos Sobre a Europa, n.º4, Coimbra, Quarteto Editora, 2003, p.317.

⁷³ W. KYMLICKA; *La citoyenneté multiculturelle. Une théorie liberale du droit des minorités*, Paris, Editions La Découverte, 2001, p.276.

postas ao serviço de um projecto englobante⁷⁴. Cada uma dessas línguas veicula tradições, os termos utilizados são inseparáveis da cultura que lhes fornece o sentido. Muitas vezes o estereótipo pode levantar barreiras à aceitação da língua/cultura do Outro, reduzindo os traços observáveis e simplificando de forma redutora a realidade.

Como Charles Taylor referiu na sua obra acerca dos fenómenos provenientes do multiculturalismo⁷⁵, “o que se pretende não é a condescendência mas o respeito”. O mesmo se passa com a questão da diversidade linguística na União Europeia. A questão não é olhar para a língua do *Outro* com uma tolerância imposta, antes ser receptivo à sua compreensão e, se possível, à sua aprendizagem. Não devemos – nem podemos – esquecer a nossa cultura e a nossa língua para a substituímos por outras, mas devemos ter sempre em mente que vivemos numa sociedade plural, multicultural e obrigatoriamente impositora do direito à diferença. A nossa língua, enquanto portuguesas(as), comporta parte do nosso orgulho nacional e faz parte da nossa identidade patriótica, define-nos em relação aos Outros, os que têm uma língua diferente. É óbvio que as diversas nações sentem o mesmo em relação à sua própria língua.

A questão que se levanta, então, é como fazer a gestão desta multiplicidade de culturas e, portanto, de línguas no espaço mundial e, mais especificamente, no espaço da União Europeia. Que línguas têm mais poder e, ainda precedendo essa questão, o que confere *poder* a uma língua? Como se incentiva o conhecimento da língua do Outro? Como coexistem estas línguas? Será que todas as línguas são alvo do mesmo tratamento a nível internacional? Qual o papel das chamadas *línguas europeias minoritárias*?

São estas e outras as questões levantadas presentemente, resultado de preocupações concretas, práticas e factuais acerca de um tema que sofre mutações a cada segundo e que influencia as nossas vidas de uma forma indesmentível e enriquecedora.

O rótulo de *línguas europeias* ou *línguas dos da Europa* está em uso desde a escolástica até hoje. A definição mais aproximada apresenta-se como um conjunto de línguas que formam um grupo, “uma espécie de particular de grupo com o latim – com

⁷⁴ KASTORYANO, Riva, *op. cit.*, p.50.

⁷⁵ TAYLOR, Charles, *Multiculturalism and the Politics of Recognition*, Princeton, Princeton University Press, 1992, Cit. in Kastoryano, Riva, *op. cit.*, p.16.

o europeu, não com o romano.”⁷⁶. Este grupo não se apresenta nem como uma família linguística nem como uma aliança linguística. Na opinião de Lluís V. Aracil, sociólogo da linguagem: “Poderíamos dizer também das línguas europeias ser aquelas que, na medida em que se escrevem, chegam a escrever-se com o alfabeto latino, e mesmo se apresenta incoincidências, significativas e importantes, não é por acaso. Hoje o turco osmanli⁷⁷ da Turquia escreve-se com o nosso alfabeto. Por exemplo, a língua romena escreve-se com o nosso alfabeto. Escreviam em cirílico, igual que o russo, e adoptaram o nosso alfabeto há um século, por volta de 1860. A referência ao alfabeto não é rigorosa, mas mesmo não sendo uma coincidência perfeita, tem valor.”⁷⁸.

As línguas modernas fazem parte de um grupo especial. É interessante destacar que estas línguas, a partir de meados do século XIX, começaram a entrar na educação. Foi esta a grande época do estudo das *foreign languages, modern languages* – ou *langues vivantes*, como se referem os franceses. Este fenómeno verificou-se especialmente durante a *Belle Époque*, por volta de 1900. Chegou-se a acreditar que as pessoas cultas deveriam saber pelo menos uma dessas outras línguas nacionais. É também interessante verificar-se a existência de uma hierarquia clara. Naquela época, o francês era a primeira língua aprendida como língua de elite, língua moderna. Em seguida, por ordem decrescente, vinham o inglês, o alemão e o italiano⁷⁹.

Já por várias vezes foi referido que a língua que falamos determina em grande parte a nossa identidade, ajuda-nos a descobrir quem somos. A União Europeia, como um espaço de agregação de várias culturas e heranças étnicas e linguísticas, fundada no lema “unida pela diversidade”, tem de garantir respeito individual a cada um dos seus 450 milhões de cidadãos. A integração e acompanhamento de novos Estados-Membros não aniquila o direito que os seus povos possuem de continuarem a falar e a escrever a sua língua, são antes projectos complementares.

O artigo 22.º da Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia, adoptada pelos líderes em 2000 atesta que a UE respeita a diversidade linguística e o artigo 21.º proíbe a discriminação em razão de língua. Assim como pela pessoa, pela abertura a

⁷⁶ V. ARACIL, Lluís, *Do Latim às Línguas Nacionais: Introdução à História Social das Línguas Europeias*, Santiago de Compostela, Associação de Amizade Galiza-Portugal, 2004, p.20.

⁷⁷ “Os osmanlis eram um povo turco, do grupo turcomano, instalado na Ásia Menor, constituíram o núcleo do império otomano.”. *Idem, ibidem*.

⁷⁸ *Idem, ibidem*.

⁷⁹ *Idem, ibidem*.

novas culturas, pela tolerância e aceitação do Outro, também o respeito pela diversidade linguística deve ser um valor central da União Europeia.

Os padrões linguísticos dos países europeus são complexos e extremamente variados. Este fenómeno tem lugar devido às mudanças que estes sofrem devido à acção da história, a factores geográficos ou mesmo à mobilidade dos povos. A União Europeia, na actualidade e como organização, funciona com base em 23 línguas oficiais. Aquando da adesão à União cada país decide que língua deve ser utilizada como oficial da UE. Depois das escolhas feitas, a lista das línguas oficiais é acordada pelos governos de todos os Estados-Membros, de modo a incluir pelo menos uma das línguas nacionais de cada país. Isto possibilita que um cidadão europeu possa utilizar a sua língua nacional em relações com instituições comunitárias assim como pode ter acesso a toda a legislação adoptada pela UE na sua própria língua. O alargamento de 2004 da União Europeia proporcionou que as línguas oficiais da União passassem de 11 para 20, quase atingindo o dobro.

As 23 línguas oficiais da União Europeia são o alemão, o checo, o dinamarquês, o eslovaco, o esloveno, o espanhol, o estónio, o finlandês, o francês, o grego, o húngaro, o inglês, o italiano, o letão, o lituano, o maltês, o neerlandês, o polaco, o português, o sueco, o irlandês, o romeno e o búlgaro⁸⁰.

Estas línguas têm raízes muito variadas, a maior parte é pertencente ao grupo da vasta família das indo-europeias, que têm como ramificações principais as línguas germânicas, românicas, eslavas e célticas. São também desta família o grego, o lituano e o letão (estas duas últimas línguas bálticas) embora não tão centrais como as acima mencionadas. Do grupo das línguas ugro-finesas vêm o húngaro, o finlandês e o estónio; o maltês tem influências italianas, i.e. românicas, mas tem uma grande aproximação ao árabe.

O número de línguas oficiais é mais reduzido que o número de países da União Europeia pois existem países que partilham a mesma língua, como é o caso da Alemanha e da Áustria – que falam o alemão; do Chipre e da Grécia – falando o grego; e da Bélgica e Luxemburgo que têm línguas em comum com os seus países vizinhos: a França, a Holanda e a Alemanha.

⁸⁰ <http://europa.eu/languages/pt/document/59> (10/2007).

O irlandês passou a ser a 21.^a língua oficial da União Europeia a partir de 1 de Janeiro de 2007. Aquando da integração da Bulgária e da Roménia, nessa mesma data, a UE passou a operar em 23 línguas oficiais.

A política de multilinguismo oficial da UE como instrumento de governo é pioneira a nível histórico e mundial, pois a União encara a utilização das línguas maternas dos seus cidadãos como um dos factores que a tornam mais transparente, legítima e eficiente.

A língua materna mais falada no espaço da União Europeia é o alemão, com cerca de 90 milhões de falantes nacionais. De seguida podemos encontrar, com 60 milhões de falantes, o inglês, o francês e o italiano. Apesar destes dados, o inglês apresenta-se como a primeira língua estrangeira de cerca de um terço dos cidadãos da União, o que a torna a língua mais falada e utilizada neste contexto europeu. Apenas 10% da população da União Europeia fala alemão e/ou francês como primeira língua estrangeira.

O inglês tem vindo a reforçar a sua posição como *língua franca* ao longo dos anos. Cada vez mais os jovens optam pela aprendizagem do inglês como primeira língua estrangeira. A maior parte dos cidadãos europeus revela ser em inglês que se sente capaz de manter uma conversa em língua estrangeira.

Embora a maioria dos europeus aprenda o inglês como primeira língua estrangeira, como podemos analisar na Tabela 1, seguido pelo alemão e pelo francês, esta não é, por vezes, a escolha mais acertada se o propósito da mobilidade dentro da União Europeia é impulsionada por razões de procura de trabalho. Nestes casos seria mais útil a aprendizagem da língua do país vizinho pois, embora o inglês tenha atingido esse escalão de língua internacional, ainda há países linguisticamente muito conservadores e que não se demonstram abertos à fala de outra língua que não a sua língua nacional. É por esta razão que a Comissão Europeia aconselha os seus países-membros a adoptarem o ensino/aprendizagem de duas línguas estrangeiras, para além da língua materna.

Tabela 1*

Língua	Falada como língua materna	Falada como língua estrangeira	Total de falantes
Inglês	13%	34%	47%
Alemão	18%	12%	30%
Francês	12%	11%	23%
Italiano	13%	2%	15%
Espanhol	9%	5%	14%
Polaco	9%	1%	10%
Neerlandês	5%	1%	6%
Russo	1%	1%	2%

* esta pesquisa foi levada a cabo tendo em conta a União Europeia dos 25.

Fonte: http://ec.europa.eu/education/policies/lang/doc/profile_en (2/2008).

Muitos europeus falam duas ou mais línguas, mas cerca de metade dos cidadãos da União Europeia não falam outra língua sem ser a sua língua materna. Este facto pode ser uma barreira à mobilidade dentro da União Europeia. Um direito assegurado dos cidadãos europeus é o direito a viver e a trabalhar em qualquer país da União Europeia mesmo que não seja o seu país de origem. Proporcionando o maior mercado único do mundo, a UE permite uma deslocação livre dos seus cidadãos para a procura de trabalho e de melhores condições para a sua vida. Ora, o conhecimento das línguas europeias torna-se fundamental para uma verdadeira mobilidade, pois permite um total aproveitamento das oportunidades que possam surgir tanto de emprego, como de estudo, de viagens, etc., e a nível económico permite que as empresas detenham vantagem em relação aos seus concorrentes no mercado internacional⁸¹.

A aprendizagem de línguas locais não é apenas preponderante na procura de um emprego. Aquando de uma estadia num outro país, apenas conseguiremos entrar em total contacto com a sua população se partilharmos uma língua ou, pelo menos, percebermos o que os seus falantes nos querem transmitir. Como já vimos, a língua anda incontornavelmente acompanhada de cultura e a cultura de um país reside,

⁸¹ EUROPEAN COMMISSION, *Europeans and their languages: Special Eurobarometer*, Brussels, February 2006 (11/2007).

também, na língua proferida pelos seus falantes. Se comunicarmos uns com os outros poderemos mais facilmente tomar consciência dos nossos pontos de contacto e conseguiremos alcançar de uma forma mais consciente o respeito pela cultura do Outro. A ligação próxima entre *língua e fidelidade política* ou *identidade pessoal*, contudo, apenas se tornou evidente a partir dos finais do séc. XVIII, pois anteriormente a adopção de dialectos e línguas minoritárias dentro das fronteiras nacionais e a utilização de línguas estrangeiras eram vistas como incremento de enriquecimento cultural nas classes sociais mais altas⁸².

O termo *multilinguismo* refere-se quer à situação em que várias línguas são faladas na mesma zona geográfica quer à competência que uma pessoa possui de dominar várias línguas. Assim, nestes dois casos enunciados, o multilinguismo apresenta-se como a chave para o sucesso da Europa. O estudo do multilinguismo não é apenas de interesse histórico e/ou social. Permite-nos ganhar uma perspectiva interior de alguns fenómenos linguísticos que ainda não foram explicados, como o caso da mudança linguística⁸³. Os linguistas históricos defendem que o esforço para conceber generalizações e a tentativa de tornar a língua predicativa acerca da mudança linguística são apenas quiméricos, pois a língua é um produto que decorre de uma necessidade comunicativa social⁸⁴.

O benefício de conhecer e dominar várias línguas é inquestionável, pois a língua é o mecanismo que permite a comunicação entre os povos, a compreensão de ideias e de outras formas de vida o que leva obrigatoriamente a uma maior tolerância entre culturas. Para além disso, também já apontámos a importância do conhecimento de várias línguas para o estudo, emprego e viagens pela Europa, fomentando comunicações interculturais⁸⁵.

Sendo a União Europeia uma instituição verdadeiramente multilingue, à qual preside a ideia da existência de uma só Comunidade baseada na diversidade de culturas e línguas, a Comissão Europeia formou, em Novembro de 2005, a primeira Comissão da Comunicação que explora a área do multilinguismo e garante essa coexistência

⁸² BRAUNMÜLER, Kurt; FERRARESI, Gisella, *Aspects of Multilingualism in European Language History*, Hamburg, John Benjamin Publishing Company, 2003, p.1.

⁸³ *Idem, ibidem*, p.3.

⁸⁴ COSERIU, Eugénio, *Synchronie, Diachronie und Geschichte*, München, Fink, 1974, cit. in BRAUNMÜLER, Kurt; FERRARESI, Gisella, *op. cit.*, p.4.

⁸⁵ <http://europa.eu/languages/pt/chapter/5> (01/2008).

frutífera entre as várias línguas/culturas da União. Os três grandes objectivos da política desta Comissão para o multilinguismo são o incentivo à aprendizagem das línguas, a promoção de uma economia multilingue saudável e a disponibilização de todos os cidadãos europeus a legislação europeia, métodos e informação na sua própria língua.

O objectivo primordial comum a vários planos de acção delineados para a promoção da diversidade linguística pela Comissão Europeia é, sem dúvida, estender os benefícios da aprendizagem de línguas da forma mais alargada possível no espaço da União Europeia. As competências linguísticas integram o conjunto de capacidades de que todo o cidadão necessita para o seu emprego, progresso, trocas culturais e enriquecimento pessoal. Deste modo, a aprendizagem de línguas deveria ser não uma actividade momentânea para servir um propósito imediato ou de momento, mas uma actividade de longa duração, uma *lifelong activity*. De facto, quando a aprendizagem de uma língua estrangeira se dá num contexto do cumprimento de uma tarefa nessa língua a curto prazo, o conhecimento que se adquirirá acerca dela nunca poderá vir a ser mais do que meramente superficial e funcional. Como já foi várias vezes referido, nunca se poderá falar de língua sem falar de cultura. Ora, se a aprendizagem de uma língua se fizer num curto espaço de tempo, não se poderá aprender mais do que estruturas gramaticais, categorias a nível da sintaxe e da semântica e algum vocabulário. Esta visão da aprendizagem de uma língua é extremamente redutora. Nunca se poderá compreendê-la inteiramente sem conhecer as suas origens, os povos que a falam, as suas tradições, enfim, todos os factores que contribuem para a sua identidade, a identidade da própria língua.

Por outro lado, a língua não é um sistema fechado em si mesmo, é antes um mecanismo deveras dinâmico que se adequa e transforma a cada segundo, por força do contexto e das necessidades dos falantes. Apresenta, ainda, vários níveis de conversação. Será necessário conhecê-los de uma forma aprofundada, pois o verdadeiro conhecedor de uma língua só o será quando conseguir adequar o seu discurso em língua estrangeira a um ambiente formal, informal, familiar, etc. O mero conhecedor de poucas estruturas de uma língua nunca se conseguirá moldar na perfeição a todas as circunstâncias em que a língua poderá ser utilizada.

Desta forma, pretende-se que cada vez mais os cidadãos recorram a uma aprendizagem a longo prazo que lhes permita uma visão global e completa quer da língua quer da(s) cultura(s) que a acompanha(m).

A prioridade para os Estados-Membros é a garantia de que pelo menos uma língua estrangeira é introduzida desde os níveis pré-escolar e primário pois é nesta fase do seu desenvolvimento que as crianças lançam as bases para a predisposição à aceitação de novas línguas e culturas. Se este primeiro contacto for eficaz, mais facilmente se continuará com essa aprendizagem noutros níveis escolares mais avançados e se arrancará para a introdução de outra língua estrangeira.

As vantagens deste ensino precoce de línguas estrangeiras, o que inclui o contínuo aperfeiçoamento da língua materna, apenas se revelarão num contexto em que os professores forem especificamente formados para ensinar estes níveis de ensino, em que as turmas sejam de número muito reduzido para a aprendizagem ser eficaz, em que os materiais didáticos próprios estejam à disposição dos professores e no qual se dedique tempo suficiente a este estudo de modo a que este possa ser consolidado e não fiquem apenas no ar da sala de aula alguns sons e palavras avulsas. Este ensino tem, na realidade, muitas vantagens e deveria ser apoiado de uma forma consciente com a noção clara de se estar a investir no futuro.

Para além do desenvolvimento franco e produtivo das competências linguísticas temos ainda outro factor concorrente para este ensino que nunca poderemos ignorar. Estes novos aprendizes de uma língua diferente da sua língua materna, tomando consciência das diferenças existentes entre as duas (ou três) línguas, começa a identificar as suas próprias marcas culturais, suas influências e valores, por oposição a culturas novas que começam a conhecer. Desta forma, este contacto com diferentes culturas irá contribuir para o despertar da consciência acerca da multiplicidade do mundo, promovendo o conhecimento do Outro e a tolerância cultural e linguística.

O papel dos professores de línguas reveste-se de uma importância primordial no contexto da construção de uma Europa multilingue. A sua função, mais do que a dos professores de outras disciplinas, acaba por ser a exemplificação dos valores europeus da abertura ao Outro, da tolerância em relação às diferenças e da vontade e capacidade intrínseca do ser humano que é comunicar, mesmo numa língua diferente da sua. Por isso, é de extrema importância que estes professores tenham a experiência adequada à função de utilizar a língua estrangeira e conhecer com profundidade a cultura a esta associada. Estes professores deveriam todos ter passado um largo período de tempo no país cuja língua materna seja aquela que leccionam e deveriam também ter oportunidade de actualizar e melhorar a sua formação *in loco*. Existe uma grande disparidade entre as experiências e *curricula* de formação dos professores de línguas. Enquanto o papel

inicial interno do lançamento deste sistema de ensino parte de cada Estado-Membro, os planos SOCRATES e Leonardo Da Vinci devem complementar essas acções, nas quais existe um valor europeu renovado. O programa de mobilidade SOCRATES incorpora nos seus projectos o plano “Língua”⁸⁶, especificamente direccionado para todas estas questões debatidas e possibilita a integração de alunos e de professores de línguas num projecto linguístico, seja meramente de sensibilização, seja de ensino, seja de formação complementar constante.

A aprendizagem de línguas deve abranger todos os cidadãos e ao longo das suas vidas. É necessária essa noção da existência de outras estruturas orais e escritas, do ensino e da aprendizagem de uma língua diferente da língua materna. Este fenómeno actual e imperativamente de futuro tem de ser conhecido em todas as casas, de todas as regiões, de todas as cidades, de todos os países da União Europeia (e, claro, não só). Todas as regiões da Europa são incentivadas para que contribuam para um ambiente linguisticamente amigável (*language-friendly environment*), no qual todos os falantes de todas as línguas são igualmente respeitados, no qual a diversidade linguística e cultural serve um bem comum, o enriquecimento pela troca de ideias. E claro, no qual haja oportunidades de aprendizagem linguística para todos os cidadãos.

A Comissão Europeia acredita que, para tornar este panorama possível, se deve insistir em três pontos principais: um contacto com a diversidade linguística de teor inclusivo; a construção de mais comunidades linguisticamente saudáveis e promover e financiar a descolagem de todo este processo do ensino precoce de línguas estrangeiras⁸⁷.

A promoção da aprendizagem de línguas e diversidade linguística envolve um investimento real e uma tomada de compromisso por parte das autoridades a um nível local, regional, nacional e até europeu. Nenhuma destas autoridades necessita de – nem deverá seguir – acções isoladas, isto é, todos os países devem partilhar um plano de acção comum para um maior equilíbrio na implementação desta experiência linguística. Deve haver troca de experiências e conclusões para se definir uma linha de acção europeia e não nacional. Todos os países terão, no final de cada ciclo de acção, de prestar esclarecimentos em relação à situação do ensino de línguas estrangeiras a nível

⁸⁶ http://ec.europa.eu/education/programmes/socrates/lingua/index_es.html (12/2005).

⁸⁷ EUROPEAN COMMISSION, *Communication from the Commission to the Council, the European Parliament, the Economic and Social Committee and the Committee of the Regions – Promoting Language Learning and Linguistic Diversity: An Action Plan 2004-2006*, Bruxelas, Julho de 2003.

nacional. Nenhum país deverá virar costas a esta iniciativa pois a abertura de cada país à aprendizagem e ensino de línguas estrangeiras reflecte a sua tolerância em relação à diversidade que compõe o espaço da União Europeia do qual fazemos parte.

O fundamento básico da União Europeia, agora reforçado pelas contínuas adesões e alargamentos, continua a ser o da “unidade na diversidade”, ganhando com este processo um enriquecimento da diversidade cultural, baseada também em minorias, sejam elas étnicas, linguísticas ou religiosas, que compõem o quadro populacional dos Países-Membros ou candidatos.

Respeitar a diversidade linguística e cultural está patente na Carta Europeia dos Direitos Fundamentais adoptada pelos dirigentes europeus no ano 2000. Não só se reporta às 23 línguas oficiais da União Europeia mas também às muitas línguas regionais e minoritárias faladas por partes de populações. A saber, existem cerca de 150 línguas minoritárias ou regionais, faladas por cerca de 50 milhões de pessoas. Este número não é exacto pois nesta contagem não se distinguiu “língua” de “dialecto”.

De uma maneira geral, são reconhecidas três categorias de línguas regionais e minoritárias:

- As línguas que são específicas de uma região e que se podem encontrar de uma forma total ou parcial no território de um ou mais Estados. Desta categoria fazem parte línguas como o basco, o bretão, o catalão, o frísio, o sardo, o galês.
- As línguas que são faladas por uma minoria num determinado Estado mas que têm o estatuto de oficiais noutro Estado-Membro da União Europeia. Esta categoria integra o alemão do Sul da Dinamarca, o francês no Vale de Aosta no Norte de Itália, o húngaro na Eslováquia, etc.
- As línguas que não pertencem a um território definido como é o caso das comunidades romanicheis, judias ou arménias.

A designação de “línguas regionais ou minoritárias” não abarca os dialectos das línguas oficiais nem línguas faladas por imigrantes residentes na União Europeia⁸⁸. Neste último caso, contudo, devido às condições trágicas que levaram essas pessoas a deixarem os seus países para se fixarem em países europeus, muitas vezes as

⁸⁸ http://ec.europa.eu/education/languages/languages-of-europe/doc139_pt.htm (03/2007).

autoridades locais organizam aulas para ajudar os imigrantes a aprenderem a língua do seu país de acolhimento, permitindo uma mais rápida e eficiente integração.

Para preservar estas línguas como património cultural da União Europeia e promover a sua utilização foi criada uma rede *Mercator*, por iniciativa da Comissão Europeia, em 1987. Esta rede visava responder ao visível e crescente interesse demonstrado pelas línguas regionais e minoritárias e à necessidade que estas comunidades linguísticas tinham de trabalharem em rede de modo a trocarem heranças culturais ou, simplesmente, ideias. Esta rede recolhe, armazena, analisa e distribui informações e documentos relevantes acerca desta temática e os seus três centros situam-se na Catalunha, na Frísia e no País de Gales – regiões com línguas regionais muito activas. Cada um destes centros tem uma área de especialização própria, o primeiro está responsável pela legislação linguística, o segundo pelo ensino linguístico e o terceiro pelo estudo das línguas minoritárias e meios de comunicação social.

Na Declaração de Laeken (Dezembro de 2001) a Europa é definida como o continente “da liberdade, da solidariedade e, sobretudo, da diversidade, o que implica o respeito pelas línguas, pelas culturas e tradições dos outros”. A União Europeia só está aberta a países respeitadores dos direitos fundamentais dos povos livres, como as eleições livres, o respeito pelo Estado de Direito e pelas minorias.

No seguimento da reunião de especialistas na matéria das minorias nacionais da OSCE, reunidos em Genebra em 1991, reconhecendo plenos direitos a todas as pessoas pertencentes a minorias nacionais a fazerem parte da Nova Europa, também a 5 de Novembro de 1992, em Estrasburgo, se cumpriu o mesmo fundamento com a assinatura da *Carta Europeia das Línguas Regionais ou Minoritárias*⁸⁹, ainda que não ratificada por todos os Estados-Membros.

Com o processo de ampliação, fazem (e farão) parte do mundo europeu minorias étnicas e culturais. Para evitar reminiscências racistas, a União compromete-se para com os novos países a estabelecer uma Comunidade de respeito e tolerância pela diversidade cultural e étnica. Para tornar tudo isto possível, o Conselho da Europa estabelece no Preâmbulo da Convenção Marco para a protecção das minorias nacionais que “uma sociedade pluralista e verdadeiramente democrática deve não só respeitar a identidade étnica, cultural, linguística e religiosa de todas as pessoas pertencentes a minorias nacionais mas também criar as condições apropriadas para permitir a expressão,

⁸⁹ http://www.agal-gz.org/portugaliza/tvsptnagaliza/carta_linguas.pdf (03/2007).

preservação e desenvolvimento dessa identidade.” A União Europeia deverá, portanto, fazer um esforço contínuo para uma acção conjunta de *educação* da sociedade para que esta aceite numa forma clara e definitiva os valores do respeito, da diferença, da diversidade e da tolerância⁹⁰.

O apoio da União Europeia tem-se baseado no trabalho de uma rede bastante eficiente que provou ser catalisadora no facto de unir as comunidades linguísticas e promover trocas de informação e experiências entre aqueles que trabalham para a protecção e promoção de minorias linguísticas regionais. O apoio monetário a estas minorias regionais é ainda, infelizmente, insuficiente comparado com o dado a outras línguas.

De acordo com o Comissário Jan Figel⁹¹, o multilinguismo “constitui o cerne da integração europeia e da nossa coexistência pacífica após a Segunda Guerra Mundial.”⁹² A questão primordial trata de respeitar de igual forma as diferentes culturas e línguas existentes no espaço da União Europeia e aprender com elas e com os povos que as sustentam. A possibilidade de os cidadãos poderem aprender línguas estrangeiras é um passo enorme nesta direcção pois diminui a distância cultural que existe naturalmente entre falantes de línguas diferentes e, desta forma, torna-se possível o alargamento da compreensão de outras culturas.

Por outro lado, o cidadão também pode utilizar a sua língua materna para se dar a conhecer ao mundo. Tem ainda a facilidade de poder lidar com todas as instituições europeias na sua língua materna, o que constitui uma legitimidade democrática da União Europeia pois torna transparentes as suas decisões em todas as línguas oficiais. Estas duas questões são cruciais para a Comissão Europeia: o aprofundamento das relações entre os europeus e a sua identificação com as instituições europeias.

O multilinguismo é parte integrante da União Europeia desde a formação da Comunidade do Carvão e do Aço e da Comunidade Económica. A legislação comunitária apresenta-se em todas as línguas oficiais europeias pois a União não

⁹⁰ GARCIA NICOLÁS, Cristina, “Diversidade en la ampliación. Grupos minoritarios en los países candidatos a la Unión Europea”; in RIBEIRO, Maria Manuela Tavares (coord.), *Europa em Mutação. Cidadania. Identidades. Diversidade Cultural*; Colecção “Estudos Sobre a Europa” n.º 4, Quarteto Editora, Coimbra, 2003, p.128.

⁹¹ Comissário responsável pela Educação, Formação, Cultura e Multilinguismo na União Europeia desde 2004.

⁹² <http://europa.eu/languages/pt/document/90> (03/2008).

funciona apenas em Bruxelas, tem necessidade de lidar com empresas, escolas, instituições situadas em diversas localizações na Europa. Também quando estas instituições necessitam de aceder a alguma informação, têm o direito de a consultar na sua língua materna. Os representantes dos diversos países também são convidados a defenderem os seus interesses na sua língua materna pois aquilo que decidem vai ser posto em prática em todos os Estados-Membros.

A Comunidade Europeia original incluía 6 países e quatro línguas oficiais e transformou-se numa União de 25 Estados-Membros e 23 línguas oficiais. Foi em Janeiro de 2007, com a adesão da Roménia e da Bulgária, e com o irlandês a atingir o estatuto de língua oficial, que se chegou a esse número que temos hoje de 23 línguas oficiais na União Europeia. Porém, não estará ainda representada toda a diversidade linguística da União Europeia: actualmente a população total da UE equivale a quase 500 milhões de habitantes e existem cerca de 80 línguas europeias autóctones, para além das línguas faladas pelas comunidades de imigrantes na União. É esta a tão proclamada diversidade que deve ser mantida, valorizada e promovida.

A própria mentalidade dos cidadãos europeus está a mudar ao longo dos anos. Mesmo aqueles que antes se mostravam cépticos acerca da aprendizagem de línguas estrangeiras sob pena de perda da identidade nacional parecem hoje em dia admitir que esse desenvolvimento de capacidades linguísticas não prejudica a valorização das línguas maternas mas antes enriquece os indivíduos. Dota-os de uma visão periférica mais rica e completa e permitindo um entendimento efectivo entre cidadãos europeus com diferentes línguas maternas.

Estas modificações na forma como os europeus encaram a questão da língua estrangeira podem ser verificadas no relatório Eurobarómetro sobre os europeus e as suas línguas⁹³. De acordo com este inquérito, a grande maioria dos cidadãos europeus considera que saber várias línguas tem inúmeras vantagens e mais de dois terços pensa, inclusivamente, que o ensino das línguas deveria constituir uma prioridade política.

A União Europeia fixou como principal móbil a aprendizagem por parte das crianças de, no mínimo, duas línguas estrangeiras, um objectivo considerado “realista e viável” pelo Comissário Figel.

Outro ponto de grande prioridade será a definição de competências e valores essenciais comuns para os professores de línguas na Europa. Apesar de ter sido

⁹³ http://ec.europa.eu/education/languages/archive/policy/consult/ebs_pt.pdf (03/2008).

publicado recentemente o “Perfil europeu para a formação dos professores de línguas”⁹⁴ ainda não existe uma competência geral europeia neste domínio. Será de extrema utilidade o exercício de comparação entre os diferentes sistemas e abordagens à língua estrangeira nos múltiplos países da União, modificando e melhorando para a obtenção de um modelo comum. Será ainda necessário eliminar os obstáculos à aprendizagem de línguas para se poder responder aos desafios educativos do século XXI.

Tendo em vista a formação de cidadãos europeus multilingues será imperativo que o ensino de pelo menos duas línguas estrangeiras seja iniciado numa idade precoce, com professores especializados na área e materiais direccionados para este tipo de ensino. Para além das diferenças óbvias e intransponíveis que caracterizam as situações linguísticas e os sistemas de ensino de cada país é necessário saber como motivar as pessoas para a abertura a outras línguas e culturas.

A aprendizagem linguística é também uma questão económica pois uma boa competência linguística propicia uma maior mobilidade e melhores perspectivas de emprego e realização profissional.

Como já referi, a Comissão Europeia propôs que 2008 fosse declarado o “Ano Europeu do Diálogo Intercultural”, precisamente porque o diálogo é a ferramenta que permite a aproximação entre povos e culturas da Europa e também entre a Europa e países vizinhos.

Como foi já diversas vezes mencionado, a língua – inerente a cultura – apresenta um papel de suma importância na ligação de pontos geográficos distantes e ajuda a derrubar barreiras muitas vezes impeditivas de entendimento. A União Europeia uniu esforços para promover essa multilateralidade de informação e conhecimento, assentando os seus ideais quer na manutenção e valorização das línguas maternas quer na promoção da aprendizagem de, pelo menos, duas línguas estrangeiras. Pois a língua, de uma forma inequívoca, aproxima, une, integra. Concilia na “unidade a diversidade”.

⁹⁴ http://ec.europa.eu/education/languages/language-teaching/doc30_pt.htm (03/2008).

3.4. – PROTECÇÃO E PROMOÇÃO DA DIVERSIDADE CULTURAL

Em Novembro de 2004, o Conselho Europeu autorizou a participação da Comissão, em nome da Comunidade Europeia, nas negociações relativamente à Convenção sobre a protecção e promoção da diversidade das expressões culturais na UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura), designada seguidamente como “Convenção da UNESCO”. Quer a Comissão quer os Estados-Membros participaram nestas negociações. Esta Convenção constitui-se como uma base sólida e válida para a promoção da diversidade e do intercâmbio culturais, assunto de extrema importância tanto para a Comissão Europeia como para os Estados-Membros. A UNESCO, através da sua Convenção, contribui para o respeito mútuo e para a compreensão entre as diferentes culturas existentes mundialmente e está aprovada sobre a protecção e a promoção da diversidade das expressões culturais.

A posição da UNESCO é a de que a diversidade cultural é uma característica essencial da Humanidade e de que essa mesma diversidade constitui um património comum de toda a Humanidade e que deve ser valorizado e preservado em benefício de todos os cidadãos do Mundo⁹⁵. A diversidade cultural gera um mundo variado e rico e que aumenta as possibilidades de escolha, nutrindo as aptidões e os valores humanos sendo, portanto, um motor essencial do desenvolvimento sustentável das comunidades, povos e nações. A diversidade também se insere num quadro político, o mais comum, o da democracia, que defende os valores da tolerância, da justiça social e do respeito mútuo entre os diferentes povos e suas culturas, factor indispensável à paz e à segurança a nível local, nacional e internacional. A sua importância estende-se ainda à plena realização dos direitos humanos e liberdades fundamentais presentes na Declaração Universal dos Direitos do Homem. A UNESCO reconhece a necessidade de integrar a cultura como um elemento estratégico nas políticas nacionais e internacionais para o desenvolvimento e cooperação mundiais, pois a cultura assume diversas formas no tempo e no espaço e consubstancia-se na originalidade e na pluralidade das identidades, das expressões culturais e das mostras identitárias.

⁹⁵ Veja-se Anexo V, p. XVI.

Na Convenção da UNESCO definiu-se que “diversidade cultural” se refere à “multiplicidade de formas em que se expressam as culturas dos grupos ou das sociedades. (...) A diversidade cultural manifesta-se não só nas grandes formas em que o património cultural da Humanidade se expressa, se enriquece e se transmite graças à variedade das expressões culturais, mas também através de diversos modos de criação artística, produção, divulgação e fruição de expressões culturais, independentemente dos meios e das tecnologias empregues.”⁹⁶.

Nessa mesma Convenção ficaram firmadas as medidas para promover as expressões culturais. Fixou-se que as Partes consagradas procurariam criar no seu território um ambiente encorajador para os indivíduos e grupos sociais para que estes criem, produzam, divulguem e distribuam as suas próprias expressões culturais e a elas tenham acesso e também a expressões culturais provenientes de outros territórios. As Partes procurarão igualmente reconhecer a importância da contribuição dos artistas e de todos aqueles que estejam envolvidos no processo criativo das comunidades culturais e das organizações que as apoiam no seu trabalho. Deverão ainda, num período de quatro em quatro anos, fornecer as informações necessárias sobre as medidas tomadas para proteger e promover a diversidade das expressões culturais no respectivo território e a nível internacional, nos seus relatórios à UNESCO. Devem designar um ponto de contacto responsável pela partilha de informação relativa à Convenção e à promoção da diversidade cultural. Em termos práticos, terão a obrigação de desenvolver programas de educação para uma maior sensibilização do público, de cooperar com as outras Partes e as organizações internacionais e regionais para atingir objectivos comuns e incentivar a criatividade e capacidades de produção mediante a criação de programas de educação, de formação e de intercâmbios no domínio das indústrias culturais.

O papel da sociedade civil nestas medidas é crucial, devendo esta ser fomentada e reconhecida. Da mesma forma, a cooperação internacional nesta matéria é indispensável para o reforço da cooperação bilateral, regional e internacional de forma a facilitar o diálogo entre as Partes sobre a política cultural, reforçar as capacidades estratégicas e de gestão do sector público nas instituições culturais públicas, fortalecer as parcerias com a sociedade civil, as organizações não governamentais e sector privado, reforçar a partilha de informação e a compreensão cultural fomentando a

⁹⁶ CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA, *Decisão do Conselho relativa à celebração da Convenção sobre a protecção e promoção da diversidade das expressões culturais*, Bruxelas, 2006.

diversidade das expressões culturais e, finalmente, incentivar a celebração de acordos de co-produção e de co-distribuição.

De acordo com a Convenção da UNESCO é obrigação dos Estados-Membros cooperarem internacionalmente em ajudas, fortalecendo as indústrias culturais dos países em vias de desenvolvimento e em situações de ameaça grave contra as expressões culturais. Todas as Partes beneficiarão e contribuirão para um Fundo para qualquer situação que exija acção.

A Convenção da UNESCO foi de extrema importância no panorama da fixação e ordenação dos direitos e deveres dos Estados-Membros em relação ao tema da diversidade e identidade cultural. Atingindo este estatuto legislado, finalmente pudemos ver o alcance da questão multicultural e ajustar regras para a promoção e protecção da diversidade cultural de cada povo, ajudando o Outro e dando-nos, cada vez mais e melhor a conhecer.

Capítulo IV

Política da Cultura – Uma nova agenda para a Europa

CAP. IV – POLÍTICA DA CULTURA – UMA NOVA AGENDA CULTURAL PARA A EUROPA

4.1 – COMPETÊNCIAS DA UNIÃO EUROPEIA NO ÂMBITO DA CULTURA

4.1.1. – Tratado de Maastricht

Como foi anteriormente referido, apenas no preâmbulo do Tratado de Roma (1957) se fazia menção à Cultura, como sendo um elemento de união entre os povos e de promoção de desenvolvimento socioeconómico. Algumas foram as acções culturais levadas a cabo a partir de 1969, maioritariamente por iniciativa de diversos Chefes de Estado e de Governo da comunidade que consideravam este tema de máxima importância para a compreensão mútua dos Estados-Membros da União Europeia, tendo tido o Parlamento Europeu um papel muito importante na sua realização⁹⁷.

Contudo, apenas a ratificação do Tratado de Maastricht (ou Tratado da União Europeia) em 1992 concedeu uma base jurídica à política da cultura. Foi este o Tratado que consagrou o nome de União Europeia substituindo a designação de Comunidade Europeia, conferindo a esta aliança uma matriz que ultrapassa as alianças económicas e se estende ao político, ao social, ao cultural. No Artigo 151.º deste Tratado estabeleceu-se uma base de acção com o objectivo de encorajar, apoiar e complementar as actividades dos Estados-Membros, com respeito pela sua diversidade cultural nacional e regional pondo simultaneamente em evidência o património cultural comum. Os princípios da intervenção comunitária no domínio da cultura são a complementaridade e a subsidiariedade. Todas as medidas são tomadas em processo de co-decisão pelo Parlamento Europeu e Conselho e por unanimidade neste último órgão.

Como foi atrás referido, o objectivo destas mudanças no âmbito da política cultural seria, por um lado, a contribuição para o desenvolvimento das culturas dos

⁹⁷ http://www.europarl.europa.eu/factsheets/4_17_0_pt.htm (11/2008).

Estados-membros, respeitando a sua cultura nacional e regional e, por outro lado, evidenciar o património cultural comum. Para tal, teve de ser encontrado um caminho para que se pudessem unir esforços num objectivo comum. Assim, nas suas realizações, a acção comunitária centrou-se na protecção do património arquitectónico e incluiu projectos-piloto para a sua preservação. Foram atribuídos subsídios e bolsas a artistas, deu-se assistência à tradução literária e iniciou-se o financiamento de eventos culturais. Entre os exemplos mais típicos podemos lembrar-nos do programa “Capital Europeia da Cultura”, instituído em 1985, em Atenas, e que atingiu um enorme sucesso ou a formação da “Orquestra de Jovens da Comunidade Europeia” em 1976.

Os projectos culturais que possam ter lugar na União Europeia podem também ser financiados pelo Fundo Social Europeu e pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional. De entre os programas culturais mais conhecidos podemos referir o programa Caleidoscópio, criado em 1996, extinto em 1998 mas alargado até 1999, que visava incentivar a criação artística e promover a consciência e a divulgação da cultura dos povos da Europa principalmente no domínio das artes e através de intercâmbios e cooperação cultural e que moveu 36,7 milhões de euros; o programa Ariane, adoptado em 1997 por um período de dois anos e com um custo total de 11,1 milhões de ecus, pretendia fomentar a cooperação no domínio do livro e da leitura, promovendo um maior conhecimento das obras literárias e da história dos povos europeus, através da tradução e da especialização dos profissionais deste meio, contribuindo também para a atribuição do prémio Aristerion, um prémio europeu de leitura e outro de tradução; podemos ainda referir o programa Rafael, adoptado em 1997 por três anos e com um orçamento de 30 milhões de ecus, que visava incentivar a cooperação entre os Estados-membros no domínio do património cultural com uma dimensão europeia.

Estes três programas assinalaram a primeira fase de implementação da acção comunitária no domínio da cultura, ajudando a alargar e reforçar parcerias transnacionais, melhorando também o acesso do público à cultura e promovendo actividades culturais europeias. Com o intuito de melhorar estas actividades e em resposta ao Parlamento Europeu, após consulta das organizações culturais europeias, a Comissão propôs instituir um Primeiro programa-quadro da Comunidade Europeia para a cultura por um período de cinco anos, em 1998. Este programa foi formalmente adoptado em Fevereiro de 2000 e tinha por objectivos promover o diálogo e o conhecimento mútuo da cultura europeia, promover as boas práticas relativamente ao património cultural europeu, promover a criatividade e a divulgação transnacional da

cultura e da mobilidade dos artistas, desenvolver novas formas de expressão cultural e promover o diálogo intercultural entre a cultura europeia e as outras culturas. Estes objectivos poderiam ser atingidos por meio de três tipos de acção: as acções inovadoras e experimentais, os acordos de cooperação cultural e eventos culturais especiais com uma dimensão europeia e/ou internacional. O programa Cultura 2000 teve um orçamento total de 167 milhões de euros.

Devido às implicações causadas pela abolição dos controlos das fronteiras relacionada com a consolidação do mercado interno, era necessário fixar regras para que se pudessem proteger os bens culturais. Assim, a Comunidade adoptou o Regulamento 3911/92 do Conselho (alterado pelo regulamento 469/96) que atesta que a exportação de bens culturais está sujeita à apresentação de uma licença de exportação válida em toda a Comunidade. Pretendia-se também assegurar a restituição de tesouros nacionais de valor artístico, histórico ou arqueológico que tivessem saído ilicitamente do território de um Estado-membro.

Foram também tidas preocupações no que diz respeito aos direitos de autor. A protecção dos direitos de propriedade intelectual ou do direito de autor reveste-se de aspectos económicos, sociais e culturais. Foi graças à criação do mercado único europeu e o rápido desenvolvimento das novas tecnologias que a Comunidade sentiu necessidade de criar uma base de protecção jurídica para os direitos de autor. Consequentemente, em 1991, foram adoptadas várias directivas com vista a proteger a criatividade intelectual e artística. Em 1997 surgiu uma proposta por parte da Comissão Europeia para alargar a protecção do direito de autor às novas formas de tecnologia no sector digital, tais como a Internet, os CD-Rom, os CDs, os DVDs, etc.

Em 1996, a Comissão Europeia apresentou também uma proposta de directiva acerca da harmonização dos direitos de sequência dos artistas na União Europeia pois apenas onze dos Estados-membros possuíam legislação neste campo. A decisão final tem sido alvo de muitas versões e está sempre a ser estudada.

No meio destas questões, qual é o papel do Parlamento Europeu? O Parlamento Europeu acredita que a posição e o poder da Europa no contexto mundial não se regem apenas pelo seu papel económico, político, social ou geográfico mas também pela postura e força dos seus valores culturais. Decidiu-se, então, criar, após as suas primeiras eleições directas em 1979, uma Comissão responsável pelas questões culturais, precisamente para salientar a importância da política cultural no âmbito europeu.

4.1.2. – Competências Comunitárias Culturais

A actividade da União Europeia no âmbito cultural baseia-se no supracitado Artigo 151.º do Tratado da União, no qual se estabelece que os Estados-membros têm a principal responsabilidade neste domínio. Para além disso, em muitos países, a cultura é largamente tratada a um nível regional ou local. Assim, com respeito pelo princípio da subsidiariedade, a actividade da UE neste campo deverá apoiar e complementar as acções dos Estados-membros e ter em conta os assuntos culturais em outros programas e políticas europeus, de modo a preservar a diversidade cultural e destacar a herança europeia comum. A agenda europeia comum para a cultura visa promover a diversidade e o diálogo interculturais e a cultura como catalisadora da criatividade no quadro da Estratégia de Lisboa e como elemento vital nas relações internacionais da UE⁹⁸.

A estratégia comum para a cultura não põe em causa a excepção cultural do Tratado pois baseia-se no “Método Aberto de Coordenação” (MAC) que se traduz numa cooperação num contexto intergovernamental. A diversidade cultural é um elemento de extrema importância para a estratégia comum. A ratificação da Convenção para a Protecção e Promoção da Diversidade da Expressão Cultural por parte da UE exprime essa mesma preocupação.

A União Europeia contribui em larga escala para a promoção de actividades culturais na Europa através de variados programas e políticas. O programa Cultura, embora um pouco limitado no seu raio de alcance, deu já um importante contributo no apoio à cooperação cultural. As actividades incluídas neste programa vão desde festivais, aulas especializadas, exposições, novas produções e circuitos a traduções e conferências direccionadas para artistas, operadores culturais, assim como que para uma audiência mais alargada, como jovens ou camadas social ou economicamente desfavorecidas da sociedade. Já o programa Cultura 2007 coloca mais a tónica na cultura comum dos europeus mediante o desenvolvimento de uma cooperação cultural entre criadores, actores e instituições culturais. O seu orçamento total foi de 400

⁹⁸http://www.eurocid.pt/pls/wsd/wsdwcot0.detalle?p_sub=4&p_cot_id=2795&p_est_id=6886 (11/2008).

milhões de euros para 2007. Outros programas houve que causaram um impacto bastante positivo no panorama cultural europeu como “A Europa para os cidadãos”⁹⁹, “Viver mais aprendendo”, “Jovens em acção”, o programa “Média”, os Fundos Estruturais, etc.

A cultura também tem a sua importância na colaboração com países terceiros. A cultura, a diversidade e o diálogo interculturais tornaram-se importantes desafios para a ordem internacional baseada na paz e mútuo respeito por valores universais. A entrada em vigor da Convenção da UNESCO para a Protecção da Diversidade das Expressões Culturais demonstra o novo papel da diversidade cultural a nível internacional, para o qual a Europa contribuiu em larga escala.

A Comunicação “Uma Agenda Europeia para a cultura num mundo globalizado” confirma o papel fundamental da cultura nas sociedades modernas, propondo novos diálogos e métodos de cooperação para reforçar a sua posição no projecto europeu¹⁰⁰. É um processo de consulta abrangente que possibilita à Comissão Europeia a identificação dos objectivos partilhados pelas Instituições Europeias, Estados-membros e mundo cultural de formar a construir parte de uma agenda para a cultura. Sendo o sector cultural extremamente diverso, a Comissão Europeia sugere responsabilizar-se pela definição do sector e propõe estabelecer um “Fórum Cultural” para melhor se poder estruturar o diálogo com os *stakeholders*. Serão também exploradas outras iniciativas para encorajar a expressão individual artística e intelectual ao nível europeu.

Para além de todas estas implicações da União Europeia no âmbito cultural, este tem ainda impactos indirectos no ambiente socioeconómico e na concretização da Estratégia de Lisboa. Isto porque os sectores cultural e criativo estimulam a criatividade e contribuem para a inovação noutros sectores da economia, como para o desenvolvimento das TIC (Tecnologias da Informação e da Comunicação), indústria líder da Estratégia de Lisboa, ao proporcionarem conteúdo para equipamentos e redes digitais. Estes sectores funcionam também como um atractivo turístico, podendo contribuir para o crescimento económico e de emprego local e regional, assim como para a regeneração e coesão sociais. Assim, o seu contributo está a ganhar prestígio na Estratégia de Lisboa e estes sectores são hoje em dia vistos como elementos-chave para a recuperação económica europeia.

⁹⁹ COMISSÃO EUROPEIA, *Programa Europa para os Cidadãos 2007-2013*, Dezembro de 2007.

¹⁰⁰ http://europa.eu/legislation_summaries/culture/l29019_pt.htm (01/2008).

Com a nova agenda cultural para a Europa, o público de todos os Estados-membros terá a oportunidade de colaborar na criação de um espaço cultural comum, o que exigirá a participação activa de criadores artísticos, instituições e agentes culturais europeus. Desta forma, a unificação europeia vai muito para além das meras questões políticas ou económicas, pois envolve uma matriz cultural. A iniciativa de conferências “Uma Alma para a Europa”¹⁰¹ é destinada a todos os cidadãos e cidadãs europeus e centra-se nos aspectos culturais, de forma a promover a ideia de uma “Europa por e pelos Europeus”, afastando-se da ideia da Europa das instituições. Pretende-se resgatar a “alma cultural europeia”, reunindo os europeus e aprofundando as relações com os Estados vizinhos e com o resto do mundo.

4.2 – INDÚSTRIAS CULTURAIS

O desenvolvimento das indústrias culturais é muito importante para a ligação positiva que existe entre a cultura e o desenvolvimento socioeconómico no espaço europeu. O sector cultural tem a capacidade de se constituir ao mesmo tempo como promotor de identidade europeia e um meio para o desenvolvimento de acções inovadoras que podem criar postos de trabalho. Este sector é, assim, um verdadeiro motor de progresso pois dá lugar a uma correlação muito enriquecedora entre cultura e emprego. O património cultural da Europa é um elemento vital de identidade europeia e fonte de criatividade que pode guiar a União Europeia através dos desafios futuros com que se possa deparar¹⁰².

O sector cultural abrange um conjunto de actividades económicas e industriais muito vasto. Aqui se incluem actividades relacionadas com o património, com a literatura, com a imprensa, com a música, com as artes do espectáculo, com os meios de comunicação social e com o audiovisual. Devido a um incremento na produção e procura cultural, as indústrias culturais propõem-se como domínio de interacção social e

¹⁰¹ http://ec.europa.eu/news/culture/061117_1_pt.htm (12/2006).

¹⁰² PARLEMENT EUROPEEN, *Les industries culturelles et l'emploi dans les pays de l'union européenne*, EDUC – 104 FR, Direction Générale des Études, 1999, p.5.

de actividade económica no contexto actual da União Europeia, pois estas indústrias manifestam-se simultaneamente como motores de emprego e catalisadores da identidade regional, nacional e europeia, como já foi anteriormente referido. O interesse reside em analisar esta dupla função das indústrias culturais, designação esta que hoje em dia faz sentido, mas que há poucos anos não teriam qualquer fundamento prático e conceptual.

A via cultural pode tornar-se um serviço público e privado economicamente rentável e um instrumento integrador das sociedades. A União Europeia conta com o potencial do cruzamento económico com a riqueza cultural necessária ao desenvolvimento do sector das indústrias culturais. Incitando os indivíduos à exploração das suas energias criativas, estas indústrias podem abrir possibilidades de criação dos tais novos postos de emprego que ultrapassam as medidas clássicas de preservação do património cultural já existente¹⁰³. Neste domínio, são as novas tecnologias e o meio audiovisual os sectores de actividade que se tornaram cada vez mais apoiados pelas instâncias políticas nacionais e europeias.

O turismo cultural é visto como uma área que se poderá tornar o ponto de descolagem e de reforço das indústrias culturais, pois o apoio ao turismo cultural permitirá consolidar e aumentar as actividades económicas clássicas que se relacionam com o património cultural. Este tipo de turismo é identificado como um espaço de desenvolvimento empreendedor com grandes possibilidades de favorecer a coesão económica, social e cultural das regiões em declínio.

Podemos, então, concluir que o espaço multicultural da União Europeia se apresenta como uma mais-valia pois a riqueza cultural notável que alberga comporta também interesses noutros domínios, como os poderes públicos. Assim, com base nessa riqueza, as indústrias culturais, tanto inovadoras como prometedoras, podem ajudar à criação de emprego ao mesmo tempo que servem o propósito de reforçar o sentimento comunitário na Europa. O desafio consiste, pois, em conjugar a cultura na sua vertente identitária com o possível aparecimento de outras fontes de emprego duráveis¹⁰⁴, independentes e compatíveis com a economia de mercado. Infelizmente, as potencialidades do sector cultural em geral e das indústrias culturais em particular são

¹⁰³ http://www.europarl.europa.eu/workingpapers/educ/104aptsum_pt.htm (10/2007).

¹⁰⁴ RIGAUD, J., *Pour une réfondation de la politique culturelle*, Paris, Collections des rapports officiels, 1996, p.81.

pouco conhecidas e subaproveitadas pelo poder político, sendo estas indústrias um domínio de actividade extremamente mobilizador no que diz respeito à introdução de novas tecnologias. Estas representam o meio de transmissão de informação ideal face à mundialização das trocas culturais e o ressurgimento de nacionalismos. As indústrias culturais andam ao ritmo do desenvolvimento das novas tecnologias, das exigências e dos desejos dos movimentos socioculturais mais significativos.

A integração da dimensão cultural nas políticas comunitárias é de extrema importância, sem negligenciar a necessidade de reforçar uma acção comunitária cultural mais específica. Aqui, é também posta em evidência a importância da educação e da formação artística e cultural da população europeia. A sinergia entre cultura e desenvolvimento económico vê-se como prometedora. Será possível promover acções inovadoras de vocação cultural que, baseando-se no turismo cultural, possam ser capazes de revitalizar zonas muito ricas culturalmente e que necessitam de ajuda para saírem do seu declínio económico. Para tal, será precisa a colaboração cooperativa inter-regional e descentralizada entre as autoridades públicas e actores económicos locais, assim como a abertura a outras comunidades para que possam trabalhar em conjunto para um projecto comum. É aqui, então, que faz sentido o papel identitário das indústrias culturais pois consolidam as identidades culturais dos povos europeus, pelo que as instâncias comunitárias deveriam ser capazes de aproveitar esta potencialidade do sector em traduzi-la em actos políticos. Esta potencialidade abrange ainda a promoção da inserção social, com actividades que podem devolver aos grupos de risco e marginalizados socialmente o sentimento de pertença a uma identidade e incentivar à criação artística destes indivíduos¹⁰⁵.

¹⁰⁵ ROUSTANG, G. et PERRET, B., *L'économie contre la société: affronter la crise de l'intégration sociale et culturelle*, Seuil, Paris, 1993, p.30.

4.2.1. – O Sector Cultural como Catalisador da Identidade Europeia

A União Europeia, em termos culturais, pauta-se pela sua preocupação com o desenvolvimento e difusão da cultura dos Estados-membros com respeito pelas particularidades regionais e nacionais mas pondo em destaque a herança cultural comum. A legislação neste domínio tem vindo a sofrer modificações por se ter dado conta que o papel da cultura na UE era muito mais económico que humano. Era necessário suprir esta falha com acção de âmbito mais societal, para que a cultura constituísse um domínio de acção novo e adequado para diminuir o deficit democrático da União e aumentar a confiança do cidadão europeu face ao futuro de um projecto sociopolítico de conjunto.

Hoje, as instituições comunitárias põem em evidência a cultura europeia, uma necessidade que se fazia sentir há algum tempo de forma a reforçar o papel da União Europeia face ao processo de mundialização. Nesta lógica de espírito de reforço de pertença a uma comunidade europeia e de definição própria em relação ao exterior, as diferentes acções do sector cultural, como aquelas que põem em relevo as novas formas de comunicação e de informação das indústrias culturais, são vistas de uma perspectiva extremamente promissora.

Para iniciar, é imperativa a partilha de um projecto político comum. Como diria L. Castellina¹⁰⁶: “ao longo da história, os processos de unificação política são geralmente acompanhados da afirmação de uma identidade cultural, social ou religiosa, uma identidade nova, contemporânea ao processo de unificação ou uma identidade pré-existente que afirma uma hegemonia sobre as outras culturas”. Hoje em dia, o processo de mundialização e o ressurgimento de nacionalismos vários convidam-nos a ponderar o declínio do sentimento de pertença ao projecto político europeu. Apesar disso, um dos objectivos das instituições comunitárias ligadas à cultura é a de favorecer o cidadão europeu para que ele possa percorrer as grandes raízes comuns da sua história política, económica, artística e científica. Foram estas origens comuns que proporcionaram as

¹⁰⁶ CASTELLINA, L., “Le rôle du Parlement européen”, *Les Cahiers Internationaux du Symbolisme*, Centre Interdisciplinaire d’Études Philosophiques de la Université de Mons-Hainaut, Mons, 1996, p.48.

grandes vagas de mudança e progresso no continente europeu e que podem continuar a constituir-se como um veículo de comunicação para o futuro. É preciso munir os cidadãos de instrumentos para que possam decidir sobre o seu projecto de futuro e a sua própria cidadania num ambiente global que compreende meios locais, regionais, nacionais e europeus, sem que tal implique uma resistência face a uma ameaça cultural que vem do exterior.

A identidade cultural de um povo provém das sinergias que se criam entre o cruzamento da tradição com o desenrolar da cultura contemporânea. O papel das indústrias culturais é fazer com que os projectos e actividades que dizem respeito às duas vertentes sejam postos em prática, misturando a “mensagem identitária externa” com a “mensagem identitária interna”¹⁰⁷. Desta forma, vai-se formar uma mensagem de abertura que torna as culturas nacionais acessíveis a potenciais visitantes, facilitando a criação de uma consciência comum e o estímulo à curiosidade em relação a outras culturas. Será preciso um franco investimento de recursos financeiros e humanos para que o alargamento cultural seja compatível com o desejo de coesão económica e social das sociedades modernas. Assim, a vida cultural poderá evoluir para um serviço público e privado rentável, funcionando como um catalisador de identidades e instrumento integrador das sociedades. Os Estados-membros, se forem ricos ao nível de ideias inovadoras e de talentos, serão competitivos à escala mundial. Incitando os cidadãos a explorarem os seus potenciais criativos, as indústrias culturais podem oferecer possibilidades de criação de novos postos de emprego, compatíveis com estas novas forças criativas europeias, para além dos tradicionais no sector patrimonial que engloba as actividades nos sectores da gestão e restauração de monumentos históricos, museus, escavações arqueológicas, arquivos e galerias de arte.

Em termos de importância dada aos diferentes sectores da cultura, a música continua a ser um potencial de emprego pouco privilegiado, o livro tem apresentado uma regressão ao longo da última década e o espectáculo ao vivo é um sector difícil de estudar, devido à enorme variedade quer de disciplinas – teatro, musical, dança, de variedades, etc. – quer pela composição extremamente variada do público-alvo. Por outro lado, o sector que tem conhecido maior crescimento nos últimos anos é o do

¹⁰⁷ PARLEMENT EUROPÉEN, *Les industries culturelles et l'emploi dans les pays de l'union européenne*, Direction Générale des Études, EDUC – 104 FR, Luxembourg, 1999, p.21.

audiovisual – cinema, rádio e televisão, acompanhando também o crescimento acentuado do sector da sociedade de informação.

Tem de ser esperado um alargado apoio político para que as actividades integradoras tenham o sucesso pretendido. O Parlamento europeu é a favor do lançamento de programas integrados e do voto de maioria no domínio cultural.¹⁰⁸ O Conselho está também convencido da importância da cultura como contribuição para a realização dos objectivos da Comunidade que reforça a cidadania. Considera que o acesso à cultura, assim como a afirmação da expressão e identidade culturais são condições essenciais para a plena participação dos cidadãos na sociedade. Segundo o Conselho Europeu, o pôr em prática de projectos culturais contribui para a redução das disparidades entre os níveis de desenvolvimento das diferentes regiões, reforça a coesão económica e social, suprime a exclusão e contribui para a melhoria de qualidade de vida dos cidadãos. Assim, as actividades culturais que figuram nas estratégias de desenvolvimento não se devem limitar à conservação do património mas devem igualmente incluir a criação de infraestruturas e apoios aos investimentos ligados ao sector cultural. A Comissão Europeia propõe ainda uma nova abordagem para a cooperação cultural que se desenvolverá em torno de dois eixos principais: a integração da cultura nos actos políticos comunitários e a racionalização das acções comunitárias a favor da cultura com um instrumento único de financiamento¹⁰⁹.

Concluindo, podemos afirmar que o espaço multicultural da União Europeia é uma mais-valia. A sua riqueza cultural é inegável e incomparável mas comporta também outro tipo de interesses, os dos poderes públicos. Assim, as indústrias culturais, inovadoras e prometedoras, podem ajudar à criação de postos de trabalho assim como a reforçar o sentimento comunitário na Europa. O desafio consiste em conjugar a cultura como veículo de criatividade e identidade europeias com o desenvolvimento de novas fontes de emprego duráveis e independentes, compatíveis com a economia de mercado. Estas potencialidades – do sector cultural em geral e das indústrias culturais em particular – são pouco conhecidas e subaproveitadas pelos poderes públicos. Pensa-se

¹⁰⁸ PARLEMENT EUROPÉEN, *Résolution sur le premier rapport de la Commission européenne sur la prise en compte des aspects culturels dans l'action de la Communauté européenne*, 24 de Fevereiro de 1997, p.37.

¹⁰⁹ COMMISSION EUROPÉENNE, *Premier programme-cadre de la Communauté européenne en faveur de la culture (2000-2004)*, Decisão 1419/1999/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, 25 de Maio de 1999.

que poderá ocorrer uma mudança nesta forma de encarar a cultura pois as indústrias culturais são o meio de transmissão de informação ideal, face à mundialização das trocas culturais e ao reaparecimento de nacionalismos. A própria realidade cultural estabelece que as indústrias culturais estejam em consonância com o desenvolvimento actual das novas tecnologias, assim como com as necessidades e desejos dos movimentos socioculturais mais significativos. Se as indústrias culturais tiverem uma dimensão estruturante, reforçando a coesão de um território para o seu desenvolvimento socioeconómico e, simultaneamente, uma dimensão identitária, consolidando as identidades culturais dos povos europeus, as instâncias políticas comunitárias deveriam ser capazes de aproveitar as potencialidades deste sector, traduzindo-o em actos políticos. Pelo menos, será o esperado.

Claro que para que estas considerações se tornem uma realidade nunca se poderá esquecer a primordial importância a dar à formação artística e cultural das populações, para que a igualdade ao acesso à cultura seja uma realidade e não uma benesse apenas ao alcance de algumas elites, como se costuma verificar.

4.3. – PRIMEIRA AGENDA CULTURAL PARA A EUROPA

A Comissão Europeia abraçou o primeiro grande projecto cultural para a Europa, promovido pelo Conselho da Cultura: a Primeira Agenda Cultural para a Europa. Esta agenda introduz um sistema de cooperação mais estruturado, com prioridades concretas. Para Ján Figel, este compromisso marcou o início de uma nova era na forma de trabalhar em conjunto de Estados-membros, Comissão Europeia e indústrias culturais, com a união das suas forças visando o único objectivo da promoção cultural.

O Conselho delineou, então, três objectivos principais que formariam uma estratégia cultural comum para as instituições europeias, os Estados-membros e todo o sector cultural e criativo. Esses objectivos seriam: promover a diversidade cultural e o diálogo intercultural; promover a cultura como catalisadora da criatividade no contexto da Estratégia de Lisboa para o desenvolvimento, empregabilidade, inovação e

competitividade; e promover a cultura como um elemento vital nas relações internacionais da União Europeia.

Este Conselho também adoptou os métodos de trabalho principais propostos pela Comissão Europeia. Uma das linhas fundamentais desta nova estratégia era a introdução de um sistema de cooperação mais estruturado entre os Estados-membros e as instituições europeias no que diz respeito a assuntos culturais. Este “Método Aberto de Coordenação” (*open method of coordination – OMC*) tinha sido utilizado com bastante sucesso na estruturação da colaboração dos Estados-membros e a UE nas áreas da educação, juventude e protecção social. O progresso deste projecto deve ser analisado e, se necessário, reestruturado, cada três anos pela Comissão e os Estados-membros.

Torna-se imperativo que ao longo de todo o processo de implementação da Agenda Cultural, haja um diálogo contínuo a todos os níveis – local, regional, nacional e europeu. Apenas desta forma será possível incluir o sector cultural, desde os artistas individuais às indústrias criativas e culturais – nos assuntos europeus, como por exemplo com recurso a um novo Fórum Cultural, seguindo o exemplo do levado a cabo pela Presidência Portuguesa em Setembro de 2007¹¹⁰.

Para o período de 2008-2010, a resolução do Conselho apresenta cinco áreas prioritárias de acção: favorecer as condições para a mobilidade de artistas e outros profissionais do campo da cultura; promover o acesso à cultura, principalmente pela promoção da herança cultural, turismo cultural, multilinguismo, sinergias com educação (especialmente na educação das artes) e da maior mobilidade de colecções; desenvolver informação, estatísticas e metodologias no sector cultural e melhorar a sua comparabilidade; maximizar o potencial das indústrias culturais e criativas; e promover e implementar a Convenção para a Protecção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais da UNESCO.

¹¹⁰ http://www.eurocid.pt/pls/wsd/wsdwcot0.detalhe?p_cot_id=2957 (01/2008).

4.3.1. – A Cultura na Europa

Com o seu lançamento a 4 de Dezembro de 2007, o Ano Europeu do Diálogo Intercultural 2008 reconhece a imensa diversidade cultural presente na Europa e que esta representa uma vantagem única, encorajando os cidadãos europeus a explorar os benefícios desta riqueza comum e a oportunidade incomparável de aprender com as diferentes tradições culturais presente no terreno europeu. Este projecto do Ano Europeu do Diálogo Intercultural¹¹¹ integra-se nos três grandes objectivos apresentados pela Comissão Europeia em 2007 para a definição de uma Agenda Europeia para a Cultura, citados já anteriormente: promover a diversidade cultural e diálogo intercultural; promover a cultura como catalisador para os objectivos da Estratégia de Lisboa; e promover a cultura como elemento vital nas relações internacionais da UE. Devido ao espaço europeu ser cada vez mais um espaço de diversidade cultural, o alargamento, a livre circulação de trabalhadores e a globalização alargaram ainda mais essa sua característica, tornando-se a Europa num espaço multicultural por excelência, com o aumento do número de línguas faladas, religiões professadas, etnias e culturas das populações. Por esta razão, o diálogo intercultural dá um maior significado ao papel da identidade e cidadania europeia.

Cerca de 72% dos cidadãos europeus acredita que pessoas com etnias, religiões ou nacionalidades diferentes enriquecem a vida cultural do seu país, segundo o Eurobarómetro “Diálogo intercultural na Europa” de Novembro de 2007. Concluímos, então, que o sentimento dominante entre os europeus é de que o diálogo intercultural é benéfico, salvaguardando a importância máxima da preservação das culturas tradicionais de cada país ou região. Este projecto visa também servir como instrumento para que as pessoas que habitam na Europa possam adquirir conhecimentos e capacidades que lhes permitam lidar com um ambiente cultural cada vez mais aberto e complexo. É importante também que os cidadãos despertem para a importância do desenvolvimento de uma cidadania europeia activa, de braços abertos para o mundo, respeitando a diversidade cultural e que se baseie em valores comuns na União

¹¹¹ http://europa.eu/legislation_summaries/culture/129017_pt.htm (11/2008).

Europeia. Querendo transmitir a sua mensagem à sociedade civil em geral mas mais particularmente aos jovens e a grupos sociais desfavorecidos, o diálogo intercultural pretende contribuir para um entendimento mútuo e melhor convívio entre pessoas com culturas diferentes, explorar os benefícios da diversidade cultural e encorajar uma cidadania que se quer activa, inculcando um sentimento de pertença à Europa.

Tal como esta iniciativa que irá ser desenvolvida mais adiante, são vários os programas europeus que promovem as trocas interculturais e o diálogo além-fronteiras. Existe o Programa de “Aprendizagem ao Longo da Vida” que tem como objectivo geral contribuir para o desenvolvimento da comunidade enquanto sociedade avançada e baseada no conhecimento, caracterizada por um crescimento económico sustentável, com mais e melhores empregos e uma maior coesão social.

4.3.2. – Aprendizagem ao Longo da Vida

A Educação é tido como ser uma das principais preocupações dos governos dos Estados-membros mas a União Europeia não possui uma política educativa comum, pois o seu papel é o de criar uma cooperação entre os Estados-membros, preservando as prerrogativas de cada um deles em termo de conteúdo e organização dos seus sistemas de educação e formação. Nos artigos 149.º, 150.º e 151.º do Tratado, a Comunidade tem o dever de contribuir para o desenvolvimento, com incentivo à cooperação entre Estados-membros e apoiando e completando a sua acção, nomeadamente para desenvolver a dimensão europeia na educação/formação e para favorecer a mobilidade e a promoção da cooperação europeia entre estabelecimentos de ensino. Para tal, a UE tem vindo a disponibilizar meios específicos para o favorecimento da cooperação neste domínio. A aprendizagem ao longo da vida foi valorizada por documentos como a Declaração de Bolonha ou a Estratégia de Lisboa. Assim, o Programa Aprendizagem ao Longo da Vida (2007-2013)¹¹² apoiará e completará a acção dos diferentes Estados-

¹¹² http://europa.eu/legislation_summaries/education_training_youth/general_framework/c11082_pt.htm (07/2007).

membros, respeitando a sua responsabilidade pelo conteúdo da educação e da formação profissionais e a sua diversidade linguística e cultural.

Os objectivos específicos deste Programa pautam-se por contribuir para o desenvolvimento de uma aprendizagem de qualidade ao longo da vida e promover elevados níveis de desempenho, bem como a inovação e uma dimensão europeia nos sistemas e práticas existentes neste domínio; apoiar a criação de um espaço europeu de aprendizagem ao longo da vida; contribuir para melhorar a qualidade das possibilidades de aprendizagem ao longo da vida; reforçar o contributo da aprendizagem ao longo da vida para a coesão social, a cidadania activa, o diálogo intercultural, a igualdade entre homens e mulheres e a realização pessoal. Visa também contribuir para a promoção da criatividade, da competitividade, da empregabilidade e do desenvolvimento do espírito empresarial; contribuir para aumentar a participação na aprendizagem ao longo da vida de todas as pessoas; promover a aprendizagem de línguas e a diversidade linguística; apoiar o desenvolvimento de conteúdos, de serviços, de pedagogias e práticas para a aprendizagem ao longo da vida, inovadoras e baseadas nas TIC; reforçar o papel da aprendizagem na criação de um sentido de cidadania europeia; promover a cooperação em matéria de garantia de qualidade em todos os sectores da educação e da formação na Europa; e, finalmente, incentivar a melhor utilização possível dos resultados e dos produtos e processos inovadores.

Tendo em conta todos estes objectivos, gerais e específicos, foram estabelecidos quatro programas sectoriais – Programa Comenius (da Educação Pré-Escolar ao Ensino Secundário), Programa Erasmus (Ensino Formal, Educação e Formação Profissionais de Nível Superior), Programa Leonardo da Vinci (Educação e Formação Profissional, exceptuando o nível superior) e o Programa Grundtvig (Educação para Adultos) - um programa transversal – Desenvolvimento de sinergias entre áreas da Educação, Formação Profissional e da Cultura - e um programa Monnet – Acção Jean Monnet e Concessão de Subvenções Financeiras para instituições e associações europeias cuja acção promova actividades no domínio da educação e formação¹¹³.

O programa Comenius atende às necessidades de ensino e de aprendizagem de todos os participantes na educação pré-escolar e no ensino escolar até ao final do nível

¹¹³http://portal2.ipb.pt/pls/portal/docs/PAGE/EUROPE_DIRECT/ED_SERV_INFO/ED_BOLINFO/ED_PAPEL/BOLETIM%20200706.PDF (11/2008), p.1.

secundário, bem como dos estabelecimentos e organismos que oferecem essa educação e esses níveis de ensino.

O programa Erasmus atende às necessidades de ensino e aprendizagem de todos os participantes do ensino superior formal e na educação e formação profissionais de nível superior, independentemente da duração do curso ou da qualificação e incluindo os estudos de doutoramento, bem como às necessidades dos estabelecimentos e organizações que oferecem essa educação e formação.

O programa Leonardo da Vinci responde às necessidades de ensino e aprendizagem dos participantes na educação e formação profissional, que não de nível superior, bem como às necessidades dos estabelecimentos e organizações que oferecem ou promovem essa educação e formação.

O programa Gruntvig responde às necessidades de ensino e aprendizagem dos intervenientes de todas as formas de educação para adultos, bem como às necessidades dos estabelecimentos e organizações que oferecem ou promovem essa educação.

O programa transversal abrange as seguintes quatro áreas de actividade principais:

- A cooperação em matéria de políticas e a inovação no domínio da aprendizagem ao longo da vida;
- A promoção da aprendizagem de línguas;
- O desenvolvimento de conteúdos, serviços, pedagogias e práticas inovadores, baseados nas TIC, no domínio da aprendizagem ao longo da vida;
- A divulgação e exploração dos resultados das acções apoiadas no quadro do programa e de programas anteriores com ele relacionados e o intercâmbio de boas práticas.

O programa Jean Monnet presta apoio a instituições e actividades no domínio da integração europeia e abrange as três áreas principais:

- A Acção Jean Monnet;
- A concessão de subvenções de funcionamento em apoio a instituições especificadas que tratem de questões relacionadas com a integração europeia;
- A concessão de subvenções de funcionamento para apoio a outras instituições e associações europeias que actuem nos domínios da educação e da formação.

Existem ainda outros Programas neste projecto. Um deles é o programa Erasmus-Mundus cujo objectivo global consiste em reforçar a qualidade do ensino superior europeu, mediante a intensificação da cooperação com países terceiros, a fim de fomentar o desenvolvimento dos recursos humanos e de promover o diálogo e a compreensão entre povos e culturas, desenvolvendo uma cooperação mais estruturada e encorajando diplomados e académicos altamente qualificados de todo o mundo a obterem qualificações ou experiência na União Europeia. Outro é o programa Tempus que financia projectos de cooperação nas áreas do desenvolvimento e inovação curricular, formação de docentes, gestão universitária e reformas estruturais no ensino superior, incentivando a mobilidade de pessoal administrativo e académico oriundo de instituições de ensino superior europeias.

4.3.3.– Programas Culturais

A língua, a literatura, as artes do espectáculo, as artes plásticas, a arquitectura, o artesanato, o cinema, a rádio ou a televisão são o reflexo da nossa diversidade cultural. Embora possam ter origens diferentes, de regiões ou nacionalidades diversas, são parte de um património comum europeu, que a União Europeia tem tentado apoiar e preservar e contribuir para que os seus produtos culturais se tornem acessíveis a cidadãos de outros países. Foi, então, muito importante que a União Europeia tomasse consciência da importância do lançamento de programas destinados a apoiar certas indústrias culturais, incentivando-as a aproveitar as oportunidades proporcionadas pelo mercado único e pelas tecnologias digitais. Por outro lado, procurou também um enquadramento dinâmico para essas indústrias, com a redução da burocracia, facilitando o acesso ao financiamento, contribuindo para projectos de investigação e patrocinando a cooperação com parceiros europeus ou terceiros.

O Tratado de Maastricht (1992) permitiu à União Europeia, que no seu início seguia directivas essencialmente económicas e de trocas comerciais, desenvolver acções culturais de forma a salvaguardar, divulgar e fazer evoluir a cultura no espaço europeu. O papel da União é o de fomentar acções de cooperação entre os operadores culturais dos diversos Estados-membros ou completar as suas iniciativas de modo a contribuir

para o desenvolvimento das respectivas culturas, respeitando a diversidade nacional ou regional, no intuito de valorizar o património cultural comum utilizando, para tal, instrumentos de apoio a iniciativas culturais. Existe uma cooperação cultural entre os Estados-membros de forma à exportação de objectos de carácter cultural e a permitir a restituição de bens culturais que tenham saído ilicitamente do território de um Estado-membro.

Foram já descritos os principais objectivos de alguns programas culturais englobados no programa Aprendizagem ao Longo da Vida. Mas a nova Agenda Cultural Europeia não esgota nestes os programas ao dispor dos cidadãos europeus. O programa Juventude em Acção¹¹⁴ centra as suas atenções na promoção da cidadania dos jovens de uma forma geral, incidindo na cidadania europeia. Procura ainda desenvolver a solidariedade e promover a tolerância, de modo a cimentar a coesão social da União. Incentiva a compreensão mútua entre jovens de países diferentes, contribui para o desenvolvimento da qualidade dos sistemas de apoio às actividades dos jovens e da capacidade das organizações da sociedade civil no domínio da juventude, fomentando também a cooperação europeia em matéria de políticas da juventude.

Um dos programas de maior importância ao nível cultural é o programa Cultura¹¹⁵, cujo objectivo geral consiste em reforçar o espaço cultural europeu assente num património cultural comum através do desenvolvimento da cooperação cultural entre criadores, agentes culturais e instituições culturais dos países participantes no Programa, de modo a incentivar a emergência de uma cidadania europeia. Este Programa está aberto à participação das indústrias culturais não audiovisuais, particularmente as pequenas empresas culturais, quando essas actuem sem fins lucrativos. Pretende-se com este projecto promover a mobilidade transnacional dos agentes culturais, incentivar a circulação transnacional de obras e produções artísticas e culturais e incentivar o diálogo intercultural.

É de extrema importância a medida de gemação de cidades para o estreitar de laços culturais entre povos europeus e de outros países. Hoje em dia já existe um número considerável de municípios que se encontram ligadas por um laço formal de acordos de gemação. Esta parceria almeja o encorajamento da cooperação entre cidades e o mútuo entendimento entre os seus cidadãos. Este movimento de gemação

¹¹⁴ http://europa.eu/legislation_summaries/education_training_youth/youth/c11080_pt.htm (12/2007).

¹¹⁵ http://europa.eu/legislation_summaries/culture/129016_pt.htm (12/2007).

desenvolveu-se a partir do pós Segunda Guerra Mundial, paralelamente ao progresso conseguido com o processo de integração europeia. Existem encontros entre os cidadãos das cidades geminadas, encontros esses de muita importância para a discussão de temas actuais relacionados com a pertença à União Europeia, como o seu estado, o seu futuro, os seus valores. Permitem ainda a criação de amizades além-fronteiras que proporcionam a partilha da diversidade cultural e do património comum aos cidadãos europeus.

Existe ainda o programa Europa para os Cidadãos¹¹⁶ que tem como objectivos gerais fornecer aos cidadãos a oportunidade de interacção e de participação na construção de uma Europa cada vez mais próxima, democrática e aberta ao resto do mundo, mostrando-se unida e enriquecida pela sua diversidade cultural, aprofundando a cidadania europeia; desenvolver um sentimento de identidade europeia, com base na história, valores e dados culturais comuns; fomentar um sentimento de pertença à União entre os cidadãos; e incrementar a tolerância e compreensão entre os europeus, com respeito pela promoção da diversidade cultural e linguística, com um contributo óbvio para o diálogo intercultural. Para além destes objectivos tem como ambições mais específicas planos em conformidade com os objectivos do Tratado e que devem ser postos em prática numa base transnacional, como congregar os membros de comunidades locais de toda a Europa na partilha e troca de experiências, opiniões e valores, aprendendo com os ensinamentos da história para preparar o futuro; fomentar acções, debates e reflexões relacionados com a cidadania europeia e a democracia, os valores partilhados, a história comum e a cultura, através de cooperação no âmbito das organizações da sociedade civil a nível europeu; aproximar mais a Europa dos seus cidadãos mediante a promoção de valores e realizações europeias, preservando a memória do seu passado; e, por fim, incentivar a interacção entre os cidadãos e organizações civis de todos os países participantes, com um contributo para o diálogo intercultural e acentuando a diversidade e unidade da Europa, com especial atenção às actividades destinadas a desenvolver laços mais estreitos entre os cidadãos dos Estados-membros da União Europeia.

Desde 1990, têm vindo a ser desenvolvidos os Programas Media¹¹⁷, cujo objectivo é tornar o sector do audiovisual europeu mais dinâmico e competitivo. Os

¹¹⁶ <http://www.anmp.pt/anmp/doc/Dint/2007/div/EUPG20072001301pt.pdf> (07/2007), p.6.

¹¹⁷ http://europa.eu/legislation_summaries/audiovisual_and_media/index_pt.htm (10/2007).

seus orçamentos são superiores aos dos Programas Cultura. Assim, o Programa Media 2007 (2007-2013) dispõe de um orçamento total de 755 milhões de euros e pretende formar profissionais, desenvolver projectos e empresas de produção, assegurar a distribuição de filmes para cinema e programas audiovisuais, promover a indústria europeia na Europa e no resto do mundo e facilitar o acesso ao financiamento das pequenas e médias empresas (PME) do sector audiovisual¹¹⁸.

4.3.3.1. – Programa Cultura

Numa primeira fase, a Decisão nº508/2000/CE do Parlamento Europeu e do Conselho de 14 de Fevereiro estabeleceu um instrumento único de financiamento e de programação no domínio da cooperação cultural, intitulado Programa Cultura 2000 para o período entre 1 de Janeiro de 2000 e 31 de Dezembro de 2004¹¹⁹. Este programa, que integrava os antigos programas Rafael, Caleidoscópio e Ariane, destinava-se a instaurar um espaço cultural, promovendo o diálogo cultural e o conhecimento da história, a criação, a difusão da cultura e a mobilidade de artistas e respectivas obras, o património cultural europeu, as novas formas culturais de expressão, o papel socioeconómico da cultura e, ainda, pretendia contribuir para a valorização desse mesmo espaço cultural comum aos europeus. Para tal, promoveu a cooperação entre criadores, agentes culturais, promotores públicos e privados, actividades de redes culturais e outros parceiros, bem como instituições culturais de Estados-membros e de outros Estados participantes. As suas acções e manifestações culturais foram realizadas por meio de acções específicas de inovação e/ou experimentação, acções integradas no âmbito de acordos estruturados e plurianuais de cooperação cultural e através de manifestações culturais especiais de dimensão europeia e/ou internacional. A avaliação externa deste Programa foi positiva, tendo sido atingidos os objectivos. O Programa favoreceu o aparecimento de mecanismos aptos a beneficiar a cooperação cultural na União Europeia, gerando uma importante dinâmica catalisadora de ideias. Também as

¹¹⁸ Veja-se Anexo VI, p. XXII.

¹¹⁹ Veja-se Anexo VII, p. XXVII.

organizações que participaram no Programa beneficiaram de uma série de vantagens como a obtenção de experiência no domínio cultural a nível europeu, melhoria das competências de gestão, melhoria da capacidade de organização e individual e o reforço dos laços existentes entre os agentes culturais europeus¹²⁰. Ainda, a nível financeiro, o Programa Cultura (2000) permitiu colmatar lacunas no domínio do financiamento da cooperação transnacional. O sucesso deste primeiro esforço na direcção da cooperação cultural proporcionou a sua continuidade, no Programa Cultura (2007-2013)¹²¹.

Sendo uma das iniciativas mais importantes da União Europeia, o Programa Cultura (2007-2013) já se encontra em plena operacionalização, instituído pela Decisão nº 1855/2006/CE do Parlamento Europeu e do Conselho Europeu. Os fundamentos do Programa encontram-se no artigo 151 do Tratado, segundo o qual a Comunidade terá de contribuir para o desenvolvimento das culturas dos Estados-Membros. Para tal financiará cerca de 250 projectos todos os anos nas áreas das artes do espectáculo, artes visuais e património cultural e na área da literatura e da tradução literária. Este programa de acção comunitária tem por objectivo reforçar o espaço cultural partilhado pelos europeus e assente num património cultural comum, através do desenvolvimento da cooperação cultural entre criadores, agentes culturais e instituições culturais dos países participantes no Programa, de forma a incentivar o reforço de uma cidadania europeia. Esta acção comunitária é complementar às acções nacionais ou regionais realizadas no domínio da cooperação cultural.

Para além deste objectivo geral, o Programa Cultura pretende atingir os seguintes objectivos específicos: promover a mobilidade transnacional dos agentes culturais; incentivar a circulação transnacional de obras e produções artísticas e culturais; incentivar o diálogo intercultural; e promover a sensibilização e a preservação de bens culturais de projecção europeia. Para atingir estes objectivos é necessária a implementação de acções que visem apoiar acções culturais que, por sua vez, se concretizem com a implementação de projectos plurianuais de cooperação, assim como de acções especiais. São também necessários organismos activos no plano europeu no domínio da cultura e, essencialmente, trabalhos de análise, recolha e divulgação de informações, assim como actividades que potenciem o impacto de projectos no domínio da cooperação cultural e da elaboração de políticas culturais europeias. Para realizar os

¹²⁰ <http://europa.eu/scadplus/leg/pt/lvb/l29006.htm> (11/2008).

¹²¹ http://poc.min-cultura.pt/europa-cultura/ecprog_over.htm (02/2008).

seus objectivos propostos a Comissão Europeia estabelece três níveis de intervenção que correspondem a necessidades distintas: apoio a acções culturais como projectos plurianuais de cooperação, acções de cooperação ou acções especiais; apoio a organismos activos no âmbito da cultura; e apoio a trabalhos de análise, recolha e divulgação de informações e à potenciação do impacto dos projectos no domínio da cooperação cultural e do desenvolvimento político.

O Programa Cultura está aberto à participação das indústrias culturais não audiovisuais, nomeadamente de pequenas empresas sem fins lucrativos e dispõe de um orçamento total de aproximadamente 400 milhões de euros para o período compreendido entre 2007 e 2013. Por outro lado, a Comissão Europeia garante a articulação entre este Programa e outros instrumentos comunitários, em particular os adoptados através dos Fundos Estruturais e os dos domínios da educação, da formação profissional, da investigação, da sociedade da informação, da cidadania, da juventude, do desporto, das línguas, da inclusão social, das relações externas e da luta contra todas as formas de discriminação no espaço da União Europeia. Sob determinadas condições, o Programa está aberto à participação dos países do Espaço Económico Europeu (Islândia, Noruega e Lichtenstein), dos países candidatos que beneficiem de uma estratégia de pré-adesão e dos países dos Balcãs Ocidentais¹²².

Por meio da Direcção Geral de Educação e Cultura, a Comissão Europeia publicou um convite à apresentação de candidaturas no âmbito do Programa Cultura com diferentes domínios de acção. O primeiro consistia na apresentação de candidaturas de projectos plurianuais de cooperação, que deveriam ser de natureza sectorial ou multisectorial e prosseguir um objectivo principal comum fundado num acordo de cooperação. O segundo domínio de acção consistia em acções de cooperação cultural com uma duração curta e uma amplitude mais reduzida, que explorassem as vias de uma cooperação a longo prazo entre os operadores culturais.

A Comissão Europeia publicou ainda um convite à apresentação de propostas para organismos activos no plano europeu no domínio da cultura acima mencionados, obrigando assim ao reforço da continuidade do compromisso a longo prazo por parte da União Europeia em cimentar o espaço cultural partilhado pelos europeus, portadores de um património cultural comum. A dita continuidade poderá ser atingida através do desenvolvimento da cooperação cultural entre criadores, agentes e instituições culturais

¹²² <http://europa.eu/scadplus/leg/pt/lvb/l29016.htm> (05/2008).

dos países participantes, para o incentivo da emergência de uma cidadania europeia. Este convite destinava-se a conceder subvenções de funcionamento destinadas a apoiar programas de trabalho visando um interesse geral europeu no âmbito cultural ou um objectivo que se possa inscrever no quadro da política da UE para a cultura.

Com o objectivo de abrir o programa a pequenos operadores culturais a repartição indicativa do orçamento consagra mais recursos a acções de cooperação, que se apresentam como projectos de menos dimensão, do que a projectos plurianuais de cooperação, de grande dimensão. O Conselho Europeu introduziu ainda uma maior flexibilidade tanto no que respeita à duração dos projectos plurianuais de cooperação (de 3 a 5 anos) e das acções de cooperação (de 1 a 2 anos)¹²³.

Na maioria dos países participantes no Programa Cultura (2007-2013) existem Pontos de Contacto Cultural responsáveis por assegurar a promoção do Programa e favorecer o acesso ao mesmo, incentivar o maior número de profissionais e agentes culturais na participação das acções do Programa, divulgar informação, assegurar um contacto eficiente com as diferentes instituições de apoio dos Estados-membros para garantir a complementaridade entre as acções do Programa e as medidas de apoio nacionais e, por fim, assegurar a informação e o contacto ao nível adequado entre os agentes participantes no Programa e os participantes noutros programas comunitários abertos a agentes culturais¹²⁴. O Programa Cultura é, então, um programa multianual que propõe o encontro de oportunidades de fundo para todos os sectores culturais e todas as categorias de operadores culturais, contribuindo para o desenvolvimento da cooperação cultural a um nível europeu.

¹²³<http://europa.eu/rapid/pressReleasesAction.do?reference=PRES/06/217&format=HTML&aged=1&language=PT&guiLanguage=en> (06/2008).

¹²⁴http://cultura2007.min-cultura.pt/index.php?option=com_content&task=view&id=913&Itemid=98 (02/2008).

4.3.3.2. – Disposições legais

A base jurídica para a acção comunitária em matéria cultural é o artigo 151.º do Tratado que institui a Comunidade Europeia, que visa a promoção da diversidade cultural e a valorização da herança cultural comum no respeito pelo princípio da subsidiariedade. Assim, como já foi atrás referido, o Tratado de Maastricht permitiu à União Europeia, historicamente orientada para a economia e o comércio, desenvolver acções culturais para salvaguardar, divulgar e fazer evoluir a cultura na Europa. Contudo, o papel da União limita-se a fomentar acções de cooperação entre os operadores culturais dos diferentes Estados-membros ou a completar as suas iniciativas para que possa contribuir para a eclosão das respectivas culturas, com respeito pela sua diversidade nacional ou regional, valorizando o património cultural comum. Para chegar a tal objectivo, a União utiliza instrumentos de apoio a iniciativas culturais como o Programa Cultura e a acção Capital Europeia da Cultura¹²⁵.

Foi com base na Decisão Nº 1903/2006/CE do Parlamento Europeu e do Conselho de 12 de Dezembro de 2006 que se instituiu o Programa Cultura (2007-2013). Segundo essa mesma Decisão¹²⁶ e estabelecido no ponto (1) era “essencial favorecer a cooperação e intercâmbios culturais, a fim de respeitar e promover a diversidade das culturas e das línguas na Europa e melhorar o conhecimento de outras culturas europeias por parte dos cidadãos europeus, aumentando simultaneamente a sensibilidade destes para o património cultural europeu comum que partilham. A promoção da cooperação e da diversidade cultural e linguística contribui, desta forma, para tornar a cidadania europeia uma realidade tangível, incentivando uma participação directa dos cidadãos europeus no processo de integração”. Desta forma, tornou-se imperativa a existência de uma “política cultural activa destinada a preservar a diversidade cultural europeia e a promover os seus elementos e património culturais comuns” de modo a “contribuir para uma maior visibilidade externa da União Europeia” como descrito no ponto (2). No ponto (3) a tónica vai para a participação plena dos cidadãos no processo de integração, que apenas será possível se houver uma “maior

¹²⁵www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//NONSGML+REPORT+A6-2005-0269+0+DOC+WORD+V0// (08/2008).

¹²⁶www.infoeuropa.euroid.pt/opac/?func=service&doc_library=CIE01&doc_number=000021381 (03/2008).

expressão” dada “aos valores e raízes culturais comuns”, com “elementos essenciais da sua identidade e pertença a uma sociedade baseada na liberdade, equidade, democracia, respeito pela dignidade e integridade humanas, tolerância e solidariedade, com plena observância da Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia”. O ponto (5) desta Decisão refere como é “igualmente necessário promover uma cidadania activa e intensificar a luta contra todas as formas de exclusão, incluindo o racismo e a xenofobia. Melhorar o acesso à cultura para o maior número possível de pessoas pode constituir um meio de combate à exclusão social.” Este é um objectivo da maior importância nesta decisão, a preocupação com o acesso democratizado à cultura e como esta generalização cultural pode combater ideias preconcebidas e preconceitos enraizados em certas culturas para que, com a arma do esclarecimento e do conhecimento, se possam acabar com essas injustiças sociais.

Para que a Cultura esteja ao dispor de todos os Estados-Membros e ainda de alguns países terceiros já referidos é necessária a mobilidade. Assim, o ponto (10) reitera que “Para tornar o espaço cultural comum aos povos da Europa uma realidade, é importante promover a mobilidade transnacional de obras e produções artísticas e culturais, bem como incentivar o diálogo e intercâmbios culturais.” Todos estes esforços vão no sentido de complementar medidas nacionais e fomentar o interesse pela partilha cultural ao nível da União.

4.3.3.3. – Capital Europeia da Cultura

O Programa Capital da Cultura pretende destacar a diversidade da cultura europeia sem pôr de parte os valores comuns. O objectivo é promover a realização de actividades que reforcem a visibilidade europeia e a cooperação cultural transeuropeia. Pretende-se que as características comuns dos povos sejam postas em evidência para que se contribua para um conhecimento mútuo dos cidadãos europeus. Todos os anos são seleccionadas uma ou duas cidades como capitais culturais da Europa que beneficiam de apoio financeiro e logístico concedido no âmbito do Programa Cultura. As verbas auferidas a essas cidades seleccionadas destinam-se a financiar exposições e outras acções que ponham em evidência o património cultural dessas mesmas cidades

ou regiões, para além de um grande número de espectáculos, concertos e outros eventos que reúnem intérpretes e artistas provenientes de toda a União Europeia¹²⁷. Até à data, esta experiência tem tido um impacto a longo prazo no desenvolvimento cultural e do turismo das cidades que beneficiem deste programa. Supostamente, este programa deveria ter terminado em finais de 2004 mas teve tal êxito que foi renovado por mais quinze anos.

A iniciativa foi de Melina Mercouri que propôs, a 13 de Dezembro de 1985, ao Conselho Europeu que se lançasse a Capital Europeia da Cultura (CEC), concebida para contribuir para a aproximação entre os povos europeus, mas só em 1993, com a assinatura do Tratado, é que a comunidade passou a ter competências ao nível cultural. O artigo 128º dotava a cooperação cultural de base jurídica credível e como um dos objectivos fortes da acção da comunidade, que tinha em vista o aprofundamento da cidadania europeia e o ultrapassar de mais uma etapa na integração. A decisão foi desenvolvida pelo Tratado de Amesterdão (1997), que reitera o respeito pela diversidade pela parte das instituições comunitárias.

A candidatura a Capital Europeia da Cultura deve conter um projecto cultural europeu, acompanhado de um tema específico de dimensão europeia e assente na cooperação cultural. Este projecto poderá ser realizado em parceria com outras cidades europeias e deve explicitar de que forma pretende valorizar as correntes culturais comuns aos europeus; promover as manifestações e criações artísticas que associem agentes culturais de outras cidades da União; assegurar a mobilização e participação no projecto de largas camadas da população; assegurar o acolhimento dos cidadãos da União e favorecer a divulgação das acções previstas; promover o diálogo entre as culturas da Europa e as outras culturas do mundo; e valorizar o património histórico e a arquitectura urbana, assim como a qualidade de vida na cidade. Cada cidade terá de organizar um programa de manifestações culturais que valorizem a sua cultura e o património cultural próprios e o seu lugar no património comum, associando agentes culturais de outros países europeus, para o estabelecimento de uma cooperação duradoura¹²⁸.

A empresa de ser Capital Europeia da Cultura acaba por ser “uma tentativa de reivindicação de visibilidade das cidades periféricas afastadas dos grandes centros de

¹²⁷ http://europa.eu/pol/cult/overview_pt.htm (10/2008).

¹²⁸ <http://europa.eu/scadplus/leg/pt/lvb/l29005.htm> (12/2008).

distribuição de indústrias culturais”¹²⁹. Por outro lado, também existe já hoje em dia a consciência de que a cultura exige profissionalismo, para o qual são necessários certos novos saberes como a gestão, curadoria ou assessoria culturais, parcerias interinstitucionais, reabilitação de equipamentos e necessidade de internacionalizar projectos num mundo globalizado. A experiência portuguesa do Porto 2001 sofreu de males nacionais como enredos políticos e reivindicações de protagonismos, manchando um pouco o objectivo principal¹³⁰.

O que importa salientar nesta experiência é o objectivo da cooperação cultural transnacional. Como o Homem tem um ímpeto natural para circular por vários espaços, é também necessário que as culturas se encontrem e se alimentem mutuamente, formando uma “Europa transcultural”¹³¹.

4.3.3.4. – Ano Europeu do Diálogo Intercultural

“Perante os alargamentos sucessivos da União Europeia e a maior mobilidade dos cidadãos, tornou-se essencial a contribuição dos Estados-Membros para o desenvolvimento das culturas. Nesta perspectiva, a UE vai dotar-se de um instrumento único de sensibilização e de promoção do sector cultural para favorecer uma gestão, ao nível do cidadão, da nossa diversidade cultural. Por isso, a Comissão Europeia propôs que 2008 fosse declarado Ano Europeu do Diálogo Intercultural.”¹³².

O Ano Europeu do Diálogo Intercultural teve lugar durante o ano de 2008 e foi uma tentativa de despertar a consciência dos cidadãos europeus, particularmente os jovens, para a importância da participação no diálogo intercultural no seu dia-a-dia para se tornarem cidadãos europeus activos. Foi também uma contribuição para a materialização e visibilidade de um processo de diálogo intercultural sustentado, que

¹²⁹ RIBEIRO, António Pinto – “Lisboa 94, 10 anos depois”, *Público*, 3 de Janeiro de 2004.

¹³⁰ http://www.janusonline.pt/dossiers/dossiers_2005_3_21_e.html (12/2008).

¹³¹ DEMOTTE, Rudy – Fórum Europeu sobre a Cooperação Cultural *in* http://europa.eu.int/comm/culture/eac/forum_en.html (11/2007).

¹³² <http://europa.eu/scadplus/leg/pt/lvb/l29017.htm> (12/2007).

deverá prosseguir para além de 2008, sempre no respeito e na promoção da diversidade cultural.

A União Europeia está obrigada pelo seu Tratado a fortalecer os laços entre os povos europeus, encorajando as diferentes culturas dos Estados-membros a florescerem em harmonia umas com as outras. Ao mesmo tempo, o impacto da globalização tende a aumentar a interacção entre os próprios europeus e o resto do mundo. Desta forma, faz todo o sentido falar em diálogo intercultural como um valor já muito respeitado na União Europeia e encorajado nos seus programas e iniciativas culturais. Contudo, para melhorar a eficácia deste diálogo, este precisa de ser melhor estruturado, envolvendo toda a sociedade civil, especialmente os jovens, numa ferramenta eficaz para que os europeus aprendam a celebrar a sua própria cultura, a ligarem-se com europeus de outros países e sua(s) cultura(s) e ainda com outros povos e culturas de todo o mundo, espalhando a tolerância e o respeito¹³³.

Com um orçamento de 10 milhões de euros, o Ano Europeu do Diálogo Intercultural ajudou ao processo de comunicação entre os povos e suas culturas e subculturas. Este diálogo teve com certeza lugar na educação e na formação mas também nos locais de trabalho e de lazer, cultura e desporto, pois todas as áreas da sociedade fazem parte da cultura de um povo, cultura que deve ser veiculada através do diálogo. Para atingir o grande objectivo cultural no âmbito da cultura, a Comissão Europeia traçou como objectivos para esse Ano a promoção intercultural do diálogo como um meio de ajudar os europeus a adquirirem conhecimento, qualificações e competências que lhes permitam lidar com um ambiente mais aberto e mais complexo; suscitar a preocupação dos cidadãos europeus para o facto do desenvolvimento da cidadania europeia, que é aberta ao mundo e baseada nos valores comuns do respeito pela dignidade humana, a liberdade, a igualdade, a não-discriminação, a solidariedade, os princípios da democracia e a crença na lei, respeito pelos direitos humanos, incluindo os das minorias. As acções levadas a cabo basearam-se em campanhas de informação e de promoção à escala comunitária e sua aplicação a nível nacional; na cooperação com o sector privado e a produção de instrumentos e de materiais de apoio adequados; em inquéritos e estudos com vista a efectuar uma avaliação e a dar um seguimento a longo prazo ao Ano Europeu do Diálogo Intercultural; numa subvenção de, no máximo, 80% a favor de um número limitado de acções emblemáticas de dimensão europeia que visem

¹³³ http://ec.europa.eu/culture/our-programmes-and-actions/doc415_en.htm (02/2008).

a sensibilização para os objectivos do Ano Europeu; e no co-financiamento de acções à escala nacional dotadas de uma dimensão europeia forte, que possam beneficiar de apoio comunitário, no montante máximo de 50% do custo total.

No lançamento da campanha de informação sobre o Ano Europeu ficou estabelecido o objectivo de contribuir para a compreensão mútua e uma melhor vivência em conjunto, explorando as vantagens da diversidade cultural, da participação cívica activa em questões europeias e procurando promover o sentido de pertença europeia. Foi uma iniciativa conjunta da União, dos Estados-Membros e da sociedade civil. O orçamento disponível assegurou campanhas de informação, inquéritos e estudos sobre o diálogo intercultural e o co-financiamento de sete projectos emblemáticos – nas áreas da cultura urbana, artes populares, a participação dos jovens, as migrações, os meios de comunicação social, o intercâmbio de iniciativas locais, projectos de vídeo e actividades das comunidades imigrantes –, todos eles com participantes de vários Estados-Membros, e de 27 projectos nacionais por cada Estado de acordo com o tema “diálogo intercultural”. Na cerimónia inaugural, Ján Figel afirmou que “A Europa enfrenta manifestamente desafios bastante importantes que nascem das relações interculturais. O Ano Europeu 2008 constitui uma oportunidade preciosa para explorar formas de melhorar o nosso diálogo e as nossas relações interculturais, o que pode afigurar-se extremamente difícil. Contudo, há 50 anos, a ideia de congregar a diversidade de populações do nosso continente sob uma organização de cúpula, a União Europeia, também parecia inatingível. Actualmente, a concretização da União Europeia está à vista, assim como o seu êxito notável em unir os países da Europa. Por conseguinte, podemos e devemos enfrentar os desafios da diversidade cultural e religiosa do nosso continente. Foi por isso que escolhemos o lema “Unidos na Diversidade” para este ano.”¹³⁴.

Quase três quartos da população europeia (72%) acredita que pessoas com contextos diferentes, quer sejam eles étnicos, religiosos ou nacionais, enriquecem a vida cultural do seu país¹³⁵. Espera-se que esta opinião seja realmente sincera pois os europeus relacionam-se com cidadãos de várias nacionalidades, etnias e culturas todos os dias. Esta é uma realidade inegável. O grau de concordância nesta questão é

¹³⁴ <http://europa.eu/rapid/pressReleasesAction.do?reference=IP/07/1842&format=PDF&aged=1&language=PT&guiLanguage=en> (05/2008).

¹³⁵ http://ec.europa.eu/public_opinion/flash/fl_217_sum_en.pdf (09/2008), p.4.

dependente até certo ponto da quantidade de pessoas com diferentes proveniências culturais numa dada sociedade, a experiência (ou não) de viver com minorias e o hábito de cruzamento diário com pessoas de outras culturas, como habitualmente acontece nas grandes cidades. O maior número de interações culturais encontra-se no âmbito escolar e académico e é mais comum nas faixas etárias mais jovens. São também as pessoas que vivem nas cidades, que apresentam um nível de escolaridade mais elevado e empregados por conta de outrem que representam o maior número no que diz respeito à incidência de interação com outras culturas na sua vida diária. Em termos sócio-demográficos estes dados são bastante exemplificativos do tipo de pessoa que mais encontros culturais tem e que melhor se habituou a viver com eles e a aceitá-los como um fenómeno positivo. Normalmente esses encontros são aleatórios, ou seja, não planeados e têm lugar em sítios públicos. Quanto à questão da atracção pelas culturas diferentes *versus* preservação das tradições nacionais, os europeus mostram-se abertos a conhecer o diferente, mas sem abrir mão da sua herança cultural. Esta atitude de combinação de interesses traduz a maioria da opinião dos cidadãos europeus (55%). No que diz respeito ao Ano Europeu do Diálogo Intercultural, quase dois terços (63%) dos cidadãos da União Europeia a 27 tem algum interesse neste evento, demonstrando uma certa indiferença em relação aos seus objectivos e tradução prática.

O Ano Europeu do Diálogo Intercultural constituiu-se uma expressão activa do impacto da nova Agenda Europeia para a Cultura num Mundo Globalizado, que estabelece a diversidade cultural e o diálogo intercultural como objectivos principais, marcando o início da primeira presidência eslovena da União. Foram então convidadas várias personalidades de relevância nacionais para desempenharem a função de “Embaixadores Europeus para o Diálogo Intercultural”.

4.3.3.5.– “Programa Próspero”

A cultura de um povo ou de uma sociedade é uma força criadora de laços, de entendimento e troca de ideias. Com base neste pensamento, acredita-se que deverá ser dada à cultura papel protagonista na construção do entendimento e diálogo no espaço europeu. Os artistas não são seres humanos estanques, vagueiam – eles próprios ou as

suas obras – por todo o mundo e consigo carregam também uma mensagem, uma nova voz, uma ideia que pode tocar outras pessoas com outras culturas. Acabam por ser embaixadores culturais incensuráveis, que reflectem sobre as questões prementes e escutam vozes de todos os quadrantes de opinião, cantando também a sua. Desta e de outras formas participam na construção de uma Europa artística e cultural, democrática, social, pacifista, aberta a outros países, no quadro do diálogo intercultural¹³⁶.

Neste enquadramento, foi apresentado em 2008 um projecto de cooperação cultural que envolve instituições de seis países da UE, o Programa Próspero e que deverá ter a sua duração até 2013. Ao abrigo deste projecto, os directores dessas instituições – o Théâtre National de Bretagne (Rennes- França), o Théâtre de la Place (Liège – Bélgica), a Emília Romagna Teatro Fondazione (Modena – Itália), o Centro Cultural de Belém (Lisboa – Portugal), o Tutkivan Teatterityön Keskus (Tampere – Finlândia) e a Schaubühne (Berlim – Alemanha) – pretendem desenvolver esse tão falado diálogo intercultural, promovendo a mobilidade dos artistas e/ou dos operadores culturais concorrendo para uma crescente difusão das produções culturais. Com uma lógica de abertura aos outros, este Programa conta ainda com a parceria da Letónia (com o director artístico Alvis Hermanis do Teatro de Riga) e da Polónia (com o encenador Krzysztof Warlikowski). Esses directores pretendem ainda unir esforços para a chegada a um acordo de cooperação cultural ao serviço do desenvolvimento da criação europeia, da investigação teórica europeia e da formação europeia de jovens actores. O teatro estará no lugar central deste projecto, na sua dimensão poética e política, suscitando o exercício do espírito crítico. Este projecto está ao serviço de um teatro de arte, impregnado pela exultação e beleza.

Os objectivos mais específicos deste programa visavam favorecer a circulação de obras e de artistas, contribuir para o advento de uma cidadania europeia, valorizar um espaço e um património culturais comuns e reforçar o diálogo intercultural, promovendo a diversidade de culturas. As acções contempladas no Projecto giram à volta de três ideias essenciais: o desenvolvimento da criação europeia, a implementação de uma pesquisa teórica europeia, a formação europeia de jovens actores, como já foi referido. Como se concretizarão estas três ideias-chave?

¹³⁶<http://www.ccb.pt/sites/ccb/pt-PT/CCB/Documents/Projecto%20PROSPERO-Dossier%20Imprensa.pdf> (12/2008), p.2.

De forma a desenvolver a criação pretende-se a realização e digressão de quatro criações de grande envergadura, a realização e digressão de seis criações de artistas associados às seis estruturas, o apoio a jovens artistas ligados à vida teatral em que seis parceiros escolhem seis jovens artistas europeus que devem estar em início de carreira para realizarem um estágio. Para a implementação da pesquisa, serão criadas células de reflexão que darão origem a um intercâmbio permanente de alto nível, com encontros entre essas células e organizar-se-ão dois colóquios previstos para Outono de 2009 em Tampere e para o Outono de 2012 em Rennes ou em Liège. Na área da formação de jovens actores, quer a criação quer a difusão estão associadas à formação prevendo-se a realização de ateliers com encenadores escolhidos pelos organizadores, intercâmbios de professores, intercâmbios de alunos e a apresentação conjunta dos trabalhos dos alunos.

Este projecto apresenta-se como bastante ambicioso e audaz pois propõe uma troca extremamente rica ao nível dos saberes criativos, que diferem de país para país, e incentiva à mobilidade dos próprios agentes criativos, proporcionando uma dinâmica de criação que se espera diversificada e rica.

4.4. – MOBILIDADE DOS TRABALHADORES CULTURAIS

Nos dias em que vivemos, os mercados de trabalho caracterizam-se cada vez mais por transformações rápidas, devido sobretudo ao avanço das novas tecnologias que vieram alterar o modo como as pessoas vivem, convivem e até como trabalham, produzindo novos postos de trabalho mas aniquilando outros. A Europa depende assim, também, da capacidade dos seus trabalhadores em se adequarem a uma nova realidade e procurarem uma mudança geográfica que acompanhe uma mudança profissional.

A Europa apresenta ainda uma grande disparidade de competências, com falta delas em certas regiões ou factores e falta de emprego noutras áreas, sendo muito importante que os trabalhadores invistam em si, alargando os seus conhecimentos de forma a se adaptarem a novas exigências. Para tal, é primordial que a Europa desenvolva uma política de desenvolvimento da “cultura da mobilidade”¹³⁷. Esta política terá de assentar na promoção da mobilidade para ajudar os trabalhadores a

¹³⁷ http://ftp.infoeuropa.euroid.pt/ciejd/2006/200609_projecto_mobilidade.pdf (02/2008), p.1.

ultrapassar os variadíssimos obstáculos que possam encontrar à sua frente. Normalmente, uma mudança geográfica implicará o domínio de uma nova língua, factor indiscutível de integração, a habituação a novas regras, leis e exigências administrativas, não falando nas barreiras culturais e ideológicas que possam existir¹³⁸.

A arte, a cultura e a mobilidade estão intrinsecamente relacionadas, pois artistas e obras de arte cruzam e sempre cruzaram fronteiras físicas e imaginárias. Esta realidade é de tal forma inegável que hoje em dia não conseguimos conceber a arte e a cultura fora de um contexto transnacional. Não faz já sentido não irmos ver aquele filme, aquele espectáculo ou aquele concerto, bens culturais que entram no nosso país diariamente. É por isso que a mobilidade de artistas e de obras de arte é um componente tão importante para a interacção cultural e para a formação da identidade cultural. Principalmente para os artistas mais jovens, essa é a oportunidade de conhecer e trocar novas ideias, novos conceitos, aprendendo e ensinando, alargando os seus horizontes pelo contacto com novas realidades culturais, sociais, económicas, religiosas, tecnológicas e geográficas. A mobilidade é de extrema importância para o desenvolvimento pessoal e artístico das pessoas envolvidas, proporcionando uma possível projecção internacional ou impulso de carreira e reputação. É, então, necessário promovê-la de forma a ajudar os artistas a ultrapassarem os muitos obstáculos com que ainda se deparam.

4.4.1. – Estudo da Mobilidade dos Artistas e Bens Culturais

Segundo um estudo levado a cabo pela Universidade Paris X para a Comissão Europeia¹³⁹, tentou-se descobrir quais os obstáculos mais comuns com que se depara a mobilidade e livre movimentação de pessoas que trabalham nos sectores das artes performativas e visuais e as barreiras à liberdade de estabelecimento, produção e circulação de produtos culturais dentro do espaço comunitário.

No campo do treino e prossecução de profissões relacionadas com as artes as maiores dificuldades prendem-se com as oportunidades em termos de início de carreira, em que a cooperação é insuficiente e não existem protocolos ou acordos de intercâmbio

¹³⁸ Anexo VIII, p. XXX.

¹³⁹ http://www.nba.fi/mobility/study_mobility_en.pdf (10/2008), p.24.

entre escolas ou instituições vocacionais a um nível comunitário. O nível de treino e preparação também difere de forma abismal entre os vários Estados-membros, criando grandes disparidades de oportunidades entre os nacionais e os trabalhadores estrangeiros, sem o mesmo tipo de preparação. Mais especificamente na preparação inicial, ou início de carreira, não existem tantos obstáculos mas as dificuldades são sentidas ao nível dos *curricula* dos estabelecimentos artísticos, devido a uma marcada desadequação do ensino nas artes nos estabelecimentos educativos em geral, a uma falha no ensino de repertórios de música de outros países nas escolas nacionais de música e a falta de ensino de línguas estrangeiras nas escolas de música.

No domínio do acesso à profissão o maior obstáculo é que, para propósitos profissionais, alguns Estados-membros não reconhecem as qualificações ministradas por outros. Ao seguir essas profissões além-fronteiras, os artistas deparam-se com alguns problemas relacionados com obrigações e restrições a que alguma legislação estrangeira obriga os trabalhadores no sector das artes, como a obrigação de utilizar os serviços de um profissional específico para o prosseguimento das profissões artísticas, ou a obrigação de abrir uma conta bancária no país de acolhimento, a obrigatoriedade de quotas de contratação de artistas nacionais do país de acolhimento em co-produções internacionais e produções estrangeiras. Por último, as contrariedades prendem-se com o contexto cultural comparativamente desfavorável, com problemas na promoção e disseminação do trabalho dos artistas fora do seu país de origem.

No que diz respeito ao emprego e à protecção social, existem avultadas obrigações e poucos direitos sociais para os artistas ou trabalhadores culturais que trabalham fora das suas fronteiras, principalmente quando mudam o seu estatuto de trabalhador por conta de outrem para trabalhador independente, perdendo a maior parte dos direitos a que os cidadãos nacionais do país de acolhimento têm direito. Com esta situação podem perder o direito ao subsídio de desemprego, podem perder o seguro de acidentes de trabalho ou direito a baixa.

Existem também problemas que os artistas enfrentam quando procuram reclamar no seu país de origem os direitos sociais adquiridos noutro Estado-membro, principalmente no que toca ao cálculo de pagamento de pensões, problemas com a certificação e prova das carreiras dos artistas para efeitos de equivalência de estatuto profissional, etc. O pagamento destes direitos sociais, como as pensões, segurança social, subsídio de desemprego é dificultado pela falta de coordenação entre as organizações nacionais responsáveis.

Os impostos podem também impedir os artistas e/ou trabalhadores culturais de exercerem o seu direito à mobilidade. As políticas financeiras de alguns Estados-membros podem desincentivar a circulação dos artistas, com impostos demasiado elevados para este grupo profissional. Muitas vezes estes trabalhadores são obrigados a pagar uma dupla tributação, de acordo com o país de origem e o país de acolhimento, e alguns países têm ainda uma taxaço muito particular nesta área, o “imposto sobre artes estrangeiras”¹⁴⁰. Os sistemas de isenço são também diferentes de país para país assim como a fórmula para a dedução dos descontos. A definição das circunstâncias nas quais os artistas têm direito a subsídios é muito restritiva. Existe uma falha grave de coordenação entes os sistemas nacionais de financiamento. Os custos são demasiado elevados para os artistas se poderem movimentar pelos países da União Europeia e os parceiros sociais não estão envolvidos. Subsiste ainda a questão dos direitos de propriedade intelectual, dos quais algumas prerrogativas os artistas interpretativos são privados.

A todas estas, e muitas outras, diferenças de tratamento e de obrigaçoes e direitos acresce um problema grave de falta de informaçao acerca destes assuntos legislativos nos outros países e nas instituçoes comunitárias e de ajuda a estes artistas que chegam para trabalhar num país diferente do seu pois ninguém parece capaz de fornecer a informaçao necessária e correcta. Para além da barreira linguística, faltam facilidades para os artistas e trabalhadores culturais estrangeiros e as redes profissionais estão desadequadas. São, então, os problemas mais graves que necessitam de soluço para que acabem os obstáculos existentes à circulação de artistas e trabalhadores culturais, promotores e transmissores de cultura por todo o espaço europeu. Contudo, os artistas continuam extremamente pessimistas quanto às mudanças do seu estatuto e ajudas legislativas que possam vir a receber.

¹⁴⁰ http://www.eurocid.pt/pls/wsd/wsdwcot0.detalhe?p_cot_id=1619 (05/2007).

4.5. – EXPORTAÇÃO/RESTITUIÇÃO DE BENS CULTURAIS

A preservação dos bens culturais de um país, Estado ou região, contribui também em larga escala para a preservação da sua identidade cultural. Através dos objectos herdados ao longo dos tempos pode-se reescrever a história, reconfigurar património artístico, reviver outras épocas que contribuíram para a formação da identidade dos povos. Contudo, por diversas vezes, esses bens são alvo de saída ilícita, pelo que foi necessário proceder a decisões normativas para regular quer a exportação quer a restituição desses bens ao seu território de origem.

No caso da saída ilícita de bens culturais que integram o património nacional de valor artístico, histórico ou arqueológico do território de um Estado-membro após a supressão das fronteiras internas existe a obrigatoriedade da sua restituição. A Directiva 93/7/CEE do Conselho de 15 de Março de 1993¹⁴¹ orienta esta restituição desde que esses bens pertençam a uma das categorias que figuram na Directiva, façam parte integrante das colecções públicas constantes dos inventários dos museus, dos arquivos e dos fundos de conservação das bibliotecas ou dos inventários das instituições eclesiásticas¹⁴².

De forma a aplicar esta directiva, os Estados-Membros podem proceder à classificação de um bem como património nacional mesmo após a saída desse bem do seu território. Também podem alargar o âmbito da aplicação a bens culturais a mais categorias não mencionadas inicialmente. Os princípios da Directiva aplicam-se em todos os casos de saída ilícita do território de um Estado-Membro, incorrendo numa infracção à legislação em vigor nesse território ou violando as condições em que uma autorização temporária tenha sido concedida. Nestes casos, deverá proceder-se à restituição dos bens em questão que tenham sido transferidos dentro dos limites da Comunidade ou que tenham sido em primeiro lugar exportados para um país terceiro e

¹⁴¹<http://www.policiajudiciaria.pt/PortalWeb/page/%7BD06041B8-10A8-4B62-BC48-4AEEF05AC8E6%7D> (12/2008).

¹⁴² <http://europa.eu/scadplus/leg/pt/lvb/l11017b.htm> (05/2008).

seguidamente reimportados por outro Estado-Membro. Cada Estado-Membro tem a responsabilidade de designar uma ou mais autoridades responsáveis pelo exercício das funções de fiscalização e manutenção dos direitos e dever dos Estados nesta matéria. Estas autoridades têm a responsabilidade de cooperar e promover a concertação entre as autoridades competentes dos outros Estados em prol da restituição de bens culturais. Estas responsabilidades são as de procurar o bem cultural que tenha saído ilicitamente do território de um Estado-Membro e a identificação do possuidor e/ou detentor; notificar os Estados-Membros envolvidos em caso de descoberta de bens culturais no seu território, se houver motivos razoáveis para presumir que tais bens saíram ilicitamente do território de outros Estados-Membros; facilitar a verificação pelo Estado-Membro notificado de que o bem em questão constitui um bem cultural ao qual a directiva se aplique, no prazo de dois meses após a notificação; tomar medidas necessárias à conservação material do bem cultural; evitar que o bem seja subtraído ao processo de restituição; e desempenhar a função de intermediário entre o possuidor e/ou detentor do bem e do Estado requerente.

Os tribunais do Estado-Membro requerido são as únicas instâncias competentes para ordenar a restituição do bem ao Estado-Membro requerente, caso o possuidor ou detentor do referido bem se recuse a renunciar ao mesmo. A acção de restituição prescreve no prazo de um ano a contar da data em que o Estado-Membro requisitante tiver tido conhecimento do local em que se encontrava o bem cultural e da identidade do seu possuidor/detentor. Para ser considerado admissível o requerimento deve ser acompanhado de um documento que descreva o bem que é objecto de demanda e que ateste a sua qualidade de bem cultural na acepção determinada pela directiva e uma declaração das autoridades competentes do Estado-membro requerente confirmando que o bem cultural saiu ilicitamente do seu território. No caso de restituição, o possuidor tem direito a uma indemnização, desde que o tribunal considere que ele procedeu de acordo com as diligências exigidas.

No caso da exportação de objectos com carácter cultural, é obrigatória a apresentação de uma licença de exportação no caso de ser a partir do território aduaneiro da Comunidade, para assegurar um controlo uniforme das exportações desses bens¹⁴³. A licença de exportação é emitida pelas autoridades competentes dos Estados-membros, a pedido do interessado. Os Estados-membros podem recusar a licença de

¹⁴³ <http://europa.eu/scadplus/leg/pt/lvb/l11017a.htm> (05/2008).

exportação sempre que os bens culturais em causa sejam abrangidos por legislação de protecção de património nacional de valor artístico, histórico ou arqueológico no Estado-membro em causa.

Estes cuidados com a exportação e restituição de bens culturais incentivaram os Estados-membros e intervenientes no comércio internacional a proteger melhor os seus bens de carácter cultural a nível europeu. No entanto, esses actos normativos foram ainda insuficientes na diminuição do comércio ilícito de bens culturais.

4.6. – MOBILIDADE ESTUDANTIL NA UE – O PROGRAMA ERASMUS

Será de óbvio reconhecimento que a mobilidade dos cidadãos, principalmente de jovens estudantes, concorre para a promoção do conceito de cidadania europeia e para a construção de uma identidade cultural comum. A União Europeia conta com a qualidade da formação e da educação e com o dinamismo e criatividade dos jovens como pilares da sua riqueza cultural, prosperidade e coesão. Ainda mais, “a mobilidade transnacional dos indivíduos contribui para o florescimento das várias culturas nacionais e faculta aos interessados um enriquecimento da própria bagagem cultural e profissional, permitindo à sociedade europeia em geral beneficiar destes efeitos.”¹⁴⁴.

A deslocação de estudantes, professores, formadores ou voluntários no espaço da União Europeia, mercê ou não dos programas comunitários, consolida a liberdade de circulação de pessoas, uma das pedras de toque do ideário e legislação comunitários. Contudo, esta mobilidade não é levada a cabo de forma despreocupada, ainda existem muitos obstáculos a que a mobilidade de pessoas possa ser uma realidade eficaz. Essas dificuldades prendem-se com o direito de residência; com o tratamento diferenciado dos investigadores em formação consoante os países; imposições fiscais e de contribuições sociais; protecção social; reconhecimento, certificação, validação dos diplomas e certificados de formação, principalmente na falta de concordância na atribuição de ECTS, modelo de teria como primeiro objectivo facilitar o reconhecimento académico

¹⁴⁴ GOUVEIA, Joana Mendes, *Europa: cidadania, educação e mobilidade estudantil*, Faculdade de Letras, Coimbra, 2002, p.43 (dissertação policopiada do Master in European Studies).

do currículo dos estudantes. Existe ainda um problema ao nível das bolsas nacionais que torna muito difícil transferir a bolsa ou outras ajudas nacionais para completar estudos no estrangeiro. Os obstáculos socioeconómicos também são difíceis de ultrapassar, não permitindo a todos os estudantes a oportunidade de experimentar a mobilidade. Também surgem obstáculos administrativos relacionados com a organização das escolas e das universidades, decorrentes da discrepância de critérios e diferenças estruturais de calendarização. Existem, por fim, os obstáculos linguísticos e culturais e os práticos, que apenas se revelam durante a própria experiência de mobilidade.

O Conselho Europeu de Lisboa, em Março de 2000, definiu a sua estratégia pressupondo a mobilidade transnacional como um princípio indispensável para a construção de um espaço europeu de conhecimento. Esta presunção levou à redacção do “Plano de acção para a mobilidade”, com o intuito de aumentar e democratizar a mobilidade no espaço europeu, promovendo as formas de financiamento adequadas e levando a cabo medidas para suprimir os obstáculos à mobilidade.

Sendo o ensino superior decisivo nas sociedades contemporâneas, devido à formação de mentes e contribuição para o desenvolvimento social, económico e cultural de um país, reforçando os valores éticos e a concepção de cidadania, é natural que este seja um sector muito valorizado também em questões de promoção de uma identidade cultural. Esta identidade só tem a ganhar com a troca de experiências entre cidadãos europeus – ou de países terceiros – sendo, então, importantes os programas comunitários de mobilidade, principalmente o Programa ERASMUS.

O primeiro acto comunitário que instituiu o Programa ERASMUS¹⁴⁵ tinha como objectivo primordial aumentar substancialmente a mobilidade estudantil dentro do espaço comunitário. Para tal, previa-se a criação e funcionamento de uma rede europeia universitária com acordos celebrados no quadro do Programa ERASMUS; o estabelecimento de um sistema de bolsas de estudo para estudantes; estabelecimento do sistema de ECTS para promover a mobilidade através do reconhecimento académico dos diplomas e períodos de estudo e de medidas complementares para divulgação de iniciativas e publicações neste domínio. Os primeiros anos deste Programa conheceram um êxito assinalável, com números aliciantes, tanto de participantes como ao nível de orçamentação. O Programa recebeu ainda uma força extra ao ser incorporado no Programa SOCRATES, uma primeira iniciativa europeia que contemplava todos os

¹⁴⁵ Decisão 87/327/CEE do Conselho de 15 de Junho de 1987.

níveis de ensino, no âmbito dos programas de aprendizagem referidos no ponto 4.3.2. do presente estudo.

Portugal tem participado de forma satisfatória nestes projectos comunitários no âmbito da aprendizagem, tendo o programa SOCRATES-ERASMUS tido um papel primordial na abertura das universidades portuguesas ao exterior e contribuindo para uma mais rápida integração plena do país. Os principais obstáculos referidos pelos estudantes portugueses são as barreiras linguísticas e a questão do financiamento insuficiente. Contudo, deve ser referido que o balanço é bastante positivo, contribuindo este programa para a qualificação dos cidadãos europeus e para a “dinamização de um espírito europeu aberto, multicultural e solidário.”¹⁴⁶.

4.7. – CENTROS DE INFORMAÇÃO AOS CIDADÃOS EUROPEUS

A Comissão Europeia supervisiona redes e centros de informação acerca da própria União Europeia aos quais todos os cidadãos se podem dirigir, criando assim um sentimento de proximidade com uma União integradora e promovendo o sentimento de pertença a um espaço comum, a uma cidadania, a uma identidade.

Sob a supervisão da Direcção-Geral da Comunicação existem as Redes EUROPE DIRECT¹⁴⁷. Estas englobam:

- 1) *Os Centros de Informação EUROPE DIRECT* – centros de informação em todos os Estados-membros que funcionam como interface a nível local entre a UE e os cidadãos europeus. Os seus objectivos são distribuir informações e conselhos sobre as políticas da União, promover o debate local e regional, permitir a divulgação de informação local e regional por parte das instituições e dar oportunidade ao público para comunicar as suas opiniões às instituições europeias.
- 2) *Os Centros de Documentação Europeia* – ajudam as instituições de ensino superior e de investigação a promover e desenvolver o ensino e a

¹⁴⁶ GOUVEIA, Joana Mendes, *op.cit.*, p.85.

¹⁴⁷ http://ec.europa.eu/portugal/pdf/redes/redes_centros_informacao_2007_pt.pdf (02/2008), p.3.

investigação sobre a integração europeia, promovem o debate sobre a integração e dão a conhecer as políticas da União Europeia a todos os cidadãos.

O *Team Europe*, criado em 1989, é constituído por uma rede de aproximadamente 700 conferencistas especializados em assuntos europeus. Os membros desta equipa têm experiências muito variadas, como professores universitários, consultores, juristas, empresários e funcionários públicos e estão disponíveis para conferências e eventos em quase todos os Estados-membros da União. A rede cobre também a maior parte das línguas de trabalho.

Sob a supervisão de outros serviços da comissão existe, entre outros:

- 1) *A Rede EURES* – uma rede de cooperação entre a Comissão Europeia e os serviços públicos de emprego de todos os Estados-membros do Espaço Económico Europeu e da Suíça, assim como entidades regionais e nacionais interessadas em assuntos laborais, nomeadamente sindicatos, organizações de empregadores, autoridades locais e/ou regionais. O seu objectivo é prestar informação, aconselhamento e serviços de recrutamento/colocação em benefício de trabalhadores e empregadores e é supervisionada pela Direcção-Geral do Emprego e Assuntos Sociais¹⁴⁸.
- 2) *A Rede Europeia de Centros de Mobilidade* – visa proporcionar apoio e aconselhamento aos investigadores e respectivas famílias que tomem a decisão de mudar de país, reforçando o Espaço Europeu de Investigação e contribuindo para tornar a União na economia mais competitiva do mundo. A rede ERA-MORE apoia a mobilidade de investigadores, disponibilizando um portal sobre o tema e concedendo “vistos científicos” para investigadores de países terceiros.
- 3) *Rede de Regiões Inovadoras na Europa* – plataforma conjunta para a colaboração de experiências entre regiões que elaboraram ou aplicam estratégias e regimes regionais de inovação. Pretende-se que essas regiões tenham acesso a novas ferramentas, programas e oportunidades de aprendizagem dentro das regiões, no âmbito da

¹⁴⁸ <http://ec.europa.eu/eures/home.isp?lang=pt> (05 /2008).

promoção da inovação, melhorando as capacidades de promoção da inovação e competitividade nas empresas regionais.

- 4) *Agências nacionais para o programa de Aprendizagem ao Longo da Vida* – para pôr em prática os Programas descritos no ponto 4.3.2..
- 5) *Pontos de contacto culturais* – visam concretizar o “Programa Cultura” nos países participantes, promovendo o Programa, facilitando a participação do maior número de profissionais da cultura possível, assegurando o intercâmbio de informação com as instituições culturais nacionais. A rede abrange todos os Estados-membros da União, e ainda a Turquia, Islândia, Noruega e Liechtenstein. Está sob a supervisão da Direcção-Geral da Educação e da Cultura.

A rede de informação tem muitos mais pontos de contacto. Esta selecção deve-se a considerar de especial relevância para a tentativa de aproximação em relação aos cidadãos europeus, na promoção de uma concepção de União e promovendo o sentimento de pertença.

Capítulo V

A cultura e valores culturais – o ponto de vista dos Europeus

CAP. V – A CULTURA E VALORES CULTURAIS – O PONTO DE VISTA DOS EUROPEUS

5.1. – OS EUROPEUS E A CULTURA

5.1.1. – Os “Novos Europeus” e a Cultura

Devido ao alargamento do espaço europeu a concepção de “Cultura” para os Europeus tendeu também a mudar. A aproximação a outros povos, principalmente da zona da Europa de Leste, trouxe mudanças substanciais à forma de encarar o mundo e preservar valores nacionais, tendo de haver obrigatoriamente uma preocupação com o respeito pela cultura dos países já membros. Com a abertura das fronteiras, deram-se novas vagas de emigração dentro do espaço europeu, contribuindo para o multiculturalismo e para o diálogo entre culturas de povos diferentes, sendo este diálogo muitas vezes edificador e outras, infelizmente, de confronto de culturas.

De acordo com o Eurobarómetro 2003.1 de Março – Abril de 2003 acerca dos países¹⁴⁹ que se encontravam candidatos à adesão nessa data¹⁵⁰ e a sua relação com a cultura, podemos verificar que apenas dois bens culturais são indispensáveis nesses países, sendo eles o aparelho de televisão e, pelo menos, alguns livros. Em quase todos os treze países os inquiridos reponderam que vêem televisão, sendo os programas preferidos os noticiários (com 92% de respostas positivas), seguidos de filmes (76%). Malta, Chipre e a Eslovénia são os países com maior facilidade de acesso a estes equipamentos culturais, enquanto que a Roménia, a Bulgária e a Lituânia estão no final desta lista. Demograficamente também existem diferenças, tendo os homens mais

¹⁴⁹ Bulgária, Chipre, República Checa, Estónia, Hungria, Letónia, Malta, Polónia, Lituânia, Roménia, Eslováquia, Eslovénia e Turquia.

¹⁵⁰ http://ec.europa.eu/culture/pdf/doc973_en.pdf (12/2008), p.2.

aparelhos em sua posse do que as mulheres e, de entre estes, os jovens também são os mais afortunados. As zonas urbanas também apresentam maior incidência do que as zonas rurais. Enquanto os homens preferem assistir a noticiários e a documentários na televisão, a escolha das mulheres recai mais sobre as séries e novelas, seguidas de *talk shows* e programas de vendas. Também vêem menos filmes e DVDs do que os homens.

De uma amostra de 100 cidadãos candidatos, 84 responderam que costumam ouvir rádio, através do qual têm acesso à música. A televisão apresenta uma maior audiência do que a rádio mas, mesmo assim, os cidadãos inquiridos costumam ouvir rádio com mais frequência do que vêem vídeos ou DVDs. A maior parte das pessoas que ouve rádio prefere fazê-lo para ouvir música, facto característico de um grupo de cidadãos mais novos e de outro grupo, o das mulheres e pessoas que trabalham em casa. O grupo dos homens mais velhos que 40 anos e dos reformados está mais interessado em programas de notícias¹⁵¹.

A utilização do computador difere bastante nos países candidatos, devido às diferentes infraestruturas e estatuto socioeconómico existentes em cada país. De uma forma geral, menos de um terço dos inquiridos (30%) utiliza o computador seja qual for o propósito. Menos de um em cada quatro inquiridos utiliza a Internet e quando a utiliza é maioritariamente para enviar ou receber e-mails. Também recorrem à Internet para procurar materiais didácticos e documentos e, em terceiro lugar, para trabalhar, ficando a pesquisa desportiva ou de actividades de lazer em último lugar. A Eslovénia e a Estónia apresentam os números mais elevados enquanto a Bulgária, a Turquia e a Roménia apresentam os indicadores mais baixos na utilização do computador. O grupo dos utilizadores – assim como da posse – dos computadores é maioritariamente composto por homens, de uma geração nova, pessoas com qualificações e que vivem em grandes cidades. O computador é utilizado predominantemente fora de casa para fins de trabalho ou estudo. Dentro daqueles que o utilizam em casa para trabalhar são, na sua maioria, pessoas com qualificações e encontram-se na Polónia.

Existem imensas diferenças na utilização da Internet, estando esta reduzida a menos de uma em cada quatro pessoas inquiridas. Alguns países – como a Estónia – têm o triplo da utilização de Internet em comparação com a Roménia. A utilização da Internet não está directamente relacionada com os números de posse de um computador pois em alguns países, como na Letónia, as pessoas utilizam espaços públicos como

¹⁵¹ Veja-se Anexo IX, p. XXXIII.

escolas, bibliotecas ou local de trabalho para acederem à Web. A maior parte dos estudantes utiliza esta fonte de informação, coincidindo então com o grupo masculino e jovem. Os jovens tendem a utilizar também a Internet para fins de comunicação e entretenimento.

Desencorajador é o facto de quase metade da população inquirida pertencente aos países candidatos afirmar nesse mesmo estudo não ter lido um único livro nos 12 meses anteriores à esta investigação e apenas 38% lê livros apenas por prazer, sendo maioritariamente mulheres, aqueles com mais de 20 anos de educação e habitantes em grandes cidades.

A leitura de textos não obrigatórios para propósitos educacionais é mais frequente na Eslováquia. Os países onde mais se lê são também aqueles onde mais se possuem livros em casa. Mais de um quarto dos inquiridos lê jornais ou revistas quase todos os dias da semana. Os cidadãos da Estónia, da República Checa e da Letónia são os que mais lêem ao contrário dos de Malta e da Turquia, onde ainda existe um nível de iliteracia preocupante (13% dos Turcos nunca frequentou uma escola). Os grupos mais fracos na questão da leitura são os das pessoas com mais de 55 anos, que frequentaram a escola até aos 15 anos de idade, pessoas que trabalham em casa, trabalhadores por conta própria e habitantes de zonas rurais. Por outro lado, quem lê mais são os grupos mais jovens, que ainda estudam e com fortes habilitações literárias¹⁵².

Quanto à música, 60% das respostas foram positivas daqueles que ouvem música todos os dias, principalmente na Eslovénia e Estónia, ao contrário dos Turcos e dos Checos. A maior parte das pessoas utiliza os meios tradicionais, como o rádio ou a televisão, para ouvir música, 32% utilizam as cassetes, discos, CDs ou DVDs para o mesmo efeito e apenas 6% utiliza a Internet para ter acesso à música. A música mais ouvida nestes países é a música tradicional e a menos ouvida é a música clássica.

A população dos países candidatos da Europa de Leste raramente saem de casa com o propósito de se instruírem ou divertirem. Quando saem, preferem ir ao cinema do que a uma biblioteca e quase 80% da população afirma não ter participado nas actividades culturais mais populares do passado ano. As actividades que preferem a seguir ao cinema é ir a eventos desportivos e visitar monumentos históricos. Por vezes vão a um concerto, visitam um museu ou vão a um teatro mas muito raramente. 93% da amostra inquirida nunca visitou um museu noutra país, nunca foi a um espectáculo de

¹⁵² Veja-se Anexo X, p. XXXVI.

ballet e 95% nunca visitou reservas arqueológicas. Da perspectiva da realização de actividades culturais, os Checos são os que estão numa melhor posição, seguidos pelos Estónios e os Eslovenos. A maior proporção das pessoas que participam nestas actividades são as pessoas com maiores possibilidades económicas, criando um grande fosso na igualdade de oportunidades de acesso a essas actividades como na Letónia, Polónia, Hungria, Bulgária e Roménia, por ordem crescente. Também o tipo de actividades difere muito de uns países para os outros – enquanto em alguns as actividades culturais são viradas para as massas, noutros países a cultura é considerada como sofisticada e apenas limitada ao acesso das elites. O nível de escolaridade também dita a participação nestas actividades: aqueles que permaneceram na escola pelo menos até aos 20 anos realizam actividades culturais com maior regularidade do que aqueles que deixaram a escola antes dos 15 anos.

Cerca de quatro em dez cidadãos participaram em actividades artísticas no ano anterior ao inquérito, a maior parte destes como pertencentes a um grupo ou aula. A maior parte indicou ter cantado no último ano, seguido da dança, da fotografia e das artes audiovisuais. Os concertos são as actividades mais famosas nos países Bálticos e na Lituânia, enquanto os habitantes de Malta, Roménia ou Turquia são os que menos frequentam estes espectáculos. Existe também uma diferença significativa quanto às preferências musicais nos diferentes segmentos da sociedade. Para além da cisão normal entre os grupos com idades diferentes também há diferenças relacionadas com o nível de instrução. As pessoas com mais habilitações tendem a assistir a eventos de música clássica e quase nunca de música tradicional, muito populares entre a camada da população com menos instrução.

De uma forma geral, os cidadãos da Estónia, da República Checa, da Lituânia e da Eslovénia são os que mais se envolvem em actividades artísticas. Os homens também ganham nestes números enquanto as mulheres tomam lugar em actividades mais relacionadas com meios artísticos sociais. As pessoas mais novas e mais esclarecidas também participam mais activamente nestas actividades, sendo o grupo das pessoas mais velhas aquele que menos participa neste tipo de acções.

Nestes países candidatos, as questões culturais são vistas como internas e nas quais não se deve ceder. As políticas culturais locais representam a garantia da individualidade nacional e a preservação da herança cultural de um povo. Esta atitude é universal em todos os grupos demográficos. Mesmo aqueles que encaram a adesão à União Europeia como um facto positivo acreditam que as decisões ao nível da cultura

devem permanecer em mãos nacionais. Apenas na Eslovénia e na Roménia se aceitam as políticas europeias neste campo.

5.1.2. – Os Valores Culturais dos Europeus

A área relacionada com a Cultura tem suscitado preocupação por parte das entidades europeias competentes. Em 2007, a Comissão Europeia (Directorado Geral para a Educação e para a Cultura) supervisionou em Eurobarómetro quantitativo (*European Cultural Values, February-March 2007*)¹⁵³ para medir a opinião pública acerca da cultura e dos valores culturais no espaço europeu. Este estudo pretendia analisar a ideia que os europeus tinham acerca de cultura e a sua importância; o envolvimento dos europeus em actividades culturais e artísticas e o papel da Internet, as barreiras ao acesso cultural e sugestões para o acesso total; os assuntos de troca cultural, e especificamente o seu valor para a sociedade, as formas como o contacto intercultural tem lugar, a vontade de conhecer pessoas de outros países e aprender novas línguas; o interesse na cultura quer da Europa quer de outros espaços do globo para além destas fronteiras e a existência ou não de uma cultura europeia e os efeitos da globalização; a opinião sobre que valores-chave preservar e reforçar na sociedade e se esse são encarados como naturalmente europeus. Esta pesquisa revelou que dois terços dos europeus sentem que partilham elementos culturais de natureza colectiva, nove em cada dez europeus afirmam que a cultura, trocas culturais e o diálogo intercultural deveriam ter um papel importante na União Europeia. A maior parte dos inquiridos também acredita que a diversidade caracteriza a União Europeia e deveria ser uma ponte para o entendimento com outras culturas. A globalização é vista como um benefício para as trocas culturais mas o entendimento apenas poderá ser visto como eficaz se baseado numa educação para a diferença consciente e com a promoção da aprendizagem de (pelo menos) uma língua estrangeira.

¹⁵³ http://ec.europa.eu/culture/key-documents/doc956_en.htm (08/2008).

Este estudo baseou-se num outro de 2006 – *The Europeans, Culture and Cultural Values. Qualitative Study in the 27 European Countries*¹⁵⁴ dinamizado pela Comissão Europeia – que tinha por objectivo primordial estudar a cultura e os valores culturais dos Europeus.

Se nos debruçarmos sobre um caso mais específico, como o francês, podemos verificar que os franceses se queixam de um enorme *deficit* de informação sobre a Europa. Este *deficit* decorre de um *deficit* de imagem, pois os cidadãos franceses continuam a achar que “a Europa é complicada” e reservam estes assuntos a uma elite que lida com a tecnocracia¹⁵⁵. É reconhecido o papel das instituições europeias no empreendimento de desenvolver uma consciência comum, tentando também inculcar um civismo europeu mas falta ainda muita desta consciencialização na educação formal escolar.

5.1.3. – O Consumo Cultural

A maior parte dos participantes do estudo supracitado, oriundos de todos os países da União Europeia, vêem-se como “grandes consumidores” de cultura. A utilização do termo “consumo” nem sequer é questionada, o que demonstra que os bens culturais são muitas vezes vistos como parte do mundo comercial. Grande parte dos participantes também fez questão de sublinhar que a cultura requer tempo e, acima de tudo, dinheiro. De uma forma geral, os grupos sociais de estatuto médio-alto têm tendência para referir quase espontaneamente actividades culturais que são valorizadas socialmente, tais como a leitura, o teatro, os museus, exposições e concertos. Os participantes das classes mais baixas tendem a referir práticas culturais no sentido mais abrangente do termo como actividades de lazer, viagens ou desporto.

A leitura é uma actividade cultural bastante valorizada e as pessoas tendem a sentir-se culpadas se não lêem ou se lêem raramente. Para justificar estas situações, os participantes invocam a falta de tempo, o stress, a fadiga ou os seus próprios empregos

¹⁵⁴ http://ec.europa.eu/culture/pdf/doc964_en.pdf (09/2008), p.3.

¹⁵⁵ HERBILLON, Michel, *Rapport au Premier ministre*, Paris, La Documentation française, 2005, p.7.

e ainda, noutras situações, o poder atractivo de outras actividades mais passivas como a televisão, a Internet, jornais ou revistas. A leitura é uma actividade que assenta num processo activo, para o qual é necessário um “esforço” por parte de quem lê. Talvez por esta razão esteja em declínio, havendo uma progressiva perda da cultura literária entre os cidadãos mais jovens, mas também devido ao poder dos meios audiovisuais em geral e a pouca atenção dada pelos curricula escolares em relação ao passado¹⁵⁶.

Por outro lado, a música é o bem cultural mais apreciado, sem atender à idade, sexo, estatuto social ou país de residência. Quase todos os participantes ouvem música todos os dias, pois proporciona prazer, emoção e efeito de descontração. Os diferentes tipos de música pressupõem diferentes tipos de “fans”. A música clássica é preferida pelas classes médias-altas e mais velhas e apreciada em cenários sociais, como salas de concertos. A música “contemporânea” como o pop, jazz, rock, soul, world music, hip-hop, etc., é referida pela maior parte dos participantes mais novos, sem atender a grupos sociais. Está normalmente associada a aparelhos técnicos inovadores como CDs, DVDs, Internet, MP3, downloads, iPods, etc., mas também a concertos ao ar livre e em espaços fechados.

O cinema atrai pessoas de classes sociais médias-altas e entre os mais novos, que afirmam assistir a mais de dois ou três filmes por mês. A maior parte das pessoas vai ao cinema para se distrair e relaxar, recaindo a sua escolha sobre comédias e filmes de acção, sendo as produções de Hollywood a dominar, facto que também é, por vezes, lamentado.

Quanto a performances ao vivo, como o teatro, a ópera, o ballet, etc., é neste campo que as diferenças são mais notórias. São vistas como actividades apenas ao alcance de um número limitado de pessoas que tenham um certo nível económico e uma certa “cultura” (aqui em termos de conhecimentos). Estes são eventos em que os participantes participam com carácter de excepção, sendo a ópera a actividade vista como mais elitista, a dança mais virada para um público mais jovem, o teatro como menos elitista e mais acessível à maior parte da população e os musicais que são apreciados por uma grande parcela do público.

Os jovens, gostando de música, tendem a ser os maiores frequentadores de concertos de música “contemporânea”, embora por vezes os preços elevados dos bilhetes seja um entrave.

¹⁵⁶ Veja-se Anexo XI, p. XL.

Os museus, embora vistos como um dos bens culturais mais importantes e apreciados, são visitados muito poucas vezes em relação a outras actividades. Aqui os preços não são referidos, apenas a falta de interesse, a convicção da falta de conhecimentos para apreciar as obras e a falta de sensibilidade para apreciar artes – principalmente as artes visuais.

A televisão não é muito valorizada culturalmente mas é aquela que mais interesse desperta na maior parte das pessoas enquanto a rádio é mais valorizada mas menos ouvida. Dependendo da maneira como são utilizados, as pessoas consideram que estes dois meios de comunicação social de massas podem representar os melhores e os piores aspectos da cultura.

A questão das viagens é encarada de uma forma bastante positiva embora nem todos os participantes a vejam da mesma forma. Para uns é tida como uma forma extraordinária de conhecer o mundo e abrir os olhos para realidades novas, pondo a nossa realidade e valores em perspectivas, para outros está directamente associada a férias, divertimento e descontração, sem qualquer ligação à aquisição de conhecimentos e à cultura.

No que toca ao acesso à cultura, podemos identificar três tipos de obstáculos: os objectivos, os socioculturais e os psicológicos¹⁵⁷. Os obstáculos objectivos são de origem material como o tempo e o dinheiro, a falta de informação e a distância que é necessário percorrer para fazer parte das actividades culturais. Os obstáculos socioculturais estão relacionados com o sistema educativo, o ambiente social, os valores e padrões culturais prevalentes. Os obstáculos psicológicos têm mais a ver com a falta de confiança, a falta de interesse, motivação ou vontade e apatia e “preguiça intelectual”. Para ultrapassar estes obstáculos várias acções poderiam ser postas em prática como a oferta de preços reduzidos para famílias, estudantes e seniores; estimular o interesse nas actividades culturais para que os cidadãos ganhassem vontade de fazer parte delas; integrar a cultura na Escola e Universidade para aumentar o conhecimento dos jovens; oferecer mais informação; encorajar as actividades culturais em escolas, associações, companhias, etc.; melhorar as actividades que estão disponíveis e aumentar o número de espectáculos de qualidade.

¹⁵⁷ Veja-se Anexo XII, p. XLII.

5.1.4. – As Percepções da Cultura Europeia e seus Componentes Característicos

A ideia de existência de uma “cultura europeia” num primeiro contacto dá azo a hesitação e confusão. Contudo, consoante os temas são abordados, podemos verificar ideias similares numa cultura europeia partilhada por vários Estados. Um grande número de participantes tende para apontar, logo à partida, as maiores diferenças entre os europeus e as suas diversas culturas em vez da ideia de uma Europa homogénea. Contudo, esta ideia não é tão defendida como a dos participantes dos grupos socioeducacionais médios-altos que referem muito os elementos comuns a todos os europeus e a tão valorizada diversidade cultural europeia dentro de uma matriz comum. De facto, a dificuldade de definir o que é a “cultura europeia” muitas vezes coexiste com um sentimento difuso de comunidade cultural que é mais notada quando os participantes se distanciam e vêem os acontecimentos de uma forma mais internacional, comparando-se com outras grandes “culturas”, numa escala continental, como a “cultura oriental”, a “cultura árabe” ou a “cultura africana”, por exemplo.

Os participantes do inquérito citado também assumem que a diversidade europeia é uma característica única e que revela características específicas tais como a abertura e a tolerância. Referem a partilha de uma longa história em comum, sendo esta herança histórica, nomeadamente hostilidades e até guerras vistas como “interacções” e tribunais partilhados que, em última instância, ajudaram a forjar e fortalecer o desejo colectivo por paz. Este fundo histórico comum alia-se ainda ao “refinamento”, “sofisticação” e “sabedoria” que foram desenvolvidos ao longo dos tempos e marcando os europeus como diferentes de outros povos mais jovens¹⁵⁸.

A matriz cristã e judaico-cristã é também considerada importante no estabelecimento de laços, embora se fale em termos de herança histórico-religiosa e não como prática actual dos povos. Pelo contrário, a Europa é vista como um conjunto de Estados que são caracterizados pelo secularismo, por oposição aos Estados Islâmicos.

¹⁵⁸ http://ec.europa.eu/culture/key-documents/doc956_en.htm (06/2008).

Assim, a cultura europeia é vista como o pano de fundo da cultura ocidental, com os seus regimes democráticos, Estados seculares, sistemas económicos liberais ou capitalistas e liberdade de expressão. Os participantes de todos os países reconhecem este “componente europeu” que é o princípio geral e fundamentos filosóficos, políticos e escolhas sociais. Quando se fala em “cultura ocidental” surge uma visão negativa pois esta é muitas vezes associada aos Estados Unidos e à crescente globalização, com a correspondente ameaça às diferenças e com a tentativa de imposição de uma cultura “melhor” que subjuguie as outras. Em comparação com a Europa, a “cultura ocidental norte-americana” é vista como menos solidária, menos democrática, com demasiada valorização aos ganhos e sucesso financeiro, mais materialista e orientada pelo consumo e, conseqüentemente, menos focada na espiritualidade, nas artes e na cultura. É ainda vista como menos tolerante e mais “imperialista”, sendo menos aberta a outras influências culturais. De uma forma geral, a “cultura europeia” é uma realidade que deve ser celebrada.

Quando confrontados com as questões acerca dos elementos simbólicos da cultura europeia, muitos participantes referiram um local, ou seja, uma cidade que seja simbólica e os seus monumentos como Paris, o Muro de Berlim, o Coliseu de Roma, etc. Outros houve que escolheram uma personalidade do passado, maioritariamente políticos como Churchill ou De Gaulle e, na vertente negativa os grande imperialistas como Napoleão, Hitler ou Júlio César. Também foram apontadas personalidades das artes, principalmente da música, como Mozart, Bach, Verdi ou Chopin e grandes filósofos como Platão, Sócrates, Aristóteles e outros pensadores contemporâneos. Os eventos históricos que são mais representativos para os europeus são a queda do Muro de Berlim, a Segunda Guerra Mundial e, mais recentemente, a entrada em circulação da moeda única. Artisticamente os europeus elegem a Mona Lisa, o David de Miguel Ângelo e a Capela Sistina. Em termos de correntes de pensamento, os europeus consideram como representativos da sua cultura o iluminismo, a liberdade de expressão, a tolerância e a democracia, o racionalismo, o capitalismo e liberalismo, a arrogância e, podendo parecer um pouco incoerente, o individualismo e o egoísmo, chegando a tocar a xenofobia em alguns países que se sentem mais ricos e melhores que outros.

Concluindo, as características mais apontadas para caracterizar a cultura europeia são: diversidade cultural, que é vista como uma dádiva e fonte de riqueza cultural; as raízes históricas longínquas; a tolerância, a abertura e a curiosidade intelectual; a liberdade de expressão e de pensamento; a solidariedade; o humanismo; a

democracia; um certo sentimento de “refinamento” e subtileza, em comparação com o pragmatismo americano; uma vasta herança artística e arquitectural; um alto padrão de vida, no sentido de uma certa “arte de viver” e uma “qualidade de vida” especial¹⁵⁹.

5.1.5. – Cultura e Valores¹⁶⁰

Os europeus inquiridos indicaram os conceitos seguintes como os valores “mais europeus”. Em primeiro lugar, indicaram a “Liberdade”, como referência para a liberdade democrática e a introdução de leis, as suas instituições simbólicas, o passado de lutas. A “Solidariedade” entendida sob vários ângulos: entre indivíduos, dentro de uma sociedade específica e/ou, mais particularmente, entre Estados-Membros. A solidariedade como segurança social e protecção é um valor especificamente europeu, especialmente se comparada com o resto do mundo ou com o sistema americano. O “Progresso”, visto como ideal universal, é identificado como sendo de dois tipos – tecnológico e científico e progresso humano. Em termos tecnológicos a sensação é que o poderio europeu já foi ultrapassado por outras potências como o Japão ou os Estados Unidos. Contudo, a Europa ainda é vista como inovadora, principalmente no campo médico e da investigação. O que acontece é que esses cientistas e investigadores, embora de óptima qualidade, não têm condições para terminarem os seus trabalhos onde se encontram, optando por outros países para o fazer. A “Herança histórica” também é referida como um valor muito importante na cultura europeia, sendo focada a singularidade europeia do respeito pela preservação da herança histórica e cultural, descrita como excepcional, sempre acompanhada de um grande sentimento de orgulho. A “Curiosidade Intelectual” é referida, graças a um enorme espírito de aventura e descoberta demonstrado pelos europeus ao longo dos seus séculos de vida. Surge ainda o “Respeito pelos outros e Tolerância” e o “Respeito pela Terra”, sendo a comunidade

¹⁵⁹ COMISSÃO EUROPEIA,, *The Europeans, culture and cultural values - Qualitative study in 27 European countries – summary report*, Gambais, 2006, p. 40.

¹⁶⁰ *Ibidem*, p. 43.

européia vista como “um povo” sensível e visivelmente preocupado com as questões ambientais, que introduziu leis e regras específicas neste domínio.

5.1.6. – A Diversidade Cultural e Interesse pelas Culturas dos outros Europeus

De uma forma geral, os europeus são quase unânimes em terem interesse no conhecimento de europeus de outros países e com outras culturas, encarando este conhecimento como declaradamente positivo e apresentado com convicção. Esta diversidade de culturas dentro do espaço europeu é vista como uma atracção e uma oportunidade única de enriquecimento pessoal, alargando os horizontes dos cidadãos mais curiosos. É também uma forma de fugir à globalização e à padronização de estilos de vida. Fornece uma oportunidade incomparável de perceber a cultura do Outro e a nossa própria cultura por comparação ou pela forma como somos vistos noutros países. Também contribui para o aumento da compreensão e da tolerância, lutando contra estereótipos e preconceitos. Por vezes, também ajuda a desenvolver um sentimento de pertença supranacional, ou uma identidade “pan-europeia”.

Os cidadãos dos novos Estados-Membros são, geralmente, mais efusivos no campo da atracção por conhecer outros países da Europa. De entre outras coisas, a maior partes destes interessam-se por estilos de vida, qualidade de vida, costumes, sistemas educacionais e o sucesso social, económico e político de certos países – particularmente os Escandinavos.

Os participantes deste estudo¹⁶¹ concordam igualmente quanto ao desejo de um maior entendimento mútuo entre países e culturas da União Europeia. Este desejo é suscitado pela ideia de desenvolvimento de relacionamentos e contactos humanos directos, dando origem a viagens, intercâmbios, gemação de cidades, etc. O problema da não existência de uma língua comum é muitas vezes levantada, mas a possibilidade de existência de um Esperanto é considerada irrealista e inadequada, enquanto a utilização do Inglês é muitas vezes lamentada, particularmente na Europa Central e de

¹⁶¹ *Idem*, p.57.

Leste. Uma forma de estreitar laços entre diferentes países europeus, apontada pelos inquiridos, é o apoio e partilha de eventos comuns como festivais, eventos culturais, eventos comerciais e/ou desportivos. Existe também a ideia de que as viagens dentro do espaço europeu deveriam ser apoiadas e promovidas, recorrendo ainda a uma melhor rede de informações, de forma a publicitar e promover uma “cultura Europeia” por todo o mundo.

A abertura de fronteiras é vista como um passo para o entendimento mútuo e para o encontro, e a melhoria da qualidade de vida deveria ser uma prioridade para permitir que a maior parte das pessoas possível melhorasse o seu conhecimento da sua própria cultura e da cultura do Outro. Apenas uma minoria resiste à ideia da supervisão europeia ou liderança no campo da cultura, temendo uma estandardização na organização, uma burocracia crescente e a diluição de peculiaridades culturais e históricas que concorrem para as identidades nacionais. Esta minoria é composta por numerosos entrevistados britânicos, alguns holandeses, dos países escandinavos e estónios.

5.1.7. – O Papel da UE no Campo da Cultura

A maior parte dos europeus não está esclarecida acerca da importância da Europa no que diz respeito à cultura. Contudo, algumas iniciativas foram apontadas por alguns participantes, como os programas de intercâmbio de estudantes (principalmente o Programa Erasmus e frequentemente SOCRATES e Leonardo da Vinci), a iniciativa da Capital Europeia da Cultura, a geminação de cidades, a manutenção e restauro da herança arquitectónica. Os participantes são a favor de todas estas iniciativas mas admitem não ter a informação suficiente. Apenas participantes do Reino Unido não conhecem iniciativas culturais europeias e, mesmo assim, têm dúvidas e são abertamente hostis quanto as estas.

Contudo, os participantes da maior parte dos países europeus sentem que a União Europeia deveria representar mais que apenas uma comunidade económica e que deveria simbolizar um sistema de valores positivos. Este desejo prende-se com a era de globalização em que vivemos, pois poderia possibilitar o apoio de sistemas

educacionais, apoiar a preservação da herança cultural nos Estados-Membros e o desenvolvimento de entendimento mútuo e tolerância. Assim, a Europa deveria ser mais activa neste campo. Na Lituânia, Estónia e Hungria, as reservas são expressadas devido ao risco de excessiva organização supranacional que pode levar à padronização ou a uma “cultura oficial”, sem dúvida com referências a sufocar o passado comunista¹⁶².

No entanto, a maior parte dos participantes concorda com as iniciativas comunitárias, como o financiamento de acções para a preservação da herança histórica, arquitectónica e artística. Apoiam também a organização do Dia da Herança Europeia, para a promoção de um sentimento de pertença; a nomeação de uma Capital Europeia da Cultura na qual têm lugar eventos culturais; o apoio da geminação de cidades; o apoio a festivais de cinema organizados em muitas centenas de cidades europeias; o apoio à tradução, principalmente de obras literárias; programas de intercâmbio de artistas e diferentes países europeus; programas de intercâmbio de estudantes e professores como o Erasmus e Leonardo da Vinci.

Em suma, a cultura é uma peça chave para a construção de uma identidade europeia. Parece até ter uma força maior que a economia no que toca à criação de uma Europa integrada, pacífica e próspera. Não existe contradição entre diversidade e integração europeia, pois essa diversidade é pedra de toque para a criação de um sentimento de pertença europeu. Esta riqueza cultural leva à existência de um “espírito europeu” baseado em valores comuns como a tolerância, solidariedade, liberdade de pensamento e independência de espírito, capazes de combater as forças da globalização. No entanto, duas situações devem ser evitadas: a criação de uma uniformidade empobrecida para cobrir a unificação supranacional e o desenvolvimento de uma “cultura europeia” apenas direccionada a uma elite ou grupos de influência.

¹⁶² *Idem*, p.64.

5.2. – A PARTICIPAÇÃO DOS EUROPEUS EM ACTIVIDADES CULTURAIS

De acordo com o Eurobarómetro *Europeans' participation in cultural activities* de 2002¹⁶³, quase todos os europeus (97.8%) vêem televisão e 99% tem pelo menos um aparelho de televisão em casa. Os programas que mais vêem são os de notícias e informação, filmes, documentários e desporto. Em termos de rádio, quase 60% dos europeus ouve rádio todos os dias, sendo da sua preferência os programas de música, notícias e desporto.

Contrariamente aos esforços realizados nesse sentido, mais de metade dos europeus ainda não utiliza o computador, particularmente na Grécia e em Portugal. Os países onde o ele é utilizado todos os dias são a Suécia, a Dinamarca e a Holanda. O computador é maioritariamente utilizado em casa para fins de lazer e fora de casa para trabalhar ou estudar. Um em cada três europeus navega na Internet, sendo os países com maior utilização aqueles que mais utilizam o computador. A Internet é utilizada preferencialmente para trocar e-mails com familiares, amigos ou colegas; pesquisar informação sobre um produto específico; trabalho; pesquisa de material educacional e documentos; pesquisa de informação sobre desporto e actividades de lazer; preparar férias pesquisando os sítios a visitar, reservas, etc.

No que diz respeito à leitura, a maioria dos europeus respondeu afirmativamente à pergunta “Leu algum livro nos últimos 12 meses?”. A maior parte dos inquiridos lê livros por outras razões que não apenas trabalho mas ainda 42.1% afirma não ter lido qualquer livro durante um ano. Os países com maiores hábitos de leitura são os da Europa do Norte e estes, principalmente, lêem por prazer. A Bélgica é o país que apresenta uma maior percentagem de habitantes que não leu um único livro em 12 meses, assim como Portugal, Grécia e Espanha. Quase metade dos leitores afirma ler um jornal todos os dias e mais de 60% dos europeus lê uma revista pelo menos uma vez por mês¹⁶⁴.

¹⁶³ http://ec.europa.eu/culture/pdf/doc967_en.pdf (02/2008), p.4.

¹⁶⁴ Veja-se Anexo XIII, p. XLV.

Os europeus ouvem música todos os dias, sendo a percentagem mais alta na Dinamarca, Suécia e Holanda, maioritariamente através da rádio ou da televisão. A maior incidência de eleição dá-se na música rock e pop e a menor na música tradicional, sendo esta a mais ouvida em Portugal, Grécia e Áustria. A preferência por música clássica pode-se encontrar no Luxemburgo, Suécia e Reino Unido.

De uma forma geral, as 6 actividades culturais mais praticadas pelos europeus entrevistados são: ir ao cinema, ir à biblioteca, visitar monumentos históricos, ir a um evento desportivo, visitar museus ou galerias no seu país e ir a concertos. De entre as pessoas que foram a concertos nos últimos 12 meses, 50% foram a um concerto rock/pop, atingindo a maior incidência na Dinamarca e em Espanha. Os europeus também se dedicam a actividades como a fotografia ou filmes amadores, especialmente na Suécia (60.4%) e na Holanda (47.3%). Apenas pouco mais de um quinto dos entrevistados costuma dançar e 19.8% dos europeus costuma cantar. Actividades artísticas como escrever, esculpir, pintar, desenhar ou design vêm a seguir.

Pode-se verificar uma incidência clara nos países que se repetem como sendo os que mais actividades culturais praticam no seu dia-a-dia. Não passa em claro também serem esses países aqueles com níveis mais altos de escolaridade e qualidade de vida das populações. A cultura correlaciona-se com a plenitude e bem-estar dos cidadãos, proporcionando novas emoções e experiências que elevam a qualidade de vida e promovem uma formação pessoal mais criativa e esclarecida.

Capítulo VI

Uma Europa em Constante Mudança

CAP. VI – UMA EUROPA EM CONSTANTE MUDANÇA

A mentalidade europeia está a tomar voz. Contudo, são diferentes as vozes que se ouvem. Se olharmos para o passado, o termo “identidade europeia”, como já foi referido no ponto 2.1 do presente estudo¹⁶⁵, é uma aquisição recente do vocabulário europeu das últimas décadas do século XX. Foi oficialmente mencionado no Tratado da União Europeia assinado em Maastricht em Fevereiro de 1992, embora não fosse um objectivo individualizado como era a cidadania mas sim como um “benefício colateral”¹⁶⁶ que deveria advir de esforços conjuntos para formar uma política externa e de defesa comum. O alargamento que se foi debatendo e os consequentes alargamentos que se seguiram não permitiram a discussão aprofundada da questão da identidade. A tónica foi sempre colocada na expansão económica, o que não criou condições para que se debatessem critérios nacionais para a ideia de identidade.

A incerteza do futuro faz com que o passado seja um refúgio, no que se refere às identidades construídas e elaboradas aquando do processo de formação dos Estados-Nação, quando surgiram inúmeros debates e questões acerca das implicações de um novo espaço político sobre as identidades regionais, linguísticas, religiosas e, acima de tudo, uma identidade europeia que englobasse todas essas premissas.

O conceito “unidos na diversidade” deve presidir todo o processo de construção da identidade cultural no Velho Continente. O respeito pela diversidade não deve permitir a dissolução da perspectiva unitária da identidade cultural europeia, sendo este um assunto muito complexo e alvo de várias interpretações. Existem hoje, em simultâneo, esforços para dois lados opostos, quer para a tentativa de ressuscitar e valorizar a herança cultural comum europeia como a tentativa de alguns estados em definirem a sua identidade distanciando-se dos demais e defendendo concepções

¹⁶⁵ Cap.II, p. 20.

¹⁶⁶ PAPASTRATIS, Procopis; “The Search for a European Identity; a Continuous Debate”, in RIBEIRO, Maria Manuela Tavares (coord.), *Europa em Mutação. Cidadania. Identidades. Diversidade Cultural*, Coimbra, Quarteto Editora, 2003, p.233.

nacionalistas de cultura. O imaginário colectivo da Europa tem de superar as identidades nacionais baseadas no confronto, pois esta violência acaba por destruir a própria essência de estado comunitário. “Aceitar o multiculturalismo na identidade cultural da Europa é criar um mosaico de culturas essencialistas fechadas a qualquer tipo de cooperação. Pelo contrário a interculturalidade basear-se-á sempre no diálogo e na cooperação: ninguém pode perder nada quando se está a construir com outros”¹⁶⁷.

As características do processo de construção europeia não ajudaram à definição de uma identidade continental e esta falha provoca um grande vazio de pertença na União Europeia, talvez ainda mais que o vazio na política exterior comum e de defesa. O “resgate” tardio da cultura por parte do Tratado de Maastricht teve dois aspectos importantes, o desenvolvimento de vários programas europeus culturais como os já referidos no presente estudo referente à coordenação e estabelecimento de uma política cultural comum dirigida principalmente ao património artístico, arquivístico e bibliotecário e o despertar de outras manifestações patrimoniais¹⁶⁸ e, perante a realidade da imigração, o desenvolvimento de programas educativos para o acolhimento dos cidadãos provindos desses países recém-integrados. Para tal foi necessária a aprendizagem de idiomas nas sociedades multiculturais, favorecer a integração de imigrantes e pessoas com heranças culturais e étnicas diferentes, lutar contra a xenofobia e contra o racismo e desenvolver a dimensão intercultural na formação e acesso ao mercado de trabalho. Existe ainda pouca concordância acerca do que é a identidade europeia e de como conseguir levar a bom porto um projecto cultural que engloba tantas diferenças a todos os níveis das populações. Contudo, embora os povos não estejam ainda motivados a “morrer por Bruxelas” estarão, com certeza, a fazê-lo pelos princípios que esta encarna como a democracia, o Estado de Direito, os estados multiétnicos e os direitos das minorias, a liberdade de circulação e de trocas comerciais, a cooperação pacífica entre as nações. A defesa destes valores e conquistas podem servir de base para que os cidadãos europeus consigam uma plataforma fundamental de transição para uma nova identidade¹⁶⁹.

Partimos, assim, desta contextualização resumida para tentar perceber as reacções à construção europeia que, claro está, diferem ao longo das diferentes culturas

¹⁶⁷ GUAY ARMENTEROS, Juan, “Identidad europea y cultura. Nación, nacionalidad, nacionalismos”, *Idem*, p.213.

¹⁶⁸ *Idem*, p.211.

¹⁶⁹ ROBYN, Richard, *op. cit.*, p.234.

de formas muito particulares. Vários foram os pontos de vista apresentados que se insurgiram contra os vários alargamentos com base na lógica da perda de identidade. Julien Benda afirmava não se poder falar em unidade cultural europeia devido às singularidades nacionais que se afirmaram nos séculos XIX e XX¹⁷⁰. A Bélgica, a Holanda e o Luxemburgo expressaram sérias reservas em relação à inclusão de novos membros por esta poder afectar a coerência da Comunidade Europeia. A Alemanha argumentou que o alargamento iria afectar a unidade política que tanto se pretendia (e pretende) atingir, assim como a política económica e monetária, aumentando também desigualdades económicas entre os Estados-Membros, afectando a Política Agrícola Comum. Uma preocupação alemã prendia-se ainda com os direitos dos trabalhadores estrangeiros em relação aos trabalhadores nacionais, principalmente aquando do alargamento aos países mediterrâneos. O papel de Portugal foi sempre muito discreto, obedecendo a todas as directivas mas nunca querendo erguer a sua voz ou exercer influência nos grandes debates e decisões europeus¹⁷¹. Assim, dentro do espaço europeu sempre existiram diferenças com interesses económicos. Os países mais ricos não viam qualquer vantagem em partilharem a sua economia com os países mais pobres, os “países do sul”, o que contribuía para que não existisse uma consciência europeia, mas uma divisão geográfica que continuava a basear-se sobretudo em questões económicas. Foi, por estas e outras razões, tão adiado o debate e os esforços de encontrar a génese de uma identidade europeia, pois esta preocupação não era comum a todos os Estados-Membros. Hoje em dia o sentimento de pertença é já diferente mas, infelizmente, não devido às melhores razões. Nos dias que correm os europeus identificam-se com uma conjectura partilhada de descontentamento, desemprego e insegurança acerca do futuro. Com a globalização económica também se tende muitas vezes a confundir o consumidor europeu com o cidadão europeu. São, pois, as razões políticas e económicas que impedem o desenvolvimento de uma consciência de pertença e identificação cultural, a civilização preconizada por Robert Schuman.

Esta discussão acaba por ser um pouco contraditória pois “a Europa da cultura é bem anterior a toda a organização política.”¹⁷². As questões políticas concorrem para

¹⁷⁰ BENDA, Julien, *L'esprit européen. Rencontres internationales de Genève*, Neuchâtel, 1946, p.230.

¹⁷¹ PAPASTRATIS, Procopis, *Op. cit.*, p.239.

¹⁷² RIBEIRO, Maria Manuela Tavares, “A Europa da unidade e diversidades culturais”, in RIBEIRO, Maria Manuela Tavares (coord.), *Europa em Mutação. Cidadania. Identidades. Diversidade Cultural*, Coimbra, Quarteto Editora, 2003, p.313.

ideias dicotómicas em relação à cultura ao nível europeu, pelo que não se pode utilizar a expressão “cultura europeia” para a ideia de uma soberania perante as culturas nacionais mas sim como um projecto unificador de várias culturas coexistentes. A questão cultural é anterior a todas as delineações estratégicas e políticas que ocorreram e ocorrem no espaço europeu, tendo concorrido em maior escala para a formação de uma “consciência europeia” do que os interesses económicos e políticos a que temos assistido nas últimas décadas. A cultura europeia nunca poderá ser uma “eurocultura” mas uma “comunidade de culturas” ou “a prática da interculturalidade”¹⁷³. Como já foi referido anteriormente, a língua está relacionada com a cultura, estando então, também ela, no centro das questões culturais. A língua é herança cultural de um povo, país ou região e é imprescindível para que os povos possam comunicar entre si, criando alianças, trocas de experiências e de informações que levam ao desenvolvimento. Esta comunicação com o Outro torna-nos mais susceptíveis em receber a cultura alheia, fazendo com que tenhamos de dominar muito mais abertamente o conceito de alteridade para melhor podermos receber essa cultura diferente e não desembocarmos na reacção adversa, a reacção negativa de desprezo, xenofobia, racismo ou simples desprezo pela cultura do Outro.

Os desafios hodiernos de um projecto europeu ao nível cultural prendem-se com as diferenças que deverão ser aproveitadas com encontros pacíficos, em que se possam estudar caminhos comuns para a realização de um projecto comunitário. A diversidade cultural europeia baseia-se também nas diversas identidades nacionais e regionais e estas têm também já algo de “europeu” na sua génese, como mandam os princípios da subsidiariedade e complementaridade. Desta realidade nasce a necessidade de projectos transnacionais que ponham a lume o que une as identidades europeias e que faça com que estas possam dialogar entre si numa constante partilha de saberes e experiências, com a valorização do património cultural europeu e relevando a diversidade que produz riqueza. Cidadãos europeus de vários Estados-Membros queixam-se de um défice de coordenação entre as instituições europeias e os seus pontos de contacto nacionais e que as campanhas de informação são de uma envergadura variável e eficácia limitada.

As posições diferenciadas e opostas continuam a existir, quer a que defende a coexistência das identidades nacionais e o multiculturalismo, como a que defende a unificação dos interesses nacionais de forma a chegar ao resultado de um Estado

¹⁷³ *Ibidem.*

nacional europeu em vez da existência dos múltiplos Estados nacionais, ou mesmo a que defende a interculturalidade¹⁷⁴. É difícil encontrar um equilíbrio entre tantas opiniões diferentes e tantas posições díspares, o que torna também conflituoso o processo de descoberta da identidade cultural europeia e a tentativa de sublinhar uma consciência comum, partilhada e enriquecida.

Torna-se também difícil, hoje em dia, distinguir já o que é o local e o global, ou o nascimento de uma uniformidade cultural global. Surge, então, um novo conceito, o de *glocal*¹⁷⁵ (global+local), próprio dos “novos tempos” em que vivemos, em que as fronteiras nacionais diminuem em importância. O que agora emerge é o espaço de um novo mundo em que tudo o que era local se está a tornar globalizado e tudo o que era global se está a localizar. As culturas locais estão a absorver uma cultura global transmitida pelos *mass media* e a exportar elementos seus, numa procura insaciável de novos produtos culturais. A troca de experiências constante tanto se dá graças a uma elite que se movimenta livremente pelo espaço europeu como a refugiados e trabalhadores migrantes que fazem parte dessa experiência de mobilidade. As elites praticam também um novo tipo de turismo cultural, um tipo de turismo que procura culturas locais autênticas num tempo de inautenticidade pós-moderna, e que ajuda a criar apenas uma ilusão do autêntico¹⁷⁶. As identidades culturais passam também a depender das viagens e das experiências trocadas durante estas. Acima de tudo, nos tempos que testemunhamos, cada vez mais a uniformidade cultural está a ser imposta a todos pelos operadores gigantes das empresas de *media*, como a CNN, Sky, Time Warner, etc. Este alcance global da cultura de consumo também é vista como destruidora da autenticidade cultural: “mass-mediated culture lifts particularisms out of social and geographical locals and transports them, physically and/or symbolically, globally.”¹⁷⁷.

De acordo com o estudo de viabilidade para a criação de um observatório de cooperação cultural europeu¹⁷⁸, chegou-se à conclusão que existe uma frustração generalizada dentro do sector cultural acerca da falta de apoio europeu, particularmente no financiamento da cooperação cultural. Existem preocupações claras que as novas

¹⁷⁴ *Idem*, p. 323.

¹⁷⁵ BEYNON, John, *et al.*, *Op. cit.*, p.50.

¹⁷⁶ *Idem*, p.58.

¹⁷⁷ *Idem*, p.101.

¹⁷⁸ http://ec.europa.eu/culture/pdf/doc934_en.pdf (02/2008), p.53.

medidas tomadas a nível europeu afastem as fontes das redes e organizações já existentes, o que leva ao conservadorismo neste sector, tornando-se avesso à mudança. As exigências de competição são contraditórias e não facilmente solúveis com medidas simples. Existe também uma resistência considerável dentro do grupo dos accionistas do sector cultural no que diz respeito à ideia de um “observatório”. Esta atitude advém da imagem preconcebida de um observatório poder envolver um determinado nível de burocracia, ser demasiado exigente ao nível de fontes e que provoque a duplicação do esforço já existente. Pela parte dos investigadores e dos decisores políticos, a opinião é já contrastante, existindo um apoio claro a esta ideia, particularmente em relação a um observatório que permita uma análise comparativa e monitorizada para assistir a sustentabilidade a longo prazo da cooperação cultural na Europa. Este campo está a tornar-se cada vez mais complexo e alvo de discussões. A opção de não se proceder a uma intervenção no território é vista como insustentável pois os observatórios e redes de investigação existentes actualmente não fornecem informação suficiente e conhecimento relevante e acessível a um nível europeu e estas estruturas também não asseguram a sua existência pois cada vez sofrem mais cortes nos fundos. O contexto geral europeu é alvo de uma mudança constante e este sector necessita de investimento quer para evoluir quer até para manter as condições actuais.

As opções a tomar também diferem de acordo com o referido estudo. Alguns inquiridos consideram importante a criação de um novo observatório, particularmente investigadores e legisladores interessados no acesso a mais conhecimento e cooperação cultural a um nível europeu. Contudo, os agentes culturais e accionistas não concordam com esta opinião, devido a questões relacionadas com níveis de centralização e burocracia, assim como falta de fontes para o sector, o que poria em causa a instituição. A maior parte dos inquiridos respondeu como opção mais eficaz o alargamento da rede já existente, maximizando a profissionalização dos actores culturais existentes, apoiando-os no sistema em vigor e evitando a duplicação de acções. Por outro lado, também se torna difícil perceber como este projecto poderia ser posto em prática sem haver um portal, um ponto central para troca de informações para potenciais parceiros, redes diferentes, fontes de financiamento e temas relevantes.

A conclusão do estudo de viabilidade aconselha ao não estabelecimento de um novo observatório para a cultura no espaço europeu, devido à inexistência actual de fontes disponíveis para a cooperação cultural, o que significa que o observatório seria um meio de gastar os fundos pouco popular, correndo o risco de ser uma acção

desmotivadora por parte da União Europeia. Contudo, algumas falhas e barreiras deveriam ser tidas em conta, de forma a providenciar soluções para a situação actual. Deveria existir um apoio aos recursos existentes e revistos os fundos insuficientes que lhes são atribuídos, deveria ser estabelecido um mecanismo de coordenação para a circulação de informação dentro do campo, como um novo ou melhorado portal da cultura e deveria existir um ímpeto adicional na área da estatística cultural, seu desenvolvimento e estudo.

Devido a esta área ter sido alvo de tão pouco desenvolvimento até à data, é óbvia a necessidade de mais recursos e um esforço adicional, quer ao nível da UE quer ao nível dos Estados-Membros. Esses esforços futuros deveriam integrar uma atenção específica nas formas de progresso para medir a actividade de cooperação cultural e estudar o seu impacto. Este é um assunto que levanta muitas preocupações nos dias de hoje, precisamente por não existirem estudos e dados que nos forneçam informação específica sobre os assuntos do domínio da cultura. Este é também um aspecto que necessita de uma revisão, de forma a encontrar um meio de juntar e organizar a informação já existente para servir futuros estudos neste âmbito. Apesar do seu custo elevado, é considerado um tema de máxima urgência, que nos poderá abrir portas para uma maior compreensão mútua e para uma integração cultural mais clara, contribuindo, quem sabe, para que os europeus se percebam melhor a eles próprios e assim consigam chegar à tão referida e almejada “identidade cultural europeia”. Segundo Eduardo Lourenço, “A Europa como cultura só merecerá esse nome se se converter no espaço de intercomunicação que reactiva em permanência o que houve e o que há de mais exigente, enigmático, inventivo e grandioso na cultura europeia concebida como cultura das diferenças ao longo da sua História e vivendo da busca do conhecimento de qualquer coisa que possa chamar-se «sabedoria». Em suma, da invenção de um caminho e de uma saída que ninguém nos deu nem pode descobrir em vez de nós.”¹⁷⁹.

¹⁷⁹ LOURENÇO, Eduardo, *Nós e a Europa ou as duas razões*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1994, p.164.

Capítulo VII

Prioridades de Portugal para a Cultura

CAP. VII – PRIORIDADES DE PORTUGAL PARA A CULTURA

7.1 – A CULTURA EUROPEIA NO PORTUGAL DE HOJE

Em 2007, a Presidência portuguesa manifestou-se em matéria cultural, respondendo à atenção que tem vindo a ser dada ao nível europeu nesta matéria. A agenda apresentada apontou pontos estimulantes que foram identificados como prioritários quer do ponto de vista do panorama nacional como do ponto de vista europeu. O segundo semestre deste ano também a tal obrigava, devido à coincidência temporal com eventos decorrentes da agenda internacional que exigiam a participação activa das instituições comunitárias e, por consequência, da Presidência do Conselho da União Europeia.

Merece especial atenção, da perspectiva interna da UE, uma reflexão proposta sobre o papel desempenhado pela cultura no decorrer do processo de construção europeia, tido como um dos seus mais importantes pilares, e também sobre em que medida as culturas europeias, nos seus pontos comuns e díspares, têm contribuído ao longo dos séculos para o relacionamento do Velho Continente com o resto do mundo.¹⁸⁰ Esta reflexão queria-se alargada, com o convite à sociedade civil à participação com propostas relativamente à criação e *modus operandi* de uma nova agenda cultural para a Europa. Seguindo esta preocupação, teve lugar nos dias 24 a 26 de Setembro de 2007 um Fórum que reuniu personalidades de todos os meios com ligações directas ou indirectas com a área da cultura, assim como representantes de instituições europeias e organizações internacionais. O debate deste Fórum centrou-se em três questões: o contributo do valor do diálogo intercultural e do respeito pela diversidade enquanto factores de paz e coesão social e de pleno exercício de direitos de cidadania em sociedades que são cada vez mais tendencialmente multiétnicas, multirraciais e com diversas crenças; o debate sobre a economia da cultura, de forma a potenciar um sector

¹⁸⁰http://www.portugal.gov.pt/Portal/PT/Governos/Governos_Constitucionais/GC17/Ministerios/MC/Comunicacao/Programas_e_Dossiers/20070702_MC_Prog_PPUE.htm (09/2008).

prometedor de crescimento económico, de criação de emprego, competitividade e inovação; e o debate sobre a projecção da Europa noutros continentes, tributárias das relações culturais mantidas no passado e no presente com outros povos, de forma a promovê-la no futuro. Ainda no âmbito da iniciativa “Ano Europeu do Diálogo Intercultural”, tornou-se necessário delinear a sensibilização para este projecto, concertando estratégias nacionais que cada um dos Estados-Membros teria a intenção de desenvolver com o fim de tornar o diálogo perene no seio das sociedades europeias e do desenvolvimento do seu relacionamento externo. De acordo com isto, lançaram-se pontes para a aproximação com a região asiática com uma conferência ministerial na Malásia. Prosseguiram as negociações com a Rússia com o intuito de viabilizar a adopção de um plano de cooperação cultural entre a União e este país. De destacar é ainda a realização da Conferência-Geral da UNESCO, cuja organização deu os primeiros passos para a aplicação da Convenção relativa à Protecção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais.

Segundo Moura Pinheiro¹⁸¹, os Estados-Membros permanecem completamente soberanos em matéria de política cultural, “a União Europeia limita-se a recomendar, a promover a cooperação inter-estadual, a apoiar e a completar as suas acções”. O orçamento para a cultura continua nos apenas 0,12%. Para além do mais “é interdita qualquer tentativa comunitária de harmonização das legislações nacionais neste sector”. Devido ao facto de a diversidade cultural da União ser uma das suas características mais conhecidas e protegidas é respeitada a total autonomia no campo das políticas culturais. Por vezes, este respeito total pela soberania nacional pode pôr em causa “a alma” que Jacques Delors dizia faltar à União.

Em 2006, o Parlamento Europeu aprovou a Relatório de Vasco Graça Moura relativo ao Programa Cultura para o período de 2007-2013, prevendo um total de investimento de 400 milhões de euros na cultura na União Europeia¹⁸². Os objectivos deste programa visam promover a mobilidade transnacional dos agentes culturais, incentivar a circular transnacional das obras e produções artísticas e culturais e incentivar o diálogo intercultural. Esta continuação do Programa pretende ser vista como um reforço não à integração mas sim a uma “intensa comunicação cultural” entre

¹⁸¹ PINHEIRO, Paula Moura; *Portugal no Futuro da Europa*, Parlamento Europeu, Lisboa, 2006, p.71.

¹⁸² <http://www.epp->

[ed.eu/Press/showpr.asp?PRControlDocTypeID=1&PRControlID=5388&PRContentID=9608&PRContentLG=pt](http://www.epp-ed.eu/Press/showpr.asp?PRControlDocTypeID=1&PRControlID=5388&PRContentID=9608&PRContentLG=pt) (12/2008).

os cidadãos europeus, feita de acordo com a grandiosidade da Europa e dos seus valores. A visão de Graça Moura difere da da Comissão Europeia quanto à positividade destes programas por achá-los demasiado abrangentes em termos de espectro de acção o que faz com que haja mais países a integrá-los com menos dinheiro disponível para a sustentabilidade das acções nacionais.

Portugal tem-se preocupado com o financiamento e a concretização dos projectos elaborados no âmbito dos programas culturais europeus. Como prova desta preocupação podemos apontar, a título de exemplo, o debate que teve lugar a 2 de Março de 2007, promovido pelo Centro de Informação Europeia Jacques Delors em colaboração com a CultDigest. Esta sessão centrou as suas atenções num novo período orçamental, dirigindo as acções culturais europeias no sentido da competitividade, do desenvolvimento do território (património) e na qualificação do potencial humano (como na formação de agentes culturais). Sublinhou-se a importância do ponto de contacto cultural português e a sua relevância para a difusão de informação. O debate deu ainda lugar à manifestação de opiniões por parte de agentes culturais preocupados com o financiamento e com a falta de financiamento por parte das entidades nacionais que gerem os programas comunitários.

Um dos instrumentos de financiamento complementar dos projectos da área audiovisual são as iniciativas que resultaram das conclusões do Conselho Europeu de Lisboa de 24 de Março de 2000. Foi também portuguesa a Presidência que realizou o seminário “Formação para o Novo Milénio” no Porto, cujas conclusões sublinharam a necessidade de desenvolver o crescimento e a internacionalização da indústria audiovisual europeia¹⁸³.

O Ministério da Cultura criou o Programa Operacional da Cultura¹⁸⁴, integrado no Quadro Comunitário de Apoio (QCA III) e com vigência de 2000 a 2006 e, na introdução deste, a política cultural é entendida como “um eixo fundamental de estratégia de desenvolvimento social e económico do país”. Foi criado um programa independente para tratar somente de questões culturais, fugindo ao hábito dos outros QCA que visavam medidas avulsas no âmbito da cultura integradas em subprogramas

¹⁸³ PARLAMENTO EUROPEU e CONSELHO EUROPEU, *Decisão N°163/2001/CE do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de Janeiro de 2001 relativa a um programa de formação para os profissionais da indústria europeia de programas audiovisuais*, MEDIA- Formação (2001-2005), Considerandos n.ºs 4 e 9.

¹⁸⁴ <http://poc.min-cultura.pt/new> (03/2008).

de programas de outros sectores. Este programa operacional para a cultura foi pioneiro no espaço da União Europeia.

A 9 de Maio de 2006, nas Comemorações do Dia da Europa, o Presidente da República português fez um balanço muito positivo dos vinte anos de integração portuguesa na União com um grande impacto económico e social, tornando este período num dos mais fecundos da história nacional, com resultados reais e acima das expectativas, resultados que os últimos anos de fraco crescimento económico português não podem nem devem apagar. Acima de tudo, nas palavras de Cavaco Silva, a principal consequência da entrada de Portugal na União Europeia foi o fortalecimento da sua voz na cena internacional, incrementando “os laços com os seus parceiros tradicionais extra-europeus, nomeadamente com os países da lusofonia, mas também (...) com os países mediterrânicos.”¹⁸⁵. Repara ainda que a Europa deve deixar de ser “amedrontada, dividida e proteccionista” para levar avante o aprofundamento da integração, com ambições estratégicas exigidas pelo mundo global e que Portugal encontrará o seu espaço no futuro da construção europeia.

Como já foi variadas vezes referido, a riqueza cultural da Europa assenta na sua diversidade e a identidade cultural europeia apenas existe enquanto síntese que um conjunto de culturas múltiplas que concorrem para ela. O reforço e defesa da diversidade europeia tem sido um desafio que se tem colocado a todos os cidadãos europeus, com a evidência de traços comuns do património europeu e o reforço do sentimento de pertença a uma comunidade, com respeito pela diversidade cultural de cada país ou região. Portugal faz também parte deste combate pela defesa da diversidade e da unidade cultural da União e todos os desafios postos à Europa são também eles portugueses.

Portugal tem os seus próprios desafios internos que subsistem: o sistema democrático, a justiça, a administração pública, a economia, a segurança, a educação, a segurança social, a saúde pública, os problemas de imigração, emigração, entre outros. Os desafios portugueses tornaram-se maiores devido ao alargamento da União Europeia, pois enquanto que os Estados-Membros mais desenvolvidos apresentam mecanismos para minimizar as consequências negativas desta “expansão”, o nosso país não os tem ou não são suficientemente firmes. Portugal apresenta-se como Estado-Membro com mais dificuldades face ao choque do alargamento e aquele que se prevê

¹⁸⁵<http://www.carloscoelho.org/pdf/diversos/Discurso%20do%20PR%209%2005%202006.pdf> (12/2008), p.4.

como o mais prejudicado. Os problemas que se prevêem e que já podem ser por vezes observados são o aumento da deslocalização de empresas de Portugal para o Leste, a redução do investimento externo, concorrência de uma mão-de-obra mais qualificada e o acréscimo de concorrência para as exportações portuguesas nos mercados de destino. Para além destes perigos, temos ainda problemas orçamentais, fiscais, de redução do investimento público e privado, a elevada taxa de desemprego, a subida de preços e de custos, etc.¹⁸⁶.

Para o indivíduo “o grupo, a nação, a questão de *identidade* é permanente e confunde-se com a da sua mera existência, a qual não é nunca um *puro dado*, adquirido de uma vez por todas, mas o acto de querer e poder permanecer conforme ao ser ou ao projecto de ser aquilo que se é.”¹⁸⁷. O português sofre, nas palavras de Rui Lourenço Amaral de Almeida, de um problema de “hiperidentidade”, com a contemplação da diferença nacional, exultando grandes feitos do passado. Essa memória colectiva de um passado prodigioso não deixa morrer o sentimento nacional, com a interiorização de uma imagem positiva e privilegiada de um povo. Esta atitude será importante para a marcação da posição nacional num contexto europeu que observamos muitas vezes de uma posição de periferia, que nos faz encarar essa União ao mesmo tempo com “fascínio e ressentimento”¹⁸⁸. Segundo Eduardo Lourenço, “é relativamente recente, mas inegável, constituindo quase uma fractura da nossa imagem cultural, o sentimento de exílio, de distanciamento e, sobretudo, de autêntico e mórbido complexo de inferioridade em relação a uma outra Europa que, na esteira das descobertas hispânicas, iria reforçar a sua revolução cultural – burguesia empreendedora, reforma religiosa, especialização científica – com a exploração económica sistemática dos nossos espaços extra-europeus.(...) *Europeizarmo-nos*, (...) tornou-se então a obsessão quase unânime da elite portuguesa e toda a cultura se vai inscrever no espaço dessa distância que nos separa da Europa e em função do objectivo de a apagar.”¹⁸⁹.

Muitas vezes os portugueses se referem à Europa como meros espectadores, como se dessa realidade não fizessem parte, considerando a geografia peninsular como marginal e, por isso, afastada do grande centro de decisões.

¹⁸⁶ ALMEIDA, Rui Lourenço Amaral de, *Portugal e a Europa – Ideias, factos e desafios*, Lisboa, Edições Sílabo, 2005, p.445.

¹⁸⁷ LOURENÇO, Eduardo, *op. cit.*, p.9.

¹⁸⁸ *Idem*, p.25.

¹⁸⁹ *Idem*, p.30.

Os portugueses continuam a desejar a integração de Portugal nessa família que é a Europeia, numa Europa com projecto e na qual os europeus se revejam. Referindo muitas vezes o seu lugar periférico, os portugueses consideram que Portugal precisa de resolver os seus desafios internos para melhor poder contribuir para os desafios europeus, inclusivamente os desafios culturais. “Cultura é o sujeito como realidade. A esse título, *cultura* e *identidade* vão de par e por isso o diálogo entre as diversas culturas é, naturalmente, difícil, talvez mesmo, sempre *aparente*. Por isso, nas nossas relações culturais com a Europa aquilo que, no fundo, devia constituir motivo de perplexidade ou ocasionar uma situação de mal-estar não seria tanto a efectiva incomunicabilidade ou opacidade entre culturas diversas, mas a ideia mítica de uma *cultura* mais intrinsecamente *universal* que outra, ou a de um modelo cultural que em dada época se auto-identificou com a «universalidade» e foi percebido por outros como realmente universal ou, pelo menos, exemplar.”¹⁹⁰.

¹⁹⁰ *Idem*, p.60.

Conclusão

CONCLUSÃO

Ao longo deste estudo procurou chegar-se a uma plataforma de entendimento que nos esclareça um pouco sobre o que confere identidade a uma pessoa, a um povo, a um grupo. A questão da dimensão cultural e espiritual dos povos tem sido bastante discutida, principalmente no que se refere ao espaço europeu e à nossa construção identitária em relação ao Outro. Embora o termo “multiculturalismo” levante muitas questões, a Europa sempre se apresentou como um espaço plural, com a presença de diversidade linguística e cultural, diversidade institucional, tradições culturais e políticas. Considera-se multiculturalismo uma resposta à gestão da diversidade cultural, de forma a incluí-la na dimensão política. Outros vêem-no como o respeito pelas identidades culturais, pela igualdade de direitos, constituindo o fundamento da democracia e outros vêem-no como uma espécie de tribalismo que põe em causa a integridade e unidade nacionais. Enfim, o “multiculturalismo” pode assumir, ao mesmo tempo, estas e mais concepções dicotómicas.

O multiculturalismo é, também, nos dias que correm, fruto de migrações constantes, de tal forma que a Comissão Europeia considera que o diálogo entre as diferentes culturas deverá implicar a participação dos cidadãos de forma a que estes se tornem protagonistas. Assim surge o projecto do ensino de imigrantes no espaço europeu, uma iniciativa integradora que promove a “educação intercultural”, preparando o cidadão para a participação na vida social, económica e política. Esta experiência educativa multicultural deverá englobar a aprendizagem de diferentes línguas nas sociedades multiculturais, favorecendo a integração daqueles que possuem heranças culturais e étnicas diferentes, fortalecendo a luta contra a xenofobia e o racismo, alargando o acesso multicultural ao mercado de trabalho.

O conceito de “identidade” tem sido alvo de discussão recorrente. Em 1973 foi definida como a adesão a valores e princípios comuns e preservação das civilizações e da cultura para a construção europeia. A questão cultural ao nível europeu reveste-se de duas formas: quer como um espaço originário de grandes conquistas e vicissitudes quer como espaço de muitas diferenças de cariz intransponível. Deve, acima de tudo, ter

sempre presente a importância do fomento de uma comunidade de valores. A Europa não se pode abstrair da multiplicidade de línguas, de tradições, e do pluralismo de culturas que questionam a integração política europeia e a sua identidade. É, então, indispensável a cooperação para a tentativa de descoberta de um espaço comum, tentando sempre evitar as tendências padronizadoras. É urgente rejeitar um centralismo cultural ou uma cultura estandarizada.

Hoje em dia, podemos encontrar uma vaga de identificação com a Europa muito própria, mercê da identificação dos povos com um espaço em detrimento de outro. Com a ameaça terrorista, os europeus procuraram posicionar-se como pertencentes a uma cultura europeia por oposição à islâmica. Dentro do espaço europeu, a teoria de Huntington relativa ao choque de civilizações está a ser substituída pela tentativa de diálogo entre elas, como fonte de criação e de inovação, preparando o ser humano para a tolerância. A preocupação cultural continua a ser repetida por todos aqueles que consideram que os valores culturais irão unificar os povos da Europa, pondo-os sempre em evidência.

Foi com o Tratado de Maastricht que a política cultural europeia passou a ter uma base jurídica própria, estabelecendo o respeito pela diferenças nacionais e regionais focando, ao mesmo tempo, a herança cultural comum. O artigo nº151 estabelecia também a intervenção no domínio cultural que deveria ser regida pelos princípios da complementaridade e subsidiariedade. Como consequência desta nova forma de encarar a cultura, muitas foram as iniciativas culturais que advieram do “Primeiro programa-quadro da Comunidade Europeia para a Cultura (2000-2004)”. Em 2001, o Parlamento Europeu reiterou a necessidade de cooperação cultural, fundada nas diversidades complementares. A maior parte dos países acabou por aceitar em incluir nas suas agendas políticas actividades culturais que correspondessem às directivas europeias, para tentar a preservação, a criação, a produção, difusão, formação e comercialização de património artístico de países membros, esforços esses que se pautaram pela convergência, sendo a máxima “unidade na diversidade” tónica comum à política cultural europeia. Aquele Tratado nomeou ainda os principais elementos constituintes da diversidade cultural europeia como a língua, a literatura, as artes do espectáculo, as artes plásticas, a arquitectura, o artesanato, o cinema e a radiotelevisão, ficando formalmente reconhecida a dimensão cultural da integração europeia.

A cultura está no princípio da Europa e o multiculturalismo é a base de toda a tentativa de construção cultural europeia, com especial atenção à revalorização das

diferenças culturais e à afirmação das identidades nacionais, numa coexistência que assenta no diálogo entre culturas resultando na sua pluralidade inquestionável. O “ser europeu” não será, obviamente, consensual e não significa a existência de uma única cultura na Europa. Todos os cidadãos têm o direito de participar num diálogo intercultural numa sociedade diversificada, pluralista, solidária e dinâmica. Este diálogo é importante para a compatibilização de realidades complexas das sociedades onde existem diferentes crenças e identidades culturais, daí a eleição do ano de 2008 como o Ano Europeu do Diálogo Intercultural. Este apresenta-se com uma dimensão de extrema importância nas políticas comunitárias, pois estreita laços e melhora relações diplomáticas, contribuindo para a compreensão mútua e uma melhor vivência em conjunto, explorando as vantagens da diversidade cultural, da participação cívica activa e procurando promover o sentimento de pertença europeia. A Convenção da UNESCO também se revestiu de extrema importância no panorama da fixação dos direitos e dos deveres dos Estados-Membros em relação ao tema da diversidade e identidade cultural pois, com estatuto legislado, podemos ver o alcance da questão multicultural, alinhando baterias para a promoção e protecção da diversidade cultural de cada povo.

Antes, em 2007, foi aprovada pela Comissão Europeia uma declaração política sobre o papel da cultura num mundo globalizado e com a proposta de, pela primeira vez, concertar uma estratégia europeia centrada no entendimento intercultural, numa abordagem renovada do papel da cultura no processo de construção europeia, sugerindo novos instrumentos e propondo novos procedimentos destinados ao debate de uma nova agenda cultural, passando a dimensão cultural a representar também uma função social, económica e política. Os três maiores objectivos seriam os de promover a diversidade cultural e o diálogo intercultural; promover a cultura como catalisadora da criatividade no contexto da Estratégia de Lisboa para o desenvolvimento, empregabilidade, inovação e competitividade; e promover a cultura como um elemento vital nas relações internacionais da União Europeia. A Aprendizagem ao Longo da Vida e os vários programas culturais procuraram – e procuram – responder a estas necessidades de cooperação. O Programa Cultura 2007 pretendia favorecer a mobilidade transnacional de artistas e obras e incentivar o diálogo intercultural como complemento às acções dos Estados-membros. O sector cultural tem a capacidade de se constituir ao mesmo tempo como promotor de identidade europeia e um meio para o desenvolvimento de acções inovadoras que podem criar postos de trabalho. O património cultural da Europa é um

elemento vital de identidade europeia e fonte de criatividade que pode guiar a UE ao longo de desafios futuros.

O espaço mediterrânico é extremamente rico, no que diz respeito a cruzamento de culturas e heranças culturais originais, sendo este mar o berço de muitas impulsões criadoras geniais e de grandes reviravoltas históricas. Estas forças criadoras devem interagir em permanência em conjunto com as grandes evoluções do mundo, lidando com os novos riscos e ameaças, como forma de evoluir e se adaptar a um novo mundo. Deverá assumir-se uma posição que ultrapasse a parceria económica e comercial, desenvolvendo uma aliança política e de segurança com projectos para o futuro e impulsionando um processo poderoso e igualitário de construção de uma civilização comum, com atenção às diferenças e respeito pelas originalidades deste espaço tão culturalmente característico.

Existirá sempre um dilema na tentativa de definir o conceito de “cultura”. O utilizado neste estudo foi maioritariamente um conceito clássico do evolucionismo cultural de Tylor, que vê a cultura com o cultivado ou o adquirido, em oposição a “natureza”, pois inclui aprendizagens realizadas para satisfação das necessidades, quer individuais como colectivas. O problema na definição de cultura também passa pela banalização da sua utilização no discurso político, perdendo-se a noção clara do que se quer transmitir quando é utilizada. A questão da cultura europeia não é de afirmar se a Europa é uma ou múltipla mas de aprender a vê-la como plural e uma ao mesmo tempo, aberta a outras culturas e assumindo variadas formas. Os princípios que regem a intervenção comunitária no âmbito cultural são os da complementaridade e subsidiariedade, sempre com a tónica do respeito pela herança nacional e regional e evidência do património cultural comum. A actual política cultural europeia é configurada pela livre circulação dos profissionais da cultura, a liberdade de estabelecimento, a liberdade de circulação de serviços e de bens.

A educação intercultural tem por objectivo desenvolver a compreensão mútua entre alunos e professores provenientes de diferentes meios culturais e de etnias diferentes, integrando também várias origens e culturas, com a não assimilação por parte de uma cultura uniforme. Esta educação apresenta-se de extrema importância para a promoção da tolerância entre as culturas e a aceitação do Outro como um de Nós. As políticas educativas deveriam ter como principal objectivo a eliminação de situações de exclusão social, de forma a combater os preconceitos que dão origem à intolerância. Esta educação terá sempre de basear-se no ensino e aprendizagem de várias línguas,

sendo o multilinguismo pedra de toque e chave para o sucesso europeu, conduzindo a uma maior tolerância entre culturas e fomentando comunicações interculturais. O contacto com diferentes culturas contribui para o despertar da consciência acerca da multiplicidade do mundo, promovendo o conhecimento do Outro e a tolerância cultural e linguística.

A liberdade cultural é um direito humano e um factor vital para o seu desenvolvimento, requerendo todo o incentivo pela parte do Estado. Os Estados devem sempre tentar impedir a exclusão social. A liberdade cultural é parte integrante do ser desenvolvimento humano, pois permite a escolha de uma identidade por parte dos indivíduos sem perder o respeito dos outros nem pela identidade dos outros. Essa liberdade permite a livre participação na sociedade, sem ter de abrir mão de escolhas culturais pois, ao contrário daquilo em que se acreditava no passado, os indivíduos podem ter múltiplas identidades que são complementares entre si.

A actividade artística e cultural goza da possibilidade de mobilidade, embora existam muitos constrangimentos, principalmente no que toca às oportunidades em termos de início de carreira, em que a cooperação entre os Estados é insuficiente e não existem protocolos ou acordos de intercâmbio. Existem grandes disparidades de oportunidades entre os trabalhadores nacionais e os estrangeiros, o que se torna um grande obstáculo a essa almejada mobilidade de ideias e obras.

O consumo cultural difere bastante de país para país, especialmente se analisarmos os hábitos culturais dos cidadãos dos “novos países europeus”, fruto dos últimos alargamentos. Ainda existem um longo caminho a percorrer até que o livro seja um objecto comum em todos os países ou que a Internet chegue a todos os cantos do mundo, o que gera disparidades de oportunidades e de contexto. Em termos de valores, em comparação com a Europa, a cultura norte-americana é tida como menos solidária, menos democrática, valorizando demasiado os ganhos e o sucesso financeiro, mais materialista e orientada pelo consumo. A Europa, para além do seu grande apanágio da Liberdade, é vista como mais virada para a espiritualidade, para as artes e para a cultura. As características mais apontadas para caracterizar a cultura europeia são: diversidade cultural (vista como fonte de riqueza e fermento de evolução); as raízes históricas longínquas; a tolerância, a abertura e a curiosidade intelectual; a liberdade de expressão e de pensamento; a solidariedade; o humanismo; a democracia; um sentimento de refinamento e subtileza por oposição ao pragmatismo norte-americano; uma vasta herança cultural artística e arquitectónica; um alto padrão de vida, um “saber viver”,

com atenção à “qualidade de vida”. A Europa demonstra ainda mais preocupações ambientais, tendo introduzido regras e leis nesta matéria.

Os portugueses revêem-se nesta descrição do ser europeu, desejando a integração nessa família cultural europeia. Contudo, os cidadãos portugueses consideram ser mais necessário de momento resolver os problemas nacionais internos para que melhor possa contribuir para os desafios europeus, inclusivamente os muitos desafios culturais enunciados no presente estudo. Com os sucessivos alargamentos, Portugal viu a sua situação piorar economicamente, sendo esta a prioridade que lança as bases para a resposta portuguesa mais efectiva a outros níveis.

O panorama actual a nível internacional faz com que as pessoas receiem o futuro, ou até o próprio presente. Assim, encontram no sentimento de pertença, seja a um lugar (espaço europeu), uma instituição (União Europeia) ou a uma identidade cultural, uma forma de se sentirem parte integrante de algo mais vasto, um conforto do não estar só. A questão da identidade cultural europeia não é uma ciência nem apresenta respostas definitivas pois assenta em povos muito diferentes, com muitas culturas, línguas, religiões, sensibilidades diversas, que se congregam num esforço unitário de tentativa de sentimento de pertença, como que um esforço de coexistência e boa vizinhança. É essa diversidade que confere um cariz tão enriquecedor e especial à identidade cultural na União, permitindo-nos não ver uma cultura homogénea e estanque mas uma mistura saudável de muitas culturas que promovem uma génese inigualável de fonte de evolução e grandes feitos. É a tão aclamada “Unidade na Diversidade” que tem este dom, de ligar povos diversos numa unidade livre e de paz, de várias culturas num espaço de tolerância e aceitação mútua.

Fontes e Bibliografia

Instituições onde se realizou a pesquisa:

Biblioteca Central da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra

Biblioteca da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra

Centro de Documentação 25 de Abril, Coimbra

Centro de Documentação Europeia, Coimbra

Centro de Documentação Europeia Jacques Delors, Lisboa

Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX, Universidade de Coimbra – CEIS 20, Coimbra

Instituto de História e Teoria das Ideias da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Instituto de Estudos Ingleses da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Instituto de Estudos Franceses da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Fontes

COMISSÃO EUROPEIA, *Construir a Europa dos Povos – A União Europeia e a cultura*, Bruxelas, 2002.

COMISSÃO EUROPEIA, *Educação Intercultural na Europa*, “Introdução”, Luxemburgo, 1994.

COMISSÃO EUROPEIA, *Programa Europa para os Cidadãos 2007-2013*, Dezembro de 2007.

COMISSÃO EUROPEIA,, *The Europeans, culture and cultural values - Qualitative study in 27 European countries – summary report*, Gambais, 2006.

COMISSÃO EUROPEIA, *Trabalhar em Conjunto – Política Europeia de Vizinhança*, Luxemburgo, 2006.

COMMISSION EUROPÉENNE, *Le dialogue entre les peuples et les cultures dans l'espace euro-méditerranéen*, Luxembourg, Office des publications, 2004.

COMMISSION EUROPÉENNE, *Premier programme-cadre de la Communauté européenne en faveur de la culture (2000-2004)*, Decisão 1419/1999/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, 25 de Maio de 1999.

COMMISSION EUROPÉENNE, *Rapport sur l'égalité, la diversité et l'élargissement*, DG Emploi et affaires sociales, Unité D.4, Bruxelles, septembre 2003.

CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA, *Decisão do Conselho relativa à celebração da Convenção sobre a protecção e promoção da diversidade das expressões culturais*, Bruxelas, 2006.

CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA, Decisão 87/327/CEE do Conselho de 15 de Junho de 1987.

EUROPEAN COMMISSION, *Communication from the Commission to the Council, the European Parliament, the Economic and Social Committee and the Committee of the Regions – Promoting Language Learning and Linguistic Diversity: An Action Plan 2004-2006*, Bruxelas, 24 de Julho de 2003.

EUROPEAN COMMISSION, *Europeans and their languages: Special Eurobarometer*, Summary; Brussels, February 2006.

PARLEMENT EUROPÉEN, *Les industries culturelles et l'emploi dans les pays de l'union européenne*, Direction Générale des Études, EDUC – 104 FR, 1999.

PARLEMENT EUROPEEN, *Résolution sur le premier rapport de la Commission européenne sur la prise en compte des aspects culturels dans l'action de la Communauté européenne*, 24 de Fevereiro de 1997.

PARLAMENTO EUROPEU, Decisão nº 1983/2006/CE de 18 de Dezembro de 2006 relativa ao Ano Europeu do Diálogo Intercultural (2008).

PARLAMENTO EUROPEU e CONSELHO EUROPEU, *Decisão Nº163/2001/CE do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de Janeiro de 2001 relativa a um programa de formação para os profissionais da indústria europeia de programas audiovisuais, MEDIA- Formação (2001-2005)*, Considerandos n.ºs 4 e 9.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO, *Relatório do Desenvolvimento Humano 2004 – Liberdade Cultural num Mundo Diversificado*, "Introdução", Lisboa, Mensagem, 2004.

UNIONE EUROPEA, Comitato delle Regioni, *L'istruzione interculturale nell'Unione Europea. Attività locali, regionali e interregionali. Esempi di buona pratica*, Luxemburgo, Gabinete de Publicações Oficiais da Comunidade Europeia, 1999.

Websites consultados

Conferência das Cidades do Arco Atlântico, VI Assembleia-Geral, Declaração Final de Cork, 30 de Junho a 2 de Julho de 2005 in www.arcat.org/ (10/2007).

[http://cultura2007.min-](http://cultura2007.min-cultura.pt/index.php?option=com_content&task=view&id=913&Itemid=98)

[cultura.pt/index.php?option=com_content&task=view&id=913&Itemid=98](http://cultura2007.min-cultura.pt/index.php?option=com_content&task=view&id=913&Itemid=98)

(02/2008).

<http://culturalforum.net/lisboa07/index.html> (12/2008).

http://ec.europa.eu/archives/commission_1999_2004/prodi/group/michalski_pt.htm (10/2007).

http://ec.europa.eu/culture/key-documents/doc956_en.htm (06/2008).

http://ec.europa.eu/culture/our-programmes-and-actions/doc415_en.htm (02/2008).

http://ec.europa.eu/culture/pdf/doc934_en.pdf (02/2008).

http://ec.europa.eu/culture/pdf/doc964_en.pdf (09/2008).

http://ec.europa.eu/culture/pdf/doc967_en.pdf (02/2008).

http://ec.europa.eu/culture/pdf/doc973_en.pdf (12/2008).

http://ec.europa.eu/education/languages/archive/policy/consult/ebs_pt.pdf (03/2008).

http://ec.europa.eu/education/languages/languages-of-europe/doc139_pt.htm (03/2007).

http://ec.europa.eu/education/languages/language-teaching/doc30_pt.htm (03/2008).

http://ec.europa.eu/education/programmes/socrates/lingua/index_es.html (12/2005).

<http://ec.europa.eu/eures/home.isp?lang=pt> (05/2008).

http://ec.europa.eu/news/culture/061117_1_pt.htm (12/2006).

http://ec.europa.eu/portugal/pdf/redes/redes_centros_informacao_2007_pt.pdf (02/2008).

http://ec.europa.eu/public_opinion/archives/eb/ebs_158_en.pdf (02/2008).

http://ec.europa.eu/public_opinion/flash/fl_217_sum_en.pdf (09/2008).

http://ec.europa.eu/publications/booklets/move/31/txt_pt.pdf (04/2008).

<http://europa.eu/scadplus/leg/pt/lvb/l11017a.htm> (05/2008).

<http://europa.eu/scadplus/leg/pt/lvb/l11017b.htm> (05/2008).

<http://europa.eu/scadplus/leg/pt/lvb/l29019.htm> (01/2008).

http://ec.europa.eu/world/enp/pdf/information/enp_brochure_pt.pdf (02/2008).

http://europa.eu.int/comm/culture/eac/forum_en.html (11/2007).

<http://europa.eu/languages/pt/chapter/5> (01/2008).

<http://europa.eu/languages/pt/document/59> (10/2007).

<http://europa.eu/languages/pt/document/90> (03/2008).

http://europa.eu/legislation_summaries/audiovisual_and_media/index_pt.htm (10/2007).

http://europa.eu/legislation_summaries/culture/l29016_pt.htm (12/2007).

http://europa.eu/legislation_summaries/culture/l29017_pt.htm (11/2008).

http://europa.eu/legislation_summaries/culture/l29019_pt.htm (01/2008).

http://europa.eu/legislation_summaries/education_training_youth/general_framework/c11082_pt.htm (07/2007).

http://europa.eu/legislation_summaries/education_training_youth/youth/c11080_pt.htm (12/2007).

http://europa.eu/pol/cult/overview_pt.htm (10/2008).

<http://europa.eu/rapid/pressReleasesAction.do?reference=IP/01/110&format=HTML&aged=1&language=PT&guiLanguage=en> (05/2008).

<http://europa.eu/rapid/pressReleasesAction.do?reference=PRES/06/217&format=HTML&aged=1&language=PT&guiLanguage=en> (06/2008).

<http://europa.eu/rapid/pressReleasesAction.do?reference=IP/07/1842&format=PDF&aged=1&language=PT&guiLanguage=en> (05/2008).

<http://europa.eu/scadplus/leg/pt/lvb/l29005.htm> (12/2008).

<http://europa.eu/scadplus/leg/pt/lvb/l29006.htm> (11/2008).

<http://europa.eu/scadplus/leg/pt/lvb/l29016.htm> (05/2008).

<http://europa.eu/scadplus/leg/pt/lvb/l29017.htm> (12/2007).

<http://europa.eu/scadplus/leg/pt/lvb/l29019.htm> (05/2008).

http://ftp.infoeuropa.euroid.pt/ciejd/2006/200609_projecto_mobilidade.pdf (02/2008).

http://poc.min-cultura.pt/europa-cultura/ecprog_over.htm (02/2008).

<http://poc.min-cultura.pt/new> (03/2008).

http://portal2.ipb.pt/pls/portal/docs/PAGE/EUROPE_DIRECT/ED_SERV_INFO/ED_BOLINFO/ED_PAPEL/BOLETIM%20200706.PDF (11/2008).

Relatório de Desenvolvimento Humano de 2004, in

http://www.agalgz.org/portugaliza/tvsptnagaliza/carta_linguas.pdf (03/2007).

<http://www.anmp.pt/anmp/doc/Dint/2007/div/EUPG20072001301pt.pdf> (07/2007).

<http://www.carloscoelho.org/pdf/diversos/Discurso%20do%20PR%209%2005%202006.pdf> (12/2008).

<http://www.ccb.pt/sites/ccb/pt-PT/CCB/Documents/Projecto%20PROSPERO-Dossier%20Imprensa.pdf> (12/2008).

<http://www.epped.eu/Press/showpr.asp?PRControlDocTypeID=1&PRControlID=5388&PRContentID=9608&PRContentLG=pt> (12/2008).

http://www.eurocid.pt/pls/wsd/wsdwcot0.detalhe?p_cot_id=402&p_est_id=4154 (10/2007).

http://www.eurocid.pt/pls/wsd/wsdwcot0.detalhe?p_cot_id=1451 (10/2007).

http://www.eurocid.pt/pls/wsd/wsdwcot0.detalhe?p_cot_id=1619 (05/2007).

http://www.eurocid.pt/pls/wsd/wsdwcot0.detalhe?p_cot_id=2957 (01/2008).

http://www.eurocid.pt/pls/wsd/wsdwcot0.detalhe?p_sub=4&p_cot_id=2795&p_est_id=6886 (11/2008).

http://www.europarl.europa.eu/factsheets/4_17_0_pt.htm (11/2008).

<http://www.europarl.europa.eu/meetdocs/committees/cult/20010529/438727PT.pdf> (12/2007).

<http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//NONSGML+REPORT+A6-2005-0269+0+DOC+WORD+V0//> (08/2008).

http://www.europarl.europa.eu/workingpapers/educ/104aptsum_pt.htm (10/2007).

<http://www.historiasiglo20.org/> (11/2007).

http://www.infoeuropa.eurocid.pt/opac/?func=service&doc_library=CIE01&doc_number=000021381 (03/2008).

http://www.janusonline.pt/dossiers/dossiers_2005_3_21_e.html (12/2008).

http://www.nba.fi/mobility/study_mobility_en.pdf (10/2008).

<http://www.policiajudiciaria.pt/PortalWeb/page/%7BD06041B8-10A8-4B62-BC48-4AEEF05AC8E6%7D> (12/2008).

http://www.portugal.gov.pt/Portal/PT/Governos/Governos_Constitucionais/GC17/Ministerios/MC/Comunicacao/Programas_e_Dossiers/20070702_MC_Prog_PPUE.htm (09/2008).
<http://www.unesco.pt/pdfs/docs/convdiv.pdf> (03/2008).

Bibliografia

- AIRES, Rosana, “A Identidade Europeia”, *Portugal e o Futuro da Europa: III Congresso Nacional*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 25 e 26 de Junho de 2007 (comunicação).
- ALMEIDA, Rui Lourenço Amaral de, *Portugal e a Europa – Ideias, factos e desafios*, Lisboa, Edições Sílabo, 2005.
- ANDRÉ, João Maria, “Globalização, mestiçagens e diálogo intercultural”, *Revista da História das Ideias*, Vol.25, Coimbra, 2004.
- BARROS, Victor, “A Diversidade numa Europa em Construção: entre a Xenofobia e os Desafios Multiculturais da Hospedagem”, *Portugal e o Futuro da Europa: III Congresso Nacional*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 25 e 26 de Junho de 2007 (comunicação).
- BASBOUS, Antoine, *L’Islamisme, une révolution avortée*, Paris, Hachette, 2000.
- BENDA, Julien, *L’esprit européen. Rencontres internationales de Genève*, Neuchâtel, 1946.
- BERLIN, I., *The crooked timber of humanity*, London, 1990.
- BEYNON, John, *et al.*, *Civilisation of integrated Europe: studies in cultural perspectives*, Lodz, Lodz University Press, 2001.
- BRAUNMÜLER, Kurt; FERRARESI, Gisella, *Aspects of Multilingualism in European Language History*, Hamburg, John Benjamin Publishing Company, 2003.
- BROSSAT, Caroline, *La culture européenne : définitions et enjeux*, Bruxelles, Bruylant, 1999.
- CASTELLINA, L., “Le rôle du Parlement européen”, *Les Cahiers Internationaux du Symbolisme*, Mons, Centro Interdisciplinar de Estudos Filosóficos da Universidade de Mons-Hainaut, 1996.

- CONTOGEOORGIS, Georges, “Les fondements et les limites du multiculturalisme européen”, in RIBEIRO, Maria Manuela Tavares (coord.), *Identidade Europeia e Multiculturalismo*, Coimbra, Quarteto, 2002.
- DAWSON, Christopher, *The making of Europe: An Introduction to the History of European Unity*, London, 2003.
- GARCIA NICOLÁS, Cristina, “Diversidade en la ampliación. Grupos minoritários en los países candidatos a la Unión Europea”; in RIBEIRO, Maria Manuela Tavares (coord.), *Europa em Mutação. Cidadania. Identidades. Diversidade Cultural*; Coleção “Estudos Sobre a Europa” n.º 4, Coimbra, Quarteto Editora, 2003.
- GEREMEK, Bronislaw, Joseph Maila, Olivier Mongin, *Quelles valeurs pour quelle Europe?*, Paris, Altadis : La Republique des Idées, Le Mécénat, 2003.
- GOUVEIA, Joana Mendes, *Europa: cidadania, educação e mobilidade estudantil*, Faculdade de Letras, Coimbra, 2002 (dissertação policopiada).
- GUAY ARMENTEROS, Juan, “Identidad europea y cultura. Nación, nacionalidad, nacionalismos”, in RIBEIRO, Maria Manuela Tavares (coord.), *Europa em Mutação. Cidadania. Identidades. Diversidade Cultural*, Coimbra, Quarteto Editora, 2003.
- HERBILLON, Michel, *Rapport au Premier ministre*, Paris, La documentation française, 2005.
- KASTORYANO, Riva, *Quelle Identité pour l’Europe?*, Paris, Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1998.
- KYMLICKA, W., *La citoyenneté multiculturelle. Une théorie liberale du droit des minorités*, Paris, Editions La Découverte, 2001.
- LANDUYT, Ariane, “L’Union européenne et le dialogue interculturel”, in RIBEIRO, Maria Manuela Tavares (coord.), *Identidade Europeia e Multiculturalismo*, Coimbra, Quarteto, 2002.
- LENOIR, René; *Choc ou Dialogue des Civilizations?*, Barret-sur-Méouge, Editions Yves Michel, 2004.
- LÓPEZ DE AGUILETA, Inaki, *Cultura y Ciudad*, Gijón, Ediciones Trea, 2000.
- LOURENÇO, Eduardo, *Nós e a Europa ou as duas razões*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1994.
- MORIN, Edgar, *Penser l’Europe*, Paris, Seuil, 1988.
- PAPASTRATIS, Procopis; “The Search for a European Identity; a Continuous Debate”, in RIBEIRO, Maria Manuela Tavares (coord.), *Europa em*

Mutação. Cidadania. Identidades. Diversidade Cultural, Coimbra, Quarteto Editora, 2003.

PENTLAND, Charles, *International Theory and European Integration*, Londres, Faber and Faber, 1973.

PINHEIRO, Paula Moura, *Portugal no Futuro da Europa*, Parlamento Europeu, Lisboa, 2006.

RIBEIRO, António Pinto, “Lisboa 94, 10 anos depois”, *Público*, 3 de Janeiro de 2004.

RIBEIRO, Maria Manuela Tavares, “A Europa da unidade e diversidades culturais”, in *Europa em Mutação. Cidadania. Identidades. Diversidade Cultural*, Coleção “Estudos Sobre a Europa” n.º 4, Coimbra, Quarteto Editora, 2003.

RIBEIRO, Maria Manuela Tavares, “Diferenças e proximidades culturais na Europa”, in RIBEIRO, Maria Manuela Tavares (coord.), *Identidade Europeia e Multiculturalismo*, Coimbra, Quarteto, 2002.

RIBEIRO, Maria Manuela Tavares (coord.), *Europa em Mutação – Cidadania. Identidades. Diversidade Cultural*, Coleção “Estudos Sobre a Europa, n.º4”, Coimbra, Quarteto Editora, 2003.

RIBEIRO, Maria Manuela Tavares (coord.), “Introdução”, *Europa em Mutação – Cidadania. Identidades. Diversidade Cultural*, Coleção Estudos Sobre a Europa, n.º4, Coimbra, Quarteto Editora, 2003.

RIBEIRO, Maria Manuela Tavares, “Multiculturalismo ou coabitação cultural?”, in RIBEIRO, Maria Manuela Tavares (coord.), *Identidade Europeia e Multiculturalismo*, Coimbra, Quarteto, 2002.

RIGAUD, Jacques, *Culture nationale et conscience européenne*, Paris, L’Harmattan, 1999.

RIGAUD, Jacques, *Pour une refondation de la politique culturelle*, La documentation française, Collections des rapports officiels, Paris, 1996.

ROBYN, Richard, *The Changing Face of European Identity*, New York, Routledge, 2005.

ROUSTANG, G. et PERRET, B., *L’économie contre la société: affronter la crise de l’intégration sociale et culturelle*, Paris, Seuil, 1993.

SERRANO, Clara, *A construção política da União Europeia, Uma leitura dos manuais de história*, Faculdade de Letras, Coimbra, 2007 (dissertação policopiada).

SILVA, Sónia, “A Educação Intercultural como Antídoto do Racismo e da Xenofobia – A Acção da União Europeia”, *Millenium Online*, n.º11, Instituto Superior Politécnico de Viseu, Julho de 1998.

STICHT, Pamela, *Culture Européenne ou Europe des cultures? Les enjeux actuels de la politique culturelle en Europe*, Paris, L'Harmattan, 2000.

TAYLOR, Charles, *Multiculturalisme: différence et démocratie*, Paris, Flammarion, 1994.

V. ARACIL, Lluís, *Do Latim às Línguas Nacionais: Introdução à História Social das Línguas Europeias*, Santiago de Compostela, Associação de Amizade Galiza-Portugal, 2004.

Anexos

Tratado de Maastricht

BASE JURÍDICA

1. Artigos 3.º e 151.º (128.º) do Tratado CE.

2. O **Tratado de Roma** não continha qualquer capítulo ou parágrafo especial relativo à política da cultura. Apenas no preâmbulo do Tratado se fazia alusão à cultura enquanto elemento unificador dos povos e promotor do desenvolvimento socioeconómico. A partir de 1969, diversas cimeiras de Chefes de Estado e de Governo da Comunidade colocaram a tónica na necessidade de uma acção comunitária no sector da cultura e, embora as realizações práticas no domínio da cultura tivessem sido poucas, não foram insignificantes, tendo o Parlamento Europeu tido um impacto considerável nestas actividades através das suas resoluções.

3. Com a adopção do **Tratado de Maastricht**, a política da cultura obteve a sua própria base jurídica. O **Artigo 151.º** estabelece uma base de acção com vista a encorajar, apoiar e complementar as actividades dos Estados-Membros, respeitando a sua diversidade nacional e regional e pondo simultaneamente em evidência o património cultural comum. Os princípios da intervenção comunitária no domínio da cultura são a complementaridade e a subsidiariedade. Qualquer acto de harmonização das disposições jurídicas e regulamentares dos Estados-Membros fica excluído do âmbito do Artigo 151.º. As medidas são tomadas através do processo de co-decisão pelo Parlamento Europeu e o Conselho e por unanimidade no Conselho.

OBJECTIVOS

- Contribuir para o desenvolvimento das culturas dos Estados-Membros, respeitando a sua diversidade nacional e regional.
- Pôr em evidência o património cultural comum.

REALIZAÇÕES

A acção comunitária centrou-se na protecção do património arquitectónico e incluiu projectos-piloto para preservar o património arquitectónico da Comunidade. Foram também atribuídos subsídios e bolsas a artistas, deu-se assistência à tradução literária e iniciou-se o financiamento de eventos culturais. Entre os exemplos típicos encontram-se o programa "Capital Europeia da Cultura", instituído em 1985 e a formação da "Orquestra de Jovens da Comunidade Europeia" em 1976.

Dever-se-á mencionar que muitos dos programas financiados pela Comunidade, tais como o Fundo Social Europeu e o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional podem também financiar projectos culturais na União Europeia.

1. Programas culturais

a. O programa Caleidoscópio foi criado em 1996 e visava incentivar a criação artística, bem como promover a consciência e a divulgação da cultura dos povos da Europa, nomeadamente nos domínios das artes, através de intercâmbios e da cooperação cultural. O programa esteve em funcionamento até 31 de Dezembro de 1998, tendo um orçamento de 26,5 milhões de ecus. Foi alargado até 31 de Dezembro de 1999 e o Parlamento Europeu conseguiu aumentar o financiamento para 10,2 milhões de euros, totalizando um orçamento para o programa no valor de 36,7 milhões de euros.

b. O programa Ariane foi adoptado em 1997 por um período de dois anos (1997-1998), com um orçamento total de 7 milhões de ecus, tendo sido alargado até 31 de Dezembro de 1999. O Parlamento Europeu conseguiu aumentar o financiamento, que teve o custo total de 11,1 milhões de ecus. O programa visava aumentar a cooperação entre os Estados-Membros no domínio do **livro e da leitura** e promover um maior conhecimento das obras literárias e da história dos povos europeus, através da **tradução** e da melhoria das capacidades dos profissionais neste domínio. Além disso, através do programa Ariane, a UE faz todos os anos um contributo para o **prémio Aristerion**, um prémio europeu de literatura e um prémio europeu de tradução.

c. O programa Rafael foi adoptado em 1997 para o período compreendido entre 1 de Janeiro de 1997 e 31 de Dezembro de 2000, com um orçamento geral de 30 milhões de ecus. Visava incentivar a cooperação entre os Estados-Membros no domínio do **património cultural** com uma dimensão europeia.

d. Programa-quadro comunitário

Os programas Caleidoscópio, Ariane e Rafael assinalaram a primeira fase da implementação da acção comunitária no domínio da cultura e ajudaram a reforçar e a alargar as parcerias transnacionais, bem como melhoraram o acesso do público à cultura e promoveram actividades culturais europeias. Todavia, estas actividades poderiam ser melhoradas e, em resposta nomeadamente ao Parlamento Europeu e após a consulta de organizações culturais europeias, a Comissão, em Maio de 1998, propôs instituir um **Primeiro programa-quadro da Comunidade Europeia para a cultura por um período de cinco anos (2000-2004)**. O seu objectivo era simplificar a acção comunitária utilizando um só instrumento para o financiamento e a programação da cooperação cultural. O programa foi formalmente adoptado em 14 de Fevereiro de 2000.

Os objectivos do programa são: promover o diálogo e o conhecimento mútuo da cultura europeia, promover as boas práticas relativamente ao património cultural da Europa, promover a criatividade e a divulgação transnacional da cultura e da mobilidade dos artistas, desenvolver novas formas de expressão cultural e promover o diálogo intercultural entre a cultura europeia e as outras culturas.

Estes objectivos serão alcançados através de três tipos de acções:

- acções inovadoras e experimentais;
- acordos de cooperação cultural;
- eventos culturais especiais com uma dimensão europeia e/ou internacional.

O programa Cultura 2000 tem um orçamento total de 167 milhões de euros e está aberto à participação dos países do Espaço Económico Europeu, do Chipre e dos países associados da Europa Central e de Leste, de acordo com as condições previstas nos acordos de associação.

Fonte: http://www.europarl.europa.eu/factsheets/4_17_0_pt.htm (11/2008)

Agenda europeia para a cultura num mundo globalizado

A Comissão propõe uma nova agenda europeia para a cultura, que tenta responder aos desafios da globalização. Com a nova estratégia europeia para a cultura, pretende-se intensificar a cooperação cultural na União Europeia (UE), em torno de uma série de propostas concretas tendentes a realizar um conjunto de objectivos comuns.

ACTO

Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões, de 10 de Maio de 2007, sobre uma agenda europeia para a cultura num mundo globalizado [COM(2007) 242 final - Não publicado no Jornal Oficial].

SÍNTESE

O sector da cultura desempenha um papel essencial, dadas as suas numerosas implicações sociais, económicas e políticas. A cultura ocupou sempre um lugar fundamental no processo da integração europeia.

Com base nestas considerações e na sequência dos resultados da consulta em linha das partes interessadas do sector da cultura, a Comissão propôs uma nova agenda europeia para a cultura em redor de um número restrito de objectivos e sugeriu novos mecanismos de cooperação com e entre os Estados-Membros, os outros níveis de governação e a sociedade civil.

Os objectivos da nova agenda para a cultura articulam-se em torno de **três prioridades**:

Diversidade cultural e diálogo intercultural

Convém propiciar o espírito de abertura e os intercâmbios entre culturas. Nesta perspectiva, a nova agenda europeia para a cultura prevê incentivar:

- **a mobilidade dos artistas e profissionais do campo da cultura e a circulação de todas as formas de expressão artística;**
- **o reforço das competências interculturais** e do diálogo intercultural, mormente pelo desenvolvimento de capacidades que figuram entre as competências essenciais para a aprendizagem ao longo da vida, como a sensibilidade e a expressão culturais e a comunicação em línguas estrangeiras.

Dinamização da criatividade no âmbito da Estratégia de Lisboa para o crescimento e o emprego

As indústrias culturais contribuem para o dinamismo da economia europeia, bem como para a competitividade da UE. A título de exemplo, a cultura emprega cerca de cinco milhões de pessoas na UE. A este respeito, a Comissão propõe os seguintes objectivos:

- promover a **criatividade na educação** e integrar esta dimensão nas medidas relativas à aprendizagem ao longo da vida;
- reforçar as **capacidades do sector cultural em termos de organização**, com especial incidência no empreendedorismo e na formação do sector cultural em competências de gestão (fontes de financiamento inovadoras, dimensão europeia das actividades comerciais, etc.);
- desenvolver **parcerias eficazes** entre o sector cultural e outros sectores (TIC, investigação, turismo, parceiros sociais, etc.) no intuito de aumentar o impacto dos investimentos na cultura.

Dimensão cultural como elemento vital nas relações internacionais

Na esteira da Convenção da UNESCO sobre a protecção e a promoção da diversidade das expressões culturais, ratificada por todos os Estados-Membros e pela UE, a nova agenda para a cultura propõe o reforço da dimensão cultural enquanto elemento indispensável das relações externas da UE. Esta prioridade faz-se acompanhar de várias medidas tendentes a:

- prosseguir o diálogo político no domínio da cultura e fomentar o intercâmbio cultural entre a UE e os países terceiros;
- favorecer o acesso aos mercados mundiais dos bens e serviços culturais provenientes de países em desenvolvimento, por meio de acordos que prevejam um tratamento preferencial ou de medidas de assistência relacionadas com os intercâmbios;
- apoiar-se nas relações externas para instaurar apoios financeiros e técnicos (preservação do património cultural, apoio a actividades culturais em todo o mundo);
- ter em conta a cultura local em todos os projectos financiados pela UE;
- intensificar a participação da UE nos trabalhos das organizações internacionais activas no domínio da cultura e no processo «Aliança de civilizações» da ONU (EN).

Para realizar estes objectivos, a Comissão procura estabelecer um **diálogo estruturado** com o sector cultural, desde cada artista e criador até às indústrias culturais. Para tal, preconiza:

- a identificação do conjunto dos intervenientes no sector cultural;

- a organização de um «fórum cultural» que os reúna a todos;
- a representatividade a nível europeu da opinião dos referidos intervenientes («embaixadores culturais», criação de um fórum europeu virtual em linha das expressões artísticas);
- o aprofundamento do diálogo dos parceiros sociais do sector cultural;
- a dimensão cultural nos debates públicos europeus, mediante, designadamente, o recurso às representações permanentes da Comissão.

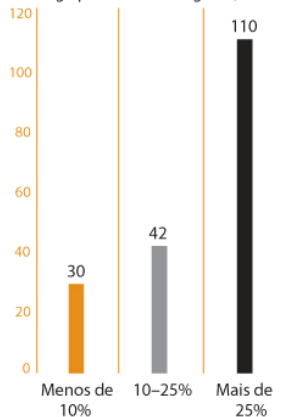
Esta nova estratégia da cultura e o conjunto das medidas propostas assentam numa cooperação mais estreita com os Estados-Membros e a UE através do mecanismo do **método aberto de coordenação** (MAC), pretendendo-se também desenvolver um diálogo estruturado com o sector cultural.

A nova agenda europeia para a cultura será completada por outras acções relacionadas com o sector da cultura, como o próximo Ano Europeu do Diálogo Intercultural em 2008.

Fonte: http://europa.eu/legislation_summaries/culture/129019_pt.htm (01/2008).

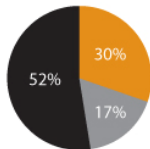
A maioria dos países é culturalmente diversificada

Número de países segundo as parcelas de grupos étnicos ou religiosos, 2003



Parcelas da população mundial, 2003

Menos de 10% da população
10-25% da população
Mais de 25% da população



Nota: As percentagens referem-se a todos os grupos étnicos ou religiosos, excepto o maior.
Fonte: CIA 2003.

CAIXA 2.2

A definição de direitos culturais fica para trás em relação aos direitos civis, políticos, económicos e sociais – Porquê?

Das cinco categorias de direitos humanos – civis, culturais, económicos, sociais e políticos – foram os direitos culturais que receberam menos atenção. A primeira resolução de sempre sobre direitos culturais aprovada pela Comissão dos Direitos Humanos foi em 2002, sobre “Promoção do gozo de direitos culturais de todos e respeito pelas diferentes identidades culturais”.

Esta negligência tem as suas raízes nos acalorados debates que surgiram durante a elaboração da Declaração Universal dos Direitos Humanos. A questão era saber se os direitos culturais deveriam reconhecer explicitamente os direitos das minorias. O Canadá, a maioria dos países latino-americanos e os Estados Unidos estavam contra os direitos das minorias, enquanto os países do bloco do Leste e a Índia os defendiam. No fim, os direitos das minorias não foram reconhecidos na redacção final. Foi só em 1966 que o Convénio Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos reconheceu que às pessoas pertencentes a minorias étnicas, linguísticas e religiosas “não será negado

o direito de, em comunhão com outros membros do seu grupo, gozar a sua cultura, professar e praticar a sua religião, ou usar a sua própria língua”.

Estas reservas reflectem o desconforto que rodeia a noção de direitos culturais:

- Os direitos culturais podem provocar argumentos sobre relativismo cultural, argumentos que usam a cultura para defender as violações dos direitos humanos.
- Os direitos culturais são difíceis de operacionalizar, porque estão ligados ao conceito de cultura, que é um alvo móvel.
- Os direitos culturais, segundo alguns, são um “luxo”, que deve ser tratado depois de realizados os outros direitos.
- Os direitos culturais não podem ser enfrentados sem confrontar os “males” culturais que existem nas sociedades. Esses males são tradições e práticas que violam os direitos humanos. Os Estados são cautelosos em relação ao reconhecimento desses males.
- Os direitos culturais evocam o espectro alarmante das

identidades de grupo e dos direitos de grupo, que algumas pessoas temem que ameacem o estado-nação.

Alguns teóricos dos direitos humanos e da filosofia política defendem que a garantia dos direitos políticos dos indivíduos – como a liberdade de culto, expressão e associação – é suficiente para permitir que os indivíduos sigam livremente as suas crenças e práticas culturais.

Embora lento a arrancar, o trabalho dos organismos dos direitos humanos deu passos importantes para clarificar os elementos dos direitos humanos de participação na vida cultural, incluindo a igualdade e a não discriminação, ausência de interferências no gozo da vida cultural e liberdade de criar e contribuir para ela, liberdade de escolher em que cultura e em que vida cultural participar, liberdade de divulgar, liberdade de cooperar internacionalmente e liberdade de participar na definição e execução de políticas relacionadas com a cultura. Acima de todos estes elementos está o princípio fundamental de que os direitos culturais são uma parte indivisível dos direitos humanos, embora nem todos os costumes ou práticas sejam um direito.

Fontes: Stamatopoulou 2002; Kymlicka 2004; e Arizpe 2004.



Promover a cooperação política e a reforma

A PEV apoia as reformas políticas internas dos países parceiros e procura reforçar o diálogo sobre questões políticas e de segurança entre a UE e estes países. As bases políticas subjacentes à PEV são os valores fundamentais preconizados pela UE, e nomeadamente a liberdade, a democracia, a igualdade, o Estado de Direito e o respeito pelos direitos humanos. A PEV procura promover uma adesão a estes princípios enquanto valores comuns internacionalmente reconhecidos. A UE atribui, por exemplo, uma importância especial à organização de eleições livres e democráticas nos países parceiros.

A concretização destes compromissos constitui um elemento essencial das relações da UE com os seus parceiros PEV e determina a rapidez e o ritmo a que evoluirá a relação da UE com cada um destes países. Na prática, o nível de execução destes compromissos por parte dos países parceiros é variável, existindo uma ampla margem para melhorias. Não é possível, por exemplo, oferecer à Bielorrússia os incentivos adicionais decorrentes do PEV enquanto os valores democráticos não forem respeitados no quadro do regime do Presidente Lukashenko.

No âmbito da PEV, pretende-se igualmente que os parceiros se comprometam a respeitar as principais prioridades da UE em matéria de relações externas, incluindo o respeito pelo direito internacional, a prevenção e a resolução de conflitos e o apoio a um multilateralismo efectivo e a cooperação em matéria de luta contra o terrorismo e de combate à proliferação

de armas de destruição maciça. A PEV procura intensificar o diálogo político neste e noutros domínios.

■ Promover o empenhamento em valores comuns

A UE pretende encorajar a protecção dos direitos humanos e sociais fundamentais, e designadamente a liberdade de imprensa e de expressão, os direitos das minorias e das crianças, a igualdade de género, os direitos sindicais e outras normas laborais de base, bem como a luta contra a tortura e a prevenção dos maus tratos. Este objectivo poderá ser alcançado através da adopção da legislação adequada, da aplicação das convenções internacionais, da luta contra o ódio racial e a xenofobia, bem como de uma formação geral em matéria de direitos humanos. A PEV apoia também o desenvolvimento da sociedade civil e o reforço do papel por esta desempenhado nos países parceiros.

O respeito pelos direitos humanos fundamentais figura, de forma proeminente, em todos os Planos de Acção PEV com os países parceiros. Os Planos de Acção incluem uma série de prioridades tendo em vista promover o empenhamento dos seus parceiros relativamente aos valores comuns, incluindo compromissos específicos no domínio dos direitos humanos e das reformas políticas e em matéria de governação. O respeito por esses compromissos será verificado através de estruturas conjuntas (subcomités) criadas pela UE e pelos países parceiros.



A UE disponibiliza o seu apoio e a sua experiência para ajudar estes países a prepararem e a aplicarem reformas essenciais tendo em vista promover o processo de democratização, como é o caso das leis eleitorais e da descentralização e reforço das capacidades administrativas. A PEV procura igualmente reforçar as capacidades dos seus parceiros em matéria de consolidação do Estado de Direito, nomeadamente através da reforma dos códigos civil e penal, da reforma do sistema judicial e penitenciário, bem como da luta contra a corrupção e o crime organizado.

Os capítulos dos Planos de Acção PEV que dizem respeito à reforma política e aos direitos humanos baseiam-se nos princípios do direito internacional e dos direitos humanos que a UE e os países parceiros subs-

creveram no âmbito de convenções internacionais (nomeadamente as Nações Unidas) e regionais (Conselho da Europa ou Organização para a Segurança e a Cooperação na Europa) ou ainda de acordos bilaterais com a UE. De referir, a título de exemplo, que todos os países vizinhos da UE são signatários das convenções das Nações Unidas sobre direitos humanos. Os países parceiros comprometeram-se igualmente a respeitar as normas laborais de base e em promover os direitos sociais fundamentais em conformidade com as convenções pertinentes da Organização Internacional do Trabalho (OIT) (o que constitui igualmente um requisito para beneficiarem de certas vantagens comerciais proporcionadas pela UE). Os direitos das mulheres e das crianças são igualmente abrangidos seja directamente, através de compromissos em matéria de igualdade de tratamento e de oportu-

nidades e do reforço do papel político, económico e social das mulheres, seja através de medidas de luta contra o tráfico de seres humanos.

A UE fornece assistência financeira e técnica aos países PEV a fim de apoiar as suas reformas. Fornecerá igualmente incentivos financeiros adicionais aos países que estejam dispostos a aderir a uma parceria mais ambiciosa e a avançar com as reformas, em especial em matéria de governação, no quadro de uma nova facilidade em prol da boa governação.

As prioridades políticas dos Planos de Acção PEV incluem , por exemplo:

- no caso da Jordânia: apoio às reformas enunciadas no programa do Governo;
- no caso da Moldávia: reforma da lei eleitoral, reforço da independência do aparelho judicial e das liberdades fundamentais, luta contra a corrupção e a realização de esforços sustentados tendo em vista uma solução viável para a questão da Transnístria;
- no caso de Marrocos: prossecução das reformas democráticas, aplicação das convenções internacionais em matéria de direitos humanos e modernização do sistema de justiça;
- no caso da Autoridade Palestiniana: adopção de uma estratégia coerente em matéria de reforma do aparelho judicial e de luta contra a corrupção;
- no caso da Tunísia: apoio às reformas democráticas, direitos humanos e modernização e independência do aparelho judicial;
- no caso da Ucrânia: reforço da independência do sistema judicial, combate à corrupção e a realização de esforços tendo em vista uma solução viável para a questão da Transnístria.



■ Intensificação do diálogo político e da cooperação

Os Planos de Acção PEV identificam, igualmente, os sectores em que o diálogo entre a UE e os seus parceiros e o intercâmbio de informações sobre questões políticas ou de política externa, numa vasta gama de matérias que abrangem a política externa e de segurança, as questões internacionais e regionais, a prevenção dos conflitos e a gestão das crises, as ameaças à segurança comum tais como o terrorismo, as armas de destruição maciça e a exportação ilegal de armas, bem como outros domínios identificados como prioritários nos Planos de Acção dos

países parceiros, podem ser intensificados.

Este tipo de cooperação poderá servir de ponto de partida para uma futura participação dos países parceiros em certos aspectos da PESC (Política Externa e de Segurança Comum) ou da PESD (Política Europeia de Segurança e Defesa), em actividades de formação e exercícios conjuntos e em operações de gestão de crises lideradas pela UE, como por exemplo a participação de Marrocos na operação ALTHEA, realizada pela UE na Bósnia. A UE pode igualmente fornecer orientações e prestar ajuda a estes países no que respeita à aplicação das suas obrigações internacionais em matéria de luta contra o terrorismo e não proliferação.

Uma outra possibilidade, muito concreta, de intensificar a cooperação política consiste em convidar os países parceiros a aderirem às declarações da UE em matéria de política externa que definem a posição da União no que respeita a questões específicas. Foi já oferecida à Moldávia e à Ucrânia a possibilidade de endossarem tais declarações (PESC) numa base caso a caso.

Situação a nível das relações contratuais com a UE e dos planos de acção a partir de Fevereiro de 2007

Países Parceiros PEV	Entrada em vigor das relações contratuais com a CE	Relatório por país PEV	Plano de Acção PEV	Adopção pela UE	Adopção conjunta com país parceiro
Argélia	AA – 2005	em curso	--	--	--
Arménia	PCA – 1999	Março 2005	acordado em set 06	13.11.2006	14.11.2006
Azerbaijão	PCA – 1999	Março 2005	acordado em set 06	13.11.2006	14.11.2006
Bielorrússia	--	--	--	--	--
Egipto	AA – Junho 2004	Março 2005	acordado em finais de 2006	--	previsto para Março 2007
Geórgia	PCA – 1999	Março 2005	acordado em set 06	13.11.2006	14.11.2006
Israel	AA – Junho 2000	Maió 2004	acordado em finais 2004	21.02.2005	11.04.2005
Jordânia	AA – Maio 2002	Maió 2004	acordado em finais 2004	21.02.2005	11.01.2005
Libano	AA – Abril 2006	Março 2005	acordado em maio 2006	17.10.2006	19.01.2007
Líbia	--	--	--	--	--
Moldávia	PCA – Julho 1998	Maió 2004	acordado em finais 2004	21.02.2005	22.02.2005
Marrocos	AA – Março 2000	Maió 2004	acordado em finais 2004	21.02.2005	27.07.2005
Autoridade Palestiniana	Interim AA – Julho 1997	Maió 2004	acordado em finais 2004	21.02.2005	04.05.2005
Síria	--	--	--	--	--
Tunísia	AA – Março 1998	Maió 2004	acordado em finais 2004	21.02.2005	04.07.2005
Ucrânia	PCA – Março 1998	Maió 2004	acordado em finais 2004	21.02.2005	21.02.2005

COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS

Bruxelas, 21.12.2005

COM(2005) 678 final
2005/0268 (CNS)

Proposta de DECISÃO DO CONSELHO relativa à celebração da Convenção da UNESCO sobre a protecção e a promoção da diversidade das expressões culturais (apresentada pela Comissão)

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

1) CONTEXTO DA PROPOSTA

- Justificação e objectivos da proposta

Em Outubro de 2003, a Conferência Geral da UNESCO tomou a decisão unânime de lançar as negociações relativas a uma convenção sobre a protecção da diversidade dos conteúdos culturais e das expressões artísticas. As negociações sobre um anteprojecto de convenção começaram em Setembro de 2004.

Em 15 de Novembro de 2004, a Presidência e a Comissão apresentaram conjuntamente uma comunicação da Comunidade e dos seus Estados-Membros à UNESCO e, em 16 de Novembro de 2004, o Conselho de Ministros adoptou uma decisão que autorizava a Comissão a participar na negociação em nome da Comunidade. Entre Setembro de 2004 e Junho de 2005, houve três sessões de negociação dos peritos intergovernamentais. Por ocasião da terceira sessão, os trabalhos culminaram na adopção de um anteprojecto revisto de convenção. Por outro lado, o Conselho Executivo da UNESCO de Setembro de 2005 adoptou uma decisão que recomendava a adopção do projecto de convenção na Conferência Geral de Outubro de 2005. A Convenção foi adoptada pela Conferência Geral da UNESCO em 20 de Outubro de 2005.

O Conselho de Ministros, ao autorizar a Comissão a negociar em nome da Comunidade em Novembro de 2004, tinha solicitado a esta instituição, nas directrizes de negociação, que se certificasse de que o texto da Convenção comportaria as cláusulas necessárias para que a Comunidade pudesse subscrevê-la. Com efeito, a Convenção prevê a possibilidade de a Comunidade Europeia se tornar parte contratante, no artigo 27.º, e outorga-lhe os meios de desempenhar um papel activo nas suas instâncias, em especial na Conferência das Partes instituída no artigo 22.º da Convenção.

É, pois, importante que a Comunidade Europeia se torne parte na Convenção, com os Estados-Membros da União Europeia. A presente proposta, que se inscreve na lógica que preside à negociação, visa, por conseguinte, autorizar a aprovação pela Comunidade Europeia da Convenção da UNESCO.

- Contexto geral

As condições de preservação e de promoção da diversidade cultural, na Europa e no mundo, dependem não só das condições económicas, mas também de grande número de outros factores estruturais. A dimensão dos mercados, a presença ou ausência de minorias linguísticas, a existência de zonas de área linguística restrita, as ligações com a identidade nacional ou regional, a natureza material ou imaterial das tradições e do património cultural, os laços históricos com países terceiros: eis uma série de elementos que determinam as condições de expressão, de consumo e de intercâmbio cultural.

A nível europeu, esta diversidade de situações é já a realidade dominante, aliás

enriquecida pelo recente alargamento histórico a 10 novos Estados-Membros. Se é verdade que a globalização é portadora de novas possibilidades de intercâmbio entre as culturas, não é menos verdade que ela pode também gerar um risco para as culturas mais vulneráveis e ampliar fenómenos de normalização susceptíveis de ameaçar a diversidade cultural.

Há muito que a União Europeia reconheceu a natureza dupla – cultural e económica – dos bens e serviços culturais, e previu no Tratado que institui a Comunidade Europeia que esta tivesse em conta os aspectos culturais no conjunto da sua acção (n.º 4 do artigo 151.º do Tratado CE). Apesar disso, a nível internacional, não existe um reconhecimento da especificidade das expressões culturais consignado num instrumento juridicamente vinculativo.

A Convenção da UNESCO sobre a protecção e a promoção da diversidade das expressões culturais, adoptada em Paris em 20 de Outubro de 2005, pretende colmatar uma lacuna jurídica na governança mundial, estabelecendo uma série de direitos e obrigações, a nível tanto nacional como internacional, tendentes à protecção e à promoção da diversidade cultural. Este instrumento deverá desempenhar, para a diversidade cultural, papel comparável – e igualmente normativo – ao dos acordos da Organização Mundial da Propriedade Intelectual para a propriedade intelectual, ao dos acordos da Organização Mundial do Comércio para o comércio, ao dos acordos da Organização Mundial da Saúde para a saúde e ao dos acordos multilaterais sobre o ambiente para o ambiente.

A plena participação da Comunidade Europeia e dos seus Estados-Membros na aplicação desta convenção contribuirá, nomeadamente, para: o erigir um novo pilar da governança mundial apto a garantir a protecção e a promoção da diversidade cultural; o afirmar a natureza específica e dupla (cultural e económica) dos bens e serviços culturais; o reconhecer o papel e a legitimidade das políticas públicas na protecção e na promoção da diversidade cultural; o reconhecer a importância da cooperação internacional e fomentá-la para fazer face às situações de vulnerabilidade cultural, designadamente no que respeita aos países em desenvolvimento; o definir uma articulação adequada com os outros instrumentos internacionais, que permita a aplicação efectiva da Convenção.

• Disposições em vigor no domínio da proposta

Tratando-se de uma proposta processual, não há disposições em vigor no domínio da proposta.

• Coerência com outras políticas e objectivos da União

A Convenção da UNESCO é coerente com a obrigação imposta à Comunidade, no n.º 4 do artigo 151.º do Tratado CE, de ter em conta os aspectos culturais na sua acção ao abrigo de outras disposições do Tratado, a fim de, nomeadamente, respeitar e promover a diversidade das suas culturas.

Os objectivos da proposta são coerentes com os objectivos de outras políticas da União, como sejam as políticas de cooperação externa e, em especial, a política de desenvolvimento, a política comercial comum, a realização do mercado interno, particularmente no que se refere à propriedade intelectual, a política audiovisual e a sociedade da informação, bem como a acção cultural.

Os objectivos da proposta são também coerentes com a Carta dos Direitos Fundamentais e, mais especificamente, com o princípio relativo à promoção da diversidade cultural (artigo 22.º).

2) CONSULTA DAS PARTES INTERESSADAS

As partes interessadas, em especial os meios culturais e audiovisuais europeus,

procederam a intercâmbios regulares com a Comissão ao longo da negociação da Convenção na UNESCO.

Na sequência da terceira sessão de negociações dos peritos governamentais, em 4 de Julho de 2005, a Comissão organizou uma reunião de consulta, com base no anteprojecto revisto de convenção.

Ao longo das negociações na UNESCO, um número significativo de partes comunicou à Comissão o seu pleno apoio às posições comuns da União Europeia na UNESCO, tendo recomendado expressamente a adopção da Convenção pela Conferência Geral da UNESCO em 2005.

Daí que não se tenha revelado necessária uma consulta suplementar após as negociações sobre a oportunidade de a Comunidade subscrever a Convenção, já que o contexto se manteve inalterado desde a consulta de Julho. Na verdade, o texto adoptado a 21 de Outubro pelos membros da UNESCO é quase idêntico (se se excluírem as correcções feitas pelos juristas-linguistas) ao do anteprojecto revisto que saiu da terceira sessão de negociações.

• **Obtenção e utilização de competências especializadas**

Não foi necessário recorrer a competências especializadas externas.

3) ELEMENTOS JURÍDICOS DA PROPOSTA

• **Resumo das medidas propostas**

Proposta de decisão do Conselho relativa à celebração da Convenção da UNESCO sobre a protecção e a promoção da diversidade das expressões culturais.

• **Base jurídica**

Artigos 89.º, 133.º, 151.º, 181.º e 181.º-A, em conjugação com o artigo 300.º do Tratado que institui a Comunidade Europeia.

• **Princípio da subsidiariedade**

O princípio da subsidiariedade aplica-se, dada a natureza mista das competências previstas na Convenção da UNESCO.

Com efeito, tratando-se de competências simultaneamente da Comunidade e dos Estados-Membros, impõe-se a ratificação conjunta desta convenção pela Comunidade e pelos Estados-Membros.

A proposta respeita, portanto, o princípio da subsidiariedade.

• **Princípio da proporcionalidade**

A questão relativa ao princípio da proporcionalidade não se adequa ao caso em apreço, visto tratar-se de um acto processual.

• **Escolha dos instrumentos**

Instrumento(s) proposto(s): proposta de decisão do Conselho.

Outros instrumentos não seriam adequados pela seguinte razão:

Já que se trata do processo de ratificação pela Comunidade de um texto normativo internacional, a decisão do Conselho é o único instrumento jurídico adequado ao caso em apreço.

4) INCIDÊNCIA ORÇAMENTAL

A proposta não tem incidência no orçamento comunitário.

5) INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

• **Espaço Económico Europeu**

Este projecto de acto não é abrangido pelo Acordo EEE.

DECISÃO DO CONSELHO relativa à celebração da Convenção da UNESCO sobre a protecção e a promoção da diversidade das expressões culturais

O CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA, Tendo em conta o Tratado que institui a Comunidade Europeia, nomeadamente os artigos 89.º, 133.º, 151.º, 181.º e 181.º-A, em conjugação com o n.º 2, primeiro parágrafo, primeira frase, do artigo 300.º, Tendo em conta a proposta da Comissão¹,

Tendo em conta o parecer do Parlamento Europeu²,

Considerando o seguinte:

(1) Em Novembro de 2004, o Conselho autorizou a Comissão a participar, em nome da Comunidade Europeia, nas negociações relativas à Convenção sobre a protecção e a promoção da diversidade das expressões culturais na UNESCO. A Comissão participou nessas negociações, juntamente com os Estados-Membros.

(2) A Convenção sobre a protecção e a promoção da diversidade das expressões culturais foi adoptada por ocasião da Conferência Geral da UNESCO, em 20 de Outubro de 2005 em Paris.

(3) Esta convenção constitui uma base pertinente e eficaz de promoção da diversidade cultural e do intercâmbio cultural, a que a Comunidade Europeia e os seus Estados-Membros atribuem a maior importância. Contribui para o respeito mútuo e para a compreensão entre as culturas a nível mundial.

(4) Esta convenção deverá ser aprovada tão rapidamente quanto possível.

(5) Tanto a Comunidade como os seus Estados-Membros são competentes nos domínios abrangidos por esta convenção. É, pois, desejável que a Comunidade e os Estados-Membros se tornem partes contratantes, a fim de, em conjunto, cumprirem as obrigações fixadas pela referida convenção e exercerem os direitos que lhes são conferidos pela mesma em situações que requerem competências de natureza mista – com o objectivo de garantir uma aplicação uniforme da Convenção,

Artigo 1.º

1. Em nome da Comunidade Europeia, é aprovada a Convenção da UNESCO sobre a protecção e a promoção da diversidade das expressões culturais.

2. O texto da Convenção figura no anexo 1. a) da presente decisão.

Artigo 2.º

1. O Presidente do Conselho fica autorizado a designar a ou as pessoas habilitadas a depositar o instrumento de aprovação, em nome da Comunidade Europeia, junto do Director-Geral da UNESCO, em conformidade com o n.º 4 do artigo 27.º da Convenção sobre a protecção e a promoção da diversidade das expressões culturais.

2. O Presidente do Conselho fica autorizado a designar a ou as pessoas habilitadas a depositar, em nome da Comunidade Europeia, a declaração de competência que figura no anexo 1. b) da presente decisão, nos termos do disposto no n.º 3, alínea c), do artigo 27.º da Convenção sobre a protecção e a promoção da diversidade das expressões culturais.

3. O Presidente do Conselho fica autorizado a designar a ou as pessoas habilitadas a fazer a declaração unilateral que figura no anexo 2 da presente decisão no momento do depósito do instrumento de aprovação.

Artigo 3.º

A Comissão representará a Comunidade Europeia nas sessões dos órgãos criados pela Convenção, em especial da Conferência das Partes, e negociará em seu nome quando se tratar de questões que sejam da competência dos referidos órgãos.

Feito em Bruxelas, em

Pelo Conselho

O Presidente

¹JO C [...] de [...], p. [...].

²JO C [...] de [...], p. [...].

Fonte: www.unesco.pt/pdfs/docs/convdiv.pdf (03/2008).

MEDIA 2007: programa de apoio ao sector audiovisual europeu

O programa MEDIA 2007 é o novo programa de apoio ao sector audiovisual europeu. O MEDIA 2007 é o sucessor dos programas MEDIA Plus e MEDIA Formação (). O MEDIA 2007 está concebido como um programa único, que agrupa as duas actuais vertentes (desenvolvimento, distribuição e promoção vs. formação). Dispõe de uma dotação financeira de cerca de 755 milhões de euros para o período de 2007-2013.

ACTO

Decisão n.º 1718/2006/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de Novembro de 2006, que institui um programa de apoio ao sector audiovisual europeu (MEDIA 2007).

SÍNTESE

O sector audiovisual é um vector essencial para a transmissão e o desenvolvimento dos valores culturais europeus. Desempenha um papel primordial na construção de uma identidade cultural europeia e na expressão da cidadania europeia. A circulação das obras audiovisuais europeias (filmes e programas de televisão) contribui para reforçar o diálogo intercultural e melhorar a compreensão e conhecimento mútuo das culturas europeias. O objectivo do apoio comunitário é, assim, permitir que o sector audiovisual contribua plenamente para a consolidação da cidadania e cultura europeias.

Além do aspecto cultural, o sector audiovisual europeu possui igualmente um forte potencial social e económico. Consequentemente, o apoio comunitário ao sector audiovisual insere-se também no contexto da Estratégia de Lisboa, a qual tem por objectivo tornar a economia da UE na economia mais competitiva e mais dinâmica do mundo.

Com esta proposta, a Comissão pretende dar continuidade, no quadro do programa MEDIA 2007, à acção comunitária desenvolvida no âmbito dos programas MEDIA I (), MEDIA II (), MEDIA Plus e MEDIA Formação (), que têm promovido o desenvolvimento da indústria audiovisual europeia desde 1991.

OBJECTIVOS GERAIS

O Programa MEDIA 2007 foi estabelecido para o período de 1 de Janeiro de 2007 a 31 de Dezembro de 2013. Os objectivos gerais do programa são os seguintes:

- Preservar e valorizar a diversidade cultural e linguística europeia e o património cinematográfico e audiovisual europeus, garantir o seu acesso ao público e fomentar o diálogo intercultural.
- Fomentar a circulação e o visionamento de obras audiovisuais europeias dentro e fora da União Europeia.
- Reforçar a competitividade do sector audiovisual europeu no quadro de um mercado aberto e competitivo favorável ao emprego.

Para realizar estes objectivos, o Programa MEDIA 2007 intervém nos seguintes domínios:

- **A montante da produção audiovisual:** aquisição e aperfeiçoamento de competências e criação de obras audiovisuais europeias (fases de pré-produção).
- **A jusante da produção audiovisual:** distribuição e promoção de obras audiovisuais europeias (fases de pós-produção).
- Apoio a **projectos-piloto:** estes apoios destinam-se a assegurar a adaptação do programa à evolução do mercado.

No que se refere aos domínios de intervenção, o programa assenta nas prioridades seguintes:

- Incentivar o processo criativo no sector audiovisual europeu, bem como o conhecimento e a divulgação do património cinematográfico e audiovisual europeu.
- Reforçar a estrutura do sector audiovisual europeu, em especial das pequenas e médias empresas (PME).
- Reduzir os desequilíbrios existentes no mercado audiovisual europeu entre países com grande capacidade de produção audiovisual e países ou regiões com fraca capacidade de produção audiovisual e/ou de área geográfica e linguística restrita. Esta prioridade vem dar resposta à necessidade de preservar e reforçar a diversidade cultural e o diálogo intercultural a nível europeu.
- Acompanhar a evolução do mercado em matéria de utilização da tecnologia digital.

DOTAÇÃO FINANCEIRA

O programa dispõe de uma dotação financeira de cerca de 755 milhões de euros.

ACÇÕES E OBJECTIVOS ESPECÍFICOS

Pré-produção

Na fase de pré-produção, os objectivos do programa são os seguintes:

- **Aquisição e aperfeiçoamento de competências no domínio audiovisual:** o programa permite apoiar projectos que visem desenvolver as competências criativas e de gestão dos profissionais do sector audiovisual europeu e adaptar as suas qualificações técnicas às tecnologias digitais. O objectivo é reforçar a dimensão europeia das acções de formação audiovisual, apoiando a colocação em rede e a mobilidade dos agentes envolvidos (escolas de cinema europeias, institutos de formação, parceiros do sector profissional). Serão criadas bolsas de estudo destinadas aos profissionais dos novos Estados-Membros, a fim de os ajudar a vencer os desafios do mercado audiovisual alargado.
- **Desenvolvimento:** o programa visa apoiar a fase de desenvolvimento dos projectos de produção apresentados por empresas de produção independentes. O objectivo é ajudar estas empresas a elaborar planos de financiamento sólidos, incluindo a montagem financeira de co-produções.

Pós-produção

Na fase de pós-produção, os objectivos do programa são os seguintes:

- **Distribuição e difusão:** o apoio na fase de distribuição e de difusão continua a ser primordial para a consolidação do mercado único europeu e a melhoria da competitividade da indústria audiovisual. A definição de uma estratégia de distribuição europeia é essencial para que as obras audiovisuais europeias possam enfrentar a concorrência mundial. A acção comunitária visa:
 - reforçar o sector da distribuição europeia, incentivando os distribuidores a investir na co-produção, aquisição e promoção de filmes europeus não nacionais e a delinear estratégias coordenadas de comercialização;
 - melhorar a circulação dos filmes europeus não nacionais, através de medidas de incentivo à sua exportação, distribuição e exibição nas salas de cinema;
 - promover a difusão transnacional das obras audiovisuais europeias de produtoras independentes, incentivando a cooperação entre, por um lado, as empresas de radiodifusão e, por outro, os produtores e distribuidores independentes.
 - fomentar a digitalização das obras audiovisuais europeias e incentivar as salas de cinema a explorar as possibilidades oferecidas pela distribuição em formato digital;
 - Incentivar as salas de cinema a explorar as possibilidades oferecidas pela distribuição em formato digital.
- **Promoção:** o programa visa reforçar a circulação das obras audiovisuais europeias, garantindo-lhes um acesso aos mercados profissionais europeus e internacionais. O objectivo é reforçar o acesso do público europeu e internacional às obras audiovisuais europeias. Incentiva a realização de iniciativas conjuntas entre organismos nacionais de promoção de filmes e programas audiovisuais, bem como as acções de promoção do património cinematográfico e audiovisual europeu.

Projectos-piloto:

O Programa incentiva a inovação através de projectos-piloto, nomeadamente no que se refere à utilização das tecnologias da informação e da comunicação. Os projectos-piloto permitem assegurar a adaptação do programa ao progresso tecnológico.

DISPOSIÇÕES DE EXECUÇÃO

Disposições relativas aos países terceiros

Sob reserva do preenchimento dos requisitos definidos e mediante o pagamento de dotações suplementares, o programa está aberto à participação dos seguintes países:

- Estados da EFTA que sejam membros do Espaço Económico Europeu (EEE).
- Países candidatos que beneficiem de uma estratégia de pré-adesão à UE.
- Países dos Balcãs Ocidentais (segundo as modalidades definidas nos acordos-quadro relativos à sua participação nos programas comunitários).
- Estados Partes na Convenção do Conselho da Europa sobre a Televisão Transfronteiras.
- Outros países terceiros que tenham celebrado acordos de associação ou de cooperação com a UE e que contenham cláusulas relativas ao domínio audiovisual.

Beneficiários e disposições financeiras

Os beneficiários do programa podem ser pessoas singulares. Consoante a natureza da acção, as ajudas financeiras poderão assumir a forma de subvenções ou de bolsas.

As ajudas financeiras concedidas ao abrigo do programa não podem ir além de 50 % dos custos das acções apoiadas. Em determinados casos específicos, as ajudas podem ascender a 75% dos custos.

Execução

A Comissão Europeia, assistida por um comité, é responsável pela execução do programa.

O organismo de execução é representado pela rede europeia dos MEDIA Desks. Este é responsável pela difusão de informações sobre o programa a nível nacional, designadamente no que diz respeito aos projectos transfronteiriços.

REFERÊNCIAS E PROCEDIMENTO

Acto	Entrada em vigor - Data do termo de vigência	Prazo de transposição nos Estados-Membros	Jornal Oficial
Decisão n.º 1718/2006/CE [adopção: co- decisão COD/2004/0151]	25.11.2006	-	JO L 327 de 24.11.2006

Fonte: http://europa.eu/legislation_summaries/audiovisual_and_media/124224a_pt.htm (10/2007).

Anexo VII

«Cultura 2000»: 219 projectos seleccionados no primeiro ano

No ano transacto, o novo programa comunitário de âmbito cultural, «Cultura 2000», apoiou 219 projectos num montante final que será superior a 32 milhões de euros. Os projectos seleccionados, após parecer de peritos independentes, consistem em acções de cooperação cultural e na criação de redes culturais europeias.

No seguimento da recente publicação da candidatura à apresentação de propostas para 2001 (disponível no sítio Cultura desde o dia 26 de Janeiro: http://ec.europa.eu/culture/index_fr.html), o balanço do ano 2000 mostra o grande interesse suscitado por "Cultura 2000" entre as entidades culturais europeias. Com efeito, durante o ano transacto, a Comissão recebeu 1023 candidaturas.

Fazendo o balanço deste primeiro ano de "Cultura 2000", Viviane Reding, comissária europeia responsável pela Educação e Cultura, manifestou a sua "satisfação pelo crescente empenhamento dos criadores europeus em projectos de cooperação transnacionais", acrescentando que "a força dos europeus reside na sua diversidade linguística e cultural e um programa como "Cultura 2000", ao facilitar os intercâmbios entre as nossas culturas nacionais, contribui, apesar do seu modesto orçamento, para a construção da Europa dos cidadãos".

O programa Cultura 2000 visa os seguintes tipos de projectos:

ACÇÃO 1: projectos de cooperação, envolvendo pelo menos três parceiros e com a duração de um ano. Actualmente, existem 197 projectos no âmbito do património cultural, do livro e da leitura e das artes do espectáculo e visuais que beneficiam de um apoio comunitário para desenvolver co-produções, acções de valorização de correntes culturais comuns, acções de sensibilização dos jovens e acções de aperfeiçoamento. No âmbito da cooperação cultural em países terceiros, a Comunidade também apoia 1 projecto relativo ao festival Ptolemaia, para a inauguração do restauro da biblioteca de Alexandria, no Egipto.

Já foram disponibilizados 16.580.962 € num montante global de 17.770.670 € previstos para esta Acção 1.

ACÇÃO 2: Acordos de cooperação estruturados e plurianuais, envolvendo um mínimo de 5 entidades culturais. No âmbito das candidaturas do ano 2000, há 19 projectos de grande envergadura (no âmbito da música, da história cultural, do património cultural, do teatro e do livro e da leitura) que beneficiam actualmente de apoio comunitário. Estes acordos de cooperação prevêm, num prazo máximo de três anos, acções culturais concretas que visam contribuir com um valor acrescentado comunitário para o sector em causa e desenvolver esse sector no plano cultural, social e económico.

O montante global previsto para a Acção 2 eleva-se a 13.786.615 €, tendo já sido disponibilizados 4.611.400 €.

ACÇÃO 3: também se apoiam 2 projectos de **laboratórios europeus do património**, num montante de 600.000 €, bem como a organização de um **prémio europeu de arquitectura contemporânea** (150.000 €).

No que diz respeito às Capitais Europeias de Cultura, foi atribuído um apoio comunitário de 1.980.000 € para a realização de **9 projectos de cooperação cultural efectuados pelas 9 capitais culturais europeias do ano 2000**, bem como um montante de 250.000 € para as capitais culturais europeias de 2001 - **Porto e Roterdão** (125.000 € para cada cidade) com vista à preparação das iniciativas culturais.

O Porta-Voz tem disponível a lista dos projectos que já receberam o respectivo contrato.

Fonte:

<http://europa.eu/rapid/pressReleasesAction.do?reference=IP/01/110&format=HTML&aged=1&language=PT&guiLanguage=en> (05/2008).

Como qualquer outro sector, a cultura beneficia da liberdade de circulação reconhecida pelo Tratado da União Europeia. Mas, à semelhança dos outros sectores, a cultura tem também necessidades específicas em termos de formação e emprego dos seus trabalhadores. Para os estudantes e os profissionais do sector cultural, não são raras as oportunidades de estudo, formação ou emprego no estrangeiro. No âmbito das suas missões, os programas europeus em matéria de educação e formação profissional — Sócrates e Leonardo da Vinci — abrangem as vertentes culturais, artísticas e artesanais, desde a formação inicial até cursos avançados. Fomentam a mobilidade de pessoas dentro da escolaridade ou a frequentar acções de formação (projectos de estágios

internacionais, de intercâmbio de experiências, visitas de estudo, etc.). Apoiado pelo programa Leonardo da Vinci, o projecto Cortex proporciona aos profissionais, aos formadores e aos candidatos a emprego uma plataforma de contacto e intercâmbio na Internet: o sistema fornece informação sobre formações, estágios e postos de trabalho de carácter cultural na Europa, permitindo uma selecção em função das competências académicas e individuais. Além disso, o Fundo Social Europeu, o principal instrumento da política social da Comunidade, contribui para a luta contra o desemprego e favorece a inserção profissional através de diversos meios, entre os quais se incluem o teatro e a escrita.

OS DIREITOS DE AUTOR: INCENTIVAR A CRIAÇÃO

Os direitos de autor e os direitos conexos são «a moeda de troca» das obras de arte nas nossas sociedades. Asseguram a compensação financeira dos autores e de outros intervenientes (artistas-intérpretes ou executantes, produtores e radiodifusores). Os direitos de autor protegem ainda a relação entre uma obra e o seu criador, que pode, por exemplo, zelar pela correcta utilização daquela e evitar que seja ilegitimamente alterada. Com o advento da era digital, a música, os filmes ou os livros, desligados de qualquer suporte material, podem ser reproduzidos e circular com uma liberdade sem precedentes. Estas novas possibilidades técnicas resultam num crescimento significativo do sector de bens e serviços protegidos pelos direitos de autor e direitos conexos, mas expõem igualmente as obras a utilizações ilegais em larga escala. Desde o início da década de 90, a União Europeia tem vindo a elaborar um quadro jurídico comum que harmoniza as normas de protecção daqueles direitos. Em Maio de 2001, este acervo foi completado com uma nova directiva relativa à protecção dos direitos de autor e direitos conexos na sociedade da informação. Prevê um quadro regulamentar adaptado ao contexto virtual e globalizado das redes informáticas e estabelece um equilíbrio entre a protecção dos direitos e o acesso dos europeus às obras em condições claramente definidas. Os Estados-Membros dispõem de um período até ao fim de 2002 para aplicarem a directiva a nível nacional.

O TEATRO, UMA DISCIPLINA MULTIMEDIA

Como seriam as representações teatrais em Pompeia ou no teatro de Dióniso, hoje desaparecidos? Para ter uma ideia, uma imagem, ainda por cima em realidade virtual e a três dimensões, vale mais do que uma longa palestra. Sobretudo quando essa imagem, acompanhada dos efeitos de som e luz adequados, dá a impressão de se poder dizer: «Eu estava lá!»

Graças aos conhecimentos de especialistas, de arquitectos e de arqueólogos, assim como ao talento de programadores informáticos e de artistas do *multimedia*, o projecto «Theatron» permite reviver as sensações experimentadas pelos espectadores da época, proporcionando uma perspectiva nova e dinâmica à história da arte. Uma justa evolução das coisas, ou não tivesse o teatro, desde os seus primórdios, recorrido ao *multimedia avant la lettre*.

O objectivo do projecto consiste em colocar estes instrumentos inovadores à disposição de docentes, estudantes e investigadores interessados na história das práticas teatrais desde a Grécia Antiga aos nossos dias. Os instrumentos recorrem a modelos das estruturas arquitectónicas, a técnicas de animação, a bases de dados gráficos e textuais, bem como ao VRML (realidade virtual), encontrando-se disponíveis em CD-ROM e na Internet.

O projecto, apoiado pela União Europeia entre 1994 e 1998, no âmbito do seu quinto programa-quadro de investigação e desenvolvimento tecnológico, congrega diversos parceiros europeus provenientes da Alemanha, da Grécia, da Itália, dos Países Baixos e do Reino Unido.



Listening to the radio

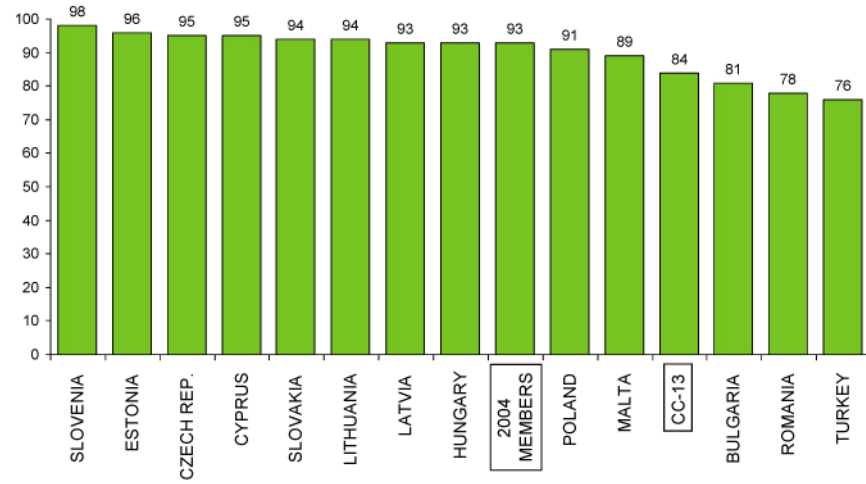


Fig. 1.3a

Question: Do you listen to the radio...?
(% "listen to" shown)

Source: Candidate Countries Eurobarometer 2003.1 on Culture
March-April, 2003

GALLUP

Frequency of listening to the radio

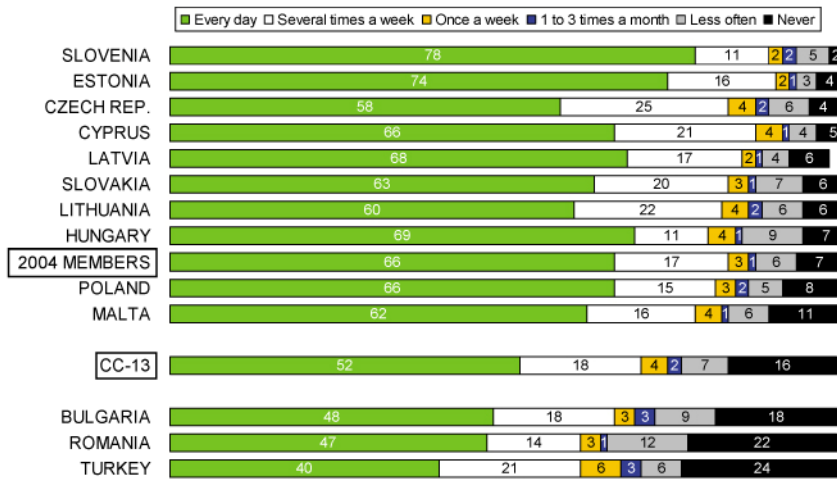


Fig. 1.3b

Question: Do you listen to the radio...?

(% "Don't know" and "No answer" not shown)

Source: Candidate Countries Eurobarometer 2003.1 on Culture
March-April, 2003

GALLUP

Preferred radio programmes among those who listen to the radio

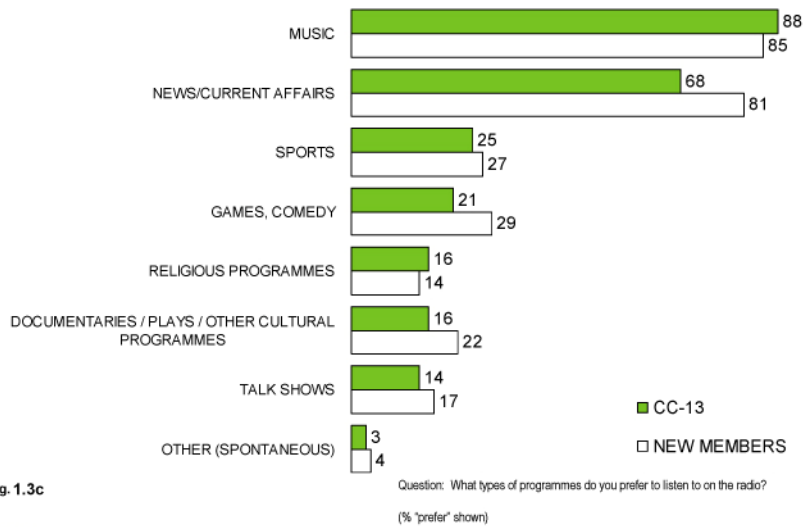


Fig. 1.3c

Source: Candidate Countries Eurobarometer 2003.1 on Culture
March-April, 2003

GALLUP

Table 1.2 Preferred radio programmes
CC-13 level, in %, by demographics

	music	news	sports	games, comedy	religious programmes	documentaries	talk shows		music	news	sports	games, comedy	religious programmes	documentaries	talk shows
Male	86	71	41	18	13	14	12	Self-employed	87	71	30	13	17	11	10
Female	90	65	9	24	19	18	16	Managers	92	82	29	21	8	22	17
AGE: 15-24 years	96	45	25	19	7	9	11	Other white-collars	91	72	30	26	7	21	18
AGE: 25-39 years	91	64	25	18	12	11	12	Manual workers	90	72	33	21	11	13	13
AGE: 40-54 years	87	81	26	24	17	19	14	House persons	93	50	7	19	21	8	8
AGE: 55+ years	74	87	23	25	31	28	18	Unemployed	91	67	34	22	12	13	11
EDU: up to 15 years	85	62	17	16	25	12	11	Retired	73	89	22	26	30	28	19
EDU: 16-19 years	88	75	31	25	13	18	16	Rural area or village	86	69	27	20	18	14	12
EDU: 20+ years	86	84	29	24	10	24	16	Small- or middle-sized	89	68	25	24	14	16	15
EDU: still studying	95	45	24	19	6	11	12	Large town	88	69	22	18	14	18	14

Fonte: http://ec.europa.eu/culture/pdf/doc973_en.pdf (12/2008)

Number of books read for ...

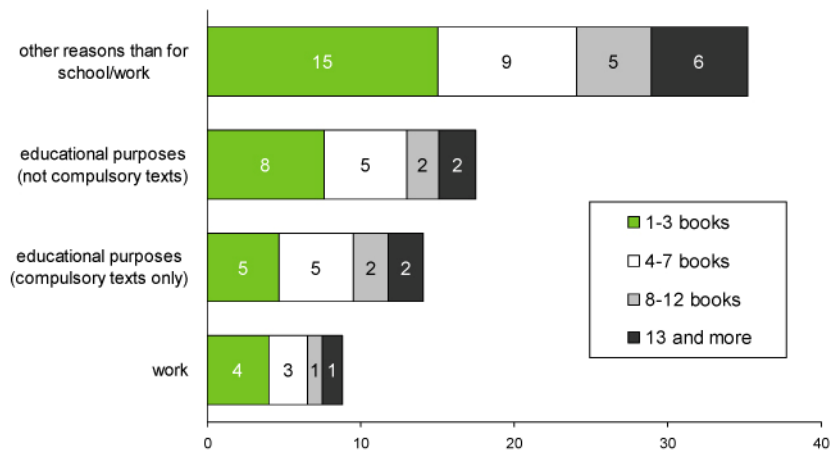


Fig. 3.1c

Question: Approximately how many books in the last 12 months have you read for ...

% of answers in the total population

Source: Candidate Countries Eurobarometer 2003.1 on Culture
March-April, 2003

GALLUP

Reading books

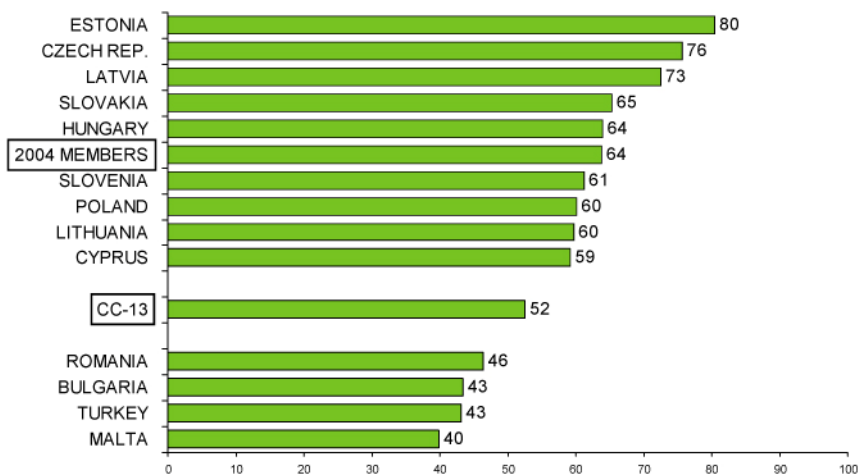


Fig. 3.1a

Question: Have you read any books in the last 12 months?

(% of "Yes, for work", "Yes, for educational purposes (compulsory texts only)", "Yes, for educational purposes (not compulsory texts)", and "Yes, for other reasons than for school/work" answers combined)

Source: Candidate Countries Eurobarometer 2003.1 on Culture
March-April, 2003

GALLUP

Reading books for pleasure

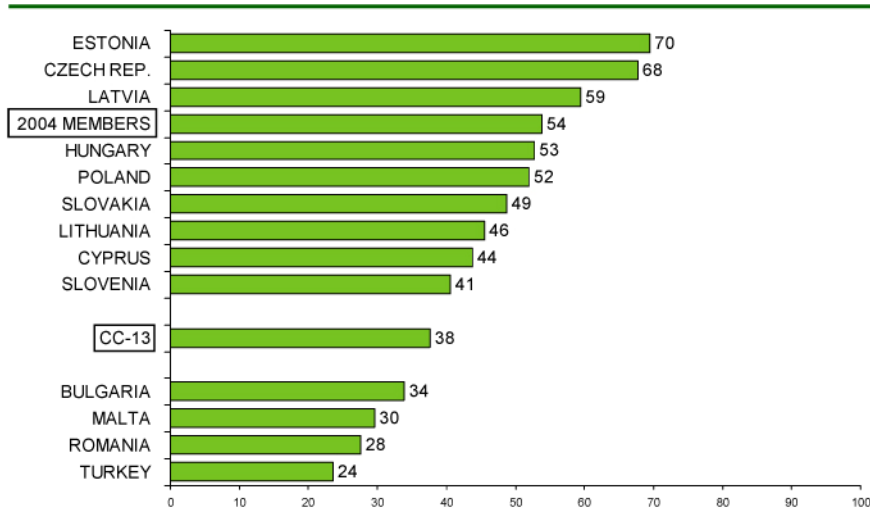


Fig. 3.1b

Question: Have you read any books in the last 12 months?

(% of "Yes, for other reasons than for school/work" shown)

Source: Candidate Countries Eurobarometer 2003.1 on Culture
March-April, 2003

GALLUP

Number of books at home

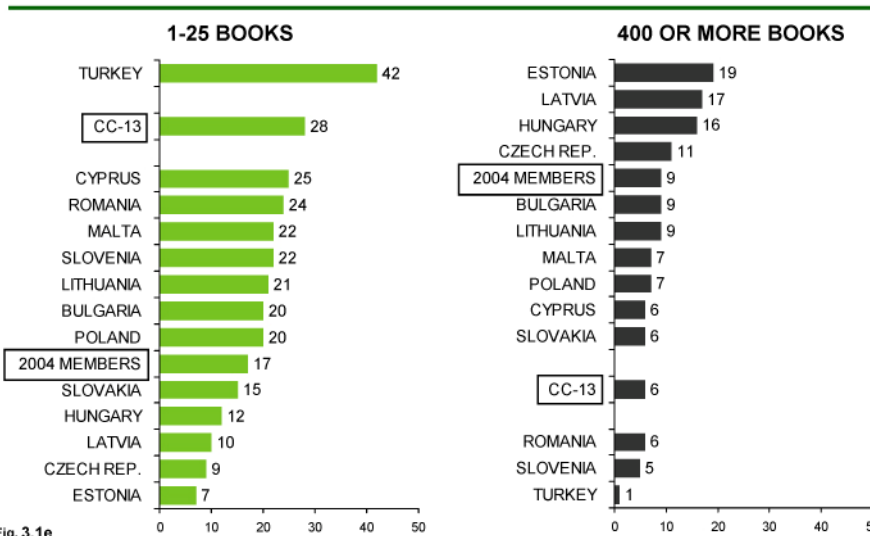


Fig. 3.1e

Question: How many books do you have at home?

(% of answers)

Source: Candidate Countries Eurobarometer 2003.1 on Culture
March-April, 2003

GALLUP

Possession of encyclopaedia

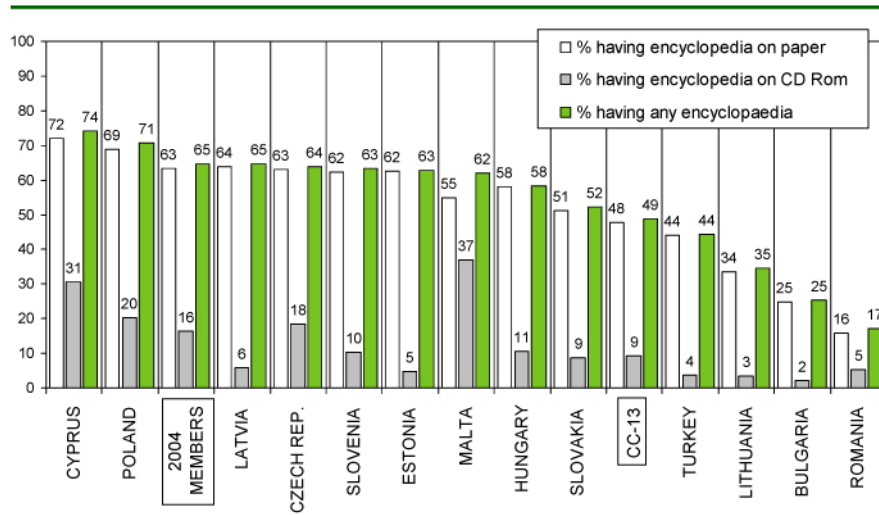


Fig. 3.1f

Question: Do you have at home...? - ENCYCLOPAEDIA ON PAPER, ENCYCLOPAEDIA ON CD-ROM, and the two combined (% "mentioned" shown)

Source: Candidate Countries Eurobarometer 2003.1 on Culture March-April, 2003

GALLUP

Fonte: http://ec.europa.eu/culture/pdf/doc973_en.pdf (12/2008).

II.1 CULTURAL CONSUMPTION

- ❖ For the most part, participants from all countries affirm that they are quite “large consumers” of culture. It is notable that the term “consumption” is rarely questioned (only really in France and Germany, and even then infrequently): it seems to be taken for granted that culture forms part of the commercial world, and the term “sponsor” has become more common than patron. In addition, many participants stress that culture requires time, and especially money.
- ❖ In terms of spontaneous observations about cultural products that are “consumed”, we can note that:
 - The higher-middle groups have a greater tendency to refer spontaneously to socially valued cultural activities such as reading, the theatre, museums, exhibitions and concerts;
 - And the lower-middle groups more frequently mention cultural practices understood in the broader sense of the term, such as leisure activities, travel and sport.

A. Reading books

Reading appears frequently in the first spontaneous observations, but not all groups mention it to the same extent: participants in higher-middle groups tend to mention it immediately; whereas participants in lower-middle groups bring it up either later on or rarely do so at all.

It seems that participants often mention reading or wish they read more, but in fact actually “practise” it less. However, it is clear that it is a **valued cultural activity and that people potentially feel guilty if they do not read or if they read very rarely**. Moreover, on the subject of reading books, participants often bring up lack of time, stress, fatigue and their jobs, but also sometimes the attraction of easier and more passive “leisure” activities such as television, the Internet and reading newspapers and magazines.

The price of books is sometimes given as an excuse, but it is striking that no one brings up municipal libraries or book-lending schemes.

For some “big” readers, reading is described as a vital daily need. Women seem to be slightly keener on reading than men.

Although reading straddles the middle ground between “knowledge” and “leisure”, and even though it is sometimes “easy” (detective novels or airport novels), it is still associated with free choice and requires an “effort” to be made; it is an **active** process to be distinguished from other more “passive” practices.

The perceived dominant trend is that of a **relative decline** and a loss of “literary culture” among young people, which is naturally lamented by older interviewees. The attraction of the Internet and audio-visual media in general is identified as one of the main causes, accompanied by school curricula that devote less time to it.

B. Listening to music

Music is manifestly **the most widespread and appreciated form of cultural consumption**, regardless of age, sex, sociocultural level or country of residence. Almost all participants listen to music every day, though with varying levels of concentration (from attentive listening to background noise, usually in the car). It provides pleasure, emotion and relaxation.

II.3 ACCESSIBILITY OF CULTURE

❖ Participants were invited to identify obstacles that make cultural activities difficult to access and to discuss ways of overcoming them.

❖ We can identify **three types of obstacles (objective, sociocultural and psychological) that make culture less accessible.**

❖ **Objective material factors** are cited first by participants in all countries and in all groups, although interviewees in the lower-middle groups stress them more.

➤ **Money and time:** lack of money for admission tickets (especially for families) or to pay to learn a musical instrument; and lack of free time, the “stress of modern life”, an invasive job, and too many tasks to complete on a day-to-day basis (particularly for working mothers).

“Our daily programmes are so full that it is difficult to make time for cultural functions even if we would like to” (Cyprus. Higher-middle social and educational level)

“Culture is expensive, not all of it, but cinema, opera, etc.” (Spain. Lower-middle social and educational level)

“The truth is this is one of the main reasons why we have no free time. The standard of living is very low, people have two jobs and run from one to the other. They become like robots. They need money and they have no free time left” (Romania. Higher-middle social and educational level)

➤ **Lack of information** (or too much information, causing confusion and discouragement).

➤ **The distance needed to travel in order to take part in cultural activities** is mentioned especially by those who do not live in a city, as is the poor quality of what is available in some regions.

“They do not bring all bands here. Also what regards good literature. I cannot read in German or in French. And not everything is translated. They translate more where the market is bigger” (Estonia. Higher-middle social and educational level)

❖ **Sociocultural factors** are often cited as an obstacle, and they primarily apply to more “learned” culture.

➤ **The education system:** an educational system that does not provide children with enough stimulation (culture is not promoted enough in schools), and that puts children off (“compulsory” trips that are poorly organised and boring).

➤ **The social environment:** parents, colleagues and friends who do not provide encouragement and who are not “educated” themselves.

➤ **Prevailing cultural standards and values:** these can put up “invisible” barriers and intimidate those who are “not initiated”, who are “ignorant” or who perceive themselves as such. They can create, both in reality and in people’s minds, a “two speed” cultural structure comprising a “closed club” of connoisseurs or an “elite” that can be seen as “snobbish” and exclusive, and a so-called “popular” culture that includes the “mass” media (mainly television), entertainment and sport aimed at ordinary people.

The Europeans, culture and cultural values – June 2006

- ❖ **Psychological obstacles** are often only mentioned to a significant extent after other things, but they are numerous and encounter varying degrees of acceptance.
 - **Lack of confidence:** a feeling of inferiority, ignorance and incomprehension, in particular with regard to cultural productions that are considered to be complex and/or that require an understanding of how they work (e.g., opera, ballet and art exhibitions).
 - **Lack of interest, motivation and “desire”:** some participants blame themselves whilst others attribute it to an education system that does not sufficiently promote culture.
 - **Fatigue:** the need for rest and relaxation can lead people to favour “non intellectual” activities that are perceived as being non-cultural or as representing a different form of culture (e.g., outings with friends, sports and various hobbies).
 - **Ease and “intellectual laziness”:** this is often expressed as a tendency to follow the “prevailing trends” and passively to abandon oneself to the plentiful supply of television provided.
 - “Fear of not being at the right level, fear of social pressure. That is an obstacle.” (France. Lower-middle social and educational level)*
 - “When there isn’t much spare time, one prefers to relax rather than do anything else” (Greece. Lower-middle social and educational level)*
 - “More should be done to take out the snobbish element.” (Ireland. Higher-middle social and educational level)*
 - “We have perceptions about the Opera or the Ballet... if education started much earlier in schools they would learn a lot. I had two people come in and perform an opera and the children who had never seen anything like that before were riveted by it, and by coming into school they were exposed to something that they would never get at home... if there was more money for theatre groups to go to school it could be great” (United-Kingdom. Higher-middle social and educational level)*
- ❖ It is interesting to note that psychological obstacles are more often stressed by participants from the former Eastern Bloc (Central Europe and the Baltic countries) who think that cultural activities are “accessible” for everyone and that the objective and sociocultural obstacles are “excuses”.
- ❖ **The suggestions** made to remove the obstacles are remarkably similar and “logical”. They include:
 - Offering families reduced entrance prices and membership cards, and offering free access (notably to museums) to students and seniors;
 - Stimulating interest in culture and motivating people to take part;
 - Integrating culture into school and university courses better in order to increase young people’s awareness;
 - Providing more information;
 - Encouraging and supporting cultural activities in schools, companies and associations (e.g. success of the municipal music academies in Sweden);

3.2. Almost half of Europeans read a newspaper every day

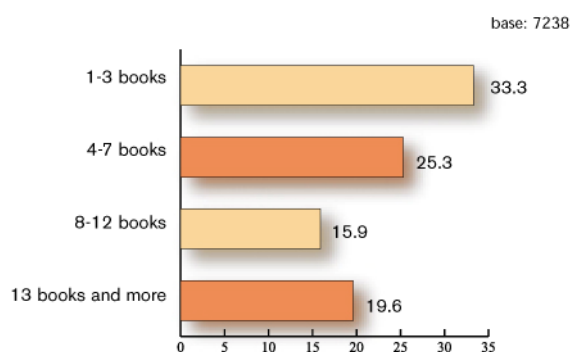
Almost one European in two (46%) reads the newspaper 5 to 7 times a week. The highest rates are found in Finland, Sweden, Germany and Luxembourg where 77.8%, 77.7%, 65.5% and 62.7% respectively of citizens stated so. The lowest rates are to be found in Greece, Spain and Portugal (20.3%, 24.8% and 25.1% respectively). It is also in these three countries that the proportion of people saying they never read a newspaper is higher than in the other countries (30.5%, 23.4% and 25.5% respectively).

3.3. More than 60% of Europeans read a magazine at least once a month

More than a third of the citizens of the European Union (34.8%) read magazines once a week or more often. This is especially the case in Finland and Luxembourg where 61.5% and 51.7% respectively of the population affirmed this.

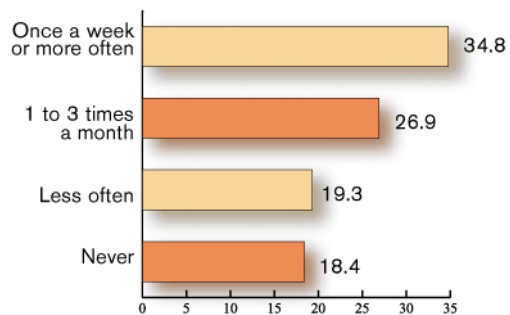
On the other hand, about 20% of Europeans do not read magazines. It is again in Greece (46.3%) and in Portugal (36.7%) that we find a higher proportion of people who do not read magazines.

Number of books read for reasons other than work or study
(AS A % OF THE POPULATION READING BOOKS FOR REASONS OTHER THAN WORK OR STUDY)



How frequently do Europeans read magazines?

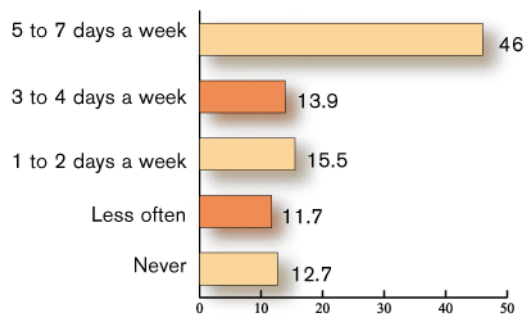
(AS A % OF THE EU POPULATION)



base: 16162

How frequently do Europeans read newspapers?

(AS A % OF THE EU POPULATION)



base: 16162

Fonte: http://ec.europa.eu/culture/pdf/doc967_en.pdf (02/2008).